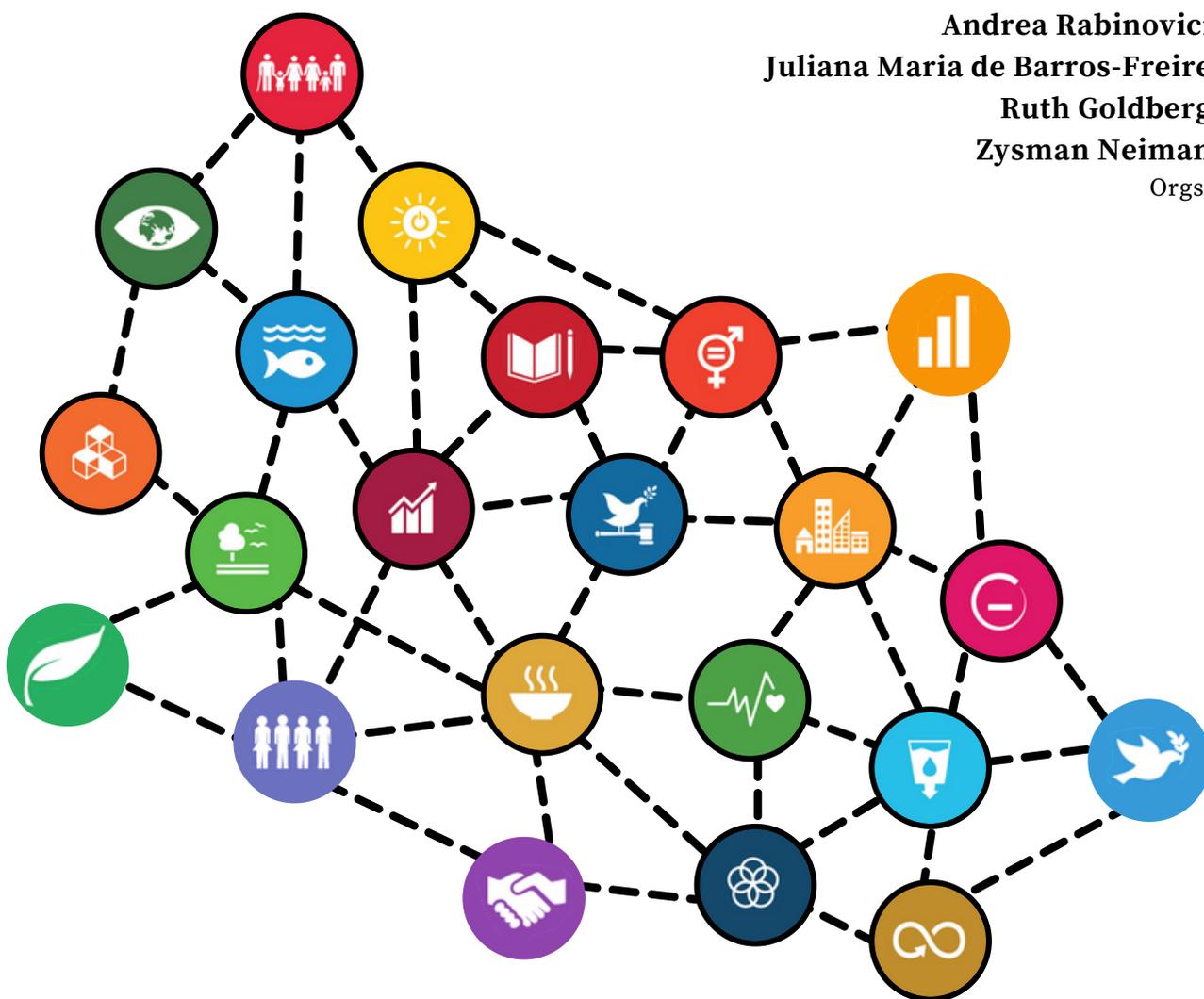


Leituras dos



para um Brasil Sustentável

Andrea Rabinovici
Juliana Maria de Barros-Freire
Ruth Goldberg
Zysman Neiman
Orgs.



Grupo de Trabalho da Sociedade
Civil para a Agenda 2030



Financiado pela
União Europeia

Instituto Physis – Cultura & Ambiente

Diretora Institucional
Diretora de Sustentabilidade
Diretora Administrativo e Financeiro
Conselho Curador - Presidente
Conselho Fiscal

Ruth Goldberg
Juliana Maria de Barros Freire
Mara Regina Prado
Zysman Neiman
Marcos Woortmann
André Previato
Eduardo Rombauer

Universidade Federal de São Paulo

Reitora
Vice-Reitora
Pró Reitora de Extensão e Cultura
Vice-Pro-Reitor de Extensão e Cultura
Coordenadoria de Direitos Humanos da
Pro-Reitoria de Cultura e Extensão

Soraya Soubhi Smaili
Andrea Rabinovici
Raiane Patrícia Severino Assumpção
Magnus Régios Dias da Silva
Debora Galvani

Nota 1: Esta obra é resultado da transcrição adaptada das entrevistas realizadas no âmbito do Curso de Extensão "Um Brasil Sustentável: leituras dos ODS", realizado em parceria entre a Cátedra Sustentabilidade da Unifesp, constituindo-se em sua primeira publicação como Órgão Complementar na Pró-Reitora de Extensão e Cultura (Proec), e o Instituto Physis - Cultura & Ambiente, que com esta obra celebra seus primeiros 30 anos de atividade (1991-2021).

Nota 2: Cada aula do curso contou com a entrevista de dois convidados simultaneamente, que debateram suas especialidades relativas a Agenda 2030, mas, para a constituição desta obra, optou-se por separar as falas de cada um sobre seus ODS respectivos, de modo a dar destaque aos temas tratados.

Nota 3: As organizadoras, organizador, autoras, autores e editora empenharam-se para fazer as citações e referências de forma adequada, dispondo-se a possíveis acertos caso, inadvertidamente, alguma referência tenha sido omitida. Apesar dos melhores esforços de toda a equipe editorial, organizadoras, autoras e autores, é inevitável que surjam erros no texto. Deste modo, as comunicações das leitoras e leitores sobre correções são bem-vindas, assim como sugestões referentes ao conteúdo que auxiliem edições futuras.

O trabalho **Leituras dos ODS para um Brasil Sustentável**, dos organizadores **RABINOVICI, Andrea; BARROS-FREIRE, Juliana Maria de; GOLDBERG, Ruth; e NEIMAN, Zysman** também está licenciado com uma **Licença de Atribuição Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional**, permitindo seu compartilhamento integral ou em partes, sem alterações e de forma gratuita, desde que seja citada a fonte.



**Leituras dos ODS
para um Brasil Sustentável**

**Andrea Rabinovici
Juliana Maria de Barros-Freire
Ruth Goldberg
Zysman Neiman
Orgs.**

**V&V Editora
Diadema - SP
2021**

Conselho Editorial da V&V Editora

Profa. Dra. Marilena Rosalen
Profa. Dra. Angela Martins Baeder
Profa. Dra. Eunice Nunes
Prof. Dr. Flávio José M. Gonçalves
Prof. Dr. Giovano Candiani
Prof. Dr. Ivan Fortunato
Prof. Dr. José Guilherme Franchi
Profa. Dra. Luciana Aparecida Farias
Prof. Dr. Luiz Afonso V. de Figueiredo
Profa. Dra. Maria Célia S. Gonçalves

Profa. Dra. Rita C. Borges M. Amaral
Profa. Dra. Silvana Pasetto
Prof. Me. Arnaldo Silva Junior
Profa. Ma. Beatriz Milz
Profa. Ma. Letícia Moreira Viesba
Profa. Ma. Marta Angela Marcondes
Prof. Me. Pedro Luis Castrillo Yagüe
Profa. Erika Brunelli
Prof. Everton Viesba-Garcia
Profa. Sarah Arruda

Expediente da V&V Editora

Coordenação Editorial: Marilena Rosalen
Coordenação de Área: Everton Viesba-Garcia
Projeto Editorial: Giovanna Tonzar, Thays Soares e Everton Viesba-Garcia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L533 Leituras dos ODS para um Brasil Sustentável [livro eletrônico] / Andrea Rabinovici, Juliana Maria de Barros-Freire, Ruth Goldberg e Zysman Neiman (Orgs.) – Diadema: V&V Editora, 2021.
260 p. : 21 x 28 cm

Vários autores

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-88471-17-3

<https://doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3>

1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Brasil. 2. Meio ambiente. 3. Sustentabilidade. I. Rabinovici, Andrea. II. Barros-Freire, Juliana Maria de. III. Goldberg, Ruth. IV. Neiman, Zysman

CDD 363.70981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

V&V Editora - Diadema, São Paulo – Brasil
Tel./WhatsApp: (11) 94019-0635 E-mail: contato@vveditora.com
vveditora.com

Sumário

- 5** **Contribuindo para o debate da Agenda 2030**
Orgs.
- 11** **ODS 1 - Erradicação da pobreza**
ODS 10 - Redução das desigualdades
Karen Fernandez Costa
- 28** **ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável**
Arilson Favareto
- 49** **ODS 3 - Saúde e bem-estar**
Mônica Andreis
- 59** **ODS 4 - Educação de qualidade**
Andressa Pellanda
- 70** **ODS 5 - Igualdade de gênero**
Mafoane Odara Poli Santos
- 81** **ODS 6 - Água potável e saneamento**
Marta Angela Marcondes
- 97** **ODS 7 - Energia limpa e acessível**
Guilherme Susteras
- 111** **ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico**
Solange Ledi Gonçalves

- 120** **ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura**
Mauricio Lamano Ferreira
- 135** **ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis**
Diego de Melo Conti
- 152** **ODS 12 - Consumo e produção responsáveis**
Aron Belinky
- 168** **ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima**
Rubens Harry Born
- 189** **ODS 14 - Vida na água**
Ronaldo Adriano Christofolletti
- 203** **ODS 15 - Vida terrestre**
Marcelo Furtado
- 219** **ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes**
Melina Risso
- 234** **ODS 17 - Parcerias e meios de implementação**
Fabio Abdala
- 245** **Sobre as organizadoras e o organizador**
- 246** **Sobre as autoras e os autores**

Contribuindo para o debate da Agenda 2030

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.0

O curso de extensão “Um Brasil Sustentável: Leituras sobre os ODS”, promovido pela Cátedra Sustentabilidade da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em parceria com o Instituto Physis – Cultura & Ambiente, na sua edição de 2020, teve o formato de entrevistas filmadas com personalidades de destaque nacional no tema de Sustentabilidade, as quais puderam expor suas ideias e dialogar sobre a Agenda 2030 da ONU no contexto da realidade brasileira.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Unifesp prevê uma série de iniciativas relacionadas à questão ambiental em seus vários campi e unidades universitárias sendo que os Institutos que mais se identificam com a questão socioambiental são o Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas, que fica em Diadema, o Instituto do Mar, na Baixada Santista e o Instituto das Cidades, este na zona leste da cidade de São Paulo. Nessas unidades, estão sediados os cursos de Bacharelado em Ciências Ambientais (Diadema) e o de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar (Baixada Santista), além de quatro Programas de Pós-Graduação que são diretamente relacionados à questão ambiental: Biodiversidade e Ecologia Ambiental Integrada, e Ecologia e Evolução.

Dentre as ações e extensão realizadas pela Unifesp, pode-se citar uma série de cursos que contaram com a participação de pessoas interessadas de diversos segmentos da sociedade civil, e alguns grupos de trabalho, tais como o Observatório da Dinâmica Costeira, o Observatório Socioambiental da Cidade de Diadema – que elabora o Atlas Ambiental do município, e o Observatório de Educação e Sustentabilidade.

No âmbito da sua administração a Unifesp criou o Departamento de Gestão ambiental, com sua política e ações de excelência em sustentabilidade ambiental, como implantação da política de resíduos sólidos, da política de segurança biológica. Além disso foi recentemente criada a Cátedra Sustentabilidade e Visões de Futuro, a qual objetiva agrupar a maior parte dessas iniciativas que estão em andamento, conferindo-lhes um caráter de rede de colaboração e trocas de experiências.

Como colaboração na elaboração e implantação de políticas públicas, a Unifesp tem representação no grupo que elabora a Estratégia Brasileira de Comunicação para a Década dos Oceanos, em parceria com a Unesco, teve uma atuação nas ações de mitigação dos impactos do no desastre ambiental de Mariana (MG), colaborou com a redação do Programa Municipal de Educação Ambiental de Santos, tem participação na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de São Paulo (CIEA), na Comissão Municipal para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável de São Paulo, e no Fórum Brasileiro para Mudanças do Clima (FBMC), além de participar do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, que confecciona anualmente o Relatório-Luz sobre os ODS no Brasil, e do Comitê de Meio Ambiente da Associação de Universidades o Grupo Montevideu (AUGM).

Graças ao seu trabalho de gestão ambiental, com dezenas de ações internas em prol da sustentabilidade, a Unifesp ganhou reconhecimento pelo The Higher Education no ranking da redução das desigualdades e promoção de educação de qualidade, na garantia da saúde, na promoção de igualdade de gênero, na inovação da infraestrutura para o desenvolvimento de comunidades sustentáveis, e no incentivo à produção e consumo sustentável e promoção de sociedades pacíficas inclusivas com justiça para todos(as). Seu Plano de Logística Sustentável é considerado um dos melhores na área pública federal, e a universidade foi a melhor colocada na categoria “sustentabilidade” no segmento “Educação” no Anuário Época de Negócios 360 graus em 2019, além de conquistar a terceira melhor posição entre as Instituições do Brasil no quesito “ações climáticas”, também pela The Higher education. Por fim, vale mencionar que a Unifesp participa no Green metrics Mundial desde sua primeira edição, em 2010, inserindo no Inmetro seus indicadores de infraestrutura para o combate às mudanças climáticas, gerenciamento de resíduos e recursos hídricos, transporte, educação e pesquisa.

O Instituto Physis – Cultura & Ambiente, parceiro neste projeto, realiza projetos de Educação Ambiental e Sustentabilidade desde 1991, ano de sua fundação e contribuiu aqui com a garantia da qualidade dos conteúdos apresentados nas vídeos-aulas, realizando a curadoria que selecionou e convidou os(as) profissionais especialistas reunidos(as) aqui no presente livro. O principal objetivo o de garantir a difusão de conhecimento com visão crítica sobre os sistemas e estratégias que ajudam a avançar na pauta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, uma vez que esses compromissos exigem o esforço político e a mobilização da sociedade civil como um todo.

Ao longo de seus primeiros 30 anos de existência (1991-2021) o Instituto Physis buscou se destacar no papel de protagonista na agenda da Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e no campo das questões ambientais, sociais e culturais, influenciando a criação de políticas e ações voltadas para melhoria da qualidade de vida e para a valorização dos saberes tradicionais e científicos para a geração de impacto e de transformação social, por meio de boas práticas de governança. O principal foco de atuação foi na área da Educação para a formação de lideranças e de movimentos, ampliando e disseminando o conhecimento sobre sustentabilidade de forma qualificada.

O foco atual da atuação do Instituto Physis é a construção de alianças e parcerias estratégicas para o desenvolvimento de ações sustentáveis, incluindo aqui a busca ativa de entidades sem fins lucrativos, organizações que mobilizam um conjunto enorme de saberes e contam com a participação de muitos(as) voluntários(as) unidos(as) em propósitos coletivos de transformação social. O tecido organizado e mesmo o “não organizado” da sociedade civil possui uma força extremamente significativa para a mobilização de diversos outros segmentos, como as empresas e os(as) gestores(as) públicos(as), no sentido de aperfeiçoamentos sociais e ambientais. Esses setores, unidos com os objetivos inerentes às universidades, são capazes de elaborar um conjunto de saberes, conhecimento e expertises que facilitam, de forma bem pragmática, a resolução de problemas.

Assim, o Instituto Physis trabalha para que a ação de seus(suas) parceiros(as) seja expandida para além dos universos particulares de cada organização, o que dá a possibilidade de se ampliar as relações intersetoriais de modo a incorporar as iniciativas hoje consideradas não institucionalizadas, principalmente aquelas existentes nos movimentos da sociedade civil. Trata-se da constituição de uma rede de colaboração para o fortalecimento dos valores da democracia e da sustentabilidade, entendida como constituída pelas dimensões ambientais, sociais e econômicas, e buscando a conservação da biodiversidade, a justiça social, a equidade, e os cuidados com a boa governança.

Por meio da parceria que resultou neste livro, a Unifesp, com sua Cátedra Sustentabilidade, e o Instituto Physis vêm ressaltar o papel social da universidade pública e das Organizações da Sociedade Civil, em especial no momento histórico vivido pelo Brasil e pelo mundo nos anos de 2020 e 2021, para a transformação da realidade e construção de um futuro melhor para os(as) brasileiros(as).

Toda instituição, em qualquer lugar do mundo, que se proponha a trabalhar a formação das pessoas e ser um lugar de produção, troca e difusão de conhecimento tem a sua importância, especialmente ao fazê-lo de forma democrática e valorizando os direitos humanos e a sustentabilidade, combatendo a desinformação e o negacionismo. A ocupação dos espaços que são criados, mesmo aqueles que às vezes estejam restringidos, ajuda a mobilizar a sociedade e os(as) cidadãos(ãs) também buscar os espaços de participação e lutarem, de modo coletivo, em prol daquilo que beneficia a todos(as).

Desta forma, entendemos ter cumprido nossa responsabilidade enquanto agentes educadores e transformadores na tentativa de contribuir, de alguma forma, com a construção de um presente e de futuro melhor, deixando aqui, nos tempos da pandemia de Covid-19, um conjunto de reflexões importantes e que serão referência. Cumprir as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável neste livro debatidas, é missão de todos(as)!

Boa leitura!

Andrea Rabinovici, Juliana Maria de Barros-Freire,
Ruth Goldberg e Zysman Neiman



“

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.



“

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.1.10

Karen Fernandez Costa



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: Esses ODS (1 e 10), na forma como estão descritos, parecem razoáveis para a realidade brasileira ou é preciso fazer alguma adequação?

Karen: Os objetivos do desenvolvimento sustentável, diferentemente dos objetivos do milênio, se estabeleceram a partir de debates muito produtivos entre países em desenvolvimento e desenvolvidos e não só entre os países desenvolvidos (MENEZES, 2019). Houve intensa negociação entre os países, de modo que não se trata de uma agenda imposta de cima para baixo. Os 8 objetivos do milênio surgiram, a partir dos debates da década de 1990 e de conferências internacionais que tratavam de temas sociais. Os países desenvolvidos foram os protagonistas. Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável são mais amplos, poderosos e ambiciosos. Justamente porque envolveram um esforço notável e decisivo dos países em desenvolvimento na arena multilateral, além, é claro, de terem contado com a participação dos países desenvolvidos, que traziam a experiência dos objetivos do milênio.

Este aspecto se relaciona diretamente com a pergunta. Será que a redução da desigualdade e da pobreza se aplicam à realidade brasileira? Considero que os ODS trazem questões que nos atingem diretamente e este é justamente o caso da redução das desigualdades tanto dentro dos países, como também entre países. Vale destacar que, desde 1940, nós não tínhamos um nível de desigualdade tão grande entre países. Estamos, desde os anos 1980, diante do esfacelamento das conquistas do pós-guerra. A desigualdade entre países vem se ampliando significativamente.

No caso do Brasil, vivenciamos, nos anos 2000, a redução da desigualdade, que transpareceu, por exemplo, no índice de Gini (O Índice (coeficiente) de Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos). Reduzimos menos do que deveríamos, mas tivemos avanços nesta dimensão. Avançamos também na redução da pobreza, mas estamos muito longe da superação deste desafio, que tem se agravado notavelmente no contexto da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19). E não se trata apenas dos países em desenvolvimento! Hoje as economias desenvolvidas e os Estados Unidos, por exemplo, vivem uma realidade de desigualdade crescente. A Europa também sofreu um processo de aprofundamento da desigualdade que se agravou, a partir de 2010, com a crise que o continente atravessou.

Pergunta: Realmente é importante essa transição história dos Objetivos do Milênio para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e a participação dos países em desenvolvimento mais preponderante nesta segunda agenda. É constrangedor vermos que isso abriu oportunidade de debate sobre temas como redução da pobreza para esses países menos desenvolvidos, e são justamente alguns desses países menos desenvolvidos, incluindo aqui o Brasil, que atualmente renegam os ODS ou estão querendo se afastar um pouco dessa agenda internacional. Como que você está enxergando o momento do Brasil diante desse debate de uma agenda Internacional, não só dos ODS, mas outros acordos internacionais ambientais, por uma questão mais nacionalista do que globalista. Isso será um complicador para que nós possamos atingir esses objetivos de acabar com a pobreza e reduzir a desigualdade?

Karen: No processo de formulação dos ODS, houve debates no sentido de definir se a redução da desigualdade (ODS10) deveria ser apresentada de forma ampla ou se deveria ser pontuada como redução da desigualdade entre países. Vale destacar inclusive que este objetivo quase foi excluído da agenda. O Brasil e a atuação da sua diplomacia foram decisivos para que ele permanecesse. O Brasil insistiu na relevância desse tema e destacou justamente que era muito difícil pensar em um desenvolvimento sustentável com a permanência dos altos índices de pobreza e de desigualdade que acometem a maior parte dos países do mundo. Neste sentido, é fundamental destacar a transversalidade presente nos ODS. Como pensar numa agenda ambiental e em desenvolvimento sustentável em países que contam com profunda desigualdade vertical, como é o caso do Brasil?

No contexto atual, estamos diante de um cenário em que o Brasil renunciou, no âmbito da OMC, à sua condição de país em desenvolvimento sem que se evidenciasse contrapartidas concretas. Abriu mão dessa condição em troca da entrada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é prioritariamente uma organização de países desenvolvidos (COSTA, 2019).

Há a crença e a expectativa de que isso possa trazer credibilidade ao Brasil e, por conseguinte, mais investimentos. Mas isso é um "achismo" diante de questões concretas, como por exemplo, os benefícios tarifários que a condição de país em desenvolvimento possibilita.

Deixar de usufruir dessa conquista, no âmbito da OMC, não torna um país desenvolvido, não muda sua condição concreta. O fato é que nos deparamos com esse contexto em que renunciamos a uma classificação que nos era benéfica, em troca da promessa de entrada na OCDE e, ainda que essa promessa se concretize, desconhecemos a dimensão concreta dos ganhos que isso pode representar em termos de comércio e desenvolvimento.

O cenário atual é muito dramático no que diz respeito a própria ideia de desenvolvimento sustentável. O que unia os setenta e tantos países que participaram da elaboração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável era justamente um certo consenso em torno do conceito desse “desenvolvimento sustentável”. Os debates em torno deste tema remetem a RIO 92 e a Rio+20, sendo que a última pouco avançou em relação à primeira. O processo de formulação dos ODS se assentava na premissa de que a agenda de desenvolvimento deveria se coadunar com a agenda ambiental. O fato é que, com a chegada de Trump ao poder, nos deparamos com um contexto em que os Estados Unidos se pautaram no negacionismo científico para questionar os pressupostos do Acordo de Paris e dele se retirar. No Brasil, o caminho é muito semelhante tanto no que diz respeito à agenda ambiental, como em relação à agenda do desenvolvimento. É impressionante como o contexto das negociações em torno dos ODS parece tratar de outro tempo histórico, embora seja tão recente. As mudanças políticas recentes nos afastaram daquela realidade que, na atual conjuntura, parece muito distante.

Pergunta: Quando eu perguntei sobre a redação, na verdade eu tinha na cabeça especificamente o ODS 1 sobre acabar com a pobreza. Mas temos acompanhado os números que são divulgados por vários institutos de pesquisa, sobre a questão de onde está a riqueza do mundo nesse momento, e vários indicadores demonstram que 1% da humanidade, ou meia dúzia de homens no caso do Brasil (literalmente), detém 50% de toda a riqueza, enquanto a outra metade da população, detém a outra metade.

Uma redação como essa (acabar com a pobreza) não seria mais bem definida se fosse “acabar com a riqueza extrema”? Por que acabar com a riqueza extrema me parece mais simples do que acabar com a pobreza extrema, uma vez que nós estamos falando em reduzir desigualdades a partir de um conceito de redistribuição das riquezas e dos recursos naturais do planeta e para a sociedade.

Não é uma questão de carência de recursos que gera a pobreza e as desigualdades, é a concentração de renda em poucos que promove a situação que nós estamos tentando combater. Como faremos para tentar combater a riqueza extrema e essa concentração de renda? É combatendo a pobreza que vamos resolver?

Karen: Vou complementar com um dado que é assustador: as 62 pessoas mais ricas do mundo detêm a riqueza de 3,6 bilhões mais pobres (ARRETE, 2015). Neste sentido, será que só o combate à pobreza implicaria redução da desigualdade? Na verdade, não! São objetivos distintos e igualmente importantes e um não resvala necessariamente no outro. São necessárias políticas diferentes para lidar com a extrema pobreza e para lidar com a redução da desigualdade. Quando nos referimos à redução da pobreza, estamos diante de algo que é, de fato, inegociável no âmbito dos direitos humanos. Mas isso não é suficiente para dar conta e para gerar aquilo que é fundamental para o conceito de desenvolvimento sustentável, que é igualdade de oportunidades, um padrão de igualdade que proporcione também igualdade de resultados.

É importante mencionar que esta questão esteve presente nas Teorias do Desenvolvimento. As Teorias do Desenvolvimento tais como a Teoria da Modernização e o estruturalismo cepalino apostaram, nos anos 1950, em um caminho “natural” para a redução da desigualdade. Isto é, o crescimento econômico teria como externalidade positiva, a redução das desigualdades. Não existe nada inevitável e natural nesse processo, ele é absolutamente político. Os economistas se esqueceram disso. Ele é um processo político que envolve escolhas políticas, e envolve contrariar atores que são muito decisivos e que tem poder.

Que tipo de política pública? São políticas que envolvem desde a política fiscal, que inclui gastos públicos e tributação. Portanto, é fundamental olharmos para os mais ricos, isto é, mais para a concentração de renda e menos para escassez. Um dos grandes desafios é conseguir tributar e direcionar os recursos oriundos do recolhimento de impostos para a igualdade de oportunidades. Mas poderíamos também pensar em políticas sociais que envolvem, por exemplo, valorização do salário-mínimo como já tivemos em anos recentes. As políticas de transferência de renda também são decisivas numa agenda de combate à pobreza e redução de desigualdade. Não é um caminho fácil e a democracia é o aspecto fundamental do processo. Não que ela garanta algo, mas sem ela a dificuldade se amplia.



Um dos grandes desafios é conseguir tributar e direcionar os recursos oriundos do recolhimento de impostos para a igualdade de oportunidades.

Em relação aos ODS, consegue-se inscrever na agenda internacional que o crescimento econômico por si só não terá como consequência a redução da desigualdade. Parece pouco, mas constitui um avanço notável. O acesso dos países desenvolvidos às instituições decisórias no âmbito internacional e a capacidade de orientar os seus técnicos nas organizações internacionais é superior à dos países mais pobres. Aqui não me refiro especificamente ao Brasil, classificado como potência média, país recém-industrializado e país em desenvolvimento, e que teve, até recentemente, uma diplomacia com destaque internacional, reconhecido pela sua competência nessas arenas, com um perfil negociador e capacidade de construir consensos. Refiro-me aqui aos países mais pobres. Qual é o acesso que eles têm a essas arenas, no sentido de fazer valer suas demandas de viabilizar ações que possam favorecê-los? Neste sentido, viabilizar a redução da desigualdade entre países envolve medidas “homeopáticas” e conjunturais como as políticas de assistência e cooperação para o desenvolvimento, mas especialmente políticas que exigem mudanças estruturais como é o caso da regulação do mercado financeiro.

Eu não sou especialista nas questões que envolvem o mercado financeiro e sua regulação, mas posso dizer que um dos principais desafios é impedir que o capital se reproduza prioritariamente pela lógica financista, improdutivo e maximizadora da renda de bilionários, deixando de ser direcionado para investimentos produtivos e geradores de emprego. Sem falar das jogatinas e apostas arriscadas que envolvem este segmento... A questão do mercado financeiro envolve inclusive questões éticas e de comportamento. É um setor muito poderoso que, mesmo em cenários de crise, lucra. O fato é que a taxação, o controle e a regulamentação desse setor são difíceis para qualquer que seja o governo e o país. Contudo, no momento de bancarrota, eles recorrem ao Estado e recebe em bilhões e bilhões para salvá-los, para que o sistema financeiro não entre em colapso generalizado.

Neste sentido, a crise de 2008 nos Estados Unidos mostrou claramente o que um mercado financeiro desregulamentado pode gerar em termos de ampliação da desigualdade. Há caminhos para lidar com esses temas todos, mas eles envolvem a "política em ação" e a construção de consensos. Não é fácil e não depende de "voluntarismo".

Pergunta: Vou complicar mais ainda essa equação, perguntando agora para você como professora do Curso de Relações Internacionais da Unifesp... Estamos aqui falando de uma pauta de agendas de Estado, agenda de acordos políticos, diplomacia, nações... Quando você entra no Panorama internacional atual não há como deixar de colocar nessa equação as grandes corporações transnacionais, megacorporações que detém mais riqueza do que grande parte dos países. Como podemos falar numa agenda de redução de desigualdade, de combate à pobreza, sendo que cada vez mais quem detém essa riqueza não são mais os Estados, aqueles que poderiam elaborar políticas públicas específicas? A grande riqueza está na mão de corporações cujas sedes nem fica muito claro em qual Estado está. Elas não estão atreladas a lugar nenhum, e inclusive vão atrás de Estados onde as políticas locais sejam mais favoráveis aos seus negócios. Como se consegue combater a desigualdade, e de alguma forma diminuir a pobreza, com a participação ou não dessas megacorporações? Como é que saímos dessa enrascada em que nos metemos como humanidade?

Karen: O ponto fundamental é o papel das grandes corporações, sejam as do setor de serviços, sejam as financeiras, sejam as da indústria. A lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e Proteção ao Consumidor (Public Law 111-203), que buscava implementar mecanismos de regulação do mercado financeiro e evitar a lógica do “grande demais para quebrar” (BOJIKIAN, 2018; WALLSTREET, 2014), pautou o salvamento das empresas do setor financeiro que foram à bancarrota em 2008 e era apoiada pelo Presidente Obama. No entanto, grande parte dos dispositivos regulatórios previstos ou sequer entrou em vigor, ou foram paulatinamente subvertidos. Mesmo o governo da nação mais poderosa do mundo tem enorme dificuldade de regulamentá-las. Esse é um desafio para governos de modo geral e não só para as nações em desenvolvimento.

Como relacionar esta questão com esse contexto? Estamos diante do poder das transnacionais. Não existe compromisso de qualquer ordem por parte destas empresas. O único pacto é com o aumento permanente da lucratividade e de sua rentabilidade. No caso dos Estados Unidos, desde os anos 1960, as corporações do setor industrial se deslocaram para o mundo em desenvolvimento, especialmente para os países asiáticos, em busca de incentivos fiscais, apoio à infraestrutura e mão de obra mais barata. Buscavam produzir em condições mais lucrativas, o que só prova a máxima de que o capital não tem pátria. Não é possível desvincular esta realidade do processo de aprofundamento da desigualdade nos Estados Unidos e do desalento do cidadão americano. A ascensão de Trump evidenciou tal desalento. É claro que se trata de um governo xenófobo, negacionista, misógino e racista. Mas qual que é o “caldo” disso? O que possibilita a ascensão de um governo com estas características? A resposta é: um país cuja desigualdade se aprofunda e no qual se tem uma parcela significativa de desempregados que sonham com aquela América do pós-guerra, e que tem a lembrança de um país ancorado na indústria e na produção.

O fato é que, diante deste contexto, as políticas que visam redução de desigualdade e pobreza sofrem muitas limitações. Não adianta a Assembleia Geral da ONU formar um grupo de trabalho para formular os fundamentais 17 ODS, se você tem uma pressão enorme para que os países tenham uma política fiscal restritiva. Vimos isso em contextos dramáticos como, por exemplo, durante a crise de 2010, na Europa.

A Grécia se desfazendo e o FMI pressionando para aprofundar o ajuste e corte de gastos. Vivenciamos isso com o teto de gastos no Brasil. Como viabilizar os ODS em um cenário tão restritivo? Evidente que a agenda dos ODS tem um papel fundamental, especialmente no âmbito local, e há algum espaço para ação dos governos. No entanto, não podemos ignorar o estrangulamento financeiro que se impõe aos governos, bem como a permanência do compromisso dos diferentes governos (independente da sua orientação ideológica) com a agenda do “mercado” e com a rentabilidade do setor financeiro.

Eu não acredito em um caminho de mudança que não seja pela política. Infelizmente o horizonte não é muito animador. Desde o final dos anos 1980, as forças e atores progressistas nacionais e internacionais não conseguem formar uma frente robusta para frear essa agenda e viabilizar um consenso nacional e internacional capaz de restringi-la.

Pergunta: A opção liberal, inclusive de privatização dos serviços públicos básicos, como Saúde e Educação, seria muito ruim para uma pauta de combate à desigualdade, pois isso aponta que o lucro passou a ser a mola propulsora das políticas internacionais, por pressão dessas megacorporações. Fica difícil acreditar que esse mercado, de maneira geral organizado no mundo de maneira transnacional, possa oferecer oportunidades de inserção de uma camada muito grande da população, no mínimo padrão de vida necessária para garantir Direitos Humanos.

Na sua opinião, o caminho seria por via das políticas públicas, e talvez aí pela via dos ODS, como pauta de uma organização internacional como a ONU, de certa forma ainda respeitada, seja por onde consigamos romper essa barreira.

Agora, se a opção neoliberal parece não ser realmente uma boa narrativa, no que diz respeito a pobreza e desigualdade, e não parece realmente que o controle do mercado favoreça muito a implantação dos ODS 1 e 10, qual o caminho possível? Você tem alguma mensagem otimista para nos dar?

Karen: A promessa dos anos 1980 - 1990 era justamente que essa retirada do Estado nos traria mais igualdade, inclusive porque as imperfeições governamentais, como a corrupção, seriam afastadas. No entanto, no início da nossa conversa, destacamos que, desde os anos 1940, não tínhamos um nível tão grande de desigualdade entre países.

Nos anos 1970, os Estados Unidos mergulharam em uma crise econômica, cujo desfecho se deu no governo Reagan com políticas que ampliaram os juros internacionais e causaram o aumento exponencial da dívida externa dos países latino-americanos e seu colapso econômico.

Simultaneamente inicia-se uma articulação com a União Europeia e pressões gigantescas para que o setor de serviços fosse incluído no GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio ou Acordo Geral sobre Aduanas e Comércio) e, por conseguinte, uma pressão enorme para que os países em desenvolvimento abrissem seus mercados. Qual era a lógica? Os Estados Unidos constrangiam multilateralmente via FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, GATT (após 1995, Organização Mundial de Comércio - OMC) e, também, em negociações bilaterais. O objetivo era que o Brasil abrisse seus mercados e implementasse uma política de privatização. As corporações americanas estavam ávidas pelo ingresso no mercado dos países em desenvolvimento em um cenário de crise como era o caso dos Estados Unidos naquele momento. De certa forma, o governo estadunidense era um porta voz das demandas do setor empresarial de seu país.

Portanto, parecem claras as limitações de uma agenda como a dos ODS se não enfrentarmos as questões estruturais e avançarmos também nesta dimensão. No entanto, sem dúvida, precisamos começar de algum lugar. E pautar a agenda internacional e nacional dos países é imprescindível.

Na OMC dificilmente teremos uma agenda tão virtuosa e realmente comprometida com o desenvolvimento igualitário e inclusivo como são os ODS. Pelo próprio processo como foram formulados os ODS, há um reconhecimento da necessidade de olhar para as especificidades dos países. Ou seja, não adianta pensar o desenvolvimento no Brasil, a partir dos parâmetros europeus, estadunidenses, isso também foi uma grande falha em algumas teorias do desenvolvimento. No seu início e, sob o marco da Teoria da Modernização, considerava-se o que os países em desenvolvimento seriam a Europa no futuro. Ou seja, nós seríamos o passado da Europa e estávamos nos dirigindo rumo ao padrão desenvolvido.

O fato é que, embora os constrangimentos macroestruturais sejam muito poderosos e significativos, não podemos desconsiderar a mudança que uma agenda como a dos ODS proporciona em cidades pequenas, médias e grandes. Com os ODS, há uma mudança qualitativa, porque há objetivos amplos, mas também metas e indicadores. Isso auxilia os governos locais no direcionamento de suas políticas públicas, de acordo com essa agenda. Isso não é pouca coisa, pois passa-se a ter um “norte” mais definido para as políticas públicas, bem como indicadores para monitorar os resultados dessas políticas.

Pergunta: Apesar dos incrédulos, dos que “torcem o nariz” por uma pauta internacional, sobre a influência de grandes interesses das nações poderosas, mas com um papel importante no desenvolvimento, os ODS estão aí e, realmente, eles têm pautado políticas públicas locais. Eu mesmo sou testemunha disso, pois faço parte da comissão Municipal de ODS aqui da cidade de São Paulo, e lá percebemos que estamos desenhando uma cidade a partir dos ODS. Minimamente a sociedade civil tem algum elemento para cobrar o Poder Público, para cobrar organizações e instituições, inclusive privadas, sobre seu papel e responsabilidade social.

Karen: Sim, e eu considero que essa agenda dos ODS faz diferença especialmente no que diz respeito a pautar a agenda local e nacional e definir parâmetros importantes para políticas que impactam diretamente a qualidade de vida do cidadão. Ainda que possamos ter uma elite que consiga pagar por todos os serviços que consome, ela é minoria. Vale destacar que a grande maioria da população é usuária de serviços públicos. Neste sentido, o diálogo com cidadão pode ser facilitado por exemplos práticos. O ideal é tratar daquilo que diz respeito ao seu cotidiano: a escola, o serviço de saúde, o transporte etc. A pandemia de Covid-19 nos trouxe a percepção da importância do acesso ao serviço público e não “apenas” os hospitais. O fato de as crianças estarem em casa evidenciou a importância da escola e as oportunidades e segurança que ela proporciona. O exemplo do SUS na pandemia é o mais emblemático. Parece que se tornou evidente o serviço público não é perfeito, mas é o caminho.



Ainda que possamos ter uma elite que consiga pagar por todos os serviços que consome, ela é minoria. Vale destacar que a grande maioria da população é usuária de serviços públicos.

A pandemia nos trouxe a percepção da importância do acesso ao serviço público, não só aos hospitais, mas as crianças poderem estar em casa, a falta que fez toda a oportunidade que a escola leva a elas. Temos um exemplo do SUS que, mesmo com todos os problemas que ele tem, foi capaz de atender a população nesse contexto dramático. E temos o contexto da educação, no qual houve um momento em que as escolas tinham que ficar fechadas, mas não se planejou o retorno. Ficou evidente a ideia de que se o serviço público não é perfeito, mas ele é o caminho. Não que com isso mudemos a história do desenvolvimento mundial. Não muda, mas podemos sim ter melhoras significativas naquilo que é o local e que o cidadão sente de perto.

O sistema capitalista gera pobreza e desigualdade. É um sistema baseado na exploração de mão de obra e implica inevitavelmente a formação de um exército industrial de reserva. É um sistema em que a desigualdade será inexoravelmente uma consequência do seu desenvolvimento. No entanto, estes aspectos não podem fazer com que se deixe de observar a heterogeneidade do processo. Nos marcos do modo de produção capitalista, há diferenças e nuances.

O capitalismo não é igual em todo lugar, assim como o estado de bem-estar social não foi homogêneo em todos os países e tal como as reformas liberalizantes tiveram características e intensidades variadas em países distintos. Portanto, a pobreza pode sim ser atenuada e reduzida, apesar do capitalismo. Inclusive dependendo do nível de pobreza, ela pode se tornar contraproducente para o próprio desenvolvimento capitalista, porque uma sociedade capitalista conta com um mercado de consumo de massa, isto é, uma massa capaz de consumir os bens e serviços produzidos.

Não devemos pensar que a pobreza sempre será benéfica à própria reprodução do sistema capitalista, porque se formos pensar no próprio desenvolvimento econômico capitalista, é preciso uma mão de obra qualificada e necessitamos que os cidadãos tenham um nível mais alto de escolaridade. Uma sociedade extremamente pobre é contraproducente à própria reprodução do sistema capitalista. Se partirmos da naturalização da pobreza e da desigualdade no capitalismo, esquecemos que as instituições e atores políticos importam. Esses aspectos têm papel fundamental na definição das variedades de capitalismo e Estado e nos padrões de desigualdade e pobreza.

Pergunta: E qual o papel das universidades pública nesse contexto?

Karen: A universidade são fundamentais na produção do conhecimento, não só na área das ciências naturais e médicas, mas também nas ciências humanas, tendo, portanto, um papel amplo e imprescindível. Elas constituem espaço importante de produção e difusão de conhecimento científico e de reflexão crítica, tendo liberdade por não estar submetida à constrangimentos governamentais.

No que diz respeito especificamente à Agenda 2030, há parcerias das universidades com os governos locais proporcionando recursos humanos para auxílio no próprio processo de implementação e monitoramento dos ODS. É importante que elas debatam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e se envolvam nos processos que impliquem na sua concretização. Seu apoio, por meio de projetos extensão e do auxílio aos governos subnacionais na formulação, implementação e monitoramento de Políticas Públicas, é fundamental. Atualmente, já se verifica o envolvimento de muitas universidades no processo de implementação da Agenda 2030.

Pergunta: Quais políticas implantadas em países onde a desigualdade e pobreza não são tão discrepantes que poderiam ser copiadas pelo Brasil? A Renda Básica Universal poderia ser a solução para acabar com a pobreza? Quais as ferramentas e mecanismos de convencimento dos tomadores de decisão em políticas públicas referentes aos ODS? Há espaço para acolhimento de refugiados nas economias já enfraquecidas dos países em desenvolvimento?

Karen: A renda universal tem papel importante, mas ela sozinha não resolve a dimensão da redução da desigualdade. É muito importante, é tarefa humanitária erradicar a pobreza extrema e a renda básica Universal é um caminho fundamental para isso. Já a redução da desigualdade exige a viabilização da igualdade de oportunidades e isso envolve necessariamente a rede de serviços públicos: o acesso à educação, o acesso à saúde e o acesso e ampliação de equipamentos culturais. A educação é uma variável importante quando nos referimos à desigualdade de resultado. O acesso à escola e à universidade têm potencial de criar um ciclo virtuoso para gerações futuras e esse acesso implica uma ampliação significativa de renda.

Por fim, entendo a razão do descontentamento e da visão de que são os políticos o “lado mau” de tudo. No entanto, acho fundamental lembrarmos das virtudes da democracia. Com todas as imperfeições, é no regime democrático que temos a possibilidade de escolher periodicamente quem vai nos governar. Temos a possibilidade de avaliar e mudar um governo. Muitas vezes temos essa ideia de que os cidadãos não sentem os efeitos concretos dos problemas econômicos, da crise econômica, dos serviços públicos de qualidade, mas eles sentem.

Entendo perfeitamente a crítica de que os políticos eleitos contaram com financiamentos milionários que deixam de fora da disputa aqueles que não contam e/ou não coadunam com esta estrutura de financiamento. Mas não vejo, no horizonte, outro caminho que não seja essa aposta nos cidadãos nas urnas.

O cidadão sabe se o transporte público piorou ou melhorou; sabe sobre a qualidade do serviço de saúde. O que eu acho fundamental é ter essa dimensão de que o serviço na ponta está relacionado com a decisão das urnas. Claro que as decisões das urnas podem ser equivocadas, mas o cidadão pode fazer esta avaliação e decidir novamente e de forma distinta. Nós escolhemos os políticos que nos governam. Não escolhemos o promotor e o juiz. Escolho vereadores, prefeitos, deputados, governadores e presidentes. Quando abominamos a política, esquecemos e deixamos de lado que é ela a responsável pela provisão de bens e serviços elementares. A política é também entrar no posto de saúde, com falta de ar, e poder ser encaminhado para o hospital de referência. É ter uniforme para colocar nos filhos para ir para a escola e ter um ensino de qualidade, com refeição descente.

Sobre os esforços de outros países, o gestor público precisa ter em vista as experiências bem-sucedidas deles, sendo isso um ponto de partida para pensar novos modelos. Mas também é uma ilusão achar que se pode simplesmente copiar políticas de outros países. Uma política de sucesso implementada na Suécia não terá os mesmos resultados no Brasil.

A dificuldade não é se a eficiência e eficácia de um modelo específico de política funciona, mas como e se este modelo funcionará naquele contexto específico com instituições, atores e recursos distintos. Aqui temos governos subnacionais com papel fundamental no processo de implementação de políticas públicas. As experiências podem ser inspiradores pontos de partida, mas não dispensa o olhar para as especificidades.

Enfim, não basta copiar modelos, mas sabemos que há políticas, como auxílio emergencial e Bolsa família, que produzem benefício em relação à redução da pobreza onde quer que sejam implementadas. No caso do Brasil, é indispensável nos voltarmos para o sistema tributário e para o teto de gastos, políticas públicas que precisam ser revistas.

Referências:

ARRETCHE, Marta. Trajetória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo, Editora Unesp, 2015.

BOJIKIAN, Neusa Maria. O Feitiço do tempo: dez anos desde a crise financeira. 2018 Disponível em: <https://www.opecu.org.br/2018/04/27/o-feitico-do-tempo-dez-anos-desde-a-crise-financeira/>

COSTA, Karen Fernandez; SILVA, Jefferson Luís. OCDE: a importância da organização e a frustração brasileira. 2019 Disponível em: <https://www.opecu.org.br/2019/10/19/ocde-a-importancia-da-organizacao-e-a-frustracao-brasileira/>

MENEZES, Henrique Zeferino (org.). Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

WALLSTREET derruba restrições a derivativos. 2014 Disponível em: <https://www.opecu.org.br/2014/12/12/wall-street-derruba-restricoes-derivativos/>



“

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.2

Arilson Favareto



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: Você acredita que a maneira como está redigido esse ODS 2 seja adequada à realidade brasileira, ou precisaríamos fazer uma adequação na redação, e como está a possibilidade de alcance dessas metas até 2030?

Arilson: A redação do ODS 2 me parece coerente e consistente, tanto para a realidade brasileira quanto internacional, pois se analisamos o texto encontramos ali alguns temas correlacionados: a fome e a desnutrição, que é a dimensão mais grave e envolve um problema humanitário dramático; alimentação saudável, o que já amplia um pouco mais o foco; e a expressão sistemas sustentáveis, o que enfatiza as interdependências entre os anteriores e a questão ambiental.

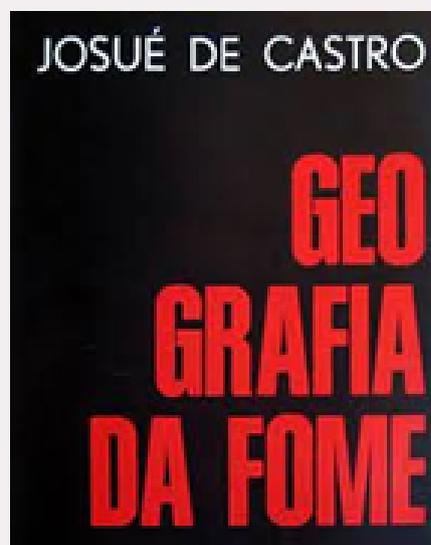
O problema começa quando descemos às metas e indicadores. Em alguns casos temos boas metas, no caso da fome e da desnutrição temos indicadores que são socialmente aceitos, partilhados e que a comunidade científica adota. Quando vamos para temas como os sistemas de produção sustentável fica mais complicado, porque o termo sustentabilidade é tão importante que se tornou uma certa "moda". Os atores políticos disputam o significado e o sentido dessa ideia. Não há um entendimento partilhado sobre o que isso significa, o que se traduz em dificuldade para encontrar métricas adequadas para medir a sustentabilidade dos sistemas produtivos. De toda forma, é importante que essa controvérsia alimente o debate público. Porque os ODS não são uma mera formulação técnica. Isto é, claro que há uma dimensão técnica na busca por bons indicadores e metodologias de monitoramento, mas os ODS são, sobretudo, um convite para pensarmos uma nova narrativa de organização social, de relação entre sociedade e natureza, e a partir daí, sobre que acordos se pode fazer em torno disso.

Um grande desafio sobre o ODS 2, portanto, está na sua interdependência com outros ODS. Por exemplo, há uma forte relação com o ODS 1, sobre a pobreza; com o ODS 3, que trata de saúde, e o mesmo vale para os outros que tratam de desigualdades ou mudanças climáticas, apenas para ficar naqueles em que a interface é mais direta. Basta apenas lembrar que metade das emissões mundiais de gases estufa estão associadas ao setor agroalimentar, da produção à distribuição. Dependendo de como se aumenta a oferta de alimentos as emissões podem aumentar ou diminuir. Um nó está aí: quando vamos discutir as diferentes maneiras de alcançar as metas sobre a fome, isso pode ser feito de maneira a ajudar o cumprimento das metas dos outros ODS ou de complicar a situação nesses outros domínios. É na definição dos modelos de relação entre sociedade e natureza e nas interdependências entre cada domínio dos diferentes ODS que devíamos nos concentrar, para além das metas separadamente.

Pergunta: Em relação às políticas públicas de investimentos em agricultura, considerando que ele é a força motriz no Brasil, tanto no que diz respeito ao agronegócio quanto a agricultura familiar e/ou orgânica, como você vê, no Brasil, os avanços e os retrocessos nos níveis municipal, estadual e nacional para essa questão?

Arilson: No caso das políticas públicas envolvendo o ODS 2, sobre a fome, podemos fazer uma breve viagem no tempo. A fome é um problema histórico no Brasil. Lembremos o estudo clássico de Josué de Castro, a “Geografia da Fome”, um dos livros fundamentais do pensamento social brasileiro. Até os anos 1960 o Brasil era um país deficitário na produção de alimentos. Essa é uma das questões que levaram ao enorme esforço que fez com que, no intervalo de uma geração, o Brasil saísse dessa condição de um país deficitário, para a condição oposta, de ser atualmente um dos maiores exportadores de alimentos do mundo. Entre os anos 1960 e 1990 o Brasil promoveu essa ascensão fantástica da sua agricultura.

Mas, fizemos isso com base em um modelo que não resolveu o problema da fome. Podemos lembrar, na virada dos anos 1990 para os anos 2000, da célebre campanha do saudoso sociólogo Herbert de Souza, do Ibase, o Betinho, e sua Campanha da Cidadania Contra a Fome, que se tornou uma mobilização nacional e contribuiu decisivamente para tornar este tema algo central na agenda pública brasileira da época. Não é por outra razão que por volta dos anos 2000, foi criado o programa Fome Zero, e depois um conjunto de iniciativas como o Bolsa Família, que contribuíram para que então ocorresse uma redução muito significativa da fome do Brasil.



Nós vínhamos nessa trajetória de redução da fome até por volta de 2015, quando os indicadores começam a piorar. Poderíamos mencionar a pesquisa divulgada pelo IBGE em novembro de 2020, usando dados ainda anteriores à pandemia da Covid-19, que mostram como, depois de mais de uma década de redução da fome no começo deste século, nós voltamos, a partir de 2015, aproximadamente, à situação que estávamos no começo dos anos 2000.

É como se em quatro anos nós retrocedêssemos vinte. E isso, antes da pandemia. Nós não temos ainda dados precisos sobre esse impacto da pandemia na fome. Em outros países onde isso está sendo monitorado, por exemplo, no Peru, já se mostrou que, durante a pandemia, 7 em cada 10 famílias experimentaram restrição no acesso a alimentos. No caso do Brasil o auxílio emergencial contribuiu para atenuar isso. Mas nós vamos ver nos próximos meses o verdadeiro efeito da pandemia na pobreza e na fome porque a crise ainda deixará reflexos dolorosos. O Brasil precisa retomar uma política de combate à fome. Tivemos sucesso nisso, mas é algo que foi interrompido.

Outros indicadores além da fome fazem parte desse ODS 2, e em quase todos eles a situação é muito preocupante. Sobre a meta relacionada a sistemas de produção sustentáveis: sabemos que a degradação ambiental está sendo acelerada a passos largos por conta da política ambiental do governo federal, que é criticada dentro e fora do país. Isso afeta uma série de indicadores associados ao ODS 2, à ideia de agricultura sustentável: perda de cobertura florestal, erosão de biodiversidade, uma lista longa. Em quase todos os indicadores neste tema a situação é complicada.

Há, nisso tudo, um outro risco. Como temos visto, nos anos mais recentes, um verdadeiro desmonte de vários programas que vinham contribuindo para uma melhora desses indicadores, isso pode levar a uma leitura de que bastaria voltarmos a fazer o que estava sendo feito na primeira década dos anos 2000, quando a política contra a fome vinha tendo sucesso, quando a política ambiental vinha resultando em redução do desmatamento e daí por diante. Claro que perto do que temos hoje, voltar àquilo já seria um enorme avanço. Mas não seria o suficiente. O contexto é outro. Temos que valorizar as experiências e inovações que foram implementadas nas políticas públicas naquele período. Mas temos que fazer, também, o balanço crítico do que foi feito antes do desmonte atual. Por exemplo: programas que foram muito importantes como o Programa de Aquisição de Alimentos, mesmo no seu auge, tiveram problemas de implementação, a cobertura era pequena. Políticas de crédito para a agricultura familiar, tivemos só um período em que o Pronaf teve expansão entre as famílias mais pobres, depois voltou a haver concentração dos recursos nos segmentos mais estruturados e das regiões mais ricas do país.

Então, há muito o que melhorar. O que eu quero sublinhar é que, ao fazer esse balanço, nós temos que primeiro reconhecer o retrocesso brutal dos últimos anos, em todos os indicadores que olhamos: liberação indiscriminada de agrotóxicos, volta da pobreza e da fome, a lista é longa. Basta ver o Relatório Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil sobre Agenda 2030 e os ODS para constatar isso. Mas também é importante entendermos que estamos em outro período da História e não basta voltar a fazer o que era feito antes do desmonte.

“ O que eu quero sublinhar é que, ao fazer esse balanço, nós temos que primeiro reconhecer o retrocesso brutal dos últimos anos, em todos os indicadores que olhamos: liberação indiscriminada de agrotóxicos, volta da pobreza e da fome, a lista é longa.

Mas também é importante entendermos que estamos em outro período da História e não basta voltar a fazer o que era feito antes do desmonte. Está faltando fazer um balanço crítico daquele período. Uma parte dos atores do debate público está se baseando, ao fazer a crítica ao período atual, em um certo saudosismo do que tínhamos antes. Lembremos que nós tínhamos, sim, políticas de combate a fome, mas tínhamos também pesados incentivos ao agronegócio, causando desigualdade, gerando impactos ambientais severos.

Não precisamos voltar ao que era aquela época, precisamos, sim, usar o que foi feito quando havia políticas públicas mais vigorosas do que hoje como exemplo, como estímulo, mas olhando para a frente e sempre buscando as inovações possíveis.

Um último comentário sobre isso: diferente do começo dos anos 2000, quando o centro das inovações em políticas públicas era o governo federal, hoje esse epicentro se deslocou para os governos subnacionais. O Consórcio dos governos estaduais do Nordeste é um exemplo. Várias prefeituras têm experimentado iniciativas inovadoras também, de promoção de circuitos curtos de abastecimento, do agricultor ao consumidor, buscando formas alternativas de comercialização da agricultura familiar, de incentivo à agroecologia. Então, eu diria que apesar do quadro geral muito desolador, nem tudo está parado. Temos um arquipélago de pequenas inovações acontecendo e isso precisa ser valorizado, precisa ganhar escala. A sociedade civil está se mobilizando. Há vida. Eu acredito que nos próximos anos teremos uma retomada de movimentos e processos que podem resultar em uma nova geração de políticas públicas que possam promover o combate à fome, à segurança alimentar e à promoção da agricultura sustentável.

Pergunta: Como você vê a associação entre os setores (sociedade civil, academia, empresariado), para o avanço das políticas públicas? Atualmente assistimos o fortalecimento do agronegócio na macroeconomia governamental federal de maneira geral. Como podemos fortalecer a troca de saberes entre os grupos que não estão sendo ouvidos no diálogo para criação dessas políticas públicas?

Arilson: Vamos lembrar o título da conferência proferida pela Elinor Ostrom, por ocasião do recebimento, por ela, do Nobel de Economia. Ela dedicou sua vida ao estudo dos temas e deu àquela conferência o título “além do Estado e dos mercados”, e no subtítulo afirmava a necessidade de uma governança policêntrica. Por trás disso está a ideia de que uma transição para a sustentabilidade, assim como insinuada nos ODS, não será algo possível só com o esforço do Estado, ou só com o setor privado, ou ainda só com o trabalho de organizações sociais. É preciso uma convergência de esforços muito grande.

No tema da fome e agricultura sustentável, estamos, eu diria, em uma espécie de “meio do caminho”. Como na metáfora da metade cheia do copo e metade vazia. Olhando para a metade cheia, eu diria que, passado um momento em que houve certa paralisia com tudo o que está acontecendo, estamos agora em um outro movimento. Organizações e lideranças começam a procurar onde estão as convergências, buscando formas de diálogo, muita gente aberta à cooperação para fazer frente a essa situação atual de crise aguda. Podemos ver isso nas universidades, os pesquisadores procurando se aproximar da sociedade civil, e as organizações sociais procurando o mundo da ciência para qualificar a produção de evidências e melhorar os diagnósticos e as soluções sobre os problemas. Alguns governos estaduais e municipais estão tentando remar contra a maré e produzir iniciativas inovadoras. Fundações empresariais estão fazendo coisas importantes sobre inclusão produtiva, sobre combate à fome, sobre educação e saúde. Estamos em uma situação em que o arquipélago de iniciativas inovadoras e a vontade de colaboração têm aumentado.

Olhando agora para a metade vazia do copo, precisamos identificar também onde temos que avançar. Toda a situação que se convencionou chamar de polarização política afetou também a cooperação. Quando pensamos em agricultura sustentável e transição agroalimentar, temos que entender que não existem apenas dois polos – a agroecologia e a agricultura empresarial de grande porte em bases convencionais. Há uma pluralidade muito grande de fatores e atores. Há movimentações em parte do setor empresarial em atender melhor à demanda da sociedade por uma agenda sustentável. Há, nas organizações populares, a necessidade de dialogar além dos seus parceiros tradicionais. Então, eu diria que um grande desafio que temos é usar a retórica dos ODS como um campo de entendimento comum, mas que precisa ser preenchido com iniciativas concretas e formas de colaboração que terão que ser cada vez mais plurais. Uma coisa que a literatura nos ensina é que transições dessa magnitude, como a pretendida com os ODS, sempre demandam uma coalizão ampla e plural de forças sociais sustentando essas mudanças. Não há um setor ou ator que consiga sozinho conduzir isso. Nessa capacidade de construção de coalizões amplas e plurais temos que evoluir bastante ainda.

Pergunta: Sobre a macroeconomia afetando a produção de alimentos, há no Brasil a questão das commodities de soja para exportação, gerando uma macropolítica que avança em áreas naturais. Existe uma macroeconomia pressionando negativamente o combate das consequências e não as causas dos problemas ambientais? Há algum caminho possível para combatermos essa visão unidirecional, ou você está absolutamente pessimista em relação a isso?

Arilson: No caso da agricultura e alimentação a situação é muito ambígua. Não sou pessimista, mas o setor de agricultura e alimentação no Brasil está exposto a dois tipos de forças externas muito diferentes.

De um lado temos 8 bilhões de habitantes no planeta, com estimativa de crescimento para algo em torno de 11 bilhões. O serviço demográfico das Nações Unidas considera que, no meio do século, depois disso, pode ocorrer uma estabilização que, no entanto, não será homogênea no mundo todo. A Ásia e África continuarão crescendo. E isso é importante porque 9 em cada 10 pessoas que passam fome no mundo hoje estão na Ásia e África. Então, não se trata de ser neomalthusiano e dizer “olha, vai faltar alimentos” ou coisa do tipo. O que eu quero destacar é que isso vem sendo usado por uma parte dos especialistas para afirmar que, por esse movimento demográfico, continuaremos a ter uma demanda muito grande para a exportação de commodities brasileiras e que aí estaria a chave do nosso futuro; isto é, aprofundando o perfil atual de dependência crescente desse setor.

Por outro lado, nós temos uma mudança muito importante no âmbito internacional que afeta consumidores e governos, que é uma preocupação ambiental cada vez mais forte e uma preocupação também crescente com a qualidade dos alimentos. Alguns relatórios internacionais apontam então que, sim, aquela tendência demográfica pode significar maior demanda por proteínas e, portanto, para um aumento na produção brasileira de carnes e soja. Mas apontam também que há uma mudança no padrão de consumo no plano internacional. Alguns estudos apontam mesmo que isso faria com que em algum momento entre 2030 e 2035 deve começar a haver uma diminuição na demanda por consumo de carne, significando uma pressão a um reposicionamento da produção brasileira. Além disso, e inegavelmente, a emergência climática.

Essa é uma preocupação que veio para ficar e será cada mais severa. Tudo isso vai criando um ajuste de comportamento ainda muito modesto e periférico, mas que não tem como ser menos do que isso, ao contrário, terá que ser cada vez maior. Isso se traduz em uma pressão do consumidor sobre as indústrias que compram nossos produtos, isso se transforma em pressão do cidadão sobre governos. Vamos lembrar que os condicionantes socioambientais são hoje, um dos fatores que têm travado o acordo comercial envolvendo Mercosul e União Europeia.

Ou seja, essa junção entre as agendas comercial, produtiva, ambiental e da saúde vai se reforçar cada vez mais. Não adianta algumas organizações dos produtores brasileiros dizerem que tudo isso é invenção dos europeus porque querem proteger os mercados deles e coisas do tipo. Claro que existem interesses comerciais envolvidos. Isso é parte do jogo das disputas entre nações. Mas é preciso envolver que não é só isso. Estamos falando de um movimento sem volta no cenário internacional. Isso já vem ocasionando mudanças de comportamentos no setor e parte das lideranças começa a dizer: olha, entre nós há um segmento que usa tecnologias sustentáveis, que está disposto a discutir monitoramento de impactos. Esses vão se adaptar melhor a esse novo cenário que vai se consolidando. Há aí uma controvérsia: o que cada um chama de sustentável. Já falamos disso no início da nossa conversa. Outra controvérsia: o fato de existirem produtores que aceitam discutir a pauta da sustentabilidade não quer dizer que os outros, os predatórios, deixarão de existir automaticamente. Daí a importância de ter fiscalização, monitoramento, incentivos a práticas sustentáveis. Essa fronteira de inovações e de adaptação vai se movendo cada vez mais para a frente e é papel da sociedade e dos governos acelerar essa transição, incentivando as novas práticas, e punindo os piores comportamentos.

Para complicar mais um pouco, vamos lembrar que no Brasil temos um grande problema. Desde os anos 80 o Brasil vem se desindustrializando. Nós vivemos uma espiral em que dependemos cada vez mais do setor de exportação de commodities para fazer o país crescer. E isso é um grande problema. Porque a maneira como produzimos commodities no Brasil é uma máquina de produzir desigualdades. Não se trata de dizer que tudo é culpa do agronegócio, mas sim de declarar que é falsa essa ideia de que o agronegócio carrega o Brasil nas costas.

Na melhor hipótese, isso é uma meia verdade. É verdade que é o setor que mais cresce, é campeão de produtividade, reconheçamos os fatores verdadeiros. Mas a capacidade de gerar empregos é muito limitada, porque é uma produção muito moderna, mecanizada, gera poucos empregos indiretamente. Dizem que isso é compensado porque essa riqueza movimento as economias locais nas regiões produtoras. De novo, meia verdade. Movimenta a economia de alguns centros. Mas muitas vezes há um entorno de municípios com uma paisagem monótona de monoculturas.

A economia desses pequenos municípios pouco se beneficia desta riqueza porque os donos das terras não são dali. Os empregos gerados são poucos. Eu fiz recentemente uma pesquisa na região do Matopiba, vitrine do agronegócio, e demonstramos isso claramente: apenas uma minoria dos municípios da região campeã da produção de soja no Brasil tem indicadores melhores do que a média. As chamadas "cidades do agronegócio" são poucas. Nos demais, a situação é pior do que a média. Alguns dirão: mas gera impostos para o Estado. Mais uma vez, meia verdade. A agricultura de commodities não paga ICMS, por exemplo.

Por tudo isso precisamos colocar um tempero nessa discussão de qual o significado verdadeiro para a economia brasileira, dessa especialização na agricultura de commodities. É absolutamente certo que ao longo das próximas décadas esse setor será muito importante para o Brasil. Mas, em primeiro lugar, não é verdade que eles precisam continuar produzindo como produzem. Parte desse setor já está conseguindo enxergar isso. E, segundo lugar, não é verdade que a degradação ambiental é o preço da produção dessa riqueza. Pode-se produzir o mesmo volume, com mais rigor nas políticas ambientais.

O que tínhamos dez anos atrás era justamente isso: aumento da produtividade e redução do desmatamento. Então por que afrouxar a legislação ambiental? Terceiro, temos que diminuir essa dependência das commodities. Não tem problema haver um agronegócio forte, mas é ruim para o Brasil, e é ruim para o próprio agronegócio, que o país dependa tanto desse setor. Porque ele não tem a capacidade de gerar os benefícios sociais e ambientais que precisamos. Ao longo dos próximos anos, o Brasil vai ter que rediscutir o seu modelo de desenvolvimento, discutir qual é o tipo de inserção internacional que o país quer ter daqui 30 ou 40 anos. Isso vai forçar algum tipo de ajuste.



Ao longo dos próximos anos, o Brasil vai ter que rediscutir o seu modelo de desenvolvimento, discutir qual é o tipo de inserção internacional que o país quer ter daqui a 30 ou 40 anos. Isso vai forçar algum tipo de ajuste.

O grande problema é a defasagem muito grande que temos em relação aos termos em que está acontecendo o debate internacional a respeito do que vem sendo chamado de pós pandemia, e os termos em que está posto o debate brasileiro sobre o futuro do país. Alguns países estão tentando conectar as coisas. Em alguns países se usa a expressão Green New Deal, como uma tentativa de conectar recuperação econômica com a agenda ambiental e com a agenda social. Veja o debate sobre a chamada Recuperação Verde em alguns países.

Veja o debate proposto pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) em torno do chamado Big Push Ambiental como estratégia de crescimento econômico com critérios ambientais. Existem movimentos significativos no plano internacional que no Brasil são muito mais tímidos. Não é que não existam. Discutimos, instantes atrás, o que eu chamei de arquipélago de inovações. Mas ocorre que aqui o tom geral do debate está muito marcado pelo curto prazo: como fazemos para voltar a crescer 3% ou 4%, ou escapar do déficit atual. Não dá para ser assim. Temos que voltar a fazer o que as gerações passadas fizeram que é reinventar o futuro do Brasil, voltar a pensar em médio prazo, voltar a pensar o que o Brasil quer ser no futuro. Não dá para pensar somente a curto prazo, porque no curto prazo, invertendo a famosa frase, estaremos todos mortos.

A sociedade brasileira precisa passar a discutir o futuro de forma diferente. Por exemplo, a maior parte da população brasileira não sabe que a soja, por exemplo, é isenta de ICMS, enquanto produtos da cesta básica pagam ICMS. Estamos aqui falando de fome. Que sentido faz dar subsídio para exportação de soja e os produtos que afetam a alimentação básica pagarem mais imposto, como pagar mais imposto no arroz que na soja. Certo, exportações são importantes para a economia brasileira. Mas o que é preciso entender é que há um custo embutido aí. Qual é o efeito disso para o bem-estar das pessoas? Para que serve a riqueza? Para que serve o crescimento? Estamos invertendo essas coisas porque a maior parte da população não sabe isso.

Temas como estes estão ausentes dos grandes momentos de definição na esfera pública. Vamos dar um exemplo bem concreto. Provavelmente daqui a alguns meses vai ser retomado o debate sobre uma reforma tributária. Ora, o horizonte do que está sendo discutido, mesmo quando olhamos para as melhores cabeças que pensam a questão tributária, é limitado. O foco tem sido melhorar e tornar mais eficiente o sistema de arrecadação. Claro que isso é importante, mas isso é meio ou fim? Na crise em que estamos, trata-se de discutir que Estado precisamos ter, com que finalidade, para que tipo de sociedade? Em função desse acordo monta-se um sistema de tributação e arrecadação. Mas estamos fazendo justamente o contrário: é o rabo abanando o cachorro; em função do que o sistema arrecada, adaptamos o Estado. Teria que ser o contrário! E fazer disso um acordo social sobre o futuro, suas prioridades, quanto isso custa, e como essa conta pode ser paga, distribuindo os custos de outra forma entre os diferentes segmentos sociais.

Pergunta: Na universidade temos uma tendência de priorizar temas distantes dos que de fato precisariam estar sendo dialogados, em um distanciamento do que a sociedade está demandando. Isso em relação à pesquisa, que é um carro-chefe na universidade pública, raramente vai buscar, na fonte dos problemas, o que realmente precisa de soluções. Nós ficamos vagando nas teorias e concepções históricas e epistemológicas e discutimos muito pouco sobre qual cidadão que estamos formando: queremos formar profissionais “críticos”, mas atuamos na formação de engenheiros, biólogos, médicos e sociólogos pouco críticos. Um dos papéis importantes da universidade na transformação dessa realidade é a concepção educacional, é uma discussão sobre a quem estamos oferecendo nossos serviços, se é a sociedade que nos financia, é preciso refletir sobre as pesquisas fazemos, onde publicamos, em que língua publicamos, e outras reflexões desse tipo.

Pergunta: Nós, acadêmicos, poucas vezes participamos das audiências públicas, dos comitês, dos fóruns, de onde temos cadeira como representantes da sociedade civil. Pela outra via, a sociedade civil também, raras vezes, busca a universidade atrás de indicadores, parcerias, argumentos e outras ferramentas importantes de atuação. Perdem, assim, espaços para participar da elaboração de cursos, ou ocupar colegiados universitários onde a sociedade civil tem cadeira. Falta um pouco de compreensão do universo alheio, mais que parceria. Como aproximar a realidade dos problemas ao universo acadêmico e vice-versa, sendo a sociedade basicamente urbana e a agricultura um tema aparentemente distante?

Arilson: Os desafios são vários, mas vou listar dois. O primeiro é a universidade se abrir mais a diálogos, a pensar inversamente a incidência do conhecimento que vem sendo produzido na universidade, porque tem que ser uma abertura de mão dupla: a universidade precisa se abrir, atualizando o perfil de seus cursos e matrizes disciplinares, precisa produzir pesquisas com aderência aos problemas sociais; e também precisa repensar como ela coloca esse conhecimento à disposição da sociedade, modulando linguagem, formatando produtos que facilitem a compreensão e uso do que é feito com rigor acadêmico e científico. Já se faz muita coisa a esse respeito. Não é verdade que a universidade é uma torre de marfim, distante da sociedade. Parte do mundo universitário, sim. Mas não todo o mundo acadêmico. De toda forma, muito pode ser feito para estreitar esses laços. A sociedade e a ciência só têm a ganhar com isso.

O segundo tema é que, em grande medida, nós não temos ainda no mundo da ciência as ferramentas adequadas para interpretar a complexidade dos fenômenos que estão por detrás de uma proposta como a Agenda 2030 e os ODS. Eu, como sociólogo, sei que a sociologia se baseou, ao longo do século 20, em algumas ideias como a especialização. Fomos treinados para aprofundar o conhecimento sob um aspecto da realidade, e com isso perdemos a capacidade de dialogar com outras áreas do conhecimento e com outras dimensões dos fenômenos que analisamos. A fome é um fenômeno social, sim, mas é também um fenômeno político, econômico, cultural, e nós fomos treinados, durante gerações, para olharmos para apenas uma dimensão do problema.

Mais ainda, sempre somos treinados para analisar a realidade, mas muito pouco para entender como se fazem ou se induzem mudanças na realidade. A Agenda 2030 é uma narrativa de mudança e transformação. Nós precisamos nos atualizar sobre como produzir conhecimento, elaborar teorias, ferramentas de análise, hipóteses para estes problemas científicos: analisar fenômenos complexos e multidimensionais; e produzir evidências que ampliem e facilitem nosso entendimento sobre como induzir mudanças. As ferramentas que temos no mundo científico foram criadas para um mundo estável, previsível, diferentes do que nós temos. Vivemos em um mundo carregado de incertezas, riscos e complexidade. Precisamos atualizar nossos quadros cognitivos, e a partir daí, elevar o nível do conhecimento oferecido para a sociedade. Só assim será possível melhorar a qualidade do debate público e das decisões em direção de uma transformação como essa que os ODS exigem.

Pergunta: Em relação à agricultura sustentável, qual seu parecer em relação à agricultura urbana e aos sistemas agroflorestais na eficiência de produção de alimentos e impactos, quando comparados à agricultura e pecuária tradicional.

Arilson: Sobre a agricultura urbana é um tema que vem crescendo nas discussões do mundo inteiro, é extremamente importante. Aqui em São Paulo o Instituto Escolhas está conduzindo um estudo muito interessante em relação a isso, sobre a caracterização da agricultura urbana em São Paulo, que deve ser publicado em breve. Em quase todas as grandes cidades do mundo esse é um tema que vem tendo atenção, não só de organizações, mas de governos locais também. Há uma rede de pesquisadores de universidades produzindo subsídios sobre este tema, como parte de um movimento mais amplo sobre os chamados circuitos curtos de alimentação e consumo, que são muito interessantes sob vários aspectos. Ao valorizar esses circuitos curtos se faz a renda circular, em vez de alimentar os circuitos financeiros das grandes corporações de alimentos, se faz a interação entre os produtores locais e pequenos comerciantes, o alimento não precisa viajar centenas de quilômetros, ou até atravessar o oceano para chegar ao consumidor, o que tem um impacto ambiental enorme.

Há, aí, um certo risco de criar uma interpretação dual da agricultura brasileira, opondo, como fazem alguns, os territórios do agronegócio versus os territórios da agroecologia/agricultura familiar e afins. Esse não é um bom discurso, pois isolamos experiências tidas como virtuosas e deixamos de discutir a heterogeneidade, a diversidade do agro brasileiro e os da grande agricultura. Temos que ter as duas coisas. Temos que ter as experiências de agricultura urbana, familiar e também haverá o agronegócio. Não podemos restringir o debate público às experiências localizadas. Elas são tremendamente importantes por vários aspectos, mas não podemos aceitar isso como o caminho, isso é parte do caminho.

Já os sistemas agroflorestais constituem uma alternativa muito importante e extremamente eficiente, quando comparada ao agronegócio. Os sistemas agroflorestais são um tipo de organização dos sistemas de produção. Ora, no futuro não teremos apenas um tipo, e sim vários. A questão é que, independente do tipo de se adote, os critérios de sustentabilidade devem estar presentes.



Menciono isso por conta da outra questão sobre eficiência, o grande problema é que quando falamos de eficiência só se pensa em um tipo. Isso é o que os economistas chamam de eficiência alocativa: para cada unidade investida, qual é a quantidade produzida? Mas isso não é o único critério de eficiência que a própria ciência econômica produziu. Temos a eficiência ambiental e ecológica. Porque eu posso ainda gerar hoje muito produto por unidade investida mas, em médio prazo, esgotar os recursos daquela unidade. A dimensão temporal me obriga pensar em outros critérios da eficiência. Há a eficiência social e distributiva. Se eu pensar em outros economistas como Georgescu-Roegen, o que ele faz é dizer: a eficiência ambiental vem primeiro, porque se não há sistemas naturais prestando os serviços fundamentais para a vida humana, então não haverá vida humana. A economia ecológica tem uma forma simples de expressar isso. Ela adota três critérios de eficiência para avaliar situações concretas. De forma combinada. E a ordem importa. Primeiro vem a eficiência ambiental, pois sem os sistemas ambientais não existem sociedades humanas. Primeiro devemos criar formas de produzir que garantam a sustentabilidade dos ecossistemas em uma perspectiva em longo prazo. O segundo critério é a eficiência social, pois deve-se priorizar o que contribui mais significativamente para o bem-estar humano. E só em terceiro lugar vem a eficiência alocativa, que é o maior retorno por unidade investida.

Não se trata, então, do que é eficiente ou não é eficiente, e sim de qual é o critério de eficiência que está sendo considerado. Estudos atuais mostram que se embutissem no preço os custos sociais e ambientais que não são precificados, essa agricultura convencional seria completamente inviável, pois os custos excederiam muito os lucros e os preços a serem praticados se tornariam proibitivos. Isso não aparece nos preços porque são custos a longo prazo, que parece que ninguém vai pagar. Mas paga. Estão aí as mudanças climáticas e os chamados eventos extremos, que elas causam – secas prolongadas, tempestades severas. Há, ainda, um custo que fica diluído pelo conjunto da sociedade, parece que ninguém está pagando. Por isso é errado simplesmente dizer o que é eficiente e o que não é. A questão é eficiente sob o ponto de vista de qual critério? E, como eu disse, é a própria teoria econômica quem oferece diferentes critérios de eficiência para que possamos analisar fenômenos como a agricultura e a organização da economia.

Pergunta: O Brasil prioriza a exportação e, no caso recente da produção de arroz, essa prática redundou em um aumento dos preços desse produto no mercado interno. Há alguma forma de se evitar essa prática?

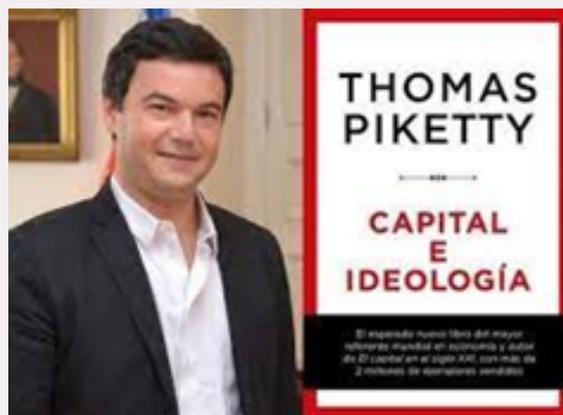
Arilson: Sobre as exportações, esse é um grande problema. O Brasil é um país que foi colonizado e estruturado em torno de uma economia voltada para fora, e isso se manifesta em temas mais estruturais como a dependência das commodities, já citada, mas também, noutra dimensão, em questões do nosso dia a dia, como as mudanças radicais nos preços de alimentos vividos atualmente. Como evitar isso? Há uma ferramenta usada no mundo todo que é o instrumento de estoques reguladores. Em nenhum lugar os estoques ficam perto de zero como acontece no Brasil. Desde 2012, e mais acentualmente desde 2015 os estoques estão baixando acentualmente. E isso se deve a uma orientação governamental deliberada de não haver estoques reguladores. Quando você tem qualquer problema como maior demanda do mercado externo ou evento extremo que resulta em quebra de safra, isso impacta diretamente no preço ou na disponibilidade dos produtos. O que deve ser feito é simplesmente o convencional de acordo com a experiência internacional. O dramático na situação atual do Brasil é que estamos deixando de fazer o elementar que deveria ser feito.

Pergunta: Na sua opinião, além de uma reforma tributária e fiscal que nos permita darmos maior acesso de crédito para pequenos produtores, a reforma agrária e o Zoneamento Ecológico Econômico não seriam fundamentais para o combate à desigualdade e para a consolidação da agricultura familiar e a policultura?

Arilson: Sobre desigualdade, vamos lembrar os livros Thomas Piketty, publicados nos últimos anos, principalmente o último: “Capital e ideologia”. Um dos principais argumentos dele nesse livro é que não existe inevitabilidade na desigualdade. Ao longo da História, em cada época, cada sociedade faz uma espécie de contrato em torno de quanto de desigualdade é aceitável. Alguma desigualdade sempre haverá, mas não precisa ser algo em patamares absurdos como atualmente. E em cada época esse quantum de desigualdade tolerável se sustenta em algum tipo de justificativa. Pois bem, desigualdade, mudanças climáticas e democracia são os três desafios fundamentais dessa geração e da próxima.

O modo como vamos lidar com isso é o que vai determinar a sociedade que teremos daqui a duas ou três décadas. Precisamos encontrar um modelo de desenvolvimento, ou se não gostam da ideia de desenvolvimento pensemos em um modelo de organização social, que poderá ter mais ou menos conservação ambiental, mais ou menos desigualdade. O que precisamos é encontrar um caminho no qual a questão ambiental seja tratada como parte do processo de crescimento econômico e não somente a posteriori, buscando mitigar as consequências do crescimento. Dito de outra forma, precisamos de uma forma de crescimento econômico apoiada na conservação da natureza e na redução da desigualdade – crescer conservando e distribuindo; em vez de uma preocupação só com o crescimento e depois, secundariamente, sobre como compensamos a concentração da renda.

Sobre reforma agrária e zoneamento, fica muito difícil abordar isso em pouco tempo. Claro que a democratização da propriedade fundiária no Brasil é extremamente importante, sem dúvida nenhuma. Para discutir bem esse tema temos que qualificar o que chamamos de reforma agrária. O conteúdo fundamental disso deveria ser uma mudança significativa na estrutura fundiária do país.



Mas isso é algo inimaginável no horizonte imediato, em um momento como esse, em que o agronegócio goza de uma reputação elevada na sociedade brasileira. A forma de tratar este tema não é algo que resulta só da vontade de um governo, mas de um acordo social.

Sou favorável a distribuição de terras e democratização fundiária, mas uma alteração radical hoje é irreal. Mais realista, no curto prazo, seria termos uma grande ênfase na disciplinarização do uso da terra, com mais regulação, com mais fiscalização, melhorando a utilização de instrumentos como os ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico).

A ministra da Agricultura Tereza Cristina dizia, no final de 2020, que era contra o desmatamento porque a agricultura não precisa de novas áreas, pois o crescimento da produção se dá pelo aumento da produtividade. Isso não é mentira, mas a grande questão é: porque, então, não há condenação veemente sobre as práticas predatórias nas áreas onde se tem transformação de florestas em pastagens com baixíssima produtividade?

É preciso um acordo que separe o “joio do trigo”. Onde se tem práticas predatórias, deve-se fortalecer a fiscalização. Se é algo periférico, como dizem, por que a chamada Bancada Ruralista e o Ministério da Agricultura não cobram ação mais forte do Ministério do Meio Ambiente? Por outro lado, é preciso reforçar instrumentos como o Guia Alimentar do Ministério da Saúde. Por que o Ministério da Agricultura queria rever as diretrizes deste instrumento tão importante e tão bem-feito, que virou uma referência no plano internacional? Enfim, em um país como o Brasil com enorme concentração, há espaço para uma reforma da estrutura fundiária. E no curto prazo, instrumentos como o ZEE e outras formas de disciplinarização do uso da terra são instrumentos menos controversos que já poderiam resultar em um tremendo avanço.

Para ir um pouco mais longe, é preciso mencionar também que, ainda falando de reforma agrária, o Brasil perdeu uma oportunidade de ouro quando escolheu não fazer uma reforma agrária nos anos 60 e 70. Todos os países que são democracias estáveis, têm altos índices de bem-estar e um crescimento econômico continuado, em algum momento resolveram sua questão fundiária, mas o Brasil não. EUA, Japão, Europa Ocidental, fizeram isso em algum momento e isso ajuda a entender por que experimentaram uma trajetória mais virtuosa, algo que não tenho tempo de detalhar aqui.

O fato é que uma reforma agrária hoje não terá mais o mesmo efeito que 40 ou 50 anos atrás. Isso porque nós já fizemos a transição, de um país deficitário na produção de alimentos, para a condição de um país campeão na produção e na produtividade agrícola. É difícil reverter o modelo concentrador de riqueza pelo qual isso aconteceu. Podemos modificar algo, fazer transições, mas não reverter. Se essa transformação tivesse sido feita tendo por base uma agricultura de base familiar, e não o velho latifúndio agora modernizado, o Brasil seria hoje muito menos desigual e mais democrático.

É importante dizer que isso não é só um tema agrícola. Isso teria um impacto na nossa desigualdade porque não termos feito uma reforma agrária gerou um êxodo rural intenso e rápido. Isso pressionou para baixo os salários urbanos. As nossas cidades seriam muito menos caóticas porque teriam crescido de forma mais lenta e talvez tivéssemos uma rede maior de cidades médias nas áreas interioranas. Esse é o preço quando o país faz escolhas erradas.

Mais importante: estamos agora em um outro momento de transição como aquele. Como vamos conduzir isso? Falar nesses termos parece algo muito abstrato, mas vamos lembrar que ao longo dos últimos 100 anos, o Brasil fez pelo menos três grandes transições. Começou uma nos anos 1930 quando, diante de uma crise internacional, parte de nossas elites decidem que não poderiam mais ser apenas exportadores de commodities. Para continuar realizando seus lucros o país precisaria se tornar uma nação urbana e industrializada. Começava ali uma trajetória de mudança.

Mudança incompleta e ambígua, mas ainda assim uma mudança. Prova disso é que o Brasil foi o país que mais cresceu no século 20, mais que a China. O Brasil se transformou em uma das dez maiores economias do mundo. Nos anos 1960 o Brasil decide fazer uma nova transição: era preciso modernizar a agricultura e, no intervalo de uma geração, fizemos essa mudança, com suas ambiguidades já mencionadas.

E com a redemocratização após a ditadura, com a Constituição de 1988, a sociedade brasileira faz uma nova mudança, acordo reconhecendo que era preciso resgatar o déficit democrático e expandir direitos, compensando os efeitos negativos da modernização conservadora das décadas anteriores. Cria-se o SUS, estende-se os direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, organizam-se outros sistemas nacionais como o que garante educação pública e gratuita, uma política de assistência social, entre outros.

Pois bem, estamos às portas de um quarto momento. Nossos modelos de desenvolvimento experimentados nas décadas anteriores já mostraram o que podiam entregar e quais seus limites. É hora de olhar para a frente e criar novas narrativas e utopias de futuro. Eu penso que a ideia de sustentabilidade é parte fundamental para fazer essa nova transição. De tempos em tempos a sociedade se coloca questões e desafios. A dinâmica das disputas e da cooperação entre as forças sociais é que, em cada momento, define o desfecho desses desafios. Podemos lidar com eles de maneira a repetir o passado. Ou podemos criar uma sociedade nova, com menos desigualdade, mais conservação da natureza, mais democracia e respeito à diversidade. Cabe à nossa geração conduzir uma mudança desse tipo.



“

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.3

Mônica Andreis



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: Você acredita que a maneira como está redigido esse ODS 3 seja adequada à realidade brasileira, ou precisaríamos fazer uma adequação na redação, e como está a possibilidade de alcance dessas metas até 2030?

Mônica: Vamos começar lembrando que o ODS 3 fala justamente em assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar a todos e todas, em todas as idades ([clique aqui](#)). Dessa forma, eu acredito que sim, que seja uma redação adequada, porque inclusive no Brasil já temos essa reflexão, desde quando instituída a constituição, no artigo 196, que estabelece a saúde como direito de todos e um dever do Estado ([clique aqui](#)). A partir daí houve a criação do SUS, que nos seus princípios de universalidade, integralidade, equidade de acesso, também tem essa concepção que a saúde deve ser acessível a todas as pessoas, de todas as idades ([clique aqui](#)).

Assim, de maneira geral, a redação é alinhada com o trabalho que já tínhamos no Brasil. É claro que quando você pensa nas metas, não só no ODS 3, mas no geral, essa é uma agenda ambiciosa, mas absolutamente necessária, pensando no que queremos alcançar, não somente para a geração atual, mas também para as gerações futuras.

Em relação ao ODS 3 o que observávamos até pouco tempo atrás é que algumas das metas vinham com bons indicadores, principalmente devido a alguns programas desenvolvidos no âmbito do SUS, que proporcionou uma melhora nos índices de mortalidade neonatal, infantil, materna, bem como no combate a doenças transmissíveis e não transmissíveis.

No entanto, o que acontece mais recentemente é um cenário de risco de estagnação ou retrocesso, devido a decisões governamentais que ocorreram nos últimos anos e atualmente. Em 2020, foi feita uma análise pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (GTAgenda2030), que culminou na publicação do [Relatório Luz 2020](#), que avaliou o cumprimento dessas metas. Em relação ao ODS 3, das 13 metas estabelecidas, apenas 3 tiveram um progresso satisfatório, outras estão estagnadas ou até, algumas, em retrocesso.

Assim, eu avalio que a proposta de redação, em si, é adequada e alinhada ao que já vínhamos fazendo, mas o nosso desafio é a manutenção de investimento e priorização dessas metas para o Brasil.

Pergunta: Como você avalia os avanços e os retrocessos nas políticas públicas de saúde no Brasil, nos níveis municipal, estadual e nacional?

Mônica: Aqui é necessário comentar um pouco sobre o tema de investimento em saúde. Certamente, já que estamos vivendo isso em 2020, não podemos deixar de falar da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), pois ela evidenciou ainda mais a importância do nosso Sistema Único de Saúde e da necessidade do investimento nesse programa, que já vinha sendo subfinanciado.

A pandemia também ressaltou a importância do investimento em todos os outros aspectos listados nas metas e diretrizes do ODS 3, pois parte delas fala, por exemplo, em investimento em pesquisas, desenvolvimento de vacinas, saneamento básico, que são questões fundamentais hoje e sempre.

Sobre o SUS, a Emenda Constitucional 95, conhecida como “teto de gastos”, gerou uma limitação importante no financiamento da saúde pública no Brasil. Em 2019 houve perda de cerca de 20 bilhões de reais no investimento em saúde ([veja aqui](#)), e a estimativa para 2020 previa perdas ainda maiores, somente alterada pelas questões da pandemia.

Mas e no futuro, quais as perspectivas? Penso que corremos um sério risco sobre a condição do SUS no futuro e espero que a situação atual nos leve a refletir sobre a necessidade de melhorar a gestão e o financiamento de nosso sistema de saúde. Vemos a cada dia como o SUS é vital para a população.

Outra necessidade premente é a reflexão sobre as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), que são as doenças que mais matam no Brasil e no mundo, sendo responsáveis por cerca de 71% das mortes ([veja aqui](#)). Portadores de DCNTs também apresentam risco aumentado para o agravamento da Covid-19 ([veja aqui](#)).

As DCNTs englobam as doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, câncer, diabetes e transtornos mentais. São doenças que em grande parte podem ser evitadas com a prevenção e controle de fatores de risco como tabagismo, uso abusivo de álcool, falta de exercício físico, alimentação inadequada. Temos uma série de políticas públicas que podem ser implementadas e que podem ajudar na promoção da saúde da população.

No Brasil, temos por exemplo uma política exitosa de controle do tabagismo. Existe uma Política Nacional de Controle do Tabaco (PNCT) que é orientada ao cumprimento do tratado internacional ratificado pelo Brasil em 2005, a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco. Este promove medidas como a restrição à propaganda, adoção de lei antifumo, entre outras. No entanto, enquanto vimos uma redução do tabagismo ao longo dos anos, podemos constatar que o índice de sobrepeso e de obesidade vêm aumentando significativamente entre 2010 e 2020.

Há ainda outras questões muito graves como, por exemplo, aquelas ligadas à desnutrição e à fome, agravadas pela pandemia, e ao aumento no uso abusivo do álcool. Nesse sentido precisamos urgentemente buscar e estimular políticas públicas que sejam eficazes e possam garantir amparo e assistência à população brasileira.



Nesse sentido precisamos urgentemente buscar e estimular políticas públicas que sejam eficazes e possam garantir amparo e assistência à população brasileira.

Pergunta: Como você vê a associação entre os setores (sociedade civil, academia, empresariado), para o avanço dessas políticas públicas? Atualmente assistimos tentativas de privatização da saúde. Como podemos fortalecer a troca de saberes entre os grupos que não estão sendo ouvidos no diálogo para criação dessas políticas públicas?

Mônica: Essa questão é extremamente importante. Precisamos unir esforços, e a própria agenda 2030 coloca isso. Todos os setores precisam estar envolvidos, cada um com seu papel, responsabilidades e limites, mas é preciso haver essa união. É também importante destacar que o interesse público deve sempre prevalecer, e não interesses privados ou corporativos.

O que já vem sendo feito há algum tempo é o trabalho em redes, no qual se procura promover o diálogo entre diversos setores. A própria ACT Promoção da Saúde é uma organização que nasceu com esse princípio. Vemos a importância da interação também entre diferentes áreas, como a saúde em sua interface com a economia, por exemplo, o direito, o meio ambiente etc

O GTSC Agenda 2030 traz também essa diversidade, pois reúne organizações de diferentes áreas ([clique aqui](#)) que, juntas, conseguem analisar todos os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e elaborar anualmente o Relatório Luz (ODS).

No que se refere à economia, vemos o esvaziamento de determinadas propostas e programas, como a redução do investimento em programas de agricultura familiar, aquisição de alimentos, alimentação escolar. Existem distorções muito graves como o incentivo fiscal à grandes empresas, dificultando a competição. Por exemplo, na Zona Franca de Manaus são oferecidos subsídios para empresas de refrigerantes, o que gera não só perda de arrecadação, mas também o impacto na saúde pelo maior consumo desse tipo de produto, que se torna mais barato e mais fácil de ser consumido pela população ([veja aqui](#)).

Deve haver a interação e o diálogo não só na área da saúde, em suas diferentes instâncias, mas também com os setores da economia, da justiça, e com os representantes da academia de diferentes áreas. Somente juntos conseguiremos encontrar novos caminhos, por mais que seja difícil. Na academia, por exemplo, ainda existe, às vezes, uma resistência, mas cada vez mais vemos a importância desta interação e apoio mútuo. Quando vamos discutir em uma audiência pública nas quais temos a participação dos pesquisadores especialistas naqueles assuntos, isso tem um papel e um valor gigantesco, pois contribui na melhoria do planejamento de uma política pública que impacta na nossa vida.

Infelizmente tivemos iniciativas que ceifaram muitos desses espaços de interação, conselhos, como o CONSEA, pois o decreto de 2019 ([veja aqui](#)) acabou com uma série de coletivos, inclusive a Comissão Nacional de Implementação dos ODS, que buscava realizar esse diálogo entre as organizações e setores da sociedade. Houve a extinção de várias iniciativas e isto barrou o processo de implementação da Agenda 2030 que havia sido previsto por meio de um plano de ação amplamente discutido. É uma pena pois é difícil construir uma coalizão, muitas coisas já tinham sido realizadas e a Comissão foi totalmente extinta.

Pergunta: Existe uma macroeconomia pressionando negativamente o combate às consequências e não as causas dos problemas ambientais que afetam a saúde? Há algum caminho possível para combatermos essa visão unidirecional, ou você está absolutamente pessimista em relação a isso?

Mônica: Eu nunca estou absolutamente pessimista. Apesar de fraquejar um pouco em alguns momentos, sempre tento encontrar caminhos para manter algum otimismo. Na verdade, temos em mãos uma grande oportunidade, não só em relação à Agenda 2030, que trouxe esse ideal de repensar as práticas em busca de justiça e igualdade (aliás, quem critica a Agenda 2030 deveria ler seu texto, pois é quase impossível discordar do que está escrito nela), mas agora com a pandemia, de novo temos essa oportunidade de repensar sobre como as coisas estão sendo feitas, como estamos conduzindo nossa sociedade.

Recentemente foi lançada uma publicação da Organização Panamericana da Saúde sobre os determinantes comerciais da saúde ([clique aqui](#)). O relatório analisa de que forma a prática das grandes indústrias afetam a saúde da população. Grandes indústrias, como a do tabaco, álcool e alimentos ultra processados, dominam o mercado e utilizam diversas práticas para expandir o consumo desses produtos, de uma forma que afetam não só a economia, mas a saúde e o meio ambiente nos países.

É importante olharmos para esses fatores agora, para o que nos faz avançar e o que nos bloqueia. Precisamos discutir sobre essas iniciativas que aparentam trazer um desenvolvimento, mas encobrem um grande impacto.

Por exemplo, a indústria do tabaco alega gerar renda para o país, mas quando se coloca na balança os impactos na saúde e o quanto se paga de impostos, há um déficit significativo, pelo qual as empresas não se responsabilizam ([veja aqui](#) e [aqui](#)) . Não podemos continuar assim no futuro se pretendemos seguir as metas de desenvolvimentos sustentável.

No Brasil temos uma oportunidade de discutir sobre a Reforma Tributária, e através dela buscar mecanismos que podem financiar a Agenda 2030. A proposta é incorporar os ODS e buscar uma reforma tributária que vem sendo chamada de 3S: saudável, solidaria e sustentável ([clique aqui](#)). E que não haja essas distorções que comentei, sem o subsídio às grandes indústrias que ficam com o lucro e deixam o ônus todo para a sociedade. Existem formas de taxar produtos nocivos à saúde que se mostram eficientes para reduzir o consumo e ao mesmo tempo gerar recursos que podem ser empregados em políticas públicas.

Temos a oportunidade de evoluir para o futuro que queremos, mas ainda há uma grande assimetria, pois existem grandes conglomerados que têm muita força e influência econômica e política. Mas este é o caminho, e vamos ser obrigados a repensar a maneira como concebemos o desenvolvimento e o futuro.

Mencionei o subsídio ao refrigerante, em que se perde cerca de 4 bilhões de reais ao ano, e ao mesmo tempo se retira o financiamento à agricultura orgânica e familiar, por exemplo. Então, o que estamos buscando de fato para o nosso país? É isso que devemos debater, todos nós, não só economistas ou quem atua diretamente nesta área, mas todos nós.

Pergunta: a própria Agenda 2030 tem metas para daqui há 10 anos, que já é muito curto, imagina pensar em médio prazo, mas é muito importante discutir esses temas essenciais relativos à saúde.

Mônica: A sociedade civil tem um papel fundamental, principalmente agora, por isso é importante não desistir, se manter ativo, mesmo diante de tantas dificuldades e ataques. É preciso recordar que a Agenda 2030 é um compromisso de Estado: não está vinculado a um governo ou partido.

A sociedade civil tem esse papel de zelar pelo cumprimento dos compromissos que são assumidos pelo Estado brasileiro. É importante que a sociedade civil ocupe os espaços que lhe são de direito, cobre, vigie e zele pelas prioridades da população. Temos que estar próximos e ativos junto ao legislativo, executivo e judiciário, uma vez que as empresas estão sempre lá pressionando e, se a sociedade civil organizada não estiver presente, somente as empresas defenderão seus próprios interesses. Ainda que seja em uma dimensão menor que o setor privado, dados suas condições, a participação do terceiro setor, com a legitimidade e a credibilidade de um trabalho sério, terá voz ativa na discussão de medidas de interesse público.



Temos que estar próximos e ativos junto ao legislativo, executivo e judiciário, uma vez que as empresas estão sempre lá pressionando e, se a sociedade civil organizada não estiver presente, somente as empresas defenderão seus próprios interesses.

Agora com a pandemia vemos a importância da flexibilidade nos modos de atuação e de usar outros recursos para garantir esta participação, como a realização de reuniões online, de audiências públicas virtuais etc. ([clique aqui](#))

Pergunta: Na universidade temos uma tendência de priorizar temas distantes dos que de fato precisariam estar sendo dialogados, em um distanciamento do que a sociedade está demandando. Isso em relação à pesquisa, um carro-chefe na universidade pública, que raramente vai buscar, na fonte dos problemas aqueles realmente precisam de soluções. Nós ficamos vagando nas teorias e concepções históricas e epistemológicas e discutimos muito pouco sobre qual cidadão que estamos formando: queremos formar profissionais “críticos”, mas atuamos na formação de engenheiros, biólogos, médicos e sociólogos pouco críticos.

Um dos papéis importantes da universidade na transformação dessa realidade é a concepção educacional, é uma discussão sobre a quem estamos oferecendo nossos serviços. Se é à sociedade que nos financia, é preciso refletir sobre a pesquisas que fazemos, onde publicamos, em que língua publicamos, e outras reflexões desse tipo. Nós acadêmicos poucas vezes participamos das audiências públicas, dos comitês, dos fóruns, onde temos cadeira como representantes da sociedade civil. Pela outra via, a sociedade civil também raras vezes busca a universidade atrás de indicadores, parcerias, argumentos e outras ferramentas importantes de atuação. Perdem, assim, espaços para participar da elaboração de cursos, ou ocupar colegiados universitários onde a sociedade civil tem lugar. Falta um pouco de compreensão do universo alheio, mais que parceria. Nesse cenário, como aproximar a realidade dos problemas ao universo acadêmico e vice-versa?

Mônica: Como organização de saúde temos trabalhado muito o tema das externalidades negativas. Isso tem que entrar na conta. Por exemplo o impacto social de produtos nocivos para a saúde que acabam não sendo computados, mas que é brutal. Temos que entender melhor tudo isso, transmitir e quantificar melhor para que as pessoas entendam a real importância de passarmos a olhar para esses fatores e assim rediscuti-los.

Isso tudo mostra como é importante promover debates como esse que estamos tendo. Este é um papel importante da universidade. É importante enxergar a interligação entre todos esses setores, e existem muitos fatores que precisamos começar a pensar e explorar em conjunto. E para isso as instituições de ensino têm um papel enorme no sentido de trazer o debate e promover a discussão. A universidade pode e deve mobilizar as pessoas para refletir, buscar as causas, analisar o histórico e novas possibilidades, para com isto entender os desafios que estamos vivendo e buscar fazer novas escolhas para o futuro.



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.4

Andressa Pellanda



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: O texto desse ODS 4, da maneira como está escrito, você acha que está adequada à realidade brasileira, ou é possível fazer ajustes já que, em se tratando de Educação, o Brasil tem algumas especificidades que talvez não estejam sendo atendidas por essa redação.

Andressa: A Campanha Nacional pelo Direito à Educação já tem um trabalho muito íntimo em relação aos ODS justamente porque nascemos em 1999, na véspera do Fórum Mundial de Educação em Dakar, e o nosso objetivo (das organizações e ativistas que fundaram a rede da Campanha) era de unir esforços para incidir no Brasil com fins de avançar nas metas da agenda internacional na educação. Na época, o foco eram os Objetivos [de desenvolvimento] do Milênio, que foi a agenda anterior.

Desde então, fazemos esse trabalho de incidência, de influência sobre as tomadas de decisão tanto no legislativo, executivo e, quando necessário, também no judiciário, para que possamos aprofundar, ampliar e cumprir com a garantia do direito à educação.

Também participamos do Fórum Mundial de Educação na Coreia do Sul, em 2015, que foi onde se firmou esse compromisso do ODS 4 da Agenda 2030 para a educação. O texto que está numa agenda internacional, geralmente é um texto genérico, que traz uma agenda pactuada por centenas de países que têm perspectivas muito diversas, que sempre leva em conta uma conjuntura de debates e negociações para a chegada ao resultado do texto. E na educação não foi diferente.

Existe um movimento chamado Campanha Global para a Educação, que é um movimento que integra redes de organizações e coalizões, do qual somos cofundadores e integramos, que participou ativamente da elaboração do ODS 4, justamente para que ele pudesse ser mais progressista em relação às suas metas.

A meta geral do Objetivo 4 traz então termos diferentes e que avançam em termos de direito à educação. Antes falávamos muito mais em acesso e já conseguimos avançar para questões de qualidade na educação. E pudemos ainda incorporar a questão de gênero, que é muito importante e que vem de um debate de muitos anos, tanto de movimentos feministas, quanto de a promoção dos direitos das populações LGBTQIA+ que avançam muito nesse debate e esses aspectos precisavam ser considerados de uma vez por todas. Não foi fácil, mas conseguimos. E as metas acabam por refletir várias dessas perspectivas. A própria educação de jovens e adultos que era uma agenda que costumava ficar escanteada, entrou na meta do ODS 4. Acreditamos que a Agenda 2030 ainda é uma agenda que deve ser reforçada e qualificada nas localidades que é o que estamos fazendo aqui.

Toda agenda internacional precisa de sua “tradução” e adaptação para os contextos nacionais. Nesse sentido, desde o início de nossa história, optamos por avançar em relação às agendas internacionais. Por isso, conquistamos uma série de melhorias na legislação e na política educacional, como o avanço do antigo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) 2007; a Lei do Piso Nacional Salarial do Magistério; a Emenda Constitucional 59/2009, que regula o ensino obrigatório de 12 anos; a Lei de Cotas; a Lei dos Royalties do Petróleo para a Educação; a Lei do Plano Nacional de Educação; e, em 2020, o novo e permanente Fundeb. Com essas conquistas e tantas outras, conseguimos estar bastante à frente, em termos legislativos, das próprias metas e estratégias do ODS 4. Nosso desafio hoje é implementação integral dessas legislações e não permitir retrocessos.

Pergunta: Fazendo um link com a temática de Gênero (ODS5): o machismo, homofobia, xenofobia, são questões culturais e enraizadas no Brasil, assim como a desvalorização da Educação, sempre tratada como um tema secundário, desvalorizado, de pouco investimento público na história do país. Nós tivemos a oportunidade de transformar a realidade a partir da inserção de alguns temas na Educação nos anos 1990, quando nós falávamos dos temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que tinha orientação sexual, pluralidade cultural, meio ambiente e saúde como temas propostos para a escola. Se aquela proposta tivesse sido levada a diante, após esses 20 anos, atualmente nós poderíamos ter uma sociedade um pouco mais igualitária, como desejamos. No entanto a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), deixou de escanteio a proposição desses temas transversais, ressaltando outras questões como “habilidades e competências”, mas não explicitou a questão de gênero, ética e pluralidade cultural. Como podemos transformar as questões culturais de um país onde a estruturação da Educação não permite esse debate dentro da escola?

Andressa: A criação da BNCC foi um processo muito polêmico, para dizer o mínimo, em termos de políticas educacionais no Brasil. Primeiro que foi um processo que começou em seguida da aprovação do Plano Nacional de Educação, que é nossa espinha dorsal, que tem prazo de 10 anos e determina metas e estratégias a serem cumpridas até 2024. Essas metas integram ações que abrangem, desde a educação infantil até o superior, passando por toda a parte de acesso, permanência, qualidade, e também valorização, carreira dos profissionais da educação.

O Plano foi construído em uma perspectiva progressiva de implementação das metas, de forma a priorizar metas mais amplas no seu início, justamente para possibilitar que pudesse ser cumprido.

As metas que tinham prazos nos primeiros três anos (2015, 2016 e 2017), eram metas que diziam respeito especialmente à universalização do acesso à educação básica e avanços em termos de qualidade e, para que tudo isso pudesse ser alcançado, havia previsão de aumento no financiamento. O problema é que a agenda que foi colocada em pauta no debate era uma agenda curricular, que não foi a agenda de acesso a financiamento proposta num primeiro momento. Claro que não podemos deixar de discutir currículo e avaliação, mas já existia uma prioridade que desde o começo não foi cumprida. Tanto que o Plano está de escanteio até hoje e prejudicado pela crise política, econômica e pela pandemia da Covid-19 que nos faz dar alguns outros passos atrás.

A base curricular, então, já veio em um momento inadequado. O Plano Nacional de Educação previa uma discussão curricular, mas não necessariamente a construção de uma base comum curricular. Isso também é uma polêmica nas pesquisas em educação, ou seja, se precisaríamos, de fato, ter uma base comum curricular, como organizar isso em relação aos PCNs.

Nessa discussão também houve um esvaziamento por parte da sociedade civil, dos professores, das universidades e pesquisadores, porque estavam considerando que o processo não estaria sendo feito de forma que lhe conferisse legitimidade, ou seja, não estava sendo feito da escola para a política pública, como as bases curriculares que tiveram mais sucesso no mundo o fizeram. Faltava um trabalho amplo de discussão, desde a escola, com os estudantes, com os professores, para então concluir sobre qual currículo seria esse. Então, já havia todo um esvaziamento dessa agenda pela comunidade escolar e acadêmica e os grupos que levaram adiante a discussão foram grupos ligados ao setor privado como bancos, empresas que também tinham interesses específicos na formulação da base curricular.

Esse cenário posto, em 2016, após o impeachment, verificamos um processo de desmantelamento de uma série de políticas das áreas sociais, educacionais e, na educação, especificamente, um movimento de avanço do conservadorismo, que já começou a crescer antes de Bolsonaro, no governo Temer. Não à toa, foi pedido por grupos fundamentalistas cristãos, ao Ministério da Educação (MEC), sob a gestão da Secretária Executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, que fossem retirados os termos "gênero" e "orientação sexual" da BNCC. E isso foi aceito pelo Ministério da Educação.

Pensando em discussão de ODS, nós levamos essa denúncia para os órgãos internacionais, para a Revisão Periódica Universal da ONU em 2017, sabatina que ocorre a cada 4 anos em Genebra pela qual passam os países membro do conselho de direitos humanos, que fizeram várias recomendações sobre o fortalecimento das políticas para o combate às discriminações de gênero e orientação sexual no Brasil e a própria relatora especial das Nações Unidas para o Direito à Educação, Sra. Koumbou Boly Barry, fez uma carta ao governo brasileiro questionando o motivo de ter sido retirado da base as questões de gênero. O governo não soube responder, ainda que não tenha mudado a posição. Então, a BNCC escanteou explicitamente as agendas de gênero e orientação sexual o que configura uma violação aos direitos humanos de forma geral.

Pergunta: Considerando todos os retrocessos em Educação e na área de reconhecimentos de direitos, a questão é como a gente reverte isso... Já discutimos como o trabalho coletivo, não radicalismo, o diálogo é importante, então como podemos, via Educação, chegar ao passo seguinte agora? Admitir que estamos no meio de um tiroteio de grupos opostos que radicalizaram o debate político, como conseguimos sair disso e ser ao mesmo tempo propositivo, e transformador? Como mexer nas peças para de fato sermos ativos na transformação?

Andressa: Nós na Campanha Nacional pelo Direito à Educação temos trabalhado fortemente em cima de uma ideia que é: "O direito à educação é o pilar para a democracia e para a justiça social". Essa expressão traz, em si, a reflexão que nós precisamos parar de olhar para as nossas próprias agendas e transformá-las em agendas que sejam dialogadas e sirvam para um propósito de projeto de país. A constituição federal já prevê isso. No seu artigo 206 ela prevê o direito à educação. Mas lá no início, no artigo 5º, ao listar os direitos fundamentais, fala do direito à educação como primeiro, com a perspectiva que ele é a porta para a garantia dos demais direitos. E só através da educação vamos avançar.

E não só pela educação no sentido institucional, por meio da escola, mas também a educação informal e outros processos educacionais que permeiam a sociedade fazem parte desse processo.

Temos trabalhado muito nessa agenda de que precisamos ter um projeto de país que tenha uma garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais na perspectiva da intersectorialidade e interseccionalidade desses direitos. E essa garantia desses direitos precisa acontecer a partir de um movimento também econômico. Não adianta falar que teremos um projeto de país e de sociedade se a economia não estiver voltada para a garantia dos direitos da maior parte da população. Precisamos pensar em uma mudança também da perspectiva das políticas econômicas, que precisam estar a serviço da população para garantia de direitos.



Não adianta falar que teremos um projeto de país e de sociedade se a economia não estiver voltada para a garantia dos direitos da maior parte da população.

Nessa mudança de perspectiva está inserido também o fortalecimento da democracia. Não temos como falar de direitos, de ODS, ou de um projeto de país sem falar sobre a necessidade de retomar processos de fortalecimento democrático. As eleições municipais de 2020 deram um respiro para dizer que a população tem aberto os olhos para isso e tomado ações para esse fim. Mas sem a garantia de direitos – e notadamente sem a garantia do direito à educação, que passa pela educação política, a educação para a cidadania – nós não vamos fortalecer nossa democracia nem fazer as mudanças necessárias nos aspectos econômicos.

Temos visto recentemente um forte dismantelamento de nossas instituições democráticas. E o fortalecimento delas se faz pela garantia de direitos, da inclusão, da equidade, das diversidades sendo representadas. Só assim conseguiremos cumprir nossas metas internacionais e garantir que uma das instituições democráticas que é muito importante, que é a legislação, também possa ser cumprida.

Em 2018 participamos de uma pesquisa comparada com outros 20 países sobre educação, que foi a [Right to Education Index](#), que olhava para vários indicadores na educação como acesso, permanência, qualidade – e até se as escolas tinham banheiro, água potável e estrutura adequada, que são temas que são fortemente discutidos no cenário de retorno às atividades presenciais nas escolas no contexto da pandemia de Covid-19.

Esse estudo analisava as quatro dimensões do direito à educação publicados pela [Katarina Tomasevski](#) que são: disponibilidade, aceitabilidade, acessibilidade e adaptabilidade. E o estudo inseriu mais uma dimensão, analisando ainda a questão da governança na educação, que foi muito importante pensando nas instituições democráticas e políticas educacionais, e nesse item tiramos “nota máxima”. Isso porque nossa legislação, começando pela Constituição, leis federais, estaduais, municipais, em termos do direito à educação é muito avançada, isso faz discutirmos que se nós cumpríssemos com a nossa Constituição Federal de 1988 e com o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13005/2014) nós cumpriríamos com o ODS 4. Isso mostrou que não precisamos inventar a roda, precisamos implementar nossa legislação. E, por incrível que pareça, isso seria transformador.

Para isso, precisamos também de controle social e, como já vinha dizendo, sem garantia de direitos, como vamos garantir uma população ativa e participativa no monitoramento das políticas públicas?

Então, é um complexo sistêmico que precisamos pensar e avançar para a garantia dos ODSs. E o ODS em si é esse sistema em que os objetivos estão todos interligados e que, se um não for cumprido, afeta no cumprimento de todos os demais. Por isso, precisamos avançar para uma perspectiva complexa para (re)construção de projeto de país.



Pergunta: Então qual é a luta que está valendo a pena ser lutada atualmente? Em quais caminhos estamos indo bem? Onde está valendo a pena jogarmos nossas forças de maneira otimista?

Andressa: Nesse cenário de pandemia, a educação é uma preocupação muito grande, por conta de milhões de estudantes estarem excluídos dos processos educativos formais uma vez que não possuem acesso aos materiais básicos para conseguirem acessar a educação remota. Participamos de um relatório elaborado pela relatora da ONU para o Direto à Educação, Koumbou Boly Barry - e a temos como grande referência, pois ela que tem uma perspectiva muito freireana [de Paulo Freire], que é aquela com a qual trabalhamos - e seus relatórios não são só técnicos, herméticos e frios, mas trazem a defesa dos direitos em sua completude, o que faz com que traga também as perspectivas dos sujeitos para esses documentos.

Ela fez um relatório em 2020 sobre a situação da educação durante a pandemia. Ela demonstrou que os países que melhor responderam à pandemia em termos do direito à educação foram aqueles que investiram recursos nas políticas educacionais e que adotaram políticas participativas. Os gestores se sentaram com os professores, professoras e estudantes e perguntaram: "o que precisamos fazer para construir políticas nesse momento de emergência para a nossa educação?" E, a partir dos vários olhares conseguiram ações mais efetivas para responder à pandemia. No Brasil isso foi pouco visto, apesar de termos pautado bastante o fortalecimento da gestão democrática, temos muita dificuldade de construir políticas com base em participação. A pandemia mostrou que precisamos fortalecer a participação e que nas políticas educacionais os professores e estudantes precisam estar muito unidos e ativos para participar das discussões e colocar suas demandas frente a gestores. Isso, felizmente, tem ocorrido, apesar de, tanto professores, como estudantes estarem enfrentando situações de violações de direitos e serem dois sujeitos da educação.

Ainda sobre o último ano, como boa notícia a ser destacada, várias instituições, não só da área de educação, mas também de direitos humanos, movimentos feministas, LGBT, se juntaram para fazer uma série ações no Supremo Tribunal Federal de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra as legislações que aprovaram a agenda do "Escola sem Partido" ao redor do país.

Essa que é uma agenda que censura os processos plurais, democráticos e de educação nas nossas escolas. Conseguimos ganhar todas as ações judiciais e esse movimento ultraconservador no Brasil o perdeu muita força. É um, que tem atacado nossas instituições desde a educação básica até o ensino superior, ameaçando a garantia das liberdades de cátedra, de pluralidade e de pensamento. Essa foi uma grande vitória nossa.

Outra vitória foi a da aprovação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) que é o principal fundo de financiamento na educação básica no Brasil. Ele já existia, mas aprovamos agora como fundo permanente, com melhorias importantes e que aumentam a responsabilidade do governo federal no financiamento da educação para ajudar os estados e municípios, melhorando a distribuição do recurso para torná-lo mais equitativo, e ainda incluímos o mecanismo do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), que vai trazer de fato qualidade para nossas escolas.

Assim, com as agendas no STF, conseguimos fazer frente a uma agenda ultraconservadora e, com o Fundeb, fizemos frente a uma agenda de Estado Mínimo muito calçada na Emenda 95, do Teto de Gastos, que não garante recursos para direito algum.

Tudo isso conseguimos através de muita estratégia, profundidade e solidez, mas pela tomada de consciência da participação da população, com uma mobilização enorme inclusive pelas redes sociais. Foi uma vitória das comunidades escolares. Foi uma vitória da população brasileira.

Aprendemos com tudo isso que precisamos acreditar muito mais em quem faz, em quem está lá na ponta, em quem é o sujeito de direito e muitas vezes não tem sua voz ouvida na construção das políticas. Isso é essencial para cumprir qualquer agenda de perspectiva de garantia de direitos, de ODS, de sustentabilidade. A inclusão dos sujeitos e sujeitas de direito precisa ocorrer e as vozes diversas, plurais precisam ser inseridas no centro da política. Precisamos reconhecer as diferenças, garantir as diversidades e que essa diversidade seja efetivamente representada.

O ano de 2020 foi muito duro para a educação, mas tivemos essas vitórias que contribuíram demais nesse andamento. Então, só podemos é ser otimistas.



“

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.5

Mafoane Odara Poli Santos



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: O texto do ODS 5, da maneira como está escrito, você acha que está adequada à realidade brasileira, ou é possível fazer ajustes já que se tratando de gênero o Brasil tem algumas especificidades que talvez não estejam sendo atendidas por essa redação?

Mafoane: O objetivo estabelece que os países assumam o compromisso de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Isso significa lidar com as barreiras que impedem a plena realização das mulheres e considerar que as ações para esse fim contemplem diferentes áreas, sejam coordenadas entre si e tenham como premissa atingir o maior número de mulheres considerando os diferentes determinantes sociais (gênero, raça, classe, religião, local de residência).

Somado a isso, não podemos esquecer que estamos em meio à crise sem precedentes e os desafios que as mulheres enfrentavam se tornaram ainda mais evidentes. Por isso, os esforços e as exigências de ações coordenadas entre o poder público, privado e sociedade civil em prol da igualdade e empoderamento das mulheres se mostram ainda mais necessários.

A pandemia de Covid-19 piorou o cenário para as mulheres em todas as áreas. No mundo de trabalho, as taxas de desemprego se mostraram 30% maiores entre as mulheres, o que nos levou a menor taxa de participação das mulheres dos últimos 30 anos. Na busca por recolocação e maior visibilidade, as mulheres também enfrentam dificuldades. Nunca foi tão importante contribuir para desenvolvimento, autoconhecimento e crescimento das mulheres, especialmente das mulheres negras, o maior grupo populacional no Brasil e mais afetado nesse momento.

Além disso, as mulheres mães vêm sofrendo com a sobrecarga emocional e vivendo jornadas, não mais duplas ou triplas, agora contínuas. Antes da pandemia, 94% das mães já tinham dificuldade de conciliar a maternidade com a sua carreira. As chances de crescimento de uma mulher sem filhos já era 80% maior do que uma com filhos, mas a pandemia evidenciou os preconceitos com a maternidade. A falta de políticas trabalhistas pensadas para as mães, a falta de flexibilidade no esquema de trabalho, a sensação (permanente) de insegurança sobre a manutenção do trabalho e a falsa de ideia de improdutividade da maternidade são alguns dos problemas que as mães enfrentam todos os dias.

Por fim, não conseguiremos atingir a igualdade de gênero sem enfrentar as diferentes formas de violência contra as mulheres e meninas, que não é um fenômeno novo, muito menos limitado ao momento da pandemia do Covid-19, mas que intensificou os desafios enfrentados no acolhimento, denúncia, investigação e resolutividade de casos de violência contra as mulheres e meninas.

Portanto, para que o ODS 5 seja uma realidade no Brasil, não basta que esse compromisso seja uma declaração de princípios. Para que o ODS 5 seja alcançado, ele depende de condições (sociais, econômicas e políticas) objetivas, e para que seja atingido plenamente é necessário que os países levem em consideração as diferentes condições de acesso dos diferentes grupos de mulheres. Isso só será possível com o desenvolvimento de ações e programas multisetoriais e multidisciplinares.

Pergunta: Fazendo um link com a temática da Educação (ODS4): o machismo, homofobia, xenofobia, são questões culturais e enraizadas no Brasil, assim como a desvalorização da Educação, sempre tratada como um tema secundário, desvalorizado, de pouco investimento público na história do país. Nós tivemos a oportunidade de transformar a realidade a partir da inserção de alguns temas na Educação nos anos 1990, quando nós falávamos dos temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que tinha orientação sexual, pluralidade cultural, meio ambiente e saúde como temas propostos para a escola. Se aquela proposta tivesse sido levada a diante, após esses 20 anos, atualmente nós poderíamos ter uma sociedade um pouco mais igualitária, como desejamos. No entanto a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), deixou de escanteio a proposição desses temas transversais, ressaltando outras questões como “habilidades e competências”, mas não explicitou a questão de gênero, ética e pluralidade cultural. Como podemos transformar as questões culturais de um país onde a estruturação da Educação não permite esse debate dentro da escola?

Mafoane: Como disse Yuval Harrari: **“O poder humano depende da cooperação das massas, a cooperação das massas depende da criação de uma identidade de massa e todas as identidades de massa são baseadas em narrativas”**. Estamos vivendo um momento de acirramento das narrativas, nesse sentido a disputa terá que ser no campo da narrativa e da comunicação.

E para sermos capazes de sonhar novas histórias e futuros desejados precisamos de mais pessoas construtoras de pontes, dispostas a aprender como se comunicar de modo não violento e sem deixar que emoções tomem conta das suas narrativas. É bastante desafiador, mas pessoas abertas e genuinamente preocupadas com o outro, que exercitam e treinam a empatia e conversas construtivas uma prática diária, tem maiores chances de ter sucesso nas suas conversas com quem pensa diferente.

A tarefa de articular narrativas capazes de promover a convergência de esforços dos diversos atores sociais requer capacidade de mobilização, criação de conceitos engajadores e distribuição de conteúdos e mensagens a partir de uma rede viva e comprometida de líderes de pensamento e programas. A comunicação é a disciplina capaz de promover esta coordenação e sinergia destes esforços, engajamento coletivo, mudança cultural ao trazer à mente a urgência de respostas eficazes na solução coletiva de problemas complexos.

Experimentar iniciar conversas sobre gênero sem usar palavras que tem sido gatilhos negativos em determinados grupos como por exemplo: a própria palavra gênero, feminismo, machismo, masculinidade tóxica, patriarcado, cultura do estupro, pode ser um exercício poderoso para iniciar o diálogo com quem pensa diferente de você. Isso porque quando a interação deixa de ser um cabo de guerra e se transforma em um diálogo interessado e curioso, é possível surgir conexão mesmo entre duas pessoas que jamais se sentariam numa mesa juntas. Além disso, embora essas palavras sejam muito importantes para trazer temas centrais da igualdade de gênero, elas podem tirar o foco de energia na construção do diálogo saudável que possibilita repensar as narrativas.

Vejo esse momento como a possibilidade de criarmos um projeto para o Brasil. Esse novo projeto precisa caber todo mundo e de forma muito respeitosa. Pensar em igualdade de gênero precisa ir além de pensar igualdade entre homens e mulheres, é, sobretudo pensar qual o projeto de nação que queremos construir que seja bom para todas as pessoas.



Pensar em igualdade de gênero precisa ir além de pensar igualdade entre homens e mulheres, é, sobretudo pensar qual o projeto de nação que queremos construir que seja bom para todas as pessoas.

Trabalhar coletivamente faz parte do processo de coibir todas as formas de violência contra as mulheres e meninas. É papel de todos e todas nós construir iniciativas em que o resultado se reflita em uma nação mais segura para todas, todos e todes.

Pergunta: considerando todos os retrocessos em Educação e na área de reconhecimentos de direitos, a questão é como nós revertemos isso... Já discutimos como o trabalho coletivo, o não radicalismo, e o diálogo são importantes, então como podemos, via igualdade de direitos, chegar ao passo seguinte agora? Admitindo que estamos no meio de um tiroteio de grupos opostos que radicalizaram o debate político, como conseguimos sair disso e sermos ao mesmo tempo propositivos e transformadores? Como mexer nas peças para de fato sermos ativos na transformação.

Mafoane: O primeiro passo é entender que a sociedade brasileira precisa de todas as pessoas, mas todas olhando para o mesmo lugar. O que temos hoje é um grupo que trafega pela direita e outro pela esquerda, mas, independentemente disso, todos deveriam estar mirando para o mesmo horizonte. Vejo que tudo isso que está acontecendo como uma oportunidade de construir um projeto único. Mas precisamos que todos participem dessa conversa, na sua corresponsabilidade.

A sociedade civil, as empresas, os governos, precisam se comprometer com a transformação que é realmente genuína. Por isso que os ODS são tão importantes, com metas muito claras quando se refere à igualdade de gênero. Um dos exemplos eu trago, como parte do grupo Natura &Co, é que acabamos de lançar o nosso Compromisso com a Vida ([veja aqui](#)), que diz como que nosso grupo no mundo inteiro vai ser comprometer com a vida. No final, é esse compromisso com a vida, a sociedade, as pessoas, a natureza, a sustentabilidade, a economia cíclica, que importa.

Outro exemplo de colaboração é o “Programa Você Não Está Sozinha” ([veja aqui](#)), um plano de ações coordenadas lideradas pelo Instituto Avon em parceria com mais de 30 instituições da iniciativa privada, sociedade civil e setor público com o objetivo de mitigar os impactos do isolamento na vida de mulheres e meninas por meio da prestação de serviços essenciais a elas em situações de violência.

A iniciativa propõe uma estratégia de enfrentamento às violências contra as mulheres baseada na pirâmide de Maslow (necessidades básicas, emocionais e auto-realização) e que funciona em quatro pilares: inovação nas formas de pedir ajuda, articulação com quem pode oferecer apoio para cada necessidade, colaboração entre os atores (ações coordenadas entre si) e recursos adequados às necessidades.

Trabalhar coletivamente faz parte do processo de coibir todas as formas de violência contra as mulheres e meninas. É papel de todos e todas nós construir iniciativas em que o resultado se reflita em uma nação mais segura para todas, todos e todes.

O caminho passa pela construção de metas claras, sobre como podemos pensar essas contribuições para os próximos 10 anos, não podemos esperar. Comparando os resultados de diferentes edições da pesquisa “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas”, o Instituto Ethos identificou que, caso o ritmo se mantenha, a igualdade racial no ambiente de trabalho só será alcançada em 150 anos e a de gênero em 80 anos.

Para transformar 80 anos em 8, temos que ter metas claras com cada ente com sua responsabilidade indelegável na construção desse projeto, e a universidade precisa entender que a construção de conhecimento precisa estar a serviço de uma transformação da sociedade. Os governos, seja da cidade, do Estado ou do país, precisam estar a serviço da transformação e do cuidado e bem-estar físico, emocional, mental e ambiental de toda a sociedade.

É sobre entender que fazemos parte de um ecossistema no qual cada mudança em uma engrenagem afeta o sistema como um todo. É se ver como parte de um sistema que é muito maior e que todos somos corresponsáveis.

Pergunta: Então qual é a luta que está valendo a pena ser lutada atualmente? Em quais caminhos estamos indo bem? Onde está valendo a pena jogarmos nossas forças de maneira otimista?

Mafoane: Todas as lutas continuam sendo válidas e necessárias porque, numa crise, nos damos conta do tamanho das desigualdades que vivemos e temos a chance de usar nosso poder para melhorar a vida de outras pessoas.

Precisamos lembrar que a história de luta pelos direitos humanos não é uma história de vencidos e vencedores, é uma história de batalhas com vitórias e derrotas, avanços e retrocessos diários. Seria fantástico que o progresso fosse cumulativo e que, à medida que mais pessoas e comunidades ganhassem seu lugar no círculo da igualdade e oportunidade, esse círculo fosse expandido, mas isso não tem sido demonstrado, como nos lembra Darren Ford, presidente da Fundação Ford: **“Estamos vivendo momentos de muitos retrocessos e privações de direitos, então é necessário estarmos atentos que, assim como os líderes que vieram antes de nós, estamos presos entre a história da qual emergimos e a história que aspiramos”**.

Temos visto a articulação importante entre setor privado e sociedade civil para fortalecer políticas públicas de garantia à saúde e de enfrentamento às violências contra mulheres e meninas, ações colaborativas para acelerar políticas afirmativas de igualdade de gênero no mundo do trabalho e articulando ações e recursos que reforcem o engajamento nas pautas de igualdade de gênero.

Um exemplo disso, foi a Coalizão Empresarial Pelo Fim Da Violência Contra Mulheres e Meninas liderada pelo Instituto Avon que conta com mais de 130 empresas unindo esforços pelo fim da violência contra as mulheres e o Fundo de Investimento Social Privado pelo fim das Violências contra as Mulheres como objetivo de mitigar o impacto da violência sobre a vida das mulheres neste momento emergencial da crise, prover meios de reinseri-las profissionalmente e aprimorar a execução dos serviços públicos de abrigo e proteção a partir de 2021.

Se estamos em um jogo democrático está tudo certo a gente divergir. Nós desaprendemos a discordar, e não é sobre isso que importa, é sim sobre fortalecer as instituições que vão nos ajudar a ir de fato para esse próximo nível muito mais fortalecido. Toda essa conversa não é porque não conseguimos avançar, mas é porque nós temos essa possibilidade! Quanto mais conseguirmos nos comprometer, trazendo essa responsabilidade para si, quanto mais fizermos isso, fortalecemos nosso papel como cidadãos e cidadãs, e nosso papel como parte das instituições.

Portanto não baixemos a guarda! É fundamental seguirmos como corresponsáveis pela transformação que queremos ver no mundo, com as pessoas e instituições, mesmo com visões e atuações diferentes, olhando para o mesmo lugar e tendo a colaboração como valor primordial.

Outras batalhas virão e são diversos os desafios que se colocam para a reconstrução do país, de modo a eliminar as desigualdades, em especial, as discriminações por raça, gênero e classe. A transformação e o futuro que queremos precisam ser criados, a partir de nós e a partir de hoje.

Pergunta: As questões de gênero são assuntos a serem comentados na sétima série do currículo municipal de ciência, mas os professores não têm formação suficiente para debater esse tema. Onde buscar meios para se capacitar para essa tarefa? Como é visto e abordado o alcance da igualdade para as populações que vivem em situação de vulnerabilidade e discriminação, destacando as mulheres em situação de rua?

Mafoane: Com relação as mulheres em situação de rua, precisamos fortalecer políticas públicas específicas, principalmente em relação as questões de saúde e autonomia econômicas. Temos algumas iniciativas no Brasil, tanto públicas quanto de organizações da sociedade civil que tem olhado para pensar como trabalhar a autonomia econômica dessas mulheres para garantir um processo de maior e melhor distribuição de renda, tanto em projetos de empreendedorismo quanto de inserção do mercado de trabalho.

Com relação a questão mais social, como moradia a rua é um espaço muito perigoso para as mulheres e meninas. É preciso a elaboração de políticas para se encontrar um processo de busca de moradia para elas, de modo a garantir a segurança física e sexual dessas mulheres, além de toda a questão de sua higiene pessoal. Já existem projetos e algumas iniciativas voltadas para a questão da menstruação e higiene menstrual da mulher.

Quanto a formação, temos muito material sobre isso. A ONU, por exemplo, criou um material chamado o “Valente não é violento” ([veja aqui](#)), que é um material para discutir as questões de gênero em todas as disciplinas, e não só nas ciências. Essa é a grande questão de gênero, é entender que, quando falamos desse assunto, falamos de história, de matemática, de política, de ciências, e não podemos limitar essa discussão apenas à uma questão biológica. A questão de gênero não é biológica, é social. As mulheres não nascem mulheres, elas se tornam mulheres. As condições impostas dentro da sociedade, sobre as possibilidades ou impossibilidades, é que fazem com que as mulheres se tornem mulheres. Assim se dá com os homens também.

A discussão de gênero não é sobre as mulheres, é sobre as relações sociais. Muito importante, nessa conversa, trazermos os elementos para rever a discussão sobre masculinidade, sobre o que significa ser “homem de verdade”. Os principais gatilhos do processo de transformação são: afeto, exposição ao sofrimento das mulheres, paternidade, espiritualidade, acesso a espaços seguros de acolhimento para homens, exaustão profissional, choques, sofrimento profundo, rupturas e crises.

São 10 os mecanismos para envolver os homens no processo de transformação: educação escolar, propagação de outras narrativas de gênero na mídia, advocacy em políticas públicas, grupos reflexivos para autores de agressão, espaços de acolhimento para discutir a masculinidade, educação pelos pares, ações educativas independentes, ativismo compassivo, comunicação não violenta e didática na discussão do tema, e respaldo de lideranças organizacionais para a mudança.

Temos várias iniciativas, como a do Instituto Mauricio de Sousa, onde criamos um projeto para, justamente, promover essa discussão de masculinidade com as crianças. E o que foi muito interessante lá, é que não se falou sobre as violências, e sim sobre os valores que precisam ser estabelecidos.

Isso tem a ver com respeito, liberdade, construção de relacionamentos saudáveis, sobre o que pode ou não, brinquedos e roupas que tem gênero, profissões femininas ou masculinas. Nós construímos essas relações, sobre o lugar do trabalho doméstico, hoje, especialmente durante a pandemia, uma das grandes reflexões que fazemos é como as famílias têm reorganizado ou discutido as questões a divisão desse trabalho doméstico. Não se trata de ajudar as mulheres e sim de dividir as responsabilidades. E esses são exemplos muito importantes para as crianças.

Quanto às questões relacionadas a violência sexual, temos que lembrar que a escola é um espaço de denúncia de muitas violências que acontecem dentro de casa. A grande maioria das violências sexuais acontece com crianças abaixo de 13 anos, especialmente meninas, que muitas vezes são detectadas e denunciadas pelos professores. São muito importantes essas discussões para que esses canais de comunicação não sejam fechados, com nossas crianças. Não é à toa que as crianças estejam na constituição como prioridade absoluta. Apesar de isso ser um “pleonasma”, é o único aceito na constituição.

O mais importante é nos atentarmos sobre como cada um de nós começa a fazer esse processo de olhar para a questão de gênero. É importante que olhemos para as leis, mas também para essas questões diárias, porque são elas que mudam essa cultura que é tão transformadora e que se transforma a todos os momentos.

“ Quanto às questões relacionadas a violência sexual, temos que lembrar que a escola é um espaço de denúncia de muitas violências que acontecem dentro de casa.

Essas discussões são extremamente ricas, porque nós não estamos em uma corrida de 100 metros rasos e sim em uma maratona, e precisamos continuar discutindo se quisermos pensar daqui 10 anos e chegar com os ODS mais próximo do que nos comprometemos como metas para 2030.

Por fim, vale destacar que a equidade de gênero, com a superação dos desafios apresentados, só será alcançada quando a cooperação entre os setores se traduzir em soluções mais eficientes em prol das mulheres e meninas.



“

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.6

Marta Angela Marcondes



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: No que diz respeito à forma como está redigido texto do ODS 6, você entende que está de acordo com a realidade brasileira ou seria necessário fazer alguma adaptação? Como está a posição brasileira frente às metas previstas nesse ODS?

Marta: A meu ver sim, a redação atende à realidade brasileira, principalmente em alguns pontos que quero destacar. Antes, porém, devemos lembrar, que, como descrito no texto desse ODS, a água está no centro do desenvolvimento sustentável dentro das suas três dimensões: ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos, bem como os serviços ecossistêmicos a eles associados, sustentam os esforços de erradicação da pobreza, de crescimento econômico e da sustentabilidade ambiental. O acesso à água e ao saneamento importa para todos os aspectos da dignidade humana: da segurança alimentar e energética, à saúde humana e ambiental. Nunca esses conceitos foram tão evidenciados, nos encontramos em um momento jamais vivido, com a Pandemia da Covid-19, e para assegurar a garantia da prevenção necessitamos, como nunca, de água disponível e de qualidade. A descrição desse ODS nos faz pensar que somos totalmente dependentes desse recurso e quanto os recursos hídricos já foram negligenciados.

Ao analisarmos o texto desse ODS 6, se pode verificar que os pontos descritos são abrangentes e que muito se pode discutir no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo, nosso ponto de convergência de ações e das pesquisas que desenvolvo nas áreas da Região de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Alto Tietê (Bacia Hidrográfica do Alto Tietê). Posso destacar três pontos importantes, são eles:

- Alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos, ou seja, a universalização da água. Muito se tem discutido sobre essa universalização e para isso devemos antes olhar para o ODS 5, que fala sobre a igualdade de gênero. E fica muito claro a importância do empoderamento de mulheres e meninas no aspecto dessa universalização.

ODS 5: A igualdade de gênero não é apenas um direito humano fundamental, mas a base necessária para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável. O esforço de alcance do ODS 5 é transversal à toda Agenda 2030 e reflete a crescente evidência de que a igualdade de gênero tem efeitos multiplicadores no desenvolvimento sustentável.

- Para o sucesso do primeiro ponto que citei deveríamos alcançar até 2020, ou seja, esse ano, o seguinte: **“proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.”**

No caso, proteger as grandes áreas de mananciais que ainda temos e restaurar áreas que foram degradadas. Para isso é necessário que as leis que já existem sejam cumpridas.

Vou citar o exemplo da Lei Específica do Reservatório Billings, nº 13.579/2009 ([veja aqui](#)), ela deixa claro que o reservatório e suas áreas de abrangência são mananciais de interesse regional para o abastecimento das populações atuais e futuras.

A lei define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM-B e deveria, desde sua promulgação, ter essas ações implementadas, ou seja, o monitoramento, a proteção, a fiscalização integrada e a recuperação das suas áreas degradadas. Infelizmente não é isso que presenciamos no dia a dia das nossas pesquisas. Muito ao contrário do que determina a lei, as áreas de mananciais continuam a ser ocupadas, o esgoto, continua sendo lançado sem nenhum tratamento, as áreas verdes cada vez mais sendo suprimidas.

Então, respondendo ao seu questionamento como está a posição do Brasil para alcançar essas metas??? Eu diria que precisamos melhorar muito!

Basta analisarmos o seguinte, que um dos destaques desse ODS é que até 2030, precisamos “melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente”.

No ritmo que foi impelido, aqui na Região Metropolitana de São Paulo, tenho minhas dúvidas se conseguiremos. Mas vamos torcer, trabalhar e cobrar, para que ocorram mudanças sérias nesse ritmo e assim consigamos atingir essa meta.

- O terceiro ponto, que está totalmente atrelado ao ponto dois, é a questão do aumento da participação da sociedade civil em decisões sobre o saneamento e os recursos hídricos e possibilitar que seja implementada a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis.

Porém algumas coisas me preocupam como, justamente, o fato de termos perdido espaços em instâncias importantes como no Conselho Estadual de Meio Ambiente e no Conselho Nacional de Meio Ambiente. Aliado a esses fatos temos também, a perda do papel normativo do CONSEMA, vejo que precisamos juntar esforços para a retomada dessa condição.

Mas existem coisas que me consolam. Uma delas é o fato de estarmos nos preparando para criar amplas discussões sobre a participação efetiva da sociedade civil em outras instâncias importantes, como os Comitês de Bacias Hidrográficas e seus subcomitês. Precisamos efetivar a gestão integrada dos recursos hídricos, mesmo porque, as bacias hidrográficas não atendem as divisões políticas dos territórios. Assim a discussão das ações conjuntas entres municípios, estados e países que estão em mesmas bacias hidrográficas, são urgentes. Esse ponto nos leva ao que diz o ODS sobre a cooperação transfronteiriça.

Nesse bojo já temos várias questões pertinentes ao Brasil, bastaria que fizéssemos as adequações regionais, respeitando o território, cultura, etnia, entre outros fatores socioculturais, pois cada região tem sua característica.

Existe uma discussão sobre o Novo Marco Regulatório do Saneamento no Brasil, e nesse debate fala-se sobre a privatização do saneamento, e junto a privatização da água. São questões que me preocupam muito. Fica aqui uma reflexão: quem comandará a disponibilidade de água? Como isso poderá ser efetivado?

Isso me dá um certo medo!

A ressaltar a discussão: A Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados ([clique aqui](#)).

Temos muito a discutir, principalmente quando houver as revisões dos Planos Municipais de Saneamento Ambiental nos diversos municípios brasileiros, a revisão da Política Nacional de Saneamento (relacionada ao novo marco regulatório), e esse é um bom momento para cobrarmos isso. Outras questões merecem destaque e cuidados especiais, entre elas, é não permitirmos que empresas, principalmente não brasileiras, detenham o domínio sobre a água e saneamento de maneira geral.



Outras questões merecem destaque e cuidados especiais, entre elas, é não permitirmos que empresas, principalmente não brasileiras, detenham o domínio sobre a água e saneamento de maneira geral.

Pergunta: Estamos falando de recurso hídrico para abastecimento humano e para produção de energia, ou seja, é uma competição do mesmo recurso para fins diferentes. O Brasil, na questão de saneamento básico tem, tradicionalmente, optado pelas mega obras. Quando se fala em uma região metropolitana como São Paulo, se fala que em grandes estações de tratamento de esgoto, para abastecimento de água e sistemas de distribuição. Dificilmente se fala em obtenção de água localmente local ou pequenas usinas de tratamento de esgoto. Soluções menores em âmbito local poderiam “baratear” o processo? Como dar um acesso mais direto a esse recurso, para populações e com menos perda nas linhas de distribuição de água. Muito do que se perde, cerca de 40%, é na própria linha de distribuição da água, certo?

Marta: Concordo com essa visão. De fato, as “mega” obras deveriam ser deixadas de lado, e deveríamos partir para pequenas Estações de Tratamento de Esgotos – ETE e as Estações de Tratamento de Água – ETAs, de modo que estas pudessem suprir demandas locais, dentro das suas possibilidades.

Vou dar alguns exemplos. Para abastecimento de água, o melhor exemplo é o Sistema Cantareira, segundo informações da Agência Nacional de Águas e Saneamento, esse é o maior produtor de água da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), abastece aproximadamente 46% da população da RMSP, utilizando 33 m³/s de água. Muitos números não é mesmo? O mais interessante é que esse sistema é formado por cinco reservatórios: Jaguari, Jacareí, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro, que estão conectados por túneis subterrâneos e canais que formam o Sistema Equivalente do Cantareira (ANA, 2021).

Como esse sistema consegue produzir tanta água? Para produzir essa quantidade de água, o sistema faz a transposição entre duas bacias hidrográficas, importando água da Bacia do Rio Piracicaba para a Bacia do Alto Tietê.

O mais curioso: dos 33 m³/s de água produzidos, apenas 2 m³/s são produzidos na Bacia do Alto Tietê, pelo rio Juquery. Dos 31 m³/s produzidos na Bacia do Piracicaba, 22 m³/s vêm dos reservatórios Jaguari-Jacareí, cujas bacias estão inseridas, majoritariamente, no estado de Minas Gerais. Além deles, as nascentes dos principais tributários do Rio Cachoeira estão localizadas em Minas Gerais, o que faz com que cerca de 45% da área produtora de água para o sistema esteja em território mineiro. Esses dados estão disponíveis no site da ANA.

No mesmo sentido, com a questão de tratamento de esgotos, como construir grandes estações de tratamento de esgotos e fazer com que as cidades devam construir e criar redes de coletores tronco com distâncias muito grandes? É claro que o custo fica muito alto.

Um exemplo disso é o Projeto Pró Billings, que segundo a própria empresa responsável pelo projeto, COBRAPE – Companhia de Projetos e Empreendimentos: “O Programa Integrado de Melhoria Ambiental na Área de Manancial da Represa Billings no Município de São Bernardo do Campo – Pró-Billings ([veja aqui](#)) foi concebido com o objetivo de melhorar a qualidade da água da represa com a implantação de um sistema para exportar os esgotos dos bairros da margem norte até o coletor-tronco Couros, na Bacia do Ribeirão dos Couros, e dali seguirem para estações de tratamento”.

Principalmente a ETE ABC, situada na divisa de São Caetano do Sul e São Paulo. Esses coletores trazem esgotos de distâncias de aproximadamente 30 km, ou mais. Assim, cada município deveria ter condições de fazer pequenas estações – o que não seria de grande dificuldade –, ou um consórcio como existe da região do ABC. Mesmo porque, quando falamos de uma região como essa, temos uma questão de relevo muito complexa, de modo que há que se gastar energia para isso.

Soluções mais práticas e inteligentes deveriam ser aplicadas, para a economia de recursos financeiros e de energia. Um exemplo seria construir e implementar pequenos módulos de tratamento de esgoto.

Podemos estimular pequenos módulos, mesmo em banheiros que são feitos a partir de biodigestores que, inclusive, geram energia. Dentro de uma das Aldeias Guarani Mby no bairro do Jaraguá, em São Paulo, existe um banheiro que gera energia para o fogão no qual a comunidade cozinha para um coletivo e ainda é possível acender uma luz. Esse é um exemplo excelente que mostra como existem alternativas viáveis. Minha defesa é que deveria haver incentivos para esses projetos, tanto de maneira técnica, como financeira.

No Estado de São Paulo, existe o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que possui recursos para incentivar projetos inovadores como o mencionado. Então, por que não dar estímulos a partir dessas verbas para esses pequenos módulos? Esse é um ponto que me incomoda muito pois, infelizmente esses recursos são destinados a grandes projetos realizados por empresas públicas. Deveria haver uma revisão no direcionamento desses valores.

Mais uma experiência importante relatar aqui é o caso do pescador João, que tem como área de trabalho o Reservatório Billings. Ele decidiu fazer um projeto de energia solar custeado por ele mesmo, e já faz um ano que vem utilizando as placas solares para fornecimento de energia para seus freezers, que são fundamentais para a manutenção da sua atividade como pescador. Ele está muito satisfeito, pois diz que, apesar de ter investido inicialmente um recurso financeiro que de que dispunha, fala que agora “vê o relógio ao contrário” e nunca imaginou que pudesse gerar um excedente de energia. É uma pessoa simples que nos viu discutindo sobre esse assunto e decidiu implementar em casa. Estimular esses pequenos módulos é necessário.

Pergunta: Temos dois rios cruzando a cidade de São Paulo com o fluxo de água permanente, mas poluídos. Como mudar isso?

Marta: Esse fato é muito importante ser citado. Os dois rios são o Rio Tietê e o Rio Pinheiros, poluídos pelo lançamento de esgotos domésticos e industriais não tratados. Mais uma vez, o que se vê é a ausência dos planos municipais de saneamento serem criados e implementados. Mas como podemos contribuir para que esses planos se efetivem?

Uma pressão pública poderia mudar isso. Existe povo e existe cidadão. Povo é quem só recebe, cidadão é aquele que conhece seus direitos e deveres e, sendo assim, quando procuramos participar efetivamente de discussões que envolvam o saneamento ambiental, estamos contribuindo para a melhoria da situação desses rios aqui na RMSP - Região Metropolitana de São Paulo.

As instâncias para gerenciamento de recursos hídricos são os comitês de bacias hidrográficas e seus subcomitês. São Paulo, por exemplo, possui 22 bacias com 21 comitês, e para a Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, o comitê é Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - CBH-AT com 6 subcomitês.

O ideal é que cidadãos e cidadãs busquem ocupar esses espaços, para assim obter informações, ter acesso ao conhecimento real da situação das suas unidades de recursos hídricos e assim poderem colaborar!

Mas para isso, as informações sobre o funcionamento desses espaços devem ser amplamente divulgadas, em diversos tipos de mídias para possibilitar a efetiva participação!

Pergunta: Sua fala de alguma forma toca nas questões políticas, entendendo política no seu sentido mais amplo, a política pública, na qual o cidadão é um agente participante, na elaboração rumos junto com os comitês, onde a sociedade civil organizada tem voz, e ajuda a organizar diretrizes. Mas também tem a política "stricto sensu", a política institucional dos gestores nos governos federal, estadual e municipal. Quanto essa política institucional no tema de saneamento básico, tem ajudado ou atrapalhado na inovação no sentido de atingir as metas do ODS 6? Nós temos a Política Nacional de Saneamento Básico, mas ela está constantemente tendo suas metas adiadas. A obrigatoriedade da implementação pelos municípios vem sendo adiada por 10 anos, e depois mais 10, e assim por diante... Sentimos que há um pouco de descaso do poder público na implementação dessa questão. Então, quanto a política atrapalha ou ajuda o cumprimento das metas do ODS 6? Nós estamos "patinando" ou há formas de conseguimos furar esse bloqueio?

Marta: Concordo, temos, infelizmente vários exemplos, um deles é a Política Nacional de Resíduos Sólidos que faz 10 anos, agora em agosto de 2020. Tínhamos uma série de metas para serem cumpridas, porém em sua grande maioria não foram cumpridas. Até 2015 era o prazo para não haver mais nenhum lixão nos municípios e, infelizmente, não é isso que vemos pelo nosso país. A política dispõe claramente sobre o envolvimento das cooperativas de catadores trabalhando de forma integrada com os municípios, para que os resíduos sólidos sejam destinados corretamente para a reciclagem e, na contramão, alguns municípios estão discutindo a possibilidade de implantação das chamadas UREs - Unidades de Recuperação Energética, que tem como premissa a incineração de materiais.

Assim, ao invés de procurarmos cumprir com a Lei 12.305/2010, que possui objetivos claros de trabalhar com acordos setoriais, logística reversa, responsabilidade compartilhada e ciclo de vida do material, se opta por um caminho mais curto, porém muito mais agressivo, tanto para a saúde das pessoas, como para a saúde do ambiente. Concordo que o Brasil não é competente quando se fala sobre cumprimento, monitoramento e cobrança de metas.

A Política Nacional de Saneamento também tinha metas a serem cumpridas, lembrando que o saneamento tem quatro pilares importantes, que são: resíduos sólidos; abastecimento de água; esgotamento sanitário e drenagem urbana. Na drenagem urbana, nós que moramos na Região Metropolitana de São Paulo, sofremos muito e convivemos com o medo das grandes inundações. Isso por conta da falta de um plano adequado de drenagem urbana. Os planos que possuímos são aqueles mais antigos baseados em tecnologias ultrapassadas, como, por exemplo, os chamados piscinões, tecnicamente os reservatórios de detenção! Estudos nos mostram que a área de um reservatório de detenção, se for transformada em um parque urbano, absorve mais água e minimiza muito mais os problemas de enchentes.

Mas eu, como professora, sou otimista. Afinal, trabalho com educação, então acredito que a participação da sociedade civil é extremamente importante para as mudanças que precisamos. Os grandes movimentos acontecem quando a sociedade civil discute e cobra de maneira inteligente os tomadores de decisão! Meu dever, enquanto representante da Universidade Municipal de São Caetano, é produzir conhecimento, mas temos também que disseminar esse conhecimento.

O papel da Universidade é não só produzir o conhecimento, mas também alertar a sociedade civil sobre a realidade, ou seja, sobre o que está acontecendo de modo a emponderá-la para poder cobrar. As políticas públicas brasileiras existem, são de boa qualidade, mas devem ser colocadas em prática, e as leis devem ser cumpridas!

Pergunta: Aqui em São Paulo tem a importante Avenida Ricardo Jafet, que é uma via de acesso à Rodovia dos Imigrantes, e que está, literalmente, construído sobre as “margens plácidas do Ipiranga”. Em um de seus trechos, havia uma área verde, com solo permeável, que deixava a água penetrar e, portanto, ajudava a evitar enchentes, mas recentemente essas árvores foram todas cortadas, para a construção de um piscinão. Ou seja, substitui-se um solo permeável por outro impermeabilizado pelo piscinão para evitar enchente... faz-se tudo ao contrário do que deveria ser feito... Enquanto poderíamos, nas grandes cidades, estimular a implantação de “casas sustentáveis”, com solo permeável no quintal, captação de água de chuva para cisternas, tratamento de esgoto local, energia solar, equipamentos ecoeficientes... Na sua opinião, é possível e viável chegarmos em uma situação em que a própria unidade habitacional se torne autônoma nos aspectos energéticos, bem como de gestão de resíduos e abastecimento em questão hídrica, ou isso é uma utopia?

Marta: Não considero uma utopia. A meu ver, basta que as pessoas sejam orientadas para isso, mas, para que possamos entender como, devemos trabalhar muito com educação, que é a palavra-chave para que situações como essas possam se tornar realidade!

A Região Metropolitana de São Paulo, é um mosaico de situações. Temos casas que comportam projetos como os que você citou e outras em que que isso não é possível ser feito. Mesmo assim, há vários exemplos de casas na periferia com as suas composteiras e seus pequenos canteiros de temperos.

Há também espaços que onde se vê preocupação com mais janelas, placas de energia solar em iniciativas de consórcio com os vizinhos. A ampliação dessas iniciativas vai depender muito de boas orientações, e entendo que esse é nosso papel como técnicos. Vai depender, também de que tipo de local se pode aplicar as soluções. Um bom exemplo são grandes condomínios de apartamentos, onde se pode trabalhar com todos os moradores. Para isso, novamente, falamos dos trabalhos de educação ambiental, que devem ser intensos. Acredito na capacidade e criatividade do ser humano para resolver os problemas e ainda mais, como educadora e otimista que sou, não vejo isso como algo impossível de ser feito!

É claro que toda a mudança em busca de uma sociedade mais consciente e sustentável, envolve também uma mudança cultural. Um exemplo de contrassenso é justamente o do reservatório Billings que foi criado, inicialmente, para geração de energia e hoje é a grande possibilidade que temos em termos de abastecimento de água. No entanto esse reservatório recebe quantidades enormes de água do Rio Pinheiros que é uma água extremamente poluída, como já mencionei. Visitei esses dias o reservatório, pois é minha área de pesquisa e estava no barco que mal conseguia navegar porque as comportas do Rio Pinheiros haviam sido abertas para dentro do reservatório naqueles dias e, portanto, havia uma quantidade impressionante de resíduos!

E, por trabalhar com análise de microorganismos causadores de doenças, sei o quanto essa água poluída pode prejudicar a saúde de quem mora próximo ou utiliza esse recurso. Todo esse lixo entrando dentro do reservatório, que parte dele vai para o Braço do Taquacetuba, e essa água é destinada ao Reservatório Guarapiranga, que abastece boa parte da Região Metropolitana de São Paulo (!!!). Ou seja, é, para qualquer um em sã consciência, inimaginável uma sociedade que joga o esgoto na água que vai beber sendo obrigada a gastar muito dinheiro para tratar essa água e depois de tratada, ainda utilizar a água potável para a descarga do vaso sanitário!!! É, de fato, um contrassenso, para não falar um absurdo, não e mesmo?

Sobre seu comentário dos piscinões, entendo que essas obras têm resultado ilusório para o problema das enchentes. Há quem ainda defenda esse tipo de construção como uma solução fantástica, mas falta a discussão do entendimento de que as áreas que hoje enchem, eram as áreas de inundação dos rios, com suas matas ciliares, com suas planícies de inundação. Mas o que acontece é que o piscinão enche, e enche de lixo, ninguém limpa, a bomba que esvazia quebra porque está no mesmo nível da água. Os técnicos sabem disso, eles supostamente alertam, mas o que ocorre - e o que é bastante preocupante -, é que a construção de uma obra tão cara e complexa, envolve interesses de grandes empreiteiras e outros atores que, em paralelo, se beneficiam com esses empreendimentos.

Assim, acredito que vamos caminhar e já estamos caminhando para outros tipos de solução, mais coerentes, inspiradas na natureza e que já estão sendo debatidas por técnicos com uma visão mais sistêmica no âmbito do urbanismo e da arquitetura, como as técnicas chamadas Soluções Baseadas na Natureza.

Sou muito otimista porque vemos essa geração mais nova, que já vem com outro olhar, outra crítica, o que é muito importante, pois os técnicos serão os que vão cobrar. Mas nós também temos que fazer a nossa parte, dialogar com a sociedade e buscar atingir as metas do ODS 6 que eu acredito que vamos conseguir êxito em algumas, mas isso depende desse diálogo.

Temos muito a discutir, principalmente quando houver as revisões dos Planos Municipais de Saneamento Ambiental nos diversos municípios brasileiros, a revisão da Política Nacional de Saneamento (relacionada ao novo marco regulatório), e esse é um bom momento para cobrarmos isso. Outras questões merecem destaque e cuidados especiais, entre elas, é não permitirmos que empresas, principalmente não brasileiras, detenham o domínio sobre a água e saneamento de maneira geral.



Mas nós também temos que fazer a nossa parte, dialogar com a sociedade e buscar atingir as metas do ODS 6 que eu acredito que vamos conseguir êxito em algumas, mas isso depende desse diálogo.

Durante muito tempo a universidade estava no pedestal, hoje ela já está ligada com a sociedade, o que estamos aplicando na pesquisa, nós estamos dialogando na base, com as pessoas. Vamos divulgar: Não aos piscinões!!

Pergunta: O atual governo fala em retomada da soberania, mas será que renunciar ao controle estatal sobre as águas não traia real risco a essa soberania? Aparentemente a população desconhece os ODS 6 e a Agenda 2030. Temos alguma perspectiva de que a sociedade conheça suas metas e acompanhe as questões sobre a água e saneamento?

Marta: Com relação à privatização da água eu tenho todas as ressalvas, não acho que seja esse o caminho. Existem países que optaram por esse modelo de privatização do saneamento e que agora, em 2020, estão tentando voltar atrás. Exemplo disso são cidades como Paris, Berlim e mais de 265 cidades no mundo, segundo estudo feito por Satoko Kishimoto, uma das autoras da pesquisa: “a reversão vem sendo impulsionada por um leque de problemas recorrentes, entre eles serviços inflacionados, ineficientes e com investimentos insuficientes”. A pesquisadora é coordenadora para políticas públicas alternativas no Instituto Transnacional (TNI), centro de pesquisas com sede na Holanda.

Sou muito contrária a essa ideia, porque tenho certeza de que o Brasil tem condições de manter o saneamento sob os cuidados da gestão pública, obviamente com uma política séria, que não seja aquela política antiga que só visa obter vantagem em tudo. Ainda tem a possibilidade das parcerias público/privadas, onde se utiliza a expertise de uma empresa que tem possibilidade de auxiliar o poder público, mas para que isso ocorra os conselhos municipais, estaduais e Nacional precisam ser ativos, e com poderes consultivos e deliberativos.

Com relação à possibilidade de a sociedade conhecer as metas, tanto das nossas políticas públicas, quanto do próprio ODS 6, voltamos à questão da efetiva participação da sociedade civil nas agendas públicas. Para isso, uma medida fundamental é haver paridade entre a participação da sociedade civil e do poder público nos conselhos. Fico muito temerosa quando, por exemplo, foram perdidas muitas cadeiras da sociedade civil, em 2019, junto ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Isso é algo muito preocupante. Temos que ficar atentos e temos que participar. Cada um de nós deve procurar o seu conselho municipal, como estudante procurar o seu diretório central estudantil, porque essa participação é que vai fornecer informações e assim poderemos entender quais são nossos direitos e deveres.

Acho que a participação começa com seu município. Aproveito e gostaria de chamar todos para o engajamento na campanha para não haver mais rios de Classe 4. Esta é uma campanha grande Pró-Saneamento. Existe uma classificação relativa aos rios trazida pela Resolução CONAMA 357/2005, que classifica os corpos hídricos em classes Especial, 1, 2, 3 e se 4, como exemplo dos rios Tamanduateí, Tiete e Pinheiros.

Segundo a legislação brasileira, empresas podem jogar os efluentes no rio, com qualidade igual ou superior a do rio. Se o rio é de classe 4 - que não tem qualidade nenhuma -, eu posso jogar até o meu sofá. Se lutarmos para extinguir essa classe, você eleva a classificação e faz com que os municípios e empresas também tenham que se adequar.

Precisamos de mais pessoas engajadas!



“

Assegurar o acesso confiável,
sustentável, moderno e a preço
acessível à energia para todas e todos

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.7

Guilherme Susteras



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: Da forma como está redigido esse texto do ODS7, ele atende à realidade brasileira ou seria necessário fazer algum ajuste local? Como está a posição brasileira frente as metas previstas nesses ODS?

Guilherme: Apesar de estar aqui representando a ABSOLAR, todas as opiniões que eu emitir neste debate são de minha exclusiva responsabilidade, não necessariamente refletindo a visão da organização. Primeiramente, eu escolhi trabalhar com a área de energia, porque é algo pelo qual sou apaixonado, pois a energia é capaz de transformar a vida das pessoas. O primeiro ponto a ser destacado, quando falamos do ODS7, ou seja, de energia em relação ao Brasil a questão é qual energia? E quando falamos de Brasil, de qual Brasil?

Para entender o que eu quero dizer com isso, e como representante da ABSOLAR, é evidente que minha inclinação é começar falando sobre a energia solar. E esta, por sua vez, talvez seja um dos tipos de energia que envolva os elementos mais tecnológicos quando se fala de energia. Mas dentro desse contexto, é importante lembrar que, no Brasil, ainda temos pessoas que cozinham com lenha. A crise econômica fez com que ainda mais pessoas deixassem de usar gás e voltassem a usar lenha. Isso gera um impacto terrível na saúde das pessoas, mostrando a interação entre as questões de sustentabilidade, de economia e de saúde. Ao se falar em energia solar fotovoltaica no Brasil, portanto, devemos levar em conta também este desafio de tremenda desigualdade no acesso universal, a custo razoável, de forma moderna das fontes de energia disponíveis, em especial na cozinha.

Tendo feito esta primeira ressalva, vou focar em energia elétrica. A energia elétrica é cada vez mais presente na nossa vida e tem um papel central no nosso dia a dia, principalmente pelos serviços essenciais ao nosso bem-estar que ela provê. Hoje em dia, se falta energia em casa, podemos nem sentir tanta falta da luz, mas sim da internet, do wifi. Enquanto o celular estiver com bateria podemos viver sem luz até que razoavelmente. Mas sem wifi, nós reclamamos.

Nos anos 80 se ficássemos sem luz, acendíamos uma vela, ligávamos o rádio e ficávamos todos juntos na sala e nos divertíamos. Atualmente, alguns minutos sem luz deixam as pessoas tensas.

Um dos aspectos de qualidade da energia elétrica, tem a ver com como a energia chega até as casas das pessoas, ou seja, como ocorre a continuidade prestação de serviço. Então, hoje, aqui na cidade de São Paulo, em um dia chuvoso, a rádio que eu escuto tem uma vinheta: "Choveu, apagou". Vários semáforos apagados na cidade, qual o tamanho do impacto disso na vida das pessoas em uma cidade como São Paulo? Quando as pessoas ficam presas no elevador, qual o tamanho do impacto?

Neste momento um estado inteiro do nosso país está sem energia elétrica, e não se sabe quando essa energia vai ser restabelecida. O impacto que essa situação provocou até agora foi tão grande, que as eleições municipais foram adiadas no estado. Tivemos questões sociais, protestos, pneus queimados, violência, porque a energia elétrica não foi suprida.

Nota: O estado do Amapá teve uma subestação de energia que pegou fogo no dia 3 de novembro e provocou um blecaute em 13 dos 16 municípios do estado, só houve retomada de 100% da distribuição 22 dias depois dessa data. A palestra foi gravada no dia 19 de novembro.

A qualidade de como essa energia chega ou não chega até as pessoas é um fator absolutamente crítico para a sociedade hoje. Esse olhar para a qualidade do serviço é o aspecto mais crítico sobre esse ODS7 atualmente no Brasil.

Isso, porque a matriz elétrica brasileira, por muitos anos, sempre foi majoritariamente hidrelétrica. Estamos migrando para uma matriz um pouco mais eólica e solar, então, embora ainda tenhamos usinas a carvão e a gás natural, a matriz brasileira é muito renovável. E quanto a esse ponto o Brasil sempre se vangloriou, e com razão. Temos também um indicador de universalização muito alto, sendo que quase 99% dos municípios têm energia elétrica. Nos últimos anos tivemos um programa chamado Luz para Todos, uma política pública para levar a energia para a casa das pessoas de maneira universal, que teve um impacto fantástico.

Acredito que governos devem ser criticados quando necessário, mas elogiados também quando criam boas políticas. E essa iniciativa começou nos anos 90, início dos anos 2000, assim que o presidente Lula assumiu e a presidente Dilma Rousseff era ministra de Minas e Energia. Essa política virou lei, sendo um dos pilares da reforma estrutural da área, a universalização do acesso à energia. Conseguimos fazer um bom trabalho naquele momento. Mas uma coisa é o fio chegar à sua porta, e outra é sair energia desse fio. É esse o desafio central que temos hoje.

Outro aspecto importante desse ODS é o custo dessa energia. O Brasil tem hoje um custo muito alto, menos por conta de onde vem a energia, e muito mais por causa dos impostos e encargos embutidos, o que afeta o custo Brasil em várias outras áreas.

Mas isso não significa que a energia deveria ser de graça, ou extremamente barata, uma vez que é importante ter uma sinalização de quanto vale esse recurso natural. O grande risco da energia muito barata é o desperdício. Acredito, inclusive, que a causa do desperdício da água que temos hoje no Brasil, é em parte devido a isso. Por exemplo, quem mora em prédio nem sabe quanto custa a água, porque a conta é rateada, então pouca gente controla quanto gasta. Isso leva a um comportável perdulário desses recursos. Ainda que a energia elétrica fosse facilmente captada, ela deve ter um custo para evitar o desperdício.

Vale também ressaltar, quanto ao ODS7, o aspecto da eficiência energética. Trata-se de um conceito ligado à educação do uso desse recurso que diz respeito a como as pessoas usam a energia. É absolutamente necessário que as pessoas aprendam a usar a energia de forma consciente. O exemplo do “sai da sala, apaga a luz”. Nos anos 80, lembro da minha mãe gritando: “Sai do banho que não sou sócia da Light!”. Culturalmente, perdemos um pouco esse hábito de ser atencioso ao nosso consumo de energia, exceto talvez durante a crise de energia de 2001 e por pouco tempo depois.

Pergunta: Estamos falando de recursos hídricos para abastecimento humano e para produção de energia, ou seja, é uma competição do mesmo recurso para fins diferentes. O Brasil, tanto na questão do saneamento básico, como na questão da geração de energia, tem tradicionalmente optado pelas megas obras. Quando se fala em recursos para a energia, se fala em construção de grandes usinas hidrelétricas. Isso é histórico no Brasil desde Balbina, nos anos 1980, e antes disso outras como Itaipú e agora Belo Monte, que causaram um impacto local significativo, não só ambiental como social. Quando se fala em uma região metropolitana como São Paulo, se fala que em grandes sistemas de transmissão, e dificilmente se fala em pequena geração de energia local por meio de pequenas usinas, que poderiam, entre aspas, baratear o processo, como dar um acesso mais direto a esses recursos, para aquelas populações e com menos perda nas linhas de transmissão de energia elétrica. Muito do que se perde de energia é na própria linha de transmissão, certo? Haveria viabilidade numa mudança de modelo de infraestrutura mais local em termos de geração de energia, por exemplo com a energia solar?

Guilherme: Na área de energia, dizemos que estamos na época da energia 3D, que é a descentralização, a descarbonização e digitalização. Eu adicionaria um quarto “D”, que a indústria não coloca, mas eu particularmente acredito que é muito importante, que é a democratização. Estamos vendo cada vez mais casos de pessoas de todo perfil de renda, do mais rico ao mais pobre, colocando energia solar em suas casas. Isso é um exemplo da democratização de acesso à energia. De como uma solução descentralizada, digitalizada e descarbonizada, que por muitos anos foi taxada como uma energia dos ricos está cada vez mais acessível a todos. Assim como o celular, um dia, foi acessível só para gente rica, hoje você tem no Brasil mais aparelhos celulares do que pessoas.

O efeito que o celular tem na vida das pessoas de emponderá-las, de permitir que possam ser empreendedoras, que possam trabalhar de qualquer lugar, se comunicar a qualquer momento, também acontece quando se democratiza o acesso à energia. Assim, quando as pessoas têm em suas mãos a responsabilidade de gerar sua própria energia, elas se empoderam no uso do recurso natural. Quando alguém investe em energia solar, essa pessoa se sente parte da solução.

Acho esse, inclusive, um dos grandes desafios dos ODS, como o cidadão pode se sentir fazendo parte. Tem muita coisa para resolver que deixamos nas mãos do governo. É fato que tem muita coisa que depende do governo, mas tem muita coisa que quanto mais a gente conseguir trazer para o cidadão, menos depender de um poder central, maior a chance de as coisas funcionarem.

“ É fato que tem muita coisa que depende do governo, mas tem muita coisa que quanto mais a gente conseguir trazer para o cidadão, menos depender de um poder central, maior a chance de as coisas funcionarem.

Sobre a época das grandes obras, ela acabou, na área da energia, por vários motivos. Primeiro, porque acabaram os recursos energéticos. Não tem mais rio para fazermos represas. Quer dizer, restaram na região amazônica, que é uma região de planície, que qualquer barragem que você constrói alaga imensas áreas.

Segundo, hoje com o poder social, é pouquíssimo provável que se consiga fazer os tipos de alagamento e deslocamento de pessoas que se fazia em outros tempos. Na época das grandes hidrelétricas aqui na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, como Furnas, Rio Grande, Parapanema, ou Tietê, por exemplo, pensando nos dias de hoje, é praticamente inimaginável conseguir deslocar milhares de pessoas das suas casas para um bairro novo porque a região onde estão, vai alagar. A sociedade não aceita mais isso.

Então o contexto de sustentabilidade hoje não é só ambiental, é também social. A sociedade aprendeu isso, e hoje seria impensável, por exemplo, a situação de Itaipú que alagou Sete Quedas. Haveria uma revolução por meio das redes sociais contrária a uma situação tão impactante. Não vejo isso acontecendo mais. O que é ótimo, porque nós não precisamos, pois temos outras alternativas eficientes e descentralizadas.

Hoje cerca de 15% de energia que é gerada é perdida na transmissão. A energia solar fotovoltaica, por exemplo, pode ser colocada, mais próximo do centro de carga. Mas não é só isso. Imagina você gerenciar o corredor de milhares de quilômetros de uma linha de transmissão de Araraquara-SP até Porto Velho-RO? O tipo de obra que você faz para isso tem um impacto muito grande e o gerenciamento dessa linha de transmissão é difícil, ou seja, é de grande complexidade econômica, social e ambiental.

A tendência é a descentralização. Ao descentralizar, você descarboniza, ao descarbonizar você democratiza, e tudo isso se realimenta. A solução é essa. E, para crescer, é necessário energia. E, no Brasil, em particular, não é caso de escolher uma fonte ou outra. Nós precisamos de todas que estão à disposição: eólica, hidrelétrica, gás natural, solar, um dia teremos hidrogênio.

A grande revolução da energia será o armazenamento, e então, a indústria de energia vai se reinventar completamente. Sem dúvida nenhuma a descentralização e consequentemente o empoderamento do indivíduo na ponta é a tendência, e, mais do que isso, é a realidade. Outro dia atingimos a marca de 4 gigawatts de potência de energia solar fotovoltaica distribuída. Isso equivale à um terço de Itaipu. É impressionante o poder de crescimento desse mercado. Por isso a participação dos indivíduos para cumprir esse ODS7 é fundamental, temos mais 10 anos para cumprir, na verdade 9 anos. Acho que estamos em um bom caminho e fóruns como esses são importantes para as pessoas participarem das discussões.

Pergunta: Sua fala de alguma forma toca nas questões políticas, entendendo política no seu sentido mais amplo, a política pública, na qual o cidadão é um agente participante, na elaboração rumos junto com os comitês, onde a sociedade civil organizada tem voz, e ajuda a organizar diretrizes. Mas também tem a política 'stricto sensu', a política institucional dos gestores nos governos Federal, Estadual e Municipal. Quanto essa política institucional no tema de energia, tem ajudado e atrapalhado na inovação no sentido de atingir as metas do ODS7?

Na área de energia temos uma série de metas nacionais que são colocadas, como a redução, que poderia posicionar melhor o país no quesito de eficiência energética, diminuindo a demanda até para nos darmos ao luxo de poder gerar menos energia. A questão de energia tem os dois lados previstos. Então, quanto a política atrapalha ou ajuda o cumprimento das metas do ODS7? Nós estamos "patinando" ou há formas de conseguirmos furar esse bloqueio?

Guilherme: O Brasil é muito ruim de estabelecer metas, é muito ruim de acompanhar essas metas. Um exemplo é a Europa. Há 15 anos atrás, a Europa criou as metas 20-20-20: 20% da redução de emissões, 20% da melhoria da eficiência energética, 20% da fonte de energia renovável até o ano de 2020. Chegamos em 2020, eles mediram e ultrapassaram as metas. Então resolveram dobrar as metas para 2030. O Brasil assinou todos os acordos ambientais, e em alguma lei, em algum lugar, existe escondida alguma meta de emissões. Mas qual é essa meta?

Eu não sou um cidadão europeu e sei da meta 2020. Qual é a meta brasileira? Alguém sabe sem "dar google"? Enfim, a sociedade brasileira, considerando governo e os cidadãos, somos ruins de definir, monitorar. Não acompanhamos e não cobramos.

A política pública brasileira de energia limpa é um grande pêndulo. Ora ajuda, ora atrapalha. Para dar um exemplo específico da energia distribuída, em 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) criou uma resolução para implantar o mercado de energia geração distribuída, a famosa resolução 482, para quem é do setor. Quatro anos depois, ninguém instalou painel solar em casa. Era caro, a regra difícil de entender... Então, em 2015, a ANEEL republicou uma nova resolução ajustando a regra. A partir de 2016 o mercado começa a crescer, começa a gerar emprego, fabricantes de módulos fotovoltaicos entrando no Brasil. Hoje existem mais de 12 mil empresas especializadas em instalar painéis nas casas pessoas.

Chega em 2019, a ANEEL propõe uma revisão geral da regra, para que o consumidor passe a pagar uma tarifa equivalente a 60% de encargo sobre essa energia produzida. Ora, que política é essa que você dá "cavalo de pau" e quebra tudo? A sociedade foi às ruas: uma audiência pública da ANEEL, pela primeira vez, teve mais 200 pessoas em Brasília. Houve um movimento social orgânico a ponto de o Congresso Nacional pegar para si a responsabilidade e pautar a votação de uma política nacional para esse assunto.

Tivemos a atuação dos três presidentes, do executivo, do senado e da câmara, 'tuitando' - que é a nova forma de se posicionar - dizendo que essa proposta da ANEEL não iria para frente, e que eles trabalhariam politicamente para resolver isso. Mas veio a Covid-19 e o assunto voltou a ficar parado.

Então no Brasil tem uma frase famosa: "Até o passado é imprevisível". Que dirá o futuro. Em resumo, temos dificuldades para criar políticas públicas efetivas e, quando as temos, somos muito ruins de definir metas, implementá-las e acompanhá-las.

Então existe um trabalho importantíssimo de engajamento com os poderes, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Economia, Presidente da República, Congresso Nacional, mas nós, individualmente, também temos um papel a cumprir. Temos que nos educar a cobrar essas metas e acompanhar.

Pergunta: Aqui em São Paulo, tem a importante Avenida Ricardo Jafet, que é uma via de acesso à Rodovia dos Imigrantes, e que está, literalmente, construída às “margens plácidas do Ipiranga”. Em um de seus trechos, havia uma área verde, com solo permeável, que deixava a água penetrar e, portanto, ajudava a evitar enchentes. Recentemente, porém, essas árvores foram todas cortadas, para a construção de um piscinão que será inaugurado em breve. Você substitui um solo permeável por outro impermeabilizado pelo piscinão para evitar enchente... Faz-se tudo ao contrário de como deveria ser o processo... Poderíamos, nas grandes cidades, estimular a implantação de “casas sustentáveis”, com solo permeável no quintal, captação de água de chuva para cisternas, tratamento de esgoto local, energia solar, equipamentos ecoeficientes... É possível e viável chegar um dia em uma situação em que a própria unidade habitacional é autônoma nos aspectos energéticos e abastecimento em questão hídrica, ou isso é uma utopia e não vamos alcançar nunca?

Guilherme: Acho que sim, na verdade tem até soluções de baixa tecnologia que são soluções arquitetônicas. A forma como o tamanho da janela, o direcionamento, basear nos formatos da natureza. Por exemplo olhar como o João-de-barro constrói sua casa e a partir dessa inteligência trazer para nossa realidade. O direcionamento está no código de obras, nas leis municipais. São Paulo tinha um sério problema de cortiços, que foi resolvido quando foi obrigatório o espaçamento entre as casas. Os códigos de obras do Brasil todo estipulam uma área mínima para uma cozinha, pé direito e tamanhos das janelas, por exemplo, por questões sanitárias. Eu não vejo porque os códigos de obras também não poderiam evoluir para incluir questões de sustentabilidade, de energia e água.

Hoje já há muitas iniciativas voluntárias, de pessoas ou prédios que buscam as certificações como a LEED que é a mais famosa porque valoriza o imóvel. Naturalmente as construtoras já estão buscando as soluções. A energia mais barata é aquela que não é produzida ou não consumida, é a chamada engenharia de Nega-watts, em vez de Megawatts. O ideal de partida é construir algo para não usar tanta água ou usar água reaproveitada. Não tem o menor cabimento, por exemplo, a Sabesp ter trabalho para trazer água de Minas Gerais, deixar essa água potável e eu jogar ela na descarga. Não tem cabimento a água que lavo o chão ser a mesma água eu cozinho.

Se um extraterrestre chegasse na Terra e olhasse isso, se questionaria: “que maluquice é essa”? Enfim, é fato que nós usamos tão mal um recurso que é tão nobre. Outro uso sem sentido é o da energia elétrica para acender o fogão. A mesma energia que conduz a internet, ser usada para a mesma coisa que nossos antepassados faziam quando acendiam uma fogueira, é um desperdício. O trabalho que deu para transformar energia elétrica e agora estou usando para fazer calor com ela? A causa disso é porque háabundância. A restrição de recurso nos força a sermos engenhosos no uso desse recurso. Precisamos pensar melhor a forma como utilizamos a água também.

Também é verdade, na realidade do Brasil, que muita gente não tem nem o lixo recolhido. Quantos desses córregos tem lixo jogado, seja pela omissão do poder público, seja pela falta de civilidade das pessoas que simplesmente descartam seu lixo ali. Eu tive a oportunidade de conhecer no início do Rio Pinheiros, no bairro de Pedreira, uma usina termoelétrica que se chama Piratininga, eles fazem a gestão do reservatório.

Para quem não é de São Paulo, o rio Pinheiros corria originalmente da Serra para o Rio Tietê, e ele foi revertido. Existem duas bombas, uma onde agora vai ser a Usina São Paulo, que é a Usina Traição, e a outra em Pedreira. E a ideia é pegar a água do rio Tietê, subir alguns metros para as represas que tem aqui no sul de São Paulo para usar a energia elétrica na usina Henry Borden em Cubatão. Então a bomba faz subir 20 metros para ganhar os 800m de descida da Serra do Mar para Cubatão.

A questão é que toda vez que tem chuva forte, o pessoal da usina Piratininga precisa retirar sofá no rio, pois as pessoas usam a água da chuva como se fosse um grande “cata bagulho”. Ou seja, falta esse civilismo por parte da população.

O poder público tem obrigação, mas nós também temos. E, onde o poder público não está, nós deveríamos assumir essa responsabilidade. Não é isentando de responsabilidade do poder público. Mas o que me gera um grande incomodo é que temos o benefício da natureza no Brasil, que se transforma em abundância de recursos e acabamos por maltratar tanto esses recursos.

Pergunta: O que você acha da atitude de alguns países que colocam barreiras à implantação da energia solar, tornando-a inviável economicamente? Aparentemente a população desconhece os ODS e a Agenda 2030. Temos alguma perspectiva de que a sociedade conheça suas metas e acompanhe as questões sobre energia?

Guilherme: Sobre a taxação na energia solar, eu diria que a forma de você se engajar nessa discussão é acessando as redes sociais da ABSOLAR. Temos posts e vídeos sobre o assunto. Mas passa necessariamente por você cobrar do seu representante, do seu deputado, seu senador, o posicionamento dele, e as redes sociais são fantásticas para isso.

A governança do setor brasileiro é muito tecnocrata, muitas decisões são tomadas por pessoas técnicas nos seus gabinetes, eles perdem o contato com a população que é quem paga a conta. E essa é uma das críticas do modelo de agências reguladoras: tem que melhorar a governança. No Brasil, a questão dessas agências é que elas são absolutamente soberanas. Existe algum controle pelo TCU, mas quem os controla verdadeiramente? É um órgão político, mas tão político que não tem governança. Para mim, essa é a causa raiz dos desafios no Brasil. Há muito tempo não se via um parlamento tão forte, que fosse capaz de fazer o poder executivo refletir e pensar sobre as coisas, e o judiciário.

“ A governança do setor brasileiro é muito tecnocrata, muitas decisões são tomadas por pessoas técnicas nos seus gabinetes, eles perdem o contato com a população que é quem paga a conta.

Sobre a situação das metas, de novo o problema é de governança. Se a meta não for cumprida o que acontece? Nada! A garantia do cumprimento de metas não faz parte do nosso ordenamento político, jurídico e institucional. Nenhum governante nunca foi cassado pelo não cumprimento de metas de emissão de carbono por exemplo, nunca aconteceu e nunca vai acontecer no Brasil. A questão é governança. A governança no século 21 é a das redes sociais, usadas para o bem e para o mal, então vamos usar para o bem.

Nós vamos atingir o ODS de energia, apesar do governo... 10 anos é muito tempo. Hoje não vivemos sem WhatsApp, mas eu comecei a usar faz 5 anos. Meu primeiro smartphone faz 10 anos. Te garanto que se tivéssemos uma meta há 10 anos atrás do governo criar uma rede social que as pessoas pudessem interagir automaticamente com imagem e som, não ia sair o WhatsApp, não ia sair nada. Eu acho que o mercado, esse ente etéreo, mas que na verdade somos nós, vai fazer com que os ODS sejam atingidos, vamos atingir a eficiência energética porque as pessoas vão querer gastar menos energia na casa delas.

Vamos ver as pessoas cada vez mais engajadas na escolha da fonte da energia, seja com painéis solares nas suas casas, seja porque elas vão exigir que o fabricante do sapato que elas compram mostre que ele foi produzido com energia limpa. Parece absurdo, mas vamos chegar lá do mesmo jeito que hoje temos a marca do orgânico ou da galinha criada em condições mais humanas. Naturalmente os produtores seguem essa linha, conforme a exigência dos consumidores.

Existem iniciativas fantásticas, inclusive duas ONGs que são associadas da ABSOLAR, uma chamada Litros de Luz ([veja aqui](#)) que é uma solução supersimples que cria a lanterna solar, pelo menos para a criança fazer a lição de casa à noite. Fantástico.

E outra é a Revolusolar ([veja aqui](#)) que eu tenho a honra de ser membro do conselho, que é a primeira cooperativa de energia solar de uma favela no Brasil é na favela Babilônia lá no Rio de Janeiro. Nós vamos chegar lá, com governo, sem governo, apesar do governo. Basta nos engajarmos como sociedade, e como indivíduos e tomarmos para nós a responsabilidade das ações do governo. Se ele não fizer, nós fazemos e depois cobramos deles a mudança na política.

Estou otimista!



“

Trabalho Decente e Crescimento Econômico - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.8

Solange Ledi Gonçalves



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: A redação desse ODS 8 proposta da Agenda 2030 da ONU é adequada para o nosso país? Como cumprir essas metas dentro da realidade brasileira?

Solange: Na minha interpretação, não estamos no caminho do cumprimento do ODS 8 para 2030. Infelizmente, eu gostaria de dar uma perspectiva mais otimista, mas temos como fugir de um contexto de mercado de trabalho e crescimento econômico que podemos observar desde a crise econômica em 2014. Observamos um crescimento econômico negativo entre 2015 e 2016, e desde então, temos apresentado um crescimento positivo, porém muito baixo e menor que 2%.

Com baixo crescimento econômico, temos uma alta taxa de desemprego e uma alta taxa de inatividade. Além de um aumento no trabalho informal, considerando os trabalhadores sem carteira e os por “conta própria”. Esses podem ser segmentados entre os de alta qualificação, que optam por esse tipo de trabalho, mas também os de classificação “manual ou média” que passam a atuar na informalidade, muitas vezes, após um choque de desemprego.

De forma resumida e sob uma visão microeconômica, conseguimos observar a existência de muitas questões relacionadas à precariedade do trabalho e à falta de segurança.

Quando pensamos nas questões relacionadas à desigualdade no mercado de trabalho, os dados mostram que também não estamos atendemos às expectativas do ODS. Foram muitos os ganhos observados em um período de 10/11 anos de prosperidade econômica, anteriores aos ODS, e, nesse período, estávamos em um bom caminho de redução das desigualdades.

No período atual e desde a chegada da crise econômica ao país, observamos um aumento das desigualdades no mercado de trabalho. Grupos mais favorecidos como homens, brancos, e com idade média entre 30 e 50 anos acabam sendo os que possuem melhor acesso, inserção e permanência no mercado de trabalho. Enquanto no outro extremo temos as mulheres, negras e jovens.

Assim, é difícil ser otimista. Acho improvável que as metas da ODS 8 sejam cumpridas nesse cenário.

Pergunta: Mesmo com todos esses aspectos negativos, que mostram que são metas difíceis de serem alcançadas, sabemos que elas foram construídas por meio de um processo, desde a Rio 92. Nesse processo sempre houve um embate onde a temática de sustentabilidade era vista como um empecilho para o crescimento econômico, não sendo possível compatibilizar o crescimento econômico e qualidade de vida das pessoas, sem sacrificar de alguma forma a o meio ambiente e sustentabilidade dos recursos naturais. Como você acha que podemos resolver essa equação? Como garantir emprego para jovens, mulheres, e uma melhor inserção no mercado de trabalho formal e não formal? E como cumprir minimamente essas metas de produção e consumo, seguindo a sustentabilidade, se não se apresentam novas visões de trabalho, consumo e emprego? Como apresentar para sociedade essa nova modalidade de trabalho e consumo, nos colocando como educadores para a mudança da realidade?

Solange: A mudança de paradigma é muito relevante e precisamos começar, como sociedade, a encontrar uma forma de mudar a realidade dessa população excluída do mercado de trabalho. Essa questão passa também por uma nova visão que precisamos ter como sociedade. Os 10/12 anos em que tivemos políticas públicas com esse olhar mostraram, mesmo atualmente tendo resultados eleitorais questionáveis, que a população demanda uma melhoria nesses aspectos de inclusão social.



A mudança de paradigma é muito relevante e precisamos começar, como sociedade, a encontrar uma forma de mudar a realidade dessa população excluída do mercado de trabalho.

Essas últimas eleições municipais mostraram, por exemplo, como os jovens têm uma postura positiva em relação à uma agenda futura. Espera-se, então, que isso reflita nos próximos anos. É inegável que programas como o Bolsa Família e o auxílio emergencial no contexto da pandemia de Covid-19, em 2020, ajudaram a tirar, ou não deixar que muitas famílias ficassem abaixo da linha da pobreza. Sabemos que políticas assim também podem fazer com que, no futuro, as pessoas exijam mais um aumento de bem-estar e uma renda melhor.

Esse tipo de proteção social deve existir para garantir um “colchão” para que as pessoas suavizem o consumo ao longo do tempo. O ganho em termos das políticas educacionais como o Prouni, Fies, Reuni, cotas nas universidades, e toda a expansão do ensino superior fazem com que nós, como sociedade, tenhamos uma visão mais pautada no bem-estar social e de forma mais crítica.

Pergunta: No cenário da atual economia mundial, onde existe um mercado especulativo, não produtivo (fala-se em capitalismo improdutivo), com a economia mundial organizada baseada em ‘commodities’, construção civil e uso excessivo dos recursos naturais, e considerando que o ODS 8, juntamente com o ODS 12, são os que melhor se ligam a essas questões econômicas, como podemos fazer uma “virada” nesse modelo? Como vislumbrar a mudança de um modelo econômico falido para inaugurar uma nova era? Será na nossa geração?

Solange: A mudança do paradigma é algo mais revolucionário do que estamos aplicando hoje em dia, e devemos questionar de onde viriam os recursos para esse tipo de política pública. É inegável que a discussão passa em algum momento pelo questionamento de como é a taxaço, no Brasil e no mundo.

Como taxar os mais pobres, classe média e os mais ricos? As discussões sobre o auxílio emergencial e o gasto em saúde trazem a reflexão sobre como manter e fortalecer essas políticas. Mesmo sobre o Programa Bolsa Família existem muitos estudos que mostram efeitos não só sobre renda e desigualdade, mas também sobre a permanência escolar, que poderia ser um mecanismo de quebra de um ciclo intergeracional de pobreza.

Quando tratamos desse assunto pensamos em como garantir essa rede de proteção social para os grupos excluídos, e de onde virá o dinheiro, principalmente nesse momento em que o mundo todo está passando por uma crise econômica. Essas questões passam pelas necessárias mudanças no sistema de taxaço, já que o 1% mais rico da sociedade não paga impostos da forma que deveria pagar.

Pergunta: Dessa forma estamos falando de incentivos fiscais para atividades econômicas sustentáveis, e da importância de taxação para as insustentáveis, como partes importantes da equação. Vemos, hoje em dia, uma série de experiências pioneiras experimentais – principalmente na Amazônia – com pequenas cadeias produtivas de artesanato, turismo de base comunitária ou pesca, por exemplo, que tem executado atividades que nós poderíamos classificar como mais sustentáveis, e que têm dado oportunidade para mulheres, pescadores e grupos de minorias gerarem renda. Como podemos dar escala para isso, gerando uma economia que conseguiria ser “macro” com a soma dos “micros”? Várias pequenas cadeias produtivas sustentáveis locais somadas podem promover uma macroeconomia para um país como o Brasil? Aliado à questão de prestação de serviços ecossistêmicos, como a produção de água na preservação de uma mata local, por exemplo. Pode-se dar escala para essas iniciativas ou elas devem ser vistas como complemento para a macroeconomia?

Solange: Sim, podemos incentivar as pequenas cadeias produtivas, e essas iniciativas devem correr de forma paralela com o aparato do Estado e das políticas públicas. Agendas de pesquisa de microeconometria e microeconomia avaliam certas políticas locais e mostram resultados positivos de ações dentro da economia solidária e cooperativas de produção. Dessa forma, essas ações têm um papel relevante para a sobrevivência das populações da região e desenvolvimento do turismo. Algo a ser explorado, também, via incentivos do governo, é o acesso ao crédito, que torna viável que esse tipo de arranjo produtivo local se torne sustentável. Podem existir iniciativas com indivíduos engajados – como os catadores de recicláveis, por exemplo – que devem ser incentivadas e fomentadas pelo apoio paralelo público com maior acesso ao crédito.

Muitas vezes, iniciativas assim são realizadas com o apoio das universidades e grupos de intelectuais e, em alguns casos, elas “morrem na praia” e a comunidade fica desprovida ou até prejudicada. Existem iniciativas que dão certo e outras não, porém todas deveriam passar por discussões relacionadas a políticas públicas de suporte e crédito. Em relação à mudança de paradigma do consumo é de fato um grande desafio, pois passa por todas as mudanças que já pontuamos

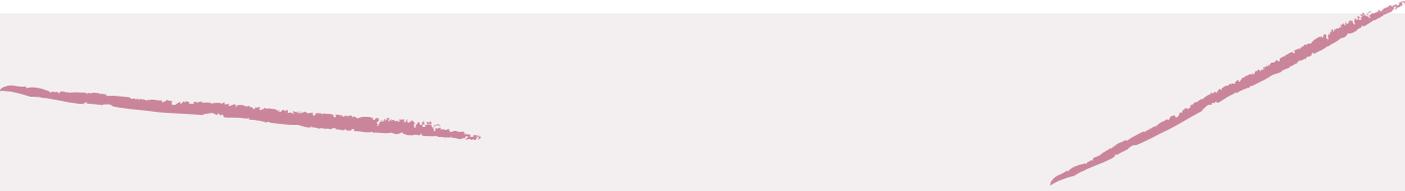
Uma questão são os investimentos em educação básica. Precisamos ainda de reformas estruturais no Brasil. Mesmo no período de prosperidade, nós focamos muito no ensino superior, e ainda temos uma parcela muito grande de estudantes que abandona o ensino médio. Entre a parcela da população mais pobre, a conclusão do ensino médio ainda é um desafio muito grande, pois muitos necessitam ingressar no mercado de trabalho mesmo antes de terminar o período escolar.

Então, mudar essa estrutura educacional desde a base pode determinar que tenhamos uma sociedade mais crítica em relação, também, à forma como nós vivemos. A pandemia trouxe choques que podem despertar essa nova maneira de ver o consumo, trazendo novas opções e maneiras de viver em sociedade. A questão de ficar mais em casa, trabalhar em casa, nos mostra que muito do que temos é extremamente desnecessário.

Sobre a questão da moda, pensar que a mudança de paradigma pode permitir que tenhamos a cultura de compartilhamento de roupas, acredito que já esteja muito distante. Eu vi em Curitiba uma coisa que achei inovador, que eram lojas de brechó de roupa infantil, que eu vejo muito pouco em São Paulo, por exemplo.

Acredito, então, que a mudança cultural deve passar por um choque maior. Agora com as eleições municipais recentes já vimos novas representatividades. Mas todas essas mudanças que queremos enquanto sociedade passam pela educação básica, considerando o fundamental e médio.

Em termos do ODS 8, devemos olhar para a flexibilização das leis trabalhistas e seus impactos, que podem ser importantes para a geração de emprego, mas precisamos pensar na perda total da garantia dos direitos e segurança dos trabalhadores.


“

Em termos do ODS 8, devemos olhar para a flexibilização das leis trabalhistas e seus impactos, que podem ser importantes para a geração de emprego, mas precisamos pensar na perda total da garantia dos direitos e segurança dos trabalhadores.

A última reforma trabalhista realizada em 2017 ainda é muito recente e não temos muitos trabalhos avaliando impactos com rigor até agora, mas já podemos observar que não tivemos a geração de empregos prometida. O principal ponto da reforma é a diminuição dos processos trabalhistas realizados, principalmente por danos morais, por conta do aumento do custo para o trabalhador entrar com o processo.

O aumento da geração de renda foi muito pequeno, e agora com a pandemia vemos o crescente aumento no desemprego e migração dos trabalhadores para a informalidade, em funções como motoristas de Uber ou entregadores, e as questões que envolvem a saúde mental deles é uma preocupação atual.

Pergunta: Chamar esse processo de empreendedorismo é a maior ironia de todas. Precariza o trabalho de todos, chama o cidadão que está tentando sobreviver de “empreendedor”. Elogia para não revelar a precariedade com o qual foi colocado o trabalhador. A reforma trabalhista no Brasil teve o claro objetivo de diminuir a quantidade de processos e alcançou. Jamais seria gerar emprego!

Solange: Esse grande choque vivenciado no contexto da pandemia nos apontou muitos gargalos e questionamentos sociais, com grupos já excluídos e que tiveram prejuízos ainda maiores. Apesar do momento ruim na economia, saúde e bem-estar, podemos ter grandes ganhos em algumas pautas como questões do gênero e racial, com reflexos na última eleição municipal, com fortalecimento desses temas sendo debatidos.

A pandemia deixou muitas feridas abertas. Ficaram claras as desigualdades sofridas por alguns grupos, como as mulheres – inclusive na academia, em que muitas produzem de forma desigual por causa dos serviços domésticos e cuidado com os filhos.

A pandemia nos mostrou muito gargalos e desigualdades. Ainda assim, acho que devemos ser otimistas, pois tudo isso tem muito a nos ensinar. Sairemos diferentes desse choque, e nossos paradigmas poderão mudar depois disso.

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



“

Construir infraestruturas resilientes,
promover a industrialização inclusiva e
sustentável e fomentar a inovação

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.9

Mauricio Lamano Ferreira



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: O texto desse ODS 9, como foi escrito, reflete a forma como devemos tratar as questões urbanas no Brasil? Você faria alterações? Quais são os desafios do Brasil especificamente nessa pauta construída em cooperação internacional na forma como ela está redigida?

Maurício: Sim, o texto ODS 9 reflete a forma como devemos tratar as questões de infraestrutura no país, no entanto, devemos considerar a dimensão continental que o Brasil possui, o que inevitavelmente, traz particularidades regionais importantes. Por exemplo, a região Sudeste do Brasil teve um histórico de urbanização voltada para o capital, em detrimento do aspecto ambiental, ao longo do século 20, com grande crescimento econômico e questões ambientais negligenciadas.

Como exemplo, pode-se citar impactos na infraestrutura azul das cidades, com canalizações (e retificações) dos rios e a pavimentação de áreas de várzea. Atualmente, o desafio de se promover a gestão das médias e grandes cidades é imenso, dada a herança de crescimento desordenado do século passado por todo mundo. No entanto, cidades pequenas, especialmente as cidades predominantemente rurais ainda carecem de infraestrutura especializada como estradas transitáveis em todas as estações do ano (seca e chuvosa) e mobilidade digna para atendimento essencial de educação e saúde em áreas longínquas.

Em geral, embora a redação dos ODS seja bastante ampla, ela deve ser encarada de forma conectada. Os problemas sociais, ambientais e econômicos se relacionam e apresentam, muitas vezes, uma mesma raiz. Portanto, embora existam metas e indicadores específicos para cada ODS, uma abordagem sistêmica de políticas públicas é essencial. Isso fica evidente ao se analisar a cidade de São Paulo, por exemplo, que tem o maior PIB da América do Sul, mas também tem inúmeros problemas sociais atrelados a problemas ambientais, com especial destaque para os ODS 1 e 2 (erradicação da pobreza e o fim da miséria) que são questões e pautas sociais que dialogam perfeitamente com o ODS 9.

Além disso, ressalta-se que o setor de infraestrutura, responsável por alavancar a economia do país, deve dialogar com o debate sobre igualdade de gênero e oportunidade, por exemplo, conectando o ODS 9 ao ODS 5 (igualdade de gênero), dada a importância da presença das mulheres no mercado de trabalho e na construção de cidades saudáveis e sustentáveis (ODS11). Desta forma, embora bastante abrangentes os enunciados dos Objetivos, há conexão entre eles e o grande desafio para o país é saber como cada município, com suas características peculiares, deve encarar esse ODS 9.

Certamente existem particularidades na forma de encarar e abordar os ODS na gestão municipal. Algumas cidades desenvolvidas podem ter uma forma de trabalhar os ODS e se diferenciar brutalmente de outras, devido a fatores culturais e/ou socioeconômicos. Em Santarém - PA, por exemplo, a questão do saneamento básico é um grande desafio municipal, enquanto na capital paulista outros assuntos são de grande complexidade quando comparados às outras cidades. Tais questões reforçam a necessidade de se promover uma gestão municipal integrada dos ODS, envolvendo também o setor privado, conforme a realidade atual que cada cidade vive na atualidade.

Pergunta: Quando se debate o ODS 9, fala-se, especialmente, em infraestrutura, inovação, cidades sustentáveis, sempre na busca de alternativas tecnológicas para problemas que a cidade mesmo construiu, principalmente as grandes cidades, como a busca de fontes alternativas de energia, sistemas de transportes mais eficientes, sistemas de inclusão social mais bem equilibrados com a necessidade da população etc. Mas seria realmente o caso de apostarmos na indústria de alta tecnologia de Século 21, ou melhor seria o resgate de velhas tecnologias, inclusive naturais, como por exemplo a implantação de parques lineares ao longo de canais de água urbana? Na sua visão a via “robótica intergaláctica” seria a saída ou, na verdade, deveríamos buscar o resgate de boas práticas que já existiram e que ainda existem em algumas cidades menores, e que estão espalhados pelo Brasil e pelo mundo? Qual o caminho para conseguirmos, de fato, implementar uma infraestrutura para cidades sustentáveis?

Mauricio: A questão da inovação tecnológica é tão importante e se faz tão necessária quanto a inovação ambiental. Desde 2016 a Comunidade Europeia cunhou o termo "Nature-based solutions" (Soluções Baseadas na Natureza), e desde então, temos acompanhado uma grande quantidade de trabalhos nesta temática. Trata-se de um conceito de desenvolvimento urbano sistêmico de planejamento de cidades que intercala desenvolvimento econômico, social e ambiental e tem sido aplicado por diversos países do hemisfério Norte em busca de maior resiliência.

As Nature-based solutions buscam inovação a partir de infraestruturas naturais, inspiradas e apoiadas pela natureza, alterando o desenho urbano e promovendo aspectos de segurança alimentar, hídrica e ambiental. A produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas, por exemplo, nos traz comida mais saudável, de melhor qualidade (muitas vezes produtos orgânicos), produzida mais próxima de casa, com menos perdas no trajeto de distribuição. No entanto, podemos pensar em um casamento entre infraestrutura verde-azul com a tecnologia 5G, trazendo dignidade e bem-estar para a população numa perspectiva futura, inclusive de economia energética.

Hoje em dia nós temos uma questão monetária bastante associada ao meio ambiente. O professor David Nowak, do serviço florestal Norte americano, publicou dezenas de trabalhos quantificando os serviços ambientais de florestas urbanas nos Estados Unidos e Canadá. Um dos trabalhos dele, de 2018, avaliou os benefícios da intensificação da arborização em 86 cidades do Canadá e, como resultado, encontrou mais de 227 milhões de dólares canadenses em retorno financeiro para as cidades. Além disso, o trabalho associou vidas que foram salvas e mais de 22 mil pessoas que foram poupadas de contrair doenças respiratórias crônicas. Isso tudo a partir do simples plantio de árvore nas áreas urbanas (NOWAK et al., 2018).

Os benefícios da antiga prática de arborizar a cidade envolvem ainda aspectos de saúde mental. Recentemente, o Professor Paulo Saldiva publicou um trabalho mostrando que o aumento da temperatura máxima na Zona Leste de São Paulo (uma das regiões com maior efeito de ilha de calor) estava associado a uma elevada taxa de suicídio, sendo que na zona sul de São Paulo (uma das regiões com menor efeito de ilha de calor), a temperatura mais baixa apresentou relação contrária com este problema de saúde mental. Logo, entendemos pela existência da associação entre variações de temperatura e taxas de mortalidade, o que pode ser resolvido, mesmo que parcialmente, com ampliação da infraestrutura verde.

Além disso, deve-se pensar que outro problema que ameaça as cidades e as populações é a maior recorrência de eventos climáticos extremos. Chuvas concentradas são previstas para as próximas décadas em algumas regiões do país e não podemos negligenciar a necessidade de se ampliar a quantidade de parques lineares que estão as margens dos corpos hídricos, e promover sistemas sustentáveis de produção de alimentos, seja do ponto de vista econômico ou ambiental, que promova associações entre cooperativas para produção de alimentos, segurança alimentar, transformação social e inclusão das pessoas, como por exemplo, sistemas agroflorestais periurbanos.

Perceba que as Soluções Baseadas na Natureza podem ser, e são, importantes ferramentas de transformação socioambiental, mas sua utilização no planejamento da infraestrutura urbana não descarta a extrema necessidade de nos valermos também de inovação tecnológica, principalmente no contexto do 5G. Frota veicular movida por energia limpa e economia de baixo carbono são fatores dependentes da tecnologia, portanto, há de se pensar em sistemas híbridos de investimento nas cidades.

Pergunta: O crescimento da população é um fenômeno que tem sido observado do século XX para o XXI e, segundo estimativas, nós vamos chegar em breve a 80 ou 90% da humanidade vivendo em cidades. Assim, podemos considerar as cidades como ambientes muito atrativos para o ser humano residir. O que nos atrai a aglomerarmos dessa forma? E, portanto, se a gente gosta, como as cidades podem ficar melhores?

A aglomeração de pessoas torna as cidades menos autônomas do ponto de vista alimentar e energético, dependente de toda uma estrutura externa para funcionar. Qual é o modelo cidade que precisamos? Seria essa cidade superadensada, megalópole, ou uma distribuição em pequenos centros urbanos. Como fica a questão urbanística? E a globalização? A grande circulação de mercadorias internacional para alimentar esses mega conglomerados de cidades no mundo? Isso é um modelo sustentável? Falando infraestrutura mundial a globalização foi o justamente uma das forças que alavancou a insustentabilidade desse modelo econômico e urbano e logístico que nós temos. Qual é a infraestrutura boa no mundo globalizado para sermos sustentáveis? Pensando na globalização como fenômeno, se a produção local é viável, como fica o mercado internacional de mercadorias?

Maurício: A oferta de serviços e produtos nos centros urbanos é um dos principais atrativos que leva o ser humano a se aglomerar em grandes centros. Essa configuração, porém, implica em problemas como gastar horas para os deslocamentos das periferias para as regiões centrais. Neste sentido, eu acredito que cidades médias e grandes poderiam pensar em um modelo de novas centralidades, ou seja, descentralizar as ofertas de serviços e produtos e, em paralelo, investir na criação de espaços verdes multifuncionais, requalificando as áreas verdes urbanas e incentivando a inserção social. Isso se aplicaria muito bem à Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro (RJ) ou ao extremo Leste da cidade de São Paulo (SP), além de muitos outros exemplos neste país.



eu acredito que cidades médias e grandes poderiam pensar em um modelo de novas centralidades, ou seja, descentralizar as ofertas de serviços e produtos e, em paralelo, investir na criação de espaços verdes multifuncionais, requalificando as áreas verdes urbanas e incentivando a inserção social.

Um desafio urgente é a homogeneidade e democratização no acesso à bens naturais, como água e espaço verde. Infelizmente isso acontece de forma desigual na maior parte das capitais brasileiras. A cidade de São Paulo tem quase 50% de áreas verdes, porém, mal distribuídas, com grande parte localizadas nos extremos Norte e Sul do município. A destruição de água também é desigual. Durante a crise hídrica de 2014 e 2015, a região de Pinheiros da capital paulista foi pouca afetada pelo racionamento de água, em contrapartida, as franjas da cidade viveram um dos piores momentos de racionamento de água de sua história. Estes desafios refletem uma prioridade social e urbana nos futuros investimentos em infraestrutura de cidades que apresentam este quadro caótico de desigualdade.

A questão da globalização é fundamental ao se discutir infraestrutura. Um ponto importante e que deve entrar no debate é sobre o fluxo de mercadorias entre os países. Eu tenho a impressão de que no debate sobre globalização, economias mais pobres são as que mais sofrem, justamente pela falta de infraestrutura. Eu tenho um exemplo interessante para apresentar aqui. Eu estou fazendo um trabalho na cidade de Guarujá, litoral de São Paulo, e a cidade tem uma grande importância econômica para a região metropolitana de Santos, pois parte do porto fica nessa cidade litorânea. Acontece que em um distrito do Guarujá, socialmente vulnerável e economicamente mais pobre, existe uma grande movimentação de caminhões responsáveis pelo escoamento de grande parte da produção do país. Dentre os diversos problemas, destacam-se a contaminação atmosférica e a poluição dos solos e águas por amônia, oriunda da lavagem das caçambas dos caminhões. Ambas as fontes de poluição estão associadas, são extremamente tóxicas e oferecem risco à saúde humana.

Atualmente, desenvolvemos um estudo para identificar, por meio de plantas bioindicadoras, se os locais que apresentam os maiores índices de contaminação atmosférica são os mesmos lugares em que se tem as maiores recorrências de problemas respiratórios na população. E fica constatado que a contaminação atmosférica naquele município é extremamente elevada e preocupante. Assim, muito embora seja um importante vetor de desenvolvimento econômico (Porto de Santos) municipal, não é admissível que as atividades ali praticadas venham a comprometer aspectos básicos da vida humana de quem habita a região.

Então quando se pensa nessa questão global, deve-se supor que tem alguém que vai sofrer na ponta, o que nos leva a buscar um pensamento mais sistêmico para a solução dos problemas e não tendo olhos apenas para setores específicos, como por exemplo, o econômico.

Outro assunto que envolve a escala planetária e que também vem sendo muito debatido e, a meu ver, merece um aprofundamento da análise em nível municipal ou regional e que envolve a questão de infraestruturas, é o tema do padrão alimentar. Atualmente emitimos toneladas de gases de efeito estufa para atmosfera por conta da agricultura e da pecuária, sem falar das expansões descontroladas das fronteiras agrícolas o que impacta diretamente no problema do aquecimento global e, conseqüentemente, das mudanças climáticas. Grande parte das commodities produzidas no Brasil são exportadas para alimentar animais, os quais serão bases para a própria alimentação humana.

O consumo de carne vermelha e os meios para essa produção custam muito caro, seja monetária ou ambientalmente falando. Há de se pensar em assuntos críticos como erradicação da fome no planeta de forma cautelosa. Diversas formas de proteína podem ser debatidas e estimuladas, com menor impacto ambiental e aspectos de segurança alimentar e econômicos salvaguardados. Embora este assunto saia da esfera municipal, ele é de extrema importância, pois a maior parte do consumo acontece nas cidades.

Pergunta: Eu tive oportunidade de participar da última ONU-Habitat em Quito-2017, e lá se debateu e se aprovou a ideia de a humanidade ter o “direito a cidade”. Quando você fala em direito e em deveres nós estamos falando, de certa forma, em políticas públicas. Qual a sua opinião sobre o papel dos agentes e atores sociais, principalmente os agentes públicos e gestores, na elaboração dessas políticas públicas para infraestrutura e cidades sustentáveis? E quanto o cidadão, individualmente, pode contribuir, ou não, para que estabeleçamos nas cidades e no planeta infraestruturas e sistemas urbanos mais sustentáveis?

Maurício: Essa pergunta é muito interessante. Eu acredito que o caminho correto é aquele que alia gestão pública e sociedade civil! Somente para fins de exemplo disso que comentou na sua pergunta, a Agenda 21 trouxe, no seu Capítulo 26, a inserção dos povos indígenas na discussão de políticas públicas ambientais, de forma que essas populações tivessem papel de protagonismo na elaboração de políticas públicas ambientais, pois são povos que estão intimamente envolvidos com as questões e usos dos recursos naturais. No entanto, assistimos atualmente atuarem timidamente como coadjuvantes no debate ambiental e simplesmente sofrem o que é decidido.

Os municípios são compostos por pessoas que, muitas vezes, não têm espaço e oportunidade para se manifestar. Isso é extremamente complexo, pois somos todos parte do que chamamos de cidade. Apesar de muitos problemas nos espaços de manifestação da sociedade civil, felizmente algumas iniciativas têm tido destaque positivo. A Prefeitura de São Paulo, por exemplo, especificamente a Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), tem acertado, no meu ponto de vista. Um bom exemplo, foi a consulta popular feita no ano de 2019 para o planejamento do PLANPAVEL (Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres) onde os gestores fizeram uma ampla consulta pública, por meio de uma plataforma on-line colaborativa, para planejar o uso de alguns espaços verdes na cidade, com um resultado bastante razoável. Embora a participação pública por meio da internet seja hoje bastante desejável, cabe se perguntar quem, de fato, tem acesso a tais participações. O uso de internet de qualidade e o acesso à infraestrutura digital ainda é um recurso que não alcança a todos da mesma forma, sendo que pensar em inclusão tecnológica e digital é pauta fundamental para se pensar na democratização da informação.

Embora as participações populares tenham sido cada vez mais parte da construção de ações públicas, ainda ficam perguntas em aberto como quem participa das audiências públicas? Quem vota em decisões importantes?

Há alguns anos passamos por consultas públicas para elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica da cidade de São Paulo. Os participantes fiéis eram representantes das empresas de mineração com interesse econômico no território, além de outros atores do setor imobiliário, por exemplo, que, normalmente são pessoas muito bem-informadas, muito bem municiadas do ponto de vista técnico para a participação nos debates. Um ponto que eu chamo a atenção é sobre a participação popular massiva, com presença de coletivos urbanos e associações de bairro.

Infelizmente, essa ainda não é a maior parte dos participantes que protagoniza essas audiências, por isso eu penso que seja necessário criar e ampliar os mecanismos de participação efetiva. Afinal, quantas pessoas ficaram sabendo das audiências públicas sobre o projeto A, B ou C? Qual foi a forma de divulgação? Estamos apenas divulgando e cumprindo o que a lei determina, ou estamos de fato buscando ouvir a voz da população? Imagine se a audiência ocorreu em uma quarta-feira, às 3 horas da tarde, presencialmente? Que público que nós vamos conseguir consultar de fato? Será que o município, a associação de bairro, tem algum representante nesse lugar, nessa hora? Certamente temos que pensar na viabilidade dos processos, porém, acredito que ainda estamos engatinhando em termos de democratização e participação popular nas decisões. Um maior envolvimento poderia trazer a sensação de “direito à cidade”, conforme preconizado na ONU-Habitat, em 2017.

Um processo participativo deve ser inclusivo e dar oportunidades de as pessoas participarem de fato, decidirem sobre a cidade que elas vivem, sobre a cidade na qual elas têm o direito de habitar, e, hoje, nós temos tecnologia para isso.

Pergunta: Fazendo então uma ligação direta do ODS 9 com o de mudanças climáticas (ODS 13), podemos dizer que uma sociedade sustentável é uma sociedade de Baixo Carbono? O que você pensa sobre a questão do carbono na infraestrutura do futuro?

Maurício: Como dito anteriormente, há uma intrínseca relação entre os diversos ODS. A pauta de mudanças climáticas é ampla e envolve vários assuntos, com especial ênfase ao setor econômico. Para alcançarmos esse modelo de infraestrutura de baixo carbono ou essa busca de cidades e comunidades sustentáveis é preciso haver um casamento fundamental entre inovação tecnológica e inovação ambiental.

Já temos tecnologia avançada para pensar em questões fundamentais como a mobilidade urbana de baixo carbono. No entanto, sinto que, muitas vezes, falta pensar em um projeto local ou nacional, para se organizar os modelos das cidades de um modo que não fiquemos limitados a projetos de um ou outro governo. Penso em um Projeto São Paulo ou um Projeto Brasil, onde você tem a participação popular auxiliando na decisão de qual seria o caminho adequado para a real sustentabilidade das cidades. Essa ideia que apresento pode dar, é claro, por meio da revisão dos Planos Diretores municipais, mas, ter um projeto de cidade e não um projeto de governo, faz toda a diferença.

Para implementarmos uma política de baixo carbono precisamos implementar e revisar alguns benefícios fiscais, econômicos e tributários, de forma geral, para gerar incentivos à criação de novas tecnologias para fomentar infraestruturas mais sustentáveis. A partir desse momento nós vamos começar a transformação para uma política ambiental adequada e, quem sabe, mudar padrões culturais. Além disso, torna-se indispensável criar meios para que a política e cultura de baixo carbono ocorra. A ampliação de ciclovias em áreas urbanas é um exemplo. Diversos países do mundo tiveram ao longo do tempo a mudança significativa de um padrão de mobilidade, onde os municípios adotaram as bicicletas como meio de transporte. Para mudar um padrão cultural deste no Brasil, é necessário criar as condições. Isso se faz com ampliação de projetos que deram certo e investimento em infraestrutura. Além disso, entende-se a importância de outros sistemas inteligentes de mobilidade, como interligação de modais coletivos. Estamos tão atrasados na maior região metropolitana do país que ainda não é permitido o transporte de bicicletas em trens intermunicipais. Neste sentido surge uma pergunta: se eu não adaptar o que já existe de infraestrutura, o investimento financeiro na transformação da realidade socioambiental será maior?

Certamente sim!

Eu aproveito para dizer que a responsabilidade de transformação não é somente da gestão pública, mas também da academia. É importante aliar projetos extensionistas no assessoramento de gestores públicos, os quais podem não ser especialistas nas respectivas pastas em que trabalham. O Brasil tem mais de 5560 municípios, sendo que a maioria são cidades pequenas. A carência de recursos humanos especializados pode ser um fator que atrase a busca por políticas importantes, como a de baixo carbono, e a universidade tem papel fundamental na busca da mudança qualificada que precisamos.

Pergunta: Cidades tão grandes e adensadas como São Paulo, não deveriam ser evitadas? Como mudar esse modelo? O que você acha dos incentivos financeiros para a indução de comportamentos mais sustentáveis? O aumento da tecnologia digitalizada e uso de novas máquinas domésticas nas cidades não pode levar a um aumento no consumo de energia, e exemplo do que ocorreu nas casas 'high tech' dos EUA? Qual o limite para o avanço da tecnologia?

Mauricio: A resposta para esta pergunta não é simples! No entanto, há consenso de que o modelo deve ser revisto. O modo de vida atual traz uma série de insumos para um único lugar, as cidades. Nelas, produtos entram, são processados e eliminados diariamente. O metabolismo urbano, termo utilizado na Ecologia Industrial, traz essa perspectiva.

A ideia foi “roubada” da biologia e o conceito funciona como um metabolismo celular, com entradas de produtos, geração de subprodutos tóxicos que muitas vezes não têm como ser exauridos da cidade além da eliminação de outras substâncias. Temos que repensar que cidade queremos, em que planeta pretendemos viver. A tecnologia aliada aos ideais ambientais, sociais e econômicos tem mais chance de dar certo do que as que visam apenas um ou dois pilares da sustentabilidade. Penso que se os ideais “high tech” não afetarem os pilares da sustentabilidade, eles poderiam ser estimulados e tornados acessíveis. Porém, acredito que isso deva ser incorporado aos padrões culturais de uma determinada sociedade com cuidado, pois há valores importantes que devem ser preservados.

“Temos que repensar que cidade queremos, em que planeta pretendemos viver. A tecnologia aliada aos ideais ambientais, sociais e econômicos tem mais chance de dar certo do que as que visam apenas um ou dois pilares da sustentabilidade.”

É importante lembrarmos dos “eco incentivos”. Certa vez, acompanhei um grupo de pessoas da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo na Zona Leste da cidade com o intuito de avaliar uma área para a criação de um corredor ecológico. A proposta era ligar parques e fragmentos florestais na região.

Andamos por algumas ruas e percebemos que é praticamente impossível plantar árvores nas vias, pois as calçadas, quando existentes, tinham menos de 50 centímetros de largura. Uma das alternativas discutidas foi, possivelmente, fechar algumas ruas, porém, essa opção iria ferir o direito das pessoas de ir e vir com seus automóveis etc. Restaram os quintais residenciais, que embora não tivessem muito espaço, na situação imposta eram uma das únicas alternativas possíveis.

Neste caso, torna-se importante rediscutir assuntos como IPTU Verde, por exemplo, que concede benefícios fiscais e descontos do referido imposto para quem adota soluções verdes para problemas urbanos. Para algumas realidades, o plantio indoor é a única alternativa para o esverdeamento da região. Para se alcançar essa participação da população é necessário alterar aspectos monetários. Felizmente, muitas cidades contam com políticas públicas específicas para isso, como por exemplo, políticas municipais de pagamento por serviços ambientais, algo que deve ser amplamente executado no Brasil.

Pergunta: Como você vê o papel das políticas públicas, do capital social e das tecnologias sociais na promoção da sustentabilidade e resiliência urbanas, principalmente quanto à qualidade do ar e outras necessidades voltadas ao bem-estar humano? A ausência de um Ministério das Cidades no atual governo tem prejudicado a gestão das cidades?

Maurício: Sobre a questão do ar, como eu disse antes, nós estamos em um país de dimensão continental. Cidades menores tendem a sofrer menos por impactos da contaminação atmosférica, desde que não seja vizinha de um Polo Petroquímico, por exemplo.

Cabe ressaltar que grandes cidades vivem o problema da intensa frota veicular e altos índices de emissão atmosférica. Se pensarmos na cidade de São Paulo, o Parque do Ibirapuera é um dos piores lugares para se frequentar entre 10h e 16h da tarde, pois o ozônio troposférico é formado neste horário, dado que a sua formação depende da luz para ocorrer e precisa de precursores, que são os produtos exauridos de parte da combustão dos veículos. Esse intervalo entre as 10h e 16h é o período que têm as maiores concentrações de ozônio troposférico, o qual é indubitavelmente um dos poluentes mais tóxicos para o ser humano, sendo que este é o lugar que as pessoas vão novamente praticar atividades físicas, de lazer etc.

Existe, portanto, uma distribuição espacial da poluição atmosférica nas cidades onde em determinados lugares a concentração desses poluentes é mais intensa e, conseqüentemente, gera maior risco para casos de problemas respiratórios. Desta forma, numa perspectiva regional, entendo que existe uma relação entre o tamanho da cidade e o impacto que ela sofre, sendo que quanto menor e menos impactada ela for pelo processo de urbanização, melhor será a qualidade do ar. No Brasil, não temos emissões vulcânicas, queimadas espontâneas com muita frequência nos diversos biomas, que prejudicariam a qualidade do ar.

Nesta temática, uma questão social fundamental é a da saúde pública, sendo uma das pautas mais importantes no âmbito das cidades. Um modelo exemplar é trabalhar com o conceito de cidade saudável, na perspectiva da promoção da saúde e não na remediação dela. Neste quesito, a cidade de São Paulo tem se destacado pelas políticas de promoção de espaços verdes, seja pelo atual Plano Municipal de Arborização ou por outras políticas ambientais que tem desenvolvido no âmbito de cidades saudáveis. A literatura científica tem reportado inúmeros artigos sobre os benefícios para a saúde física e mental a partir do uso de espaços verdes qualificados.

Devemos considerar que existe uma questão orçamentária onde se verifica que as secretarias municipais de meio ambiente operam no limite, sendo a verba disponível suficiente para pagar o quadro de funcionários, enquanto as secretarias municipais de saúde trabalham com maior limite financeiro. Uma alternativa seria compreender a promoção da infraestrutura verde como medida de profilaxia de doenças e promoção da qualidade de vida, sendo esta uma ferramenta social e econômica de promover a gestão orçamentária das cidades. A cidade de São Paulo tem um programa de áreas verdes (PAVS) da Secretaria de Saúde que faz essa abordagem, sendo que maiores limites orçamentários para a pasta do meio ambiente poderiam cobrir tais lacunas e projetos intersecretariais poderiam ser uma alternativa inteligente para as cidades do futuro.

Vale lembrar que o Ministério da Saúde já reconhece que cada R\$1,00 investido em saneamento básico economiza-se nove em saúde pública. A cidade de Nova Iorque constatou que a cada 1 dólar investido em arborização urbana, economiza-se 7 dólares no orçamento municipal. Já existem dados que mostram essa relação também em São Paulo. No entanto, temos uma questão herdada desse repasse de verbas que envolve toda uma questão tributária e de orçamento que abastece a Secretaria de Meio Ambiente, que opera sempre no limite. Esse debate não é apenas ecológico, mas econômico. Por isso devemos repensar a infraestrutura dos municípios a partir de inovações tecnológicas, mas principalmente ambientais.



“

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.11

Diego de Melo Conti



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: O texto desse ODS11, como foi escrito, reflete a forma como devemos tratar as questões urbanas no Brasil? Você faria alterações? Quais são os desafios do Brasil especificamente nessa pauta construída em cooperação internacional na forma como ela está redigida?

Diego: Sempre que nós dialogamos com o setor público, principalmente os agentes políticos, vemos que existe uma grande dificuldade de como materializar a agenda. Ou seja, por vezes da maneira como está escrita pode parecer conceito um pouco abstrato, mas eu diria que para cada cidade, o primeiro passo é entender as vocações do seu território. Entendendo as particularidades que ela tem, a partir daí ela passa a compreender quando é que será implantada a agenda dos ODS, especificamente o ODS11 de cidades sustentáveis.

Isso porque, cada município tem uma realidade. Para uma cidade, por exemplo, a questão social pode ser mais relevante. Em outro caso pode ser a questão ambiental, ou em outro, pode ser a questão econômica. Mas, na prática, uma cidade só vai se tornar sustentável se ela conseguir implementar um processo de desenvolvimento em equilíbrio com essas três dimensões. Então eu costumo dizer que não é nem mais para economia, nem mais para o meio ambiente, nem mais pelo social, a cidade deve buscar um desenvolvimento equilibrado. Tem que ser uma cidade competitiva, inclusiva e gerar empregos, ao mesmo tempo que ela tem que promover a preservação ambiental, assegurar que não vai haver escassez ecológica, promover um desenvolvimento integrado com a natureza e que possibilite o bem-estar humano. Só assim podemos falar em uma comunidade sustentável.

No caso do Brasil, se olharmos o panorama atual, é possível constatar que a questão social permanece como um dos maiores entraves para buscarmos a sustentabilidade. E a questão ambiental, que acompanha os problemas sociais vêm uma mesma esteira. Se olharmos para a cidade de São Paulo, em termos de urbanismo, quase todos os rios da cidade foram cobertos. Existem ruas acima deles, não se consegue mais ter uma imagem do que, de fato, era o território da cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo que verifica uma série de problemas sociais, há, também, os problemas ambientais. E por incrível que pareça é a cidade mais desenvolvida da América do Sul! No entanto, que desenvolvimento é esse?

Os ODS possibilitam enxergarmos o desenvolvimento de uma maneira mais sistêmica, não somente através de parâmetros econômicos como vem sendo feito ao longo de décadas, até mesmo de um século. E é o que coloca essa realidade bastante desafiadora para todos nós.

Por último, é importante destacar que o Brasil, como é um país de dimensões continentais e bastante plural, obviamente se pegarmos o território de uma cidade na região Amazônica, ela vai ser completamente diferente dos problemas de quem está em São Paulo que é uma megalópole, ou de qualquer outra megacidade. Apesar disso, as pautas são comuns, geralmente socioambientais.

Pergunta: Sobre o ODS 9, se fala em infraestrutura, inovação, em cidades sustentáveis, sempre naquela busca de alternativas tecnológicas para problemas que a cidade mesmo construiu, principalmente as grandes cidades, como a busca de fontes alternativas de energia, sistemas de transportes mais eficientes, sistemas de inclusão social mais bem equilibrados com as necessidades da população, enfim, se fala numa inovação tecnológica. Mas seria realmente o caso de termos inovações tecnológicas, e daí apostar na indústria de alta tecnologia de Século 21, ou melhor seria o resgate de velhas tecnologias, inclusive naturais, como por exemplo a implantação de parques lineares no entorno de canais de água urbana? Qual é o caminho? É um caminho Tecnológico de Século 21 robótico, "intergaláctico" ou, na verdade, o resgate de boas práticas que já existiram e que existem até hoje em algumas cidades menores, e que estão espalhados pelo Brasil e pelo mundo, seria a melhor opção? Qual o caminho para conseguirmos, de fato, implementar cidades sustentáveis?

Diego: Essa é uma pergunta muito interessante, pois podemos abordar o desenvolvimento das cidades, levando em conta, tanto as chamadas Soluções Baseadas na Natureza (Nature Based Solutions), como também as soluções mais tecnológicas. Em várias aulas com grupos de especialistas em sustentabilidade, já apliquei um exercício para descreverem como é que enxergam a cidade em um futuro, de 15, 20 anos. Já apliquei esse exercício, talvez, para mais de 200, 300 pessoas e é muito interessante ver como as pessoas descrevem as cidades do futuro, pois na visão delas, essas duas coisas andam juntas, ou seja, apresentam uma interligação entre a tecnologia e inovação em compasso com as boas práticas ambientais do passado ou de cidades menores.

Nestas visões de futuro ao mesmo tempo que há uma cidade que é mais tecnológica, seja com sistemas de mobilidade inteligentes, geração de energia distribuída com princípios de smart grid, energias renováveis e assim por diante, é, também, a cidade, por exemplo, que traz os rios e córregos despoluídos, assim como já foi no passado. Então, eu diria que o futuro, talvez, seja um resgate do que já tivemos no passado, mas, ao mesmo tempo, trazendo a tecnologia como um instrumento que pode solucionar problemas e desafios que estão colocados para as gerações futuras, principalmente em um cenário de futuro de crescimento da população urbana.

As projeções indicam que em 30 anos a população mundial urbana estará na casa de 6,7 bilhões de pessoas. Isso significa que a vamos precisar de tecnologia para, principalmente, criar novos arranjos produtivos, para equilibrar a equação que hoje já não é equilibrada de oferta e demanda de recursos. Assim talvez consigamos produzir uma nova realidade para o desenvolvimento sustentável.

Nessa esteira, por exemplo, estão surgindo algumas tecnologias da Indústria 4.0, como a impressão 3D que pode nos ajudar a resolver problemas relacionados a saúde, a habitação, a problemas do mercado. As impressoras 3D permitirão, por exemplo, que as pessoas passem a produzir produtos e bens materiais em casa ao invés de terem que comprar de um grande produtor. Isso criará uma nova dinâmica entre produção e consumo.

Neste cenário, acredito que estamos vivendo um momento de transição na humanidade, impulsionado principalmente pela pandemia de COVID19 e pela predominância da digitalização. A digitalização, de alguma maneira, potencializa os aspectos locais e o protagonismo das cidades. A pandemia, por exemplo, potencializou os arranjos produtivos locais, o comércio local, o turismo local, o turismo regional. Estamos pensando muito mais localmente e regionalmente, tendo a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) como um importante facilitador para uma nova dinâmica socioespacial. Acredito que agora, no século 21, dentro dos próximos 80 anos, teremos um crescimento ainda mais exponencial do uso da tecnologia. Principalmente por conta da chegada da Internet 5G que vai facilitar, por exemplo, as cidades implementarem soluções como a sensorização de redes de água, e isso evitar que as cidades percam água tratada no sistema de distribuição.

Tem cidade no Brasil que perde entre 25 e 30% da água tratada no sistema de distribuição, pois se trata de um sistema com tecnologia obsoleta. Seria possível não perder essa água com a utilização de redes inteligentes, assim como, por exemplo, já se faz em Tóquio que é uma cidade culturalmente com disposição a inovação tecnológica profunda. Hoje, a cidade de Tóquio perde no sistema de distribuição em média 1% da água tratada. Do mesmo modo, os sistemas inteligentes de energia vão poder equilibrar a oferta e a demanda, permitindo, por exemplo, que os usuários lavem a roupa em casa ou tomem banho no horário em que a energia é mais barata. Isso aconteceria pelo uso de uma outra tecnologia, a Internet das Coisas (IoT), a qual permite você comandar remotamente, do seu Smartphone, a sua máquina de lavar para que inicie a lavagem no horário que a energia é mais barata, porque você vai ter ideia de como oscila o preço e a tarifa durante o dia. Esse tipo de inovação, faz com que se evite o acionamento das usinas termoelétricas, por exemplo, que são altamente emissoras de CO₂.

Acredito, portanto, que a tecnologia, funcionando de maneira integrada, pode gerar importantes resultados para o desenvolvimento sustentável e fortalecer o ODS 11. Os ODS 9 e 11 estão interligados. Além disso, é preciso observar e aprender com a natureza para pensarmos também em inovação, pois a natureza tem uma sabedoria milenar e está aí há milhões de anos sobrevivendo com extrema resiliência e tendo muito a nos ensinar também.

Pergunta: A população urbana tem crescido, e isso é um fenômeno do século XX para o XXI, e segundo estimativas nós vamos chegar em breve a 80 ou 90% da humanidade vivendo em cidades. Assim, podemos considerar a cidade como muito atrativa para o ser humano residir. O que nos atrai para as aglomerações urbanas dessa forma? E, portanto, se a gente gosta, como as cidades podem ficar melhores? A aglomeração de pessoas torna as cidades menos autônomas do ponto de vista alimentar e energético, dependente de toda uma estrutura externa para funcionar. Qual é o modelo cidade que nós precisamos? Seria essa cidade superadensada, megalópole, ou uma distribuição em pequenos centros urbanos. Como fica a questão urbanística? Qual é a cidade boa para sermos sustentáveis?

Diego: Acredito, particularmente, que a tendência é que viveremos principalmente em pequenos centros urbanos. Se olharmos para os próximos 10 anos a tendência é que em 2030 é que teremos aproximadamente 41 megacidades acima de 10 milhões de pessoas no mundo. Então isso significa que a maior parte das cidades não vão alcançar essa massa de população.

Isso significa que provavelmente iremos viver mais em pequenos centros urbanos ou cidades médias. E o que leva os seres humanos a viver em cidades? Principalmente porque é nas cidades que você tem acesso a melhores empregos. Você tem acesso ao trabalho formal, ao emprego e a renda. E porque você tem melhores oportunidades para estudar. As melhores universidades estão nas grandes cidades e as pessoas migram em busca de oportunidades.

Do mesmo modo, as cidades também oferecem entretenimento, espaços para economia criativa e uma série de outros atrativos e de facilidades. Você vai em qualquer esquina tem um supermercado você compra comida e leva para casa. Contudo, ao mesmo tempo que o processo de urbanização gera todas estas oportunidades, também exclui as populações mais pobres para as áreas periféricas. E aí vemos todo esse fenômeno de gentrificação que expulsa as populações mais pobres para as franjas dos centros urbanos, para as áreas das periferias, e lá a realidade é mais complexa e desafiadora.

Por exemplo, em uma das experiências que tive no poder público, percebemos que nas periferias não chegam frutas, legumes e verduras da mesma maneira que chegam no centro expandido da cidade de São Paulo. O que isso significa? Que as pessoas que ali vivem, se alimentam com uma dieta de menor qualidade, à base de alimentos processados ou ultra processados. Trata-se também de uma questão de saúde pública então os arranjos produtivos locais são uma resposta para isso, pois fundamentam-se em princípios colaborativos.

Quando falamos que há uma tendência de passarmos a produzir comida localmente, por exemplo, isso é um fenômeno mundial, não só um fenômeno brasileiro. É uma tendência que deve crescer e ela vai ser impulsionada por inúmeros fatores, tal como a recorrente inflação no preço dos alimentos e a insegurança alimentar. As pessoas vão produzir localmente para passarem a ter acesso a uma alimentação regular, orgânica e mais saudável. Terá vários projetos pilotos ou projetos até maiores de hortas comunitárias, sistemas compartilhados de produção de alimento, cooperativas locais ou até mesmo as pessoas começando a produzir no quintal de casa ou em espaços públicos.

Para ter uma resolução em um aspecto global, é importante que as cidades criem uma estratégia de resiliência, mas que essa estratégia não seja somente voltada para a questão da mudança climática. Esse é um ponto mais relevante, mas em cima disso você precisa desenvolver outras pautas, por exemplo, a produção local de alimentos. Fortalecer zonas rurais urbanas e periurbanas e até mesmo de ecovilas. Em São Paulo temos uma grande zona rural, por exemplo, em Parelheiros.



Para ter uma resolução em um aspecto global, é importante que as cidades criem uma estratégia de resiliência, mas que essa estratégia não seja somente voltada para a questão da mudança climática.

Como essa estratégia complexa e integrada pode ser incentivada? Como estas ações podem se desenvolver dentro do processo urbano? Está aí o desafio. Desenvolver uma estratégia de resiliência que converse com a questão climática, com a produção local de alimentos, com o acesso ao emprego e ao trabalho digno, com o equilíbrio e a equidade de gênero. Esse é um caminho inteligente para cidades seguirem. Nós já temos no Brasil algumas cidades que desenvolvem essa estratégia, por exemplo, Porto Alegre, Salvador, Rio de Janeiro e em cima disso já estão colhendo frutos e acho que esses são bons exemplos não só para o Brasil, mas para América Latina. E que precisam ser divulgados porque muitas pessoas nem sabem que as cidades no Brasil já estão olhando para isso.

Em Porto Alegre a criação da zona rural a cerca de 15 km do centro da cidade foi um importante marco para a cidade. Você tem produção de tudo, carnes, grãos e cereais como o arroz. Essa política pública voltada para a zona rural de Porto Alegre tem a intenção de, em 15 anos, não utilizar mais agrotóxico, gerando uma produção local de orgânicos, próxima à cidade para abastecer e fortalecer a segurança alimentar de um grande centro urbano. Acredito que desenvolver planos e estratégias de resiliência urbana seja uma tendência e um caminho assertivo.

Pergunta: Na última ONU-Habitat III em Quito-2017, se debateu e se aprovou a ideia de a humanidade ter o “direito à cidade”. Quando você fala em direito e em deveres nós estamos falando, de certa forma, em políticas públicas. Gostaria que você falasse um pouco sobre o papel dos agentes e atores sociais, principalmente dos agentes públicos e gestores, na elaboração dessas políticas públicas para infraestrutura e cidades sustentáveis. E quanto o cidadão, individualmente, pode contribuir, ou não, para que estabeleçamos nas cidades e no planeta infraestruturas e sistemas urbanos mais sustentáveis?

Diego: A Habitat III trouxe o tema da governança participativa como uma pauta central. Há vários exemplos pelo mundo que nos mostram que, quanto mais participativo e inclusivo é o sistema de governança de uma cidade, mais êxito se tem em construir políticas públicas de uma maneira mais inteligente e que alcançam melhores soluções. De fato, em alguns casos, quando a democracia é bastante madura, as cidades conseguem até alcançar um nível de participação que permite a colaboração, onde diferentes públicos e stakeholders, sejam empresas, a sociedade civil organizada ou outras organizações, também assumem a sua parcela de responsabilidade na construção da cidade sustentável e trabalham ativamente na construção e realização de planos de sustentabilidade.

Um fato que me marcou muito foi quando fiz uma pesquisa em campo em Barcelona na Espanha, em 2015, um ano antes da Habitat III. Historicamente, Barcelona era conhecida na década de 90, era uma cidade colapsada, com níveis de emissão altíssimos, problemas ambientais, de mobilidade e de insegurança. E como está Barcelona hoje, 30 anos depois? Hoje, ela se tornou uma cidade que é modelo em soluções de sustentabilidade, modelo de cidade inteligente. Onde se deu o salto para a mudança?

O salto se deu a partir do momento em que conseguiu preencher uma lacuna, e criou uma rede local de participação política. Isso se deu, muito por conta da Agenda 21 que emergiu fortemente da Eco-92, e foi na “Rede Barcelona Mais Sustentável” que a cidade começou a reescrever o seu futuro. A partir daí eles começaram a incluir algumas entidades da sociedade civil no processo de governança política para discutir o futuro da cidade. Hoje essa rede é composta por 800 entidades sendo que 400 delas são escolas.

No que se refere ao direito à cidade, propriamente dito, tal expressão significa que todos os cidadãos têm o direito de usufruir da área urbana. E de se expressar e serem ouvidos com relação ao uso do espaço público. As pessoas é que dão vida às cidades. Quando vemos o caso de Barcelona, a escola sendo inserida em um processo participativo, as crianças e os adolescentes passam a ter voz e ajudar a escrever o futuro da cidade. Se olharmos hoje para a nossa realidade, no Brasil, as crianças e os jovens têm algum direito à cidade? São ouvidos? O direito a brincar na rua não existe mais.

Os carros têm a prioridade nas vias públicas e tornam os espaços perigosos, principalmente para crianças e jovens. Precisamos ouvi-los mais e projetar as cidades também a partir dos seus sentimentos e percepções, afinal eles serão os adultos e idosos de amanhã. Então podemos pensar: mas como incluir uma criança em um processo de participação política? Quando fizeram em Barcelona incluíram através de oficinas de desenhos e contação de histórias, tentando captar percepção daquelas crianças, que são os cidadãos do futuro. Se olharmos para as cidades, as quais muitas vezes são projetadas somente a percepção de burocratas e adultos, veremos o quanto os centros urbanos são, hoje, agressivos e perigosos para as crianças e o quanto eles não permitem que os adolescentes tenham espaços de convivência saudáveis para se desenvolverem.

Hoje as crianças passam o dia inteiro no smartphone, no celular, e já existem inúmeras pesquisas e estudos clínicos que demonstram o quanto a exposição à tela, nos anos iniciais de formação, afeta a saúde e o desenvolvimento cognitivo. Então, acho que o direito à cidade é uma pauta que temos que avançar muito e, principalmente, incluir nos processos participativos as populações que não são ouvidas e que são mais vulneráveis, onde podem ser incluídas as mulheres, os idosos, as populações em periferias, as crianças e dos adolescentes, por exemplo.

É importante destacar, inclusive, que não basta somente criar o processo participativo se este não for verdadeiramente equitativo e democrático. Isso, pois, muitas vezes, quem pauta esses processos de decisão, acabam sendo sempre pequenos grupos, tradicionalmente mais organizados e com mais poder como representações empresariais ou da indústria, por exemplo, que normalmente têm condições financeiras e áreas específicas para produzir conteúdo e conseguir influenciar a agenda política.

Assim, quando um governo local decide fazer a participação ou criar processos colaborativos, tem que ser efetivo, transparente, com regras claras e equilíbrio de poder. No fim, aqui no Brasil, temos exemplos de cidades que passaram a adotar o orçamento participativo e pela primeira vez conseguiram ter uma praça. E essa praça serviu de ponto de encontro para as pessoas, que fizeram dali um espaço de convivência. Isso é o direito a cidade, isso é devolver as cidades para as pessoas. Se deixasse a decisão do orçamento a cargo apenas do prefeito e da câmara de vereadores, provavelmente esse dinheiro teria virado asfalto, porque isso é o que traz voto no processo político e o que garante a próxima eleição.

Nesse processo de maior participação, então precisamos inverter essa agenda política e deixar de lado o modelo de democracia representativa. Alguém pode perguntar: para que serve um representante político em um processo colaborativo e participativo? A grande questão é que a maioria se sente de alguma maneira inutilizado ou sem exercer o seu papel, mas na prática é a participação política do cidadão que permite um caminho para a democracia, cabendo ao representante político gerir soluções e não mais decidir sozinho em seu gabinete.

Nesse sentido, é importante que nos processos participativos haja uma busca pelo consenso e assim a criação de políticas de longo prazo, evitando, por exemplo, o caso emblemático ocorrido em São Paulo, onde um prefeito que acreditava nas bicicletas como uma pauta importante de mobilidade construiu centenas de quilômetros de ciclovias, e quando tivemos uma alteração de governo, quatro anos depois, o novo prefeito que acreditava em outra coisa desacelerou o processo de construção das ciclovias, sendo que até asfaltou algumas para os carros conseguirem passar.

Isso tudo é resultado da falta de amadurecimento da política pública, não houve construção de consenso. Por outro lado, em Copenhague, na Dinamarca, cerca de 75% das viagens são feitas de bicicleta. Como alcançaram isso? Através da participação social e do consenso na construção da visão da cidade que a população escolhe para viver. Houve a elaboração de um plano ciclovitário que está em execução há 50 anos. Não foi imposto em quatro anos de um governo. Assim, a capital da Dinamarca passou pela alteração de poder nos processos de eleição como qualquer outra cidade, mas por conta da participação popular na construção da política pública, as pessoas de lá discutiram coletivamente e se apropriaram do plano de ciclomobilidade fazendo com que isso se tornasse parte da cultura, da identidade da cidade.

Eu acho que esses são pontos muito importantes para que os gestores públicos pensem e principalmente para que a sociedade civil ocupe esse espaço democrático e pressione os gestores para que os processos participativos sejam resgatados.

Pergunta: Fazendo então uma ligação direta desse ODS11 com o de mudanças climáticas (ODS 13), podemos dizer que uma cidade sustentável é de baixo carbono? Como é que fica a questão das emissões de carbono nas cidades do futuro?

Diego: As cidades precisam produzir uma visão de futuro de maneira coletiva. Isso porque, se você não tiver um objetivo comum e bem definido, como por exemplo se tornar uma cidade carbono neutro ou uma cidade de baixo carbono, dificilmente você vai conseguir atingir esse resultado. Esse é o primeiro passo na criação de uma visão de futuro. Não existe política de sustentabilidade de curto prazo, isso é uma coisa importante para ser pontuada.

Concordo plenamente que esse é o futuro, ou seja, que uma cidade sustentável é de baixo carbono. Sendo assim, é preciso pensar em um jeito de reduzir as emissões e ao mesmo tempo neutralizar aquelas que são geradas. E isso entra dentro da questão da criação da estratégia de resiliência.

Se observamos a teoria de sistemas, a qual é bastante complexa e interessante, sempre que geramos uma ação, uma influência positiva em um sistema - e se considerarmos hoje que as emissões geram inúmeros impactos, desde impactos no sistema de um pequeno micro-organismo até dentro do sistema humano - teremos um efeito positivo em escala, que vai afetar a vida marinha, que vai afetar a vida terrestre, que vai afetar a alteração climática. Então, buscar cidades que sejam mais resilientes e que sejam carbono neutro é um passo muito importante. E isso vai depender principalmente de uma transição energética para fontes de energia limpa e renováveis, seja quanto à eletricidade, seja quanto aos combustíveis que são utilizados nos veículos.



Buscar cidades que sejam mais resilientes e que sejam carbono neutro é um passo muito importante. E isso vai depender, principalmente, de uma transição energética para fontes de energia limpa e renováveis, seja quanto à eletricidade, seja quanto aos combustíveis que são utilizados nos veículos.

E envolve outras questões como, por exemplo, a maneira como nos alimentamos, que tipo de alimento que está chegando na mesa das pessoas e como se dá a produção desses alimentos. Afinal, tudo isso gera emissões. E, quando se fala em emissões, é preciso pensar sistemicamente, não só nos territórios urbanos, das cidades, mas também em outros tipos de territórios e ocupações humanas, porque a questão climática é uma questão global. Sendo assim, é preciso não só pensar estrategicamente, quanto às questões dos hábitos culturais das sociedades, mas também, pensar no longo prazo e não somente no curto prazo. E, para os representantes políticos, este é, de fato, um desafio, pois só pensam e planejam para os 4 anos dos mandatos.

Por fim, agradeço a oportunidade e ressalto que a discussão é uma questão de agenda, que só depende de nós para ser implementada. A universidade tem um papel fundamental como produtora de conhecimento, e com base nisso, precisamos nos posicionar nas pautas. Um encontro como esse tem um valor muito expressivo para disseminar essas ideias e para que outras pessoas possam conhecer e se engajar na implementação da Agenda 2030.

Pergunta: Cidades tão grandes e adensadas como São Paulo, não deveriam ser evitadas? Como mudar esse modelo? O que você acha dos incentivos financeiros para a indução de comportamentos mais sustentáveis? O aumento da tecnologia digitalizada e uso de novas máquinas domésticas nas cidades não pode levar a um aumento no consumo de energia, e exemplo do que ocorreu nas casas 'high tech' dos EUA? Qual o limite para o avanço da tecnologia?

Diego: Palmas (Tocantins), foi uma das primeiras cidades a ter uma secretaria voltada a energia renovável, e a desenvolver política pública de transição energética com incentivos fiscais, e isso facilitou para que as energias renováveis se tornassem uma realidade. Esse é um caminho positivo. Por outro lado, existe o "ecodesincentivo", que ocorre quando se impõem multas ou sobretaxas pelo mau comportamento ambiental, o que funciona tão bem quanto estimular o bom comportamento ambiental com incentivos fiscais. A questão financeira é importante para os dois lados, porque ela incentiva bons comportamentos e desincentiva comportamentos que são negativos.

Na questão da tecnologia eu diria que ela é neutra e, por ela ser neutra, se aai ser boa, ou se vai ser má, vai depender da intenção que o ser humano vai dar para isso. Mas quando a tecnologia é desenvolvida, geralmente é visando um bom propósito.

Um exemplo são os drones que também vieram agora para ficar. Campinas foi a primeira cidade do Brasil a ter uma resolução de autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para que empresas possam realizar entregas por drone. Isso irá revolucionar uma série de serviços, como o iFood, por exemplo, que é um aplicativo muito utilizado para as pessoas pedirem refeições. Já se fez um estudo que demonstra que, à medida que a entrega por drone for implementada, a empresa irá conseguir entregar comida em até 2 minutos. Isso trará um impacto positivo na área logística de diversos setores, ao mesmo tempo que serão reduzidos acidentes de trânsito, de trabalho, congestionamentos e assim por diante.

Isso posto, o mesmo drone que poderá levar a refeição solicitada pelo aplicativo do lfood, também poderá ser usado para algo negativo, por exemplo, em uma guerra para carregar um armamento químico e assim por diante. A mesma solução tecnológica serve para o bem e para o mal, seja a impressora 3D, drones, todas essas tecnologias que estão vindo da Indústria 4.0.

Eu diria, portanto, que é preciso olhar com atenção e discutir muito a utilização das novas tecnologias e soluções de cidades inteligentes, principalmente no que diz respeito ao direito à privacidade, que é um outro ponto a ser destacado. Porque hoje todos geramos dados em tempo real com nossos smartphones, quando nos deslocamos, quando realizamos uma compra, no transporte público e assim por diante.

A digitalização está facilitando esse movimento das pessoas migrarem hoje para cidades médias e cidades menores, principalmente porque em um futuro muito próximo iremos entender, por exemplo, que eu não preciso morar mais na cidade onde eu trabalho. As pessoas conseguirão trabalhar estando em qualquer lugar. Já está acontecendo esse movimento migratório, principalmente porque os pais se deram conta que é muito difícil ficar em casa todo tempo com uma criança presa por causa da pandemia, e foram buscar áreas e locais onde os filhos fiquem mais livres, como nos condomínios que têm acesso a equipamentos de lazer, por exemplo, para que os filhos tenham o direito de brincar, mesmo na situação de distanciamento social que estamos vivendo.

Pelo mesmo motivo, também estamos vendo pessoas se mudando para cidades menores em busca de mais liberdade e qualidade de vida. Concordo que uma megacidade ela não é um modelo de sustentabilidade, pelo contrário, ela produz muita insustentabilidade e inúmeros desafios.

Pergunta: Como você vê o papel das políticas públicas, do capital social e das tecnologias sociais na promoção da sustentabilidade e resiliência urbanas? A ausência de um Ministério das Cidades no atual governo tem prejudicado a gestão das cidades?

Diego: Será que criar mais uma estrutura administrativa e burocrática, novos ministérios governamentais resolvem os problemas e desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável? Essa tem que ser a primeira reflexão. Se for para criar um departamento que, de fato, vai exercer um papel importante e ser assertivo no que se refere a políticas públicas, faz sentido ter toda essa estrutura, que terá um custo. Por outro lado, hoje percebo que os governos subnacionais, quando unidos, conseguem colocar pautas e produzir resultados para o desenvolvimento sustentável. É preciso pensar mais localmente.

Esse é o caminho: fortalecer a municipalidade, fortalecer movimentos como a Frente Nacional de Prefeitos, comandada neste momento pelo prefeito de Campinas Jonas Donizette. Isso coloca em evidência o seguinte: se o Governo Federal estiver desenvolvendo, por exemplo no aspecto do meio ambiente, um caminho que não é o ideal, mas se no nível local você conseguir desenvolver políticas públicas que preservem o meio ambiente e com controle social, isso trará resultados positivos para o meio ambiente. Além disso, é notável a importância das políticas regionais, como forma de pensarmos em governança e políticas metropolitanas, independentemente da posição do governo federal.

Isso porque é na cidade que você gera os impactos, é nas regiões metropolitanas que você consegue gerar impactos positivos em um determinado território, seja para resolver um problema relacionado às mudanças climáticas, melhorando a condição da matriz energética ou as questões de mobilidade. Acredito na municipalização e no fortalecimento dos poderes locais, assim é possível construir soluções globais a partir do protagonismo das cidades.

Existem movimentos internacionais de prefeitos, como por exemplo, o C40, que é uma rede de megacidades comprometida em lidar com as mudanças climáticas. O C40 apoia as cidades a colaborar com eficácia, compartilhar conhecimento e promover ações significativas, mensuráveis e sustentáveis sobre as mudanças climáticas. Existe ainda o ICLEI (Governos Locais pela Sustentabilidade), que reúne mais de 1750 cidades nessa rede, as quais somam a maior parte da população da Terra, engajadas em transformar os ambientes urbanos em locais mais sustentáveis. Essas redes internacionais têm um papel determinante e se articulam para a troca de experiências, para troca de resultados, e acredito que esse é um caminho que devemos continuar seguindo.

Sobre a questão do plástico, por exemplo, estamos em um momento que novos materiais estão sendo desenvolvidos, principalmente embalagens que são biodegradáveis. Já temos plástico verde, microrganismos que auxiliam na decomposição do plástico. O que precisamos parar para pensar é em uma economia mais circular, principalmente para substituímos o obsoleto modelo linear de economia, isso é fundamental para o desenvolvimento sustentável urbano. Para que retornemos a maior parte dos resíduos gerados através da circularidade de materiais, para evitar, por exemplo, que eles cheguem ao mar.

Sobre a tecnologia social, entendo que, por conceito, ela pode ser um produto, método ou técnica criado para solucionar problemas sociais, atendendo quesitos de simplicidade, baixo custo e fácil aplicabilidade. Temos exemplos na África, que têm permitido às pessoas terem acesso a água potável com tecnologia social, a produção de fogões solares, que são fogões que funcionam com espelhos para pessoa poder ter alimento cozido e assado em casa. Isso é um tipo de tecnologia social de baixa complexidade e fácil replicabilidade e que muda a vida das pessoas, então acredito muito que a tecnologia social tem uma vantagem sobre a tecnologia hard, pois qualquer pessoa consegue desenvolvê-la e é um caminho interessante para pensarmos então em como essas tecnologias podem auxiliar, por exemplo, na geração de energia, produção local de alimentos e assim por diante.



“

Consumo e Produção Sustentáveis -
Assegurar padrões de produção e de
consumo sustentáveis

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.12

Aron Belinky



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: A redação desse ODS 12, proposta da Agenda 2030 da ONU, é adequada para nosso país? Como cumprir essas metas dentro da realidade brasileira? Falar em produção e consumo sustentáveis, na sua perspectiva, desperta uma visão otimista ou pessimista?

Aron: Para analisarmos os ODS é importante darmos um passo atrás para poder compreendê-los de uma perspectiva do conjunto, ou seja, qual a sua origem, como surgiram, uma vez que essa agenda tem como característica a busca de um resultado bastante aspiracional.

De fato, qualquer um que leia os 17 enunciados dos ODS e as 169 metas neles contidas e os prazos que estão colocados, vai dizer que quem os elaborou não está em sã consciência, ou vive em outro planeta, pois trata-se de um plano de ação altamente ambicioso. E os ODS são ambiciosos não só no tempo e na escala, mas também num aspecto fundamental que é a ideia de interdependência e integração entre eles, uma vez que não se pode conceber os 17 objetivos de uma forma independente entre si. A imagem que costumo usar para ilustrar é que os ODS podem ser vistos como portas diferentes para entrar na mesma casa!

Assim, o “pacote” Agenda 2030 é uma coisa só, cuja abordagem pode ser feita por diversos ângulos ou lados, mas que, no final, todos levam ao mesmo lugar, até porque um depende do outro. Como exemplo, não podemos pensar em um crescimento econômico de 7% ao ano - como está descrito no ODS 8 -, sem mudar o padrão de produção e consumo, porque, do contrário, haveria uma ruptura da capacidade de suporte do planeta. Da mesma forma, não se pode pensar em garantir alimentação saudável a todos às custas da poluição das águas e devastação das florestas, pois isso nos traria sérios problemas; como não se poderia fazer isso sem pensar em igualdade de gênero, bem como sem falar em reduzir as desigualdades, pois, da mesma forma, nos levaria a outros problemas. Enfim, a conclusão a que se chega é que tudo isso é interligado e faz parte de um grande novelo para o qual estamos procurando diferentes entradas.

Outra imagem que costumo usar é a história dos cegos e do elefante onde, se cada cego pegar em uma parte do animal, cada um vai dizer que o elefante é uma coisa diferente: o que toca na perna diz que é uma coluna, o que toca na lateral diz que é uma parede, o da cauda que é uma corda... quando na verdade o elefante é... um elefante. O nosso elefante, ou seja, a Agenda 2030, também pode ser visto dessa perspectiva.

Apesar de todos esses enormes desafios, e sabendo que o cumprimento integral desses ODS seguramente não acontecerá dentro do horizonte de tempo esperado (2030), eu considero os objetivos como um norteador muito importante, de modo que não devemos nos frustrar antecipadamente pela sensação de que não conseguiremos atingir todas as metas ali propostas. Devemos encará-los como um balizador para o nível de ambição que precisamos ter e para o nível de transformação que precisamos realizar. Esse é o grande valor que vejo nessa agenda.

Feita essa introdução e ressalva necessárias, quanto ao enunciado previsto no ODS 12 (“Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis”), no meu entender, seguramente, estamos bem longe de atingir esse alvo aqui no Brasil.

Quanto às metas previstas nesse objetivo, a primeira delas trata da implementação do Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis (também conhecido pela sigla 10YFP, do inglês). Esta é uma grande iniciativa engendrada no âmbito das Nações Unidas no início dos anos 2000, para que os países se comprometam a estimular a produção e consumo observando aspectos da sustentabilidade. Por si só, a implementação desse plano já traz um enorme desafio. A segunda meta diz respeito a alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais; a terceira fala da redução do desperdício de alimentos em 50%; a quarta menciona a gestão integral de resíduos e produtos químicos; a quinta é a que trata dos 5R's da reciclagem; a sexta cuida da transparência empresarial e gestão sustentável; a sétima é sobre compras públicas sustentáveis; a oitava foca a informação e educação sobre estilo de vida mais natural e sustentável; a nona o apoio em ciência e tecnologia para implementar todas essas pautas; a décima fala em ferramentas de turismo sustentável e, por último, a décima primeira meta trata da eliminação dos subsídios para combustíveis fósseis

Tudo isso, portanto, faz parte do ODS 12 e olhando de perto para cada um desses pontos, vemos que há um longo caminho a ser percorrido até se chegar a esses objetivos.

Para quem quer acompanhar como vem sendo feita a gestão dos ODS no Brasil, recomendo a leitura do “Relatório Luz da Agenda 2030” elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. O título faz um contraponto aos relatórios não oficiais sobre agendas globais da ONU – que normalmente são chamados de relatórios “sombra” – enfatizando o fato de jogar luz sobre o monitoramento dos indicadores e o cumprimento das metas pelo Brasil. Vale dizer que, em governos anteriores, a Agenda 2030 ainda vinha sendo gerenciada de uma maneira mais responsável, mas foi totalmente abandonada pelo governo atual, especialmente depois que o General Santos Cruz deixou de ser o ministro responsável pela Secretaria de Governo da Presidência da República.



Essa secretaria é responsável pelos ODS no âmbito federal, e enquanto era ele quem cuidava dessa pauta, ainda se vislumbrava a importância da inserção de uma agenda global dentro das diretrizes estratégicas para o país. Acredito, inclusive, que foi por ter essa visão mais razoável sobre temas de tamanha relevância, que esse general foi retirado dos quadros do atual governo. Então, infelizmente, reputo que estamos não só distantes de atingir as metas do ODS 12, como estamos atualmente caminhando em sentido contrário.

Pergunta: Nesse processo de construção das metas da Agenda 2030 que vem de um acúmulo de agendas anteriores, desde a Rio-92, sempre houve um embate onde a temática de sustentabilidade era vista como um empecilho para o crescimento econômico, não sendo possível compatibilizar esse crescimento e a qualidade de vida das pessoas sem sacrificar o meio ambiente e sustentabilidade dos recursos naturais. Como você acha que podemos resolver essa equação? Como garantir emprego para jovens, mulheres, e uma melhor inserção no mercado de trabalho formal e não formal? E como cumprir minimamente essas metas de produção e consumo, seguindo a sustentabilidade, se não se apresentam novas visões de trabalho, consumo e emprego? Como apresentar para a sociedade essa nova modalidade de trabalho e consumo, nos colocando como educadores para a mudança da realidade?

Aron: Me parece que, para a solução desse dilema, a resposta está na própria pergunta, ou seja, nós só vamos conseguir fazer isso se transformarmos a maneira como nós funcionamos como sociedade. Dentro dos padrões atuais de produção, consumo, desperdício e ineficiência, seguramente não temos como resolver essa equação. É uma situação insolúvel dentro do quadro atual e, para termos alguma chance, precisamos transformar nossa realidade.

O que significa transformar? Na questão dos empregos, por exemplo, nós precisamos ter uma sociedade que seja capaz de abrigar pessoas trabalhando em novas e diferentes ocupações que estejam voltadas muito mais para as áreas dos serviços, dos cuidados com o outro, da cultura, do que em áreas voltadas à extração e transformação dos recursos naturais. Mas é essencial que as pessoas também tenham como obter os meios de vida necessários de modo que possam se realizar. Isso tem a ver com inovação e tecnologia capazes de dialogar com a demanda por novas formas de como a sociedade satisfaz as necessidades de cada um.

Para tanto, é necessária uma mudança de paradigma. A realidade da pandemia que estamos vivendo é um exemplo. Fomos confrontados com situações que mostram muito da irracionalidade na nossa maneira de viver, e mostram também como já possuímos diferentes condições e tecnologias que nos permitem adotar formas diferentes de viver, abandonando hábitos e comportamentos que hoje já não fazem mais sentido. A meu ver, esse “wake up call” doloroso nos permitirá uma grande mudança. A volta ao “normal” certamente não deve representar uma volta ao que era antes, mas uma volta com a cabeça mais aberta, mais iluminada para aproveitar outras maneiras de viver.

Pergunta: No cenário da atual economia mundial globalizada onde existe um mercado especulativo e não produtivo - nas palavras do Prof. Ladislau Dowbor estamos na "Era do Capital Improdutivo" -, com a economia mundial baseada na venda de commodities, construção civil e uso excessivo dos recursos naturais, como podemos fazer uma transição para um novo modelo mais sustentável? Como vislumbrar a "virada" de um modelo econômico falido para inaugurar uma nova era? Será na nossa geração?

Aron: Um ponto importante nesse olhar macro, é entender como a economia é construída. Muitas vezes tomamos o funcionamento da economia como um fato da natureza, mas, na verdade, a economia é uma construção humana, que se baseia sobre como valoramos os bens e serviços, sobre precificação, sobre a estrutura de incentivos. É preciso perguntar por que as coisas têm o valor que lhes damos, porque são baratas ou caras e porque as pessoas fazem isso ou aquilo, ou as empresas tomam certas decisões. E esse olhar da economia atual tem como fundamento principal o paradigma da escassez.

De fato, qualquer manual de economia vai apresentar esse campo do conhecimento como a ciência que tem como objetivo "alocar recursos escassos da maneira mais eficiente possível", ou algo parecido. Nessa expressão, a palavra 'escassos' é muito importante. Isso porque, para fins de precificação, só entra na conta da economia o recurso que, por existir em quantidade limitada, passa, a ter valor. Enquanto aquilo que existe em grande quantidade, ou é obtido de graça, não tem valor para fins econômicos. Por exemplo, o ar que respiramos não é contabilizado na precificação de um bem ou serviço, apesar de ser um recurso absolutamente essencial como fator de produção.

No paradigma do século XX, houve mudanças importantes diante de um crescimento extraordinário, tanto populacional, quanto do tamanho da economia. Gosto de ilustrar com o seguinte exemplo: em 1963, ano em que nasci, a Terra possuía 3 bilhões de habitantes e uma produção de 5 trilhões de dólares em bens e serviços. 50 anos depois, passamos a ser quase 7 bilhões de habitantes, ou seja, pouco mais que o dobro, e a produzir 20 trilhões de dólares, 4 vezes mais. Nesse processo, excedemos a capacidade de suporte do planeta, isto é, usamos mais recursos do que o planeta é capaz de repor. Isso fez com que, nesse intervalo de tempo, algumas coisas que não eram escassas, tenham passado a ser. Pela lógica da escassez, deveriam passar a entrar na conta dos preços, mas isso praticamente não ocorre.

Um exemplo disso é o fato de que, com cada vez mais pessoas vivendo em cidades, ainda não se vê uma preocupação em cobrar pelo m² que o carro ocupa ao se deslocar, mesmo com o espaço sendo escasso e por ele havendo disputa nos centros urbanos. Quem anda sozinho em um carro ocupa muito mais espaço na rua de que as pessoas dentro de um ônibus, mas não paga nada a mais por isso. Então, de alguma maneira, isso vai ter que entrar na conta num futuro próximo. Assim como passou a ter preço a água pura, que já está entrando na conta da produção de alguns itens. As emissões de carbono, também são outro exemplo: há pouco tempo, achávamos que o planeta poderia absorver todo o carbono emitido, mas hoje sabemos que existe limite para essa saturação no planeta, por causa do efeito estufa, que gera a mudança no clima. Isso certamente vai fazer com que esse aspecto – a emissão de carbono – seja dentro em breve precificado como um fator de produção, afetando o preço dos produtos.



Quem anda sozinho em um carro ocupa muito mais espaço na rua de que as pessoas dentro de um ônibus, mas não paga nada a mais por isso. Então, de alguma maneira, isso vai ter que entrar na conta num futuro próximo.

Esse é o aspecto macroeconômico envolvido na mudança de paradigma. Mas ele precisa também ser equacionado na dimensão micro, que diz respeito à realidade daqueles que operam na ponta, e que serão afetados pela transição. Por exemplo, o trabalhador da mina de carvão que perderá o emprego após esta ser desativada; a empresa que terá que parar de produzir canudos plásticos e terá que demitir seus funcionários. A estratégia para solucionar esses enormes desafios e para todo esse rearranjo deve acontecer e terá que ser construída bem rapidamente. Essa é a questão da transição!

Pensando assim, vemos que as metas dos ODS não são metas para resolvermos como sempre fizemos – basicamente realocando o dinheiro dos gastos e investimentos. No caso dos ODS, a única saída é mudando radicalmente. Temos que fazer essa mudança acontecer, e para isso é preciso rapidamente desenvolver o aparelhamento institucional, econômico e tecnológico necessário.

Pergunta: Estamos falando de incentivos fiscais para atividades econômicas sustentáveis e da importância da taxação para as insustentáveis, como parte importante da equação. Vemos, hoje em dia, uma série de experiências pioneiras experimentais – principalmente na Amazônia – com pequenas cadeias produtivas de artesanato, turismo de base comunitária ou pesca, por exemplo, que tem executado atividades que nós poderíamos classificar como mais sustentáveis, e que têm dado oportunidade para mulheres, pescadores e grupos de minorias gerarem renda. Como podemos dar escala para isso, gerando uma economia que conseguiria ser “macro” com a soma dos “micros”? Várias pequenas cadeias produtivas sustentáveis locais somadas podem promover uma macroeconomia para um país como o Brasil? Aliado à questão de prestação de serviços ecossistêmicos, como a produção de água na preservação de uma mata local, por exemplo. Pode se dar escala para essas iniciativas ou elas devem ser vistas como complemento para a macroeconomia?

Aron: Acredito que as pequenas iniciativas têm um papel muito importante no aspecto local. Olhando-se, porém, do aspecto macro do sistema de produção e consumo, é fato que nossa sociedade se encontra altamente urbanizada e muito do que é utilizado pela população vem de fora dos grandes centros, como os alimentos, a água, o combustível, a energia. Pode-se dizer que parte disso poderá vir a ser, em breve, produzido dentro dos ambientes urbanos – como já existem iniciativas de agricultura periurbana, hortas urbanas –, mas, por enquanto, diante do modelo como a sociedade está organizada, não há como negar que existe uma separação entre onde se produz e onde se consome, sendo muito difícil de ser rompida essa lógica e difícil de funcionar fora da grande escala.

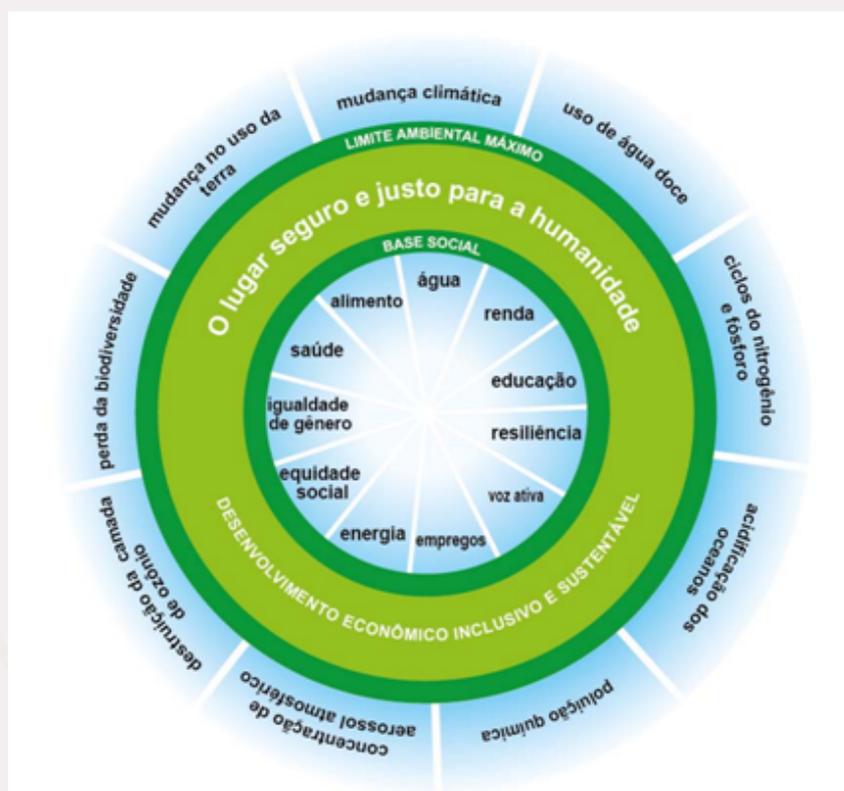
É importante que as iniciativas locais existam, e há espaço para coexistirem com as de maior escala, porém ao longo do tempo, não vejo alternativa a não ser buscar soluções de grande escala, pois a soma dos pequenos, por si só, não dá conta de uma sociedade urbanizada, industrializada e calcada em tecnologia como a nossa. Se ainda fossemos 3 bilhões de pessoas no mundo isso seria possível, mas na nossa atual configuração demográfica não vejo como. Para a questão da escala, as soluções, a meu ver, passam pelo universo da tecnologia que deverá buscar novas formas de suprir desafios que se avizinham.



Gostaria de fazer um comentário que me parece pertinente sobre essa questão macro. É sobre uma proposta foi discutida durante a Rio + 20: a Economia Donut, ou “economia da rosquinha”, de forma aportuguesada. Ela pode ser acessada no livro da autora Kate Raworth, de título “Economia Donut: Uma Alternativa ao Crescimento a Qualquer Custo”. Trata-se de estabelecer um novo parâmetro, que visa reconfigurar o olhar daquela economia que não enxerga limites ou que trata como abundantes coisas que de fato são escassas. A Economia Donut define, por um lado, um teto ambiental, com indicadores e métricas, baseados grandes paradigmas de aspecto global. São limites que não podem ser ultrapassados, como, por exemplo, a quantidade de carbono que se pode emitir na atmosfera; a quantidade de captação de água; a quantidade de espécies que não podem ser extintas; a quantidade de nitrogênio e fósforo que podem ser despejadas em rios e mares. E esses limites planetários devem ser monitorados e mensurados, para entrar na conta da economia.

Por outro lado, a Economia Donut também propõe a fixação de um piso social. Aqui se trata dos direitos e das necessidades humanas básicas, como educação, alimentação, saúde, moradia, voz política, entre outros. Esse é outro limite que deve ser observado, de modo que todas as pessoas do planeta possam ter acesso ao que necessitam para uma vida digna. Ou seja, coisa de ninguém poderia ser privado. Assim, entre o teto ambiental (círculo externo) e o piso social (círculo interno), forma-se a figura da rosquinha. E é nesse intervalo que a economia deve operar, sendo governada para gerar dignidade e qualidade de vida para todos, sem ultrapassar os limites do planeta. Isso é bem diferente do que prevalece hoje, quando todos parecem se guiar pela busca de um crescimento econômico contínuo e desenfreado. Esse modelo donut, baseado em limites concretos, ajudaria a configurar políticas mais sustentáveis e justas.

A boa notícia é que em 2020 a cidade de Amsterdã começou a adotar o modelo da “Economia Donut” para fazer o planejamento, a implementação e a gestão de suas políticas públicas, sendo a pioneira no mundo a eleger essa metodologia. Vale a pena acompanharmos, pois pode ser uma luz de esperança para novas possibilidades.



Fontes: Arquivo 1 e Arquivo 2.

Pergunta: Dentro dessa inspiração que Amsterdã pode nos dar na busca da gestão econômica e de políticas públicas que pretendem contribuir para uma efetiva mudança de paradigmas em busca da sustentabilidade, você conhece outros exemplos de grandes cadeias produtivas que estejam revendo seus procedimentos? Como mudar o padrão consumista que hoje prevalece e que leva a tantos impactos negativos?

Aron: A área da moda pode ser citada como um exemplo, e que está bem presente na vida das pessoas. Uma iniciativa interessante é a [Fashion Revolution](#) que é uma organização que atua em diversos países, inclusive no Brasil e com a qual trabalhamos em parceria. Essa organização criou o Índice de Transparência da Moda ([veja aqui](#)), que apresenta uma avaliação sobre quanto as marcas mais conhecidas da indústria da moda oferecem de informações ao consumidor, sobre os mais diversos aspectos: cadeia produtiva dos produtos; práticas trabalhistas; cuidado com o meio ambiente, entre outras. O desafio é grande, pois uma grande parte das marcas não performam bem.

No mês de novembro de 2020 sairá a 3ª edição do índice brasileiro, e é muito interessante perceber como estamos evoluindo e o quanto as pessoas, principalmente os jovens, vêm se interessando por consumir produtos mais sustentáveis, tanto na moda, quanto em outras áreas, como a própria alimentação, pois trata-se de hábitos que fazem parte do dia a dia. Acredito que há uma transformação cultural em curso e uma reação grande contra o modelo Fast Fashion.

Sobre como mudar o padrão consumista, acredito que a educação é fundamental e uma parte importante para essa mudança. Com acesso à informação de qualidade as pessoas podem tomar melhores decisões e com mais consciência.

Há um ponto que é subestimado, mas que a meu ver é muito importante. A sociedade de consumo, como está posta hoje, gera mais stress do que felicidade para as pessoas. É uma sociedade baseada na propaganda que promete felicidade, mas entrega frustração. Como naquela propaganda que todos conhecem, cujo slogan é: "Há coisas que o dinheiro não compra. Mas, para todas as outras, existe ...". Essa propaganda funciona muito bem, todo mundo lembra dela. E eu creio que é porque ela dialoga com essa ansiedade e frustração. Todos sabem que as coisas mais importantes o dinheiro não compra. Sabemos que a falta de dinheiro traz infelicidade, mas ter dinheiro, por si só, não é garantia de felicidade. Assim, traduzir dinheiro em consumo gera muita frustração e faz as pessoas infelizes. O consumismo é uma ilusão que promete amenizar a carência que hoje se vê em grande parte da sociedade.

E as pessoas estão percebendo isso. As empresas já estão claramente entendendo que esse ciclo do capitalismo do hiperconsumo está se esgotando. Tanto devido ao planeta não suportar, como pelo fato de a frustração das pessoas não ser resolvida pelo consumo. Assim, as empresas que serão mais bem sucedidas da próxima etapa do capitalismo vão ser as capazes de enxergar isso. Não é por mérito, é por instinto de sobrevivência. Como a empresa entrega valor, faz as pessoas quererem comprar o produto, de maneira que não gere frustração e que não destrua o planeta a longo prazo? Essa é a pergunta que uma empresa com olhar no sucesso futuro deveria se fazer.

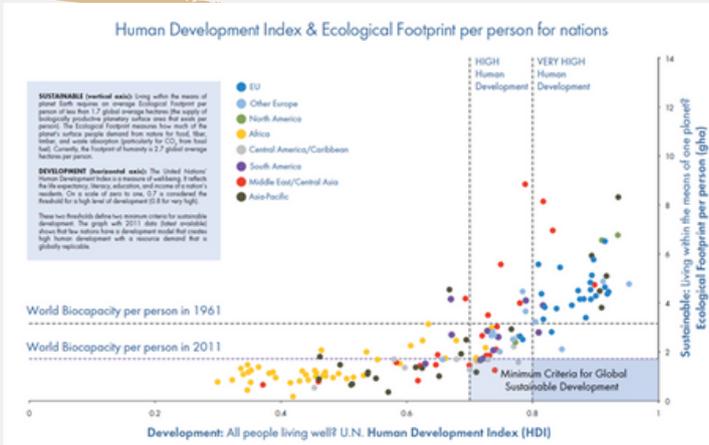
“ E as pessoas estão percebendo isso. As empresas já estão claramente entendendo que esse ciclo do capitalismo do hiperconsumo está se esgotando. Tanto devido ao planeta não suportar, como pelo fato de a frustração das pessoas não ser resolvida pelo consumo.

Essa mudança está acontecendo e existem várias empresas nessa direção, disputando esse novo espaço. Estrategicamente falando, é a diferença entre empresas sustentáveis – que se preocupam com uma cadeia produtiva menos impactante e que apostam em menor lucro a curto prazo, mas numa permanência de longo prazo no mercado – e as chamadas lean and mean (“ágeis e malvadas”, numa tradução livre), que usam a estratégia de ganhar o máximo no prazo mais curto possível, não se preocupando nem com os impactos socioambientais negativos, nem com a sua permanência a longo prazo.

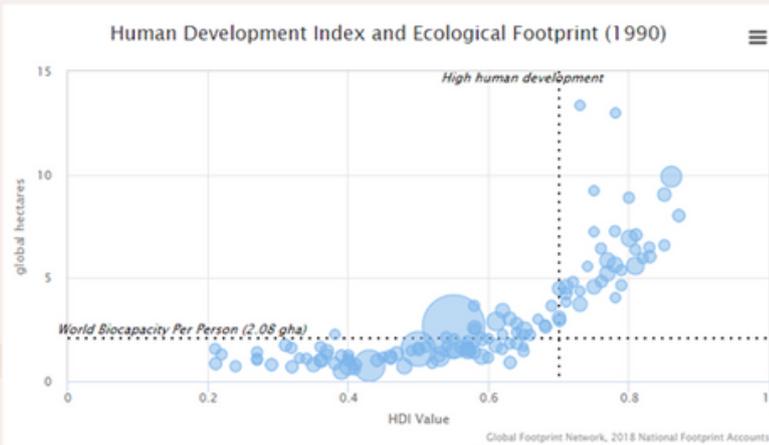
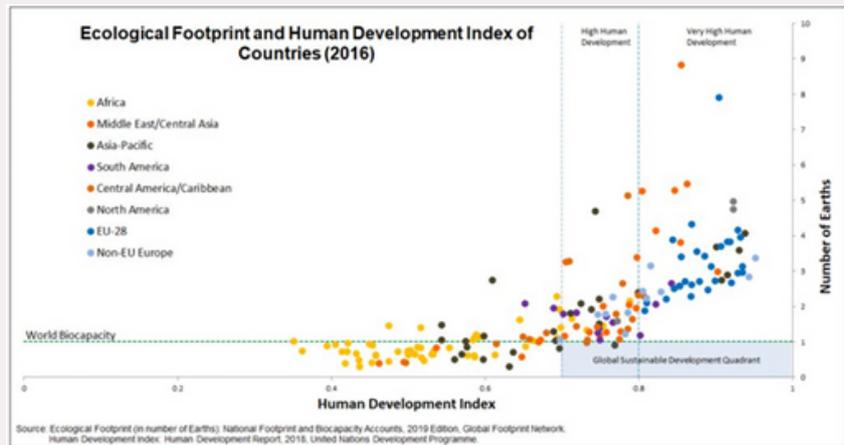
Como sociedade, temos que saber identificar e nos proteger dessas empresas que não demonstram preocupação com a sustentabilidade e buscar mecanismos para punir, taxar, regular, protestar e denunciar. O caminho é não deixar que essas empresas prosperem, e fomentar os negócios mais sustentáveis. Essa é uma estratégia que consegue ganhar escala, onde o papel do cidadão e indivíduo e das políticas públicas, é muito importante. Acredito que a educação é fundamental para buscarmos uma mudança de paradigma na nossa sociedade de consumo, mas, mais que isso, é explorar a tensão que existe entre a promessa e a entrega do consumismo. A promessa é felicidade e a entrega é frustração. Vamos desmascarar isso e olhar para frente.



Existe um gráfico da WWF – Relatório Living Planet Report – que relaciona o IDH com a quantidade de planetas ou hectares globais relacionados à pegada ecológica. Ao analisar a posição dos países dentro do gráfico, é possível distinguir dois grupos principais: um com baixo IDH e baixa pegada ecológica, e outro com alto IDH e alta pegada. Vemos também que a parte do gráfico onde todos deveriam estar é outra: no canto do gráfico onde o IDH é alto e a pegada está dentro do que o planeta aguenta. Os países que estão se aproximando dessa linha são países nórdicos e mais desenvolvidos, ou países mais pobres que estão melhorando suas práticas como o Uruguai e Chile. Vemos também que os caminhos para essa área do gráfico são diferentes: quem tem o IDH baixo deve melhorá-lo, mas sem comprometer a pegada ecológica. E quem tem o IDH alto deve diminuir sua pegada ecológica, mas sem piorar o IDH. São objetivos convergentes, mas por caminhos diferentes. Daí a importância de pensarmos estratégias de sustentabilidade consistentes com a realidade de cada país e população.

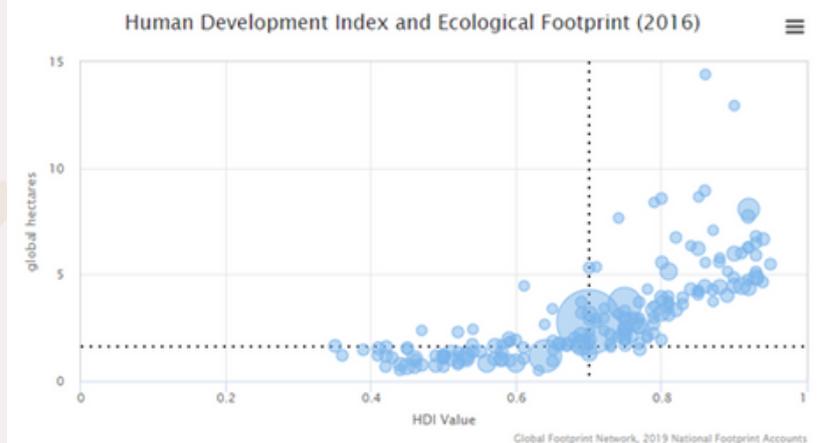


Quanto ao Brasil, a boa notícia é que, pela análise desse gráfico, plotado ao longo dos anos de 1990 a 2016, vemos nossa condição se aproximando desse canto de melhores índices. Talvez estejamos caminhando mais devagar do que o desejável, mas temos avançado.



Principalmente por causa da pandemia, as pessoas estão repensando a questão das grandes escalas, mas os resultados disso nós veremos muito daqui para frente. Ainda não sabemos bem quais serão os reflexos dessa situação inédita que vivemos em 2002.

Essas mudanças poderão gerar novas configurações, levando à saída de muitas pessoas dos grandes centros urbanos. Mas, por mais que isso seja uma tendência, acredito que ainda vamos continuar por muito tempo vivendo em grandes cidades e centros urbanos, pois é muito difícil reverter esse quadro.



Na linha da transformação social, estamos vivendo um momento muito profundo de mudanças, não só da vontade, mas da percepção das pessoas. O consumo e o consumismo compulsivo vêm de fora para dentro. São fomentados muito em cima dos desejos humanos, da manipulação, do que se vende, do que se apresenta como modelo. As pessoas têm a sua vontade e desejo de ter acesso influenciados pelo desejo de se comparar aos outros, e isso é instrumentalizado para geração de demanda, aumento do consumo. Há também a preocupação em relação ao futuro. São muitos os fatores presentes que levam à formação da sociedade de consumo como conhecemos e não há uma chave que podemos simplesmente virar para mudar. Trata-se de algo muito complexo.

O caminho daqui para frente é abraçar a complexidade do momento que estamos vivendo. Devemos saber, portanto, que estamos reorganizando a sociedade e as mudanças culturais ocorrem cada vez mais rápido. A velocidade com que todos se adaptaram à situação da pandemia, por exemplo, é emblemática e uma prova de como tudo pode mudar rapidamente. A percepção de que estamos com problemas graves é global, mas, ao mesmo tempo, temos grandes problemas de exclusão, poder, divisão, algoritmos, desinformação e o perigo real de colocar nossa democracia em risco, por conta das bolhas e das “realidades paralelas” que se formam nas redes sociais. Estamos em um momento de uma transformação rápida e forte. Quanto mais formos capazes de pensar sobre isso, refletir, compartilhar e discutir, mais seremos capazes de conseguir pensar e encontrar novos modelos.

Estamos em plena pirueta. Se vamos cair em cima dos pés ou de ponta cabeça, não sabemos ainda. Sabemos que estamos girando, mas acredito que vamos conseguir nos equilibrar. Apesar de termos problemas como nunca tivemos, temos também meios como jamais tivemos para encontrar soluções. Sou otimista.



“

Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.13

Rubens Harry Born



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: Já que você acompanha há bastante tempo o tema das mudanças do clima, como é que você enxerga implementação do ODS 13 na realidade brasileira atualmente? Você poderia nos contar como foi o processo de elaboração desse ODS 13 no âmbito internacional?

Rubens: No caso o ODS 13, sobre mudança de clima, vou abordar também a interrelação com outros ODS, mas talvez seja bom lembrar que, no ambiente das Nações Unidas, os textos como o da Agenda 2030 são chamados de acordos multilaterais. Existem os acordos multilaterais vinculantes, cuja implementação se torna obrigatória para aqueles países que os ratificam e tomam as medidas necessárias para tais tratados fazerem parte do ordenamento jurídico de cada país. Esses acordos são chamados "hard law" (lei dura). Há também os acordos multilaterais chamados de "soft law" (lei branda), que são declarações de cunho político, mas de cumprimento juridicamente não obrigatório, como é o caso da Agenda 2030, como foi o caso da Agenda 21 e uma série de outras declarações.

A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, adotada pela ONU – Organização das Nações Unidas, foi, inicialmente, uma declaração redigida com cunho não obrigatório, portanto como uma "soft law", mas ao longo de décadas ganhou um caráter jus cogens, ou seja, normas imperativas do direito internacional, de implementação obrigatória, tal a importância dos direitos humanos na sociedade contemporânea.

As declarações e programas "soft law" da ONU, como a Agenda 21, o documento que antecedeu a Agenda 2030, aquele resultado da Conferência da ONU Rio-92 e este da Conferência Rio + 20, bem como a declaração "O Futuro que Queremos", produto desta cúpula no Rio de Janeiro, tiveram muito envolvimento de grupos da sociedade civil. O "Futuro que Queremos", precedido do "Rascunho Zero", documento prévio à Rio+20, teve a participação da sociedade civil, ainda que de forma virtual, por internet (o que não existia à época da Rio-92) por meio de centenas de emendas entre 2011 e 2012. Tais documentos são feitos nesses encontros internacionais da ONU, e pela prática internacional devem ser aprovados por consenso, ou seja, não pode haver um veto de um país. O Conselho de Segurança da ONU é a única instância onde há possibilidade formal de veto.

Negociar um acordo para 180, 190 países é tarefa complexa. Imagine fazer uma roupa que sirva para 180 figurantes distintos, cada um com seu tamanho, com suas particularidades? A linguagem tende a ser, ou é, muito geral, muito generalista, e com ambições fixadas em patamar um tanto quanto baixo. Exatamente para não haver vetos, a negociação acaba produzindo, em geral, resultado do menor denominador comum. Isso aconteceu, por exemplo na Convenção-Quadro da Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em 1992: eu estava presente, testemunhei na última rodada de negociação em Nova York, o debate e impasse sobre a convenção ter, ou não ter, metas.

A negociação acabou não incluindo metas claras mensuráveis para redução ou desaceleração de crescimento das emissões antrópicas de gases de efeito estufa. Outro dispositivo da Convenção, como desdobramento do jogo político desse debate, inseriu que a Primeira Conferência das Partes (CoP), tinha que rever os compromissos dos países. Isso aconteceu na CoP-1, em Berlin, em 1995, e acabou por deflagrar o processo do Mandato de Berlin, que em 1997 resultou no Protocolo de Kyoto com metas mensuráveis de redução de emissões de gases nos países industrializados e outros listados em Anexo da Convenção, mas sem estabelecer metas obrigatórias de redução para países em desenvolvimento. Não obstante, a Convenção-Quadro tem compromissos mandatórios para todos os países, expressos em seu artigo 4.1 que aponta para obrigações de conduta (de políticas públicas) sem entrar no detalhamento de obrigações de resultados.

Enfim, em geral, as negociações passam por esses impasses e por redações genéricas, para chegar em um acordo entre os países, A ratificação é etapa, de acordo com a legislação interna de cada nação, para confirmar que o país se vinculará às obrigações do tratado multilateral. Documentos “soft law” dispensam a ratificação, mas tratados vinculantes necessitam de tal etapa.

Nesse contexto, devemos entender também os ODS e a Agenda 2030: de um lado, compromissos não vinculantes (não obrigatórios), de outro, redações de metas e condutas muito genéricas, redigidas de uma maneira que vão servir a países que são muito distintos. Por exemplo: quatro países que tem algo em comum como a letra B do seu nome, Brasil, Bolívia, Bélgica e Butão, mas são totalmente diferentes, com níveis de desenvolvimento diversos, e o mesmo texto de ODS valendo para essas situações completamente distintas. Alguns ODS eventualmente oferecem uma redação genérica que poderia ser interpretada como um sinal de ambição, de chegar um dia lá, e para outros podem não significar nada, porque já lograram a situação descrita na meta.

Outra coisa importante é analisar o texto da Agenda 2030 e seus 17 ODS e considerar a nossa expectativa com a sua implementação, a sua eficácia, especificamente para cada ODS ou capacidade de alterar significativamente as políticas públicas. Ou seja, se além de alguns resultados no atingimento de metas específicas, há as transformações articuladas e integradas de políticas públicas voltadas à transição para sociedades sustentáveis. Essas são funções de processos como da Agenda 2030, assim como foi a Agenda 21.

Para quem não sabe, a Agenda 21 foi um dos cinco documentos resultantes da Rio 92-Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992 (a Conferência de Estocolmo foi sobre o Ambiente Humano, em 1972, já mostrava a interdependência entre desenvolvimento e meio ambiente), e foi a partir dela, da Rio-92, que, gradualmente, ficou famosa a expressão, com suas múltiplas conceituações, “desenvolvimento sustentável”, que já vinha sendo cunhada desde o final dos anos 1970 e começo dos anos 1980.

A Agenda 21 era um plano de ações para ser realizado não ao longo do século 21, mas antes do início desse século 21, de tal maneira que o mundo estivesse mais preparado para os desafios de transformações estruturais e conjunturais em direção às sociedades mais sustentáveis. Obviamente, isso não aconteceu plenamente. Em 2002 no encontro da ONU em Johannesburgo, dez anos depois da Rio-92, se discutiu quais eram as barreiras para implementar a Agenda 21. A Cúpula da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Johannesburgo-2002 gerou também um documento não vinculante chamado “Plano de Implementação” que, também, não foi devidamente considerado nas políticas de desenvolvimento dos vários países.

Chegamos depois às vésperas da Rio + 20, em 2012. A Conferência tinha dois eixos principais: economia verde e os desafios de governança da sustentabilidade (em suas várias dimensões). Para tanto, era preciso entender o que tinha sido feito em relação àqueles pactos anteriores, e quais eram as barreiras. Desse debate multilateral resultou o documento “O Futuro que Queremos”, em processo com participação de organizações da sociedade civil, da academia, de empresas, de governos. Enfim, em ambiente multilateral e participativo na esfera da ONU se gerou o texto dos ODS.

Entretanto, por mais que se tenha processos participativos, inclusivos e transparentes na construção dos acordos multilaterais, a internalização desses acordos, seja dos não vinculantes e ou até dos vinculantes, a chamada “domesticação”, apenas tangencia as políticas hegemônicas já existentes, uma vez que há que se considerar as assimetrias de poder (político, econômico, social); as inércias e resistências movidas por grupos de interesses; narrativas e os espaços de disputas políticas que incidem nas estruturas de governo de cada país. Assim foi com Agenda 21, assim foi com os ODMs – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2008) e assim está sendo com os ODS da Agenda 2030.

Um exemplo: quando o governo Bolsonaro, em 2019 sancionou a lei aprovada pelo Congresso sobre o Plano Plurianual – PPA 2020-2023 –, houve veto à menção à Agenda 2030, sob vários argumentos, dentre os quais, que o Brasil não tinha compromisso vinculante com esta agenda global. Uma consequência da inexistência de obrigações jurídicas, ou seja, o fato de os compromissos não serem legalmente vinculantes, é tornar mais difícil a sua incidência e aplicação nas políticas públicas de cada país. Logo, a contribuição de tais programas (como a Agenda 2030) e Declarações (como a sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Rio-92) para políticas públicas dependerá sempre de graus de conscientização e mobilização da sociedade, sensibilidade e vontade política de autoridades, entre outros fatores.



Uma consequência da inexistência de obrigações jurídicas, ou seja, o fato de os compromissos não serem legalmente vinculantes, é tornar mais difícil a sua incidência e aplicação nas políticas públicas de cada país.

Recentemente (início de 2021) o governo federal editou um decreto assinado pelo Presidente da República, e pelo Ministro da Economia, no qual se apresentou uma proposta de estratégia de desenvolvimento nacional até 2031, com elementos muito genéricos fruto de debates iniciados no governo Temer ou até em governos anteriores. Particularmente, interpreto essa iniciativa como um texto de marketing ou de caráter formal para cumprimento de alguma exigência ou pretensão governamental (por exemplo, ingresso do país na OCDE): sabemos que as políticas reais do atual governo federal estão na contramão dos ideais, valores e diretrizes de sociedades democráticas e sustentáveis, negam as crises do clima, da pobreza e desigualdades.

O atual governo também vetou, no final de 2019, a inclusão de referências à Agenda 2030 (ODS) no PPA - Plano Plurianual em vigência para o período 2020-2023. Então não quero dizer que a agenda 2030, ou os ODS não são importantes, mas que elas ainda não atingem, sequer tangencialmente, as políticas mais centrais. O distanciamento de decisores de políticas públicas com propostas não legalmente vinculantes, pactuadas ao longo de negociações multilaterais associadas aos processos sobre sustentabilidade, também ocorreu em governos anteriores: assim foi também com Agenda 21 na época do Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico criado pelo ex-Presidente Lula. Dessa forma, temos que considerar esse “hiato” entre o alcance político nominal possível e desejável que queremos ter com os ODS, e o alcance real e efetivo, pois há uma distância entre esses dois pontos.

A Agenda 2030 tem um lema que é: “não deixar ninguém para trás” no atendimento das necessidades para a dignidade de vida. E, a partir da perspectiva de vários direitos humanos, aponta para objetivos e metas que tratam do direito à alimentação; à igualdade de gênero; direito à água entre outros. Portanto, direito à qualidade de vida. Diz também respeito ao artigo 25 da Declaração Universal de Direitos Humanos, adotada pela ONU em 1948, assim como também o direito à participação democrática (artigo 21) e o direito de acesso à informação (artigo 19), por exemplo. Os ODS da Agenda 2030, em boa parte, têm correlação direta com os direitos lá previstos.

A indivisibilidade dos direitos humanos e a interdependência das várias dimensões ambiental, cultural, econômica, social, tecnológica, institucional, para lidar com a sustentabilidade é uma premissa fundamental que pauta todo o debate. O ODS 13 tem inter-relação com os demais e está intimamente ligado com outros como o ODS 15 que fala sobre vida terrestre, o ODS 6 sobre água e saneamento, o ODS sobre as cidades resilientes, o ODS 7 sobre energia, o 12 sobre mudança de padrões de consumo e produção.

Sobre o ODS 13, especificamente, o seu texto é bem genérico, pois dispõe sobre “tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”. Ao ler o texto do ODS pode-se reparar um asterisco, que reitera a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima como o regime internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima. Em outras palavras, as decisões políticas e vinculantes do regime acabam tendo prevalência sobre os compromissos voluntários do ODS 13, que só vai eventualmente cuidar de assuntos ou complementares, ou não cobertos naquele tratado obrigatório ou que possam criar essa sinergia com países que já assumiram.

Logo o ODS 13, em relação ao regime multilateral, ou seja, o conjunto da Convenção-Quadro, ao Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris e de decisões das COPs – Conferências das Partes desempenha função complementar com caráter não obrigatório. O ODS 13 tem 5 metas bem delimitadas:

Objetivo (Meta) 13.1 fala em “reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países”. Vocês conhecem o conceito de resiliência, que é a ideia da capacidade do sistema de, quando perturbado, quando afetado, voltar à sua condição normal de equilíbrio, de funcionamento íntegro e de resistir a novas pressões e ataques ao seu desequilíbrio.

Estamos falando não só da resiliência dos ecossistemas, mas eu diria da própria sociedade. E nós sabemos que com as mudanças do clima, o aquecimento global, muitos ecossistemas e comunidades vulneráveis estão tendo sua resiliência afetada. E a restauração de um futuro equilíbrio dessas alterações levará anos para ocorrer.

Existe um estudo mostrando que o desmatamento que ocorre na Amazônia, no Pantanal pode levar três décadas, ou mais, para poder ser revertido. Trinta anos pode parecer nada, mas, para algumas espécies que estão ameaçadas de extinção, assim como para as questões hídricas é muito tempo.

Conhecer e ampliar a capacidade de adaptação aos efeitos - alguns já irreversíveis - das mudanças do clima, poderia se dar mediante a implementação do nosso Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima que, embora esteja formulado, houve uma incipiente implementação. Sabemos que o atual governo adota práticas e narrativas negacionistas quanto às questões de mudança de clima, e, portanto, há uma negação explícita dos riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais. Esse negacionismo abrange não só os fenômenos, mas especialmente recai sobre os dados científicos, produzidos por instituições nacionais importantes como o INPE (Instituto de Pesquisa Espaciais).

O objetivo (meta) 13.2 dispõe sobre “integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais”. Este é um compromisso que está na Convenção-Quadro de Mudança de Clima, que foi aprovada pelo Brasil em 1994 e está em vigência no país desde então.

O artigo 4.1 da convenção estabelece compromissos vinculantes para todos os países, levando em conta as suas responsabilidades comuns e diferenciadas. Esse é o princípio do regime de clima, por exemplo, no 4.1, linha b, que determina reformular, implementar, publicar e atualizar regularmente programas nacionais e, conforme o caso, regionais, para que incluam medidas de mitigação de causas da mudança de clima, enfrentando as emissões antrópicas por fontes e remoções consumidoras. Nesse mesmo artigo 4.1, a alínea (d) determina promover a gestão sustentável, bem como promover e cooperar na conservação e fortalecimento, e conforme o caso, de sumidouros e reservatórios de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo protocolo de Montreal, incluindo biomassa, florestas e oceanos.

Enfim, embora o Brasil não tivesse obrigação de reduzir suas emissões antrópicas nos termos da Convenção-Quadro, tinha, sim, uma obrigação de internalizar as questões mudança de clima nas diferentes políticas e programas nacionais. E também em diferentes políticas setoriais, pois nesse mesmo artigo, nas alíneas “e” e “f”, também se determina: cooperar nos preparativos para adaptação aos impactos de mudança de climas, desenvolver e elaborar planos adequados para a gestão de zonas costeiras - cuja resiliência em geral é menor, a capacidade é menor -, recursos hídricos e agricultura. Na alínea “f” fala-se em levar em conta, na medida do possível, a mudança de clima em suas políticas e medidas sociais, econômicas, e ambientais, bem como empregar métodos adequados como avaliação dos impactos formulados e definidos nacionalmente, com vistas a minimizar os efeitos negativos na economia, na saúde pública, na qualidade do meio ambiente, e depois tem outras alíneas que falam de transporte, energia etc. Enfim, a meta 13.2 do ODS 13 aborda o que está também foi previsto na Convenção-Quadro.

E, mais do que isso. Na Política Nacional de Mudança do Clima (Lei 12187/2009) promulgada em dezembro de 2009, pouco antes da CoP de Copenhague, tem um artigo muito importante que reflete, de certa maneira, isso. A gente sabe que a lei foi aprovada “rapidamente” pelo Congresso Nacional, porque, na época, o Brasil queria ir para Copenhague mostrando que já teria feito parte da sua lição de casa. Levou de 1994 até 2009, quinze anos, para ter uma lei da política nacional de mudança do clima. O artigo 11 da Lei 12.187/2009 aponta que os princípios, objetivos e diretrizes dos instrumentos das políticas públicas e programas governamentais deverão compatibilizar-se com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

No parágrafo único de tal artigo determina-se que o Poder Executivo deve estabelecer, em consonância com essa política, planos setoriais de mitigação e adaptação para levar a uma economia de baixo carbono, considerando a geração distribuição de energia elétrica, transporte público urbano e no sistema de transporte interestadual de cargas, a questão da indústria química, mineração, papel e celulose, construção civil, saúde e agropecuária. Assim, já está na lei brasileira de 2009, esse esforço que já estava previsto na Convenção Quadro de Mudanças do Clima.

E portanto, em síntese, o texto e metas do ODS 13 não configuram necessariamente inadequação da redação, posto que é bem genérico e repete o que estava já no espírito de outros documentos internacionais e nacionais. Retrata assimetria de disputas políticas, resistências, espaços formais (regime multilateral e processos voluntários). O que temos que avaliar é se, ainda que genérico, está havendo o cumprimento desses ODS pelo Brasil.

Pergunta: Ótima essa recuperação história e jurídica da vinculação das metas dos ODS com outros documentos fundamentais! Gostaria que você fizesse um retrospecto da participação do Brasil na elaboração desses documentos, os compromissos que foram previamente assumidos, em governos anteriores, e a situação frente ao atual governo. Como você está vendo o cenário futuro, após esse atual governo de retrocessos: nós conseguiremos, ainda, dar conta de cumprir as metas estabelecidas nesses documentos e assumidas por governos anteriores?

Rubens: Lamentavelmente eu não acredito que em 2023, quando se encerra este governo, (assim espero), iremos conseguir recuperar o atraso e cumprir as metas para 2025 e 2030. Não digo que seja impossível, mas será muito difícil, tendo em vista o aumento das emissões por conta dos desmatamentos, e considerando que o atual ministro da economia pretende continuar a ampliar a exploração de combustíveis fósseis.

Sobre o histórico do Brasil nesses grandes encontros internacionais, nós sediamos duas das principais conferências que marcam toda essa discussão internacional sobre sustentabilidade: a Rio-92 e a Rio+20.

O Brasil sediou o evento em 1992 por uma iniciativa do governo José Sarney, que não teve receio de expor os problemas ambientais que o país vivia na época, como recordes de desmatamento ocorridos em 1989. Em função da adoção dessa postura política no sentido de que o Brasil, mediante a cooperação e colaboração de outros países, poderia vir a superar seus desafios ambientais, foi aprovado para abrigar a conferência. E não só sediou a Rio-92, como participou, também, de uma série de outras importantes negociações, como a Agenda 21, a convenção de biodiversidade, de combate à desertificação e de mudanças do clima.

Obviamente havia algumas nuances diplomáticas do Itamaraty sobre o que seria uma visão de preservar os interesses nacionais e se alinhar, por vezes, a posições mais ligadas aos países de terceiro mundo mas, entre 1992 e 2016, o Brasil ocupava lugar de destaque, na diplomacia, pois se colocava como um país disposto a colaborar, que não aceitava a posição de ser pária internacional para os desafios civilizatórios para a sustentabilidade, diferentemente do que ocorre com o atual ministro das relações exteriores.

Lembro-me bem quando eu estava na COP 1 da Mudanças de Clima, em 1995, em Berlim, houve um impasse em uma questão que os Estados Unidos e outros países que diziam que a Convenção-Quadro era muito avançada, mesmo sem ter metas, enquanto outros países, inclusive o Brasil e Alemanha, que formaram um grupo chamado “grupo verde”, que acabou negociando e elaborando uma saída que contribuiu para a formação do processo Mandato de Berlin, sob o qual se negociou o Protocolo de Kyoto.

O Brasil, portanto, com seus diplomatas e representantes, buscou sempre o diálogo para superação de impasses e participou ativamente da formulação do Protocolo de Kyoto, propôs a concepção inicial do que veio a ser um de seus instrumentos (proposta de fundo de mecanismo limpo, de sanções para países que não cumprissem suas metas, para apoiar a transformação dos países em desenvolvimento). Posteriormente, nas negociações de Copenhague e de Paris, o Brasil teve um papel fundamental no sentido de ajudar a costurar os compromissos do Acordo de Paris e construir uma nova base nesse regime multilateral no mundo. Ao longo dos diferentes governos o Brasil sempre foi visto como líder, bem como sempre se buscou dialogar com a sociedade.

Na COP em Kyoto, foi a primeira vez que eu participei da delegação brasileira, representando ONGs. Eu não tomava decisões pelo Brasil, mas podia entrar em reuniões importantes e participar dos diálogos como o que houve entre o chefe da então delegação brasileira, o ministro de Ciência e Tecnologia do Brasil, Israel Vargas e a então ministra de meio ambiente da Alemanha, Ângela Merkel.

Assim, o Brasil sempre se portou com respeito à democracia e à participação, mas isso, lamentavelmente, está se perdendo desde o início de 2019. Está se perdendo, não somente a credibilidade internacional e nacional, mas também os instrumentos de gestão e de controle.

O Comitê orientador do Fundo Amazônia foi extinto, o Fundo Nacional da Mudança de Clima também não está funcionando bem como as instancias de governança da Política Nacional de Mudança do Clima estão paradas. É um governo que ao negar a mudança do clima, desrespeita a própria legislação do país e a contribuição que deu à comunidade internacional nas negociações relativas a esse tema. Isso é preocupante e coloca em risco as metas brasileiras, não só o ODS 13, mas as próprias metas da NDC - Contribuições Nacionalmente Determinadas - que é um dos instrumentos do Acordo de Paris, onde nos comprometemos, por exemplo, a recuperar 12 milhões de hectares de áreas de floresta.

Pergunta: Você pode fazer um panorama dos principais gargalos? Onde o Brasil certamente não conseguirá cumprir as metas, por conta de imposições governamentais? Aproveite e fale um pouco sobre o Relatório Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 e sua importância. Acho que essa é uma contribuição importante que vale a pena ser conhecido.

Rubens: O GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030 é importante, pois envolve mobilização da sociedade civil e trata de vários temas como direito das mulheres, questões de gênero, jovens, combate à fome, saúde, comunidade LGBTQIA+, questões de cidades, oceanos, reúne grupos de diferentes campos da sociedade civil. Esse é o quarto ano consecutivo que o GT faz, de forma cooperativa e conjunta, uma avaliação da aplicação e do cumprimento dos ODS no Brasil.

Por exemplo, dos 17 ODS, que reúnem 169 metas/indicadores, pelo menos 91/92 dessas metas, pela nossa análise, têm relação direta com a dimensão socioambiental e, portanto, como consequência, com a questão de mudança do clima. Do ponto de vista de cumprimento das metas, segundo dados do Observatório do Clima e da rede de monitoramento das emissões brasileiras, parece que, com aumento desenfreado do desmatamento da Amazônia em 2019 e, mais recentemente, no Pantanal, as taxas de desmatamento que estavam em torno de 30%, em 2019, chegaram a 34% de 2019 a 2020. Dessa forma, nós, certamente, não vamos cumprir a meta definida na Política Nacional de Mudança do Clima para 2020, que era uma meta ambiciosa, cujo estabelecimento considerou, de forma equivocada, a meu ver, um crescimento do PIB em torno de 5% ao ano. Na época da promulgação da lei, em 2009, nós já não tínhamos um crescimento nessa dimensão. Então houve uma superestimativa, de um cenário de aumento de emissões, que pudesse justificar lá na frente a “redução das emissões”. A linha de base estava hiperinflacionada em razão de uma premissa do crescimento do PIB de 5%.

Com a pandemia da Covid-19, dados da ONU Meio Ambiente mostram que no mundo todo, em decorrência das restrições das atividades econômicas, se emitirá cerca de 7 a 8% a menos de gás carbônico equivalente no total. Enquanto as estimativas mostram que no Brasil, ao contrário desta tendência, nós aumentaremos cerca de 10% as nossas emissões, somente nesse ano de 2020.

O mais grave é que o PNUMA avalia que, para chegarmos em 2030 com uma condição climática que nos permita, em 2100, limitar o aquecimento à 1,5 graus, seria necessário que a cada ano dessa década que se inicia - que também é a década dos ODS -, o mundo teria que cortar, em média, 7,5% das emissões globais por ano. É como se precisássemos de uma pandemia por ano, daqui até 2030, para resolver o problema climático do século.

O Brasil está muito ruim nesse cenário porque, apesar da pandemia, o desmatamento continua; a exportação de madeira bruta foi liberada pelo governo no começo desse ano; e, pelo menos na América Latina, já se pode constatar que nosso país vem apresentando grande aumento de deslocamento forçado de pessoas devido às chuvas, secas ou outros impactos associados ao desequilíbrio ambiental e às mudanças do clima. Na avaliação do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, portanto, as metas do ODS 13 não serão cumpridas.

Na avaliação que fizemos, as metas 13.1 foram classificadas como: em retrocesso. Também, por conta do fato que orçamento que o Brasil tinha para essa o tema da mitigação de desastres naturais por exemplo, reduziu de alguns bilhões para milhões de reais. Houve muito contingenciamento financeiro. Estamos aplicando pouco recurso para prevenção e preparação de desastres, ou de impactos às comunidades vulneráveis, em questões sociais e de mudança de clima. Tudo isso demonstra que estamos em largo retrocesso com relação às metas do ODS 13.1, assim como em outros.

A meta 13.2 também foi classificada como retrocesso, pois as áreas de mudanças de clima do Ministério de Meio Ambiente tinham sido extintas, depois incorporadas à uma Secretaria de Florestas, mas está tudo paralisado.

A meta ODS 13.3, sobre educação, também está em franco retrocesso, a partir do momento que o governo começa a negar os dados do INPE; semelhante à situação da Covid-19; negar a base racional das políticas públicas; reduzir as capacidades operacionais dos órgãos estatais do meio ambiente; não aplicar multas ambientais; promover coerção e assédio ao desempenho legal e efetivo de servidores públicos, notadamente de fiscalização; aplicar o estrangulamento orçamentário, enfim... Diversos os fatos que apontam a má situação dos indicadores.

Uma consequência dessas ações de desmonte é impedir o fortalecimento da capacidade institucional para lidar com políticas e medidas de mitigação, sobre controle dos fatores das emissões de gás de efeito estufa. O Brasil também não está assumindo o 13.a que é a questão de financiamento. Embora tenha expectativa de receber recursos financeiros do fundo internacional, mas também tinha se comprometido em ajudar outros países nesse aspecto de mudanças climáticas.

Ao analisar as metas do ODS 13, não há expectativa de serem cumpridas, assim como não estou vendo preparativos suficientes para atingirmos as metas das NDC estabelecidas do Acordo de Paris. Por exemplo, para atingirmos o patamar de recuperação de 12 milhões de hectares com reflorestamento, precisaríamos ter uma rede de viveiros privados e públicos, um esforço de produção de sementes, de financiamento para esse fim. Hoje o custo de se recuperar 1 hectare de floresta na Mata Atlântica, se calcula, em média, de 15 a 18 mil reais. Então, imagine 12 milhões de hectares? Mesmo em áreas mais sensíveis, no semiárido onde a vegetação é diferente, também não estamos vendo nenhum esforço onde órgãos federais encampem esse desafio.

Tenho pouca esperança com relação a atitudes vindas do governo federal. A esperança está em alguns esforços de articulações dos chamados entes subnacionais, ou seja, alguns governos estaduais e municipais, em conjunto com a sociedade civil, setor privado, academia, para começar a implementar medidas que possam recuperar ou mitigar esse atraso.

Pergunta: Poderíamos falar um pouco das consequências das mudanças climáticas? Há vertentes que dizem que a própria pandemia é uma dessas consequências, e se agravarmos a emissão de GEE na atmosfera, nós poderemos ter ciclos pandêmicos cada vez mais frequentes. Essa é uma medida extremamente concreta. Qual seria o panorama dramático que viveremos se as medidas não forem tomadas?

Rubens: Primeiro recomendo como leitura obrigatória o relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), publicado em 2018, que produzem recomendações sobre esse tema ([clique aqui](#)). Esse relatório discorre sobre se conseguiremos e quais medidas são necessárias para limitar o aquecimento global a 1,5 °C a temperatura média global e seus impactos.

O relatório se baseia em estudos científicos que vêm sendo feitos, desde a década de 90, que consideravam o aumento de 2 graus na temperatura atmosférica média global, como gerador de efeitos graves em diversos ecossistemas. Exemplos desses efeitos são vistos na questão de saúde humana, com o aumento da incidência de doenças e enfermidades transmitidas por vetores. O aquecimento nas zonas subtropicais mostra expansão geográfica de espécies de mosquitos que veiculam doenças endêmicas. Há inúmeros outros exemplos.

No mesmo sentido, esses estudos científicos também apontam que tal aumento de 2 graus produziria mudanças extremas em todo o globo em relação à pluviometria, isto é, no regime de chuvas do planeta. Daí o Acordo de Paris ter adotado esse limite de 2 graus, mas enfatizando como meta ideal a de limitar a 1,5 ° C.

Estudos feitos pela EMBRAPA, mostram a nova geografia da agricultura brasileira, no sentido de que, com o aquecimento global e a mudança do regime de chuvas, certas culturas ficarão menos produtivas em algumas áreas, já no início deste século. Com uma agravante: a agricultura familiar, que responde por quase 50% da produção de grãos básicos de alimentação dos seres humanos, é a que seria mais prejudicada, pois o pequeno agricultor é o que tem menos capacidade de se adaptar, ou seja, são menos resilientes. Enquanto o agronegócio tem mais condições de investimento e de adaptação. Isso levará à geração de impactos econômicos e sociais importantes.

Temos aumento na probabilidade da ocorrência dos chamados desastres naturais, que, na verdade, são combinações de ocupação humana irregular em áreas sensíveis, com ocorrência de eventos extremos em razão das mudanças climáticas. Pelos dados da ONU, a tendência de aumento dos chamados refugiados ambientais o que gerará custos relativos à defesa civil, custos de adaptação, entre outros.



Temos aumento na probabilidade da ocorrência dos chamados desastres naturais, que, na verdade, são combinações de ocupação humana irregular em áreas sensíveis, com ocorrência de eventos extremos em razão das mudanças climáticas.

Há pouco tempo, o Uruguai declarou que não fará mais exploração de combustíveis fósseis no mar, que aumentará sua matriz de energia eólica e solar no sentido de caminhar rumo à transição energética e uma economia de baixo carbono. Então são, portanto, medidas que temos que tomar ao longo dessa década.

E eu dou um outro exemplo de impactos na saúde. Há alguns anos, cerca de 15 anos, no começo do século 21, também por conta de uma onda de calor ligada ao aquecimento global na Europa, ocorreu uma alta mortalidade especialmente de pessoas idosas. Lá, as casas não estavam adaptadas para o calor extremo. O mesmo pode ocorrer no semiárido brasileiro. Segundo os cientistas do INPE, se o aquecimento do planeta chegar a 2 graus no final desse século, significa que no semiárido brasileiro o aumento médio poderá ser de 6 a 8 graus. Atualmente em alguns lugares já houve aumento de 2 a 4 graus. E as casas não estão adaptadas para protegerem os moradores em caso de um aumento de temperatura nesses níveis, assim como a estrutura urbana.

Primeiro, um efeito será a tentativa de cada pessoa ou família resolver o seu problema de conforto térmico, por exemplo, comprando aparelhos de ar-condicionado. Isso acarretará um efeito macro de aumentar a demanda por energia elétrica, que por sua vez, poderá implicar em pressões para se construir mais usinas hidrelétricas na Amazônia, ou mais termelétricas.

Outra possível medida de adaptação ao clima mais quente em cidades no Nordeste brasileiro, que elevaria também o conforto térmico e a qualidade de vida da população, seria aumentar os índices de arborização urbana. Mas, entre o plantio das mudas e a obtenção de sombra para as cidades, lá se vão 15 a 20 anos, pelo menos.

Além de medidas necessárias, de alterações de padrões urbanísticos e normas legais pertinentes. O plantio de árvores nas áreas urbanas, que parece uma medida tão simples e genérica, muitas vezes implica em processos complicados, porque as calçadas são estreitas, a prefeitura vai ter que entrar com proposta na Câmara Municipal para alterar de mudar códigos de posturas e normas urbanísticas; alterar largura de calçadas, de via carroçáveis, para poder licitar obras etc. Tais ações de adaptação devem ser tomadas agora, com urgência, mesmo que os resultados delas sejam de médio ou longo prazo.

O que penso é que o Brasil vai ter que correr muito não só para cumprir os ODS, mas para adaptar a sua sociedade aos efeitos de mudança do clima. Para encerrar gostaria de citar uma frase curta. Eu não quero ser, nem cúmplice da omissão do governo em relação às mudanças do clima, nem vítima: então, só me resta ser agente de transformação para as condições sociais, ambientais e políticas. E, para isso, utilizo os ODS e todas as ferramentas que estão ao meu alcance para operar essas transformações.

Pergunta: Você acredita que esteja faltando diálogo entre os defensores do meio ambiente com a sociedade, e em especial com os apoiadores e eleitores do atual governo federal? E qual a importância dos governos estaduais e municipais nessa temática das mudanças do clima? Por fim, qual o papel do cidadão individualmente?

Rubens: Do ponto de vista das organizações da sociedade civil que atuam no campo socioambiental, pelo menos ao longo da minha trajetória, em diferentes governos, sempre houve disposição para diálogo, quando eles os governos se dispunham a dialogar. O atual Presidente da República, já em 2018, entre o primeiro e segundo turno, na época candidato, disse que não ia dialogar, e ia acabar com todo e qualquer tipo de ativismo. Ele se colocou em uma posição de não querer dialogar, assim como seu ministro e seu vice-presidente. Esse último que foi nomeado presidente do Conselho da Amazônia, um conselho que já existia, mas que, ao ser reativado, suprimiu a participação de governos estaduais, da sociedade civil, e da comunidade científica. É um governo que não só nega a ciência sobre mudança do clima, como também nega o diálogo e os esforços de diferentes áreas da sociedade civil, que se dispõem a buscar uma sociedade de paz e não violenta, não só na área ambiental.

Em relação aos ODS e a participação dos municípios, além do GT da sociedade civil, existe outra aliança que é a Rede ODS, que reúne prefeituras e governos estaduais, que se comprometem com a implementação dos ODS em nível local. Durante as eleições desse ano também houve diferentes campanhas para que candidatos se comprometessem com os princípios da Carta da Terra, Agenda 2030, ou com temas específicos da Agenda 2030.

Isso leva à obrigação, dos cidadãos e eleitores conscientes dessas pautas, em assumir o compromisso de eleger governantes que se comprometam com essas agendas em seus programas de governo.

Pergunta: O atual governo brasileiro, através do Conselho Nacional da Amazonia, formado por 19 militares, sem a participação do IBAMA e da FUNAI, tem se aproximado de Israel para estabelecer parcerias a fim de aportar tecnologias de proteção e inovação para o desenvolvimento da Amazonia. Qual a sua opinião sobre a efetividade do Conselho e da inserção de novas tecnologias para a proteção da floresta para atingir as metas da Agenda 2030?

Rubens: Com relação às tecnologias, decisões baseadas em conhecimentos científicos, como por exemplo naquilo que é resultado da atuação do INPE, referência em dados de mais de 20 anos sobre desmatamento, e o CEMADEM, sobre desastres naturais, são fundamentais. O Brasil tem papel de colaborar com outros países da América do Sul, em compartilhar tecnologia e experiências na gestão dos desafios climáticos, ambientais e humanos. Então, qualquer país que queira contribuir, como Israel, por exemplo, por que não? Isso não tem nada a ver com a orientação política que está sendo emprestada ao Conselho da Amazônia. O que vemos, e que a imprensa noticia, é o "Plano Mourão" do Conselho da Amazônia Legal, que é um plano que, no fundo, leva à militarização do controle da Amazônia, onde, por exemplo, o Ministério da Defesa é citado pelo menos 22 vezes na descrição desse plano, enquanto o IBAMA e ICBCIO sequer são citados. Como se pode pensar em desenvolver um plano de resgate e controle da Amazônia, sem envolver os órgãos ambientais, os órgãos com competência científica para isso?

Assim sendo, não acredito que, do ponto de vista das orientações dadas pelo atual vice-presidente essas orientações irão reforçar qualquer resultado positivo com relação à proteção da Amazônia.

Pergunta: Quanto ao papel dos estados e municípios como protagonistas da implementação da Agenda 2030 em seus territórios, podemos citar que, na cidade de São Paulo, há um conselho municipal de ODS; em Campinas, a gestão municipal é voltada para o planejamento sustentável, assim como em outras cidades do Brasil. Já existem, também, programas estaduais e municipais de atendimento à temática das mudanças climáticas, certo, Rubens?

Rubens: Correto. Isso também tem relação com o ODS 16, de governança, que coloca a responsabilidade para os estados e municípios. Ou seja, da participação da sociedade e da transparência na atuação governamental para a implementação das políticas de sustentabilidade e segurança climática. Que resgatam as experiências das agendas globais, como Agenda 21 e agendas locais que colocam a ideia de que estados e municípios prevêm suas instâncias colegiadas participativas para que, com elas, possam exercer a governança de forma transparente e democrática, para que a população também possa participar e fiscalizar.



“

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.14

Ronaldo Adriano Christofolatti



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: No caso específico do ODS 14, a redação, como foi escrita, atende os desafios relacionados ao Brasil na atualidade?

Ronaldo: Quando pensamos na questão dos mares e oceanos (ODS 14), a redação inicial traduz bem o que é também a realidade brasileira, ela integra a qualquer lugar do globo. Nas metas do ODS 14 temos palavras-chave como a segurança alimentar, o transporte, a importância para as energias, o ciclo de carbono, acidificação.

Entre a proclamação da Agenda 2030 e o momento atual, o ODS 14 passa a assumir um destaque na agenda, não por ser mais importante, mas porque, segundo um estudo, uma análise científica da própria ONU, quando buscamos integrar os 17 objetivos, o 14 é o que se integra mais fortemente com todos os outros e a zona costeira. Falar das florestas, da biodiversidade terrestre, do clima, depende das questões climáticas, que são reguladas principalmente pelo oceano. Pensar em segurança alimentar, igualdade de gênero, nas mudanças climáticas, todos esses temas têm um link imediato com a zona costeira, que é onde a maior parte da população vive, e é também onde estão localizados os portos que realizam o transporte marítimo global dos mais diversos produtos que movimentam a economia e geram PIB dos países.

Da mesma forma, com relação ao turismo, ao bem-estar e à saúde humana. Já existem estudos que demonstram que morar perto do mar faz com que as pessoas tenham uma saúde mental melhor. Ou seja, existe uma série de serviços oferecidos. Assim, essa visão ampla do ODS 14 já com um potencial integrador verificado quando de sua criação, em 2015, ganha força em 2017, quando ele passa a ser uma bandeira pois “puxa” todos os demais e ajuda a integrar a Agenda.

Pergunta: Nos chama atenção que, pensando o ser humano como foco, algumas palavras como conservação, uso sustentável, recursos, recuperar e promover o uso sustentável demonstram um caráter muito utilitário dos recursos naturais, ou seja, o tempo todo estamos tratando de biodiversidade, mas na perspectiva antropocêntrica. Afinal, a conservação da biodiversidade é inimiga da economia, do bem-estar humano e do crescimento econômicos dos países? Como conseguimos equalizar esse uso sustentável dos recursos naturais no ambiente marinho?

Ronaldo: A questão do antropocentrismo é um problema a ser abordado, e entendo que temos que transformá-lo pelo lado positivo. O ser humano tem que se entender como parte do sistema. Ele é simplesmente mais uma espécie e a pandemia nos traz uma oportunidade única de entender isso. Afinal, precisou de um vírus (COVID19) para mostrar que não dominamos o sistema da vida. A economia parou, a sociedade parou, o transporte parou, a vida parou, e tudo por conta de um vírus! Então, nós somos mais uma espécie, mais uma espécie que usa esses recursos.

Temos que abordar essa temática de alguma forma e buscar soluções para essa questão de maneira consciente. É possível conciliar conservação e uso consciente e sustentável? É! E acho que essa discussão tem que vir mais à tona. Quando pensamos nos oceanos, nós vemos que temos que evoluir. Quando os ODS foram lançados, e a redação se mantém assim até hoje, ela está voltada para os oceanos. Há 2 anos atrás, a ONU então declarou que, de 2021 a 2030 seria a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, ou seja, como é que pensamos o uso da ciência, destacando a sua importância, como a base para ajudar a pensar o desenvolvimento sustentável e os 17 ODS. E nessa construção, esse planejamento que vem sendo feito nos últimos dois anos que fala dos usos, que fala dos recursos, um primeiro ponto que vem é o "drop the S" ou, em português, vamos retirar o "s", porque não existem os oceanos mais agora, o oceano é um só, com 5 regiões. Agora, estamos trabalhando entre nós mesmos, e até com os documentos para corrigir e trazer o conceito de um único oceano. Por quê? Pois eu desafio qualquer pessoa a me mostrar onde existe uma separação entre esses oceanos. Não existe! O que existe é uma separação geopolítica, de uso, de território, mas não existe uma barreira.

O oceano é um só e está conectado. E quando pensamos o uso do oceano, e o ser humano como parte do ambiente, devemos lembrar do conceito da cultura oceânica que nos faz refletir sobre qual o papel do oceano na nossa vida e a influência das nossas ações sobre o oceano. Afinal, toda ação tem uma reação. A física já nos ensina isso. Então, quando pensamos em desenvolvimento sustentável e no uso de recursos, temos que entender que podemos usar, mas de forma consciente, porque o que usarmos e quanto usarmos, gerará um retorno.

Como calibrar esse uso? Como fazer isso sem ferir o ambiente, mantendo-o sustentável para garantir recursos para gerações futuras? Uma resposta para isso implica em criarmos áreas de total conservação. Esse desafio que precisa ser bem trabalhado e esclarecido para todo mundo.

Quando pensamos no papel da ciência, devemos perguntar: que ciência é essa? E uma das coisas que mais me atrai nesse processo de pensar na Década do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável, é que ela convida todo mundo a conhecer um conceito de ciência transformadora, que traduz exatamente a ciência que precisamos: é a ciência que é co-construída, é a ciência que tem todas as vozes, é a ciência que não é a publicação do artigo científico apenas, ele é o meio para uma transformação, mas ele não é o fim do processo.

Essa ciência transformativa que é o que a Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO está propondo, tem essa cara. São ações da sociedade civil, tomadores de decisão, empresas, cidadãos não ligados a nenhuma organização, academia, juntos construindo esse futuro, esse é o diferencial.

Pergunta: Pensando então em inclusão, pensando em ciências, das mais diversas, os saberes de todos, e um uma parceria global para resolver em 10 anos os grandes desafios que nós temos, podemos pensar no uso dos recursos naturais uma larga escala de mundo globalizado? Em relação à maneira como conhecemos a macroeconomia mundial, será que só conseguimos admitir a atuação de grandes navios pesqueiros tirando recursos do mar, ou há espaço para as reservas extrativistas marinhas, como muitas que temos no Brasil, com as pequenas das comunidades de extrativistas que se beneficiam de Uso Sustentável dos recursos marinhos locais? Há como conseguir mudar a visão macroeconomia para uma de microeconomia, permitindo-nos encontrar soluções que não vislumbramos no modelo atual? Como você enxerga a participação da sociedade civil local e os benefícios que essa nova visão de economia pode trazer a essas populações?

Ronaldo: O ODS 14 já emerge este potencial de forma clara, ou seja, várias das metas indicam claramente o conflito entre a pesca industrial, a pesca em larga escala, que causa um impacto enorme, e a pesca artesanal que é mais local. Como você reconhece o papel da pesca em pequena escala, dos valores, das tradições que estão associados a essa atividade, e que são muito mais sustentáveis do que a pesca em larga escala? Então existe uma demanda, uma necessidade dentro desse dilema, que nos faz refletir sobre o conceito, ou seja, qual é o desenvolvimento que queremos?

A pesca não é só a quantidade de recursos que se retira dali, muitas vezes muito acima do que é necessário. É todo o impacto associado neste processo. Um dos maiores problemas da pesca industrial, não é o recurso pesqueiro, mas são todas as outras espécies impactadas e que são descartadas, porque não possuem valor econômico no mercado consumidor.

O papel da economia de pequena escala, dos valores associados à pesca artesanal, a tradição, é um papel muito forte na zona costeira. Por exemplo, considerando vários dos conflitos no caso específico do Brasil, em nossa realidade sociocultural, pensando de ODS 14 e tudo que a gente vive, fica impossível não mencionar o desastre do óleo que vivemos há um ano atrás. Naquele desastre, este processo ficou muito claro. Ficou nítido que as comunidades locais que dependiam da pesca, do turismo, foram de longe as mais impactadas no processo. Porque elas não só foram impactadas como indivíduos, mas como todo ciclo local ambiental, e de turismo, do qual dependem muitos recursos que foram impactados. Esse olhar em menor escala ele é essencial e para minimizar essas explorações de larga escala.



O papel da economia de pequena escala, dos valores associados à pesca artesanal, a tradição, é um papel muito forte na zona costeira.

Pergunta: Me inspira a ideia de que um dos princípios básicos da sustentabilidade é o de dar tempo para que os sistemas consigam repor o estoque utilizado. Se você consegue fazer um sistema de exploração econômica circular de recursos naturais, seja na terra ou no mar, isso implica em implementar uma economia de mercado mais ecológica. Esse é caminho a ser perseguido? Nós temos dados acadêmicos e científicos suficientes para propor estes indicadores de uso, ou nós temos experiências bem-sucedidas no mundo, relacionadas ao ambiente marinho, que nos indicam que esse é um caminho sustentável para ser perseguido em escala maior?

Ronaldo: Sim, eu acredito que nós temos dados científicos e experiências de sucesso. O que não significa que tenhamos todo o conhecimento que precisamos. São dois pontos que não são conflitantes, mas são complementares, ou seja, temos conhecimento, apesar faltar muito ainda para conhecer.

É possível demonstrar que já temos uma base científica e experiências concretas, seja de resultados científicos e de experiências locais, que mostram a possibilidade de explorar de uma forma sustentável. No caso específico do oceano, um dos pontos é sobre o quê explorar, a quantidade de espécies passíveis de serem exploradas biotecnologicamente. Existe uma expectativa de que a cura para a Covid-19 esteja no oceano. Nós exploramos muito pouco. O grande problema do oceano é que se explora muito algumas poucas coisas, e tem um monte de outros potenciais que não são nada explorados. Idealmente, devemos explorar o mínimo que seja necessário de um único recurso, e variar nos recursos que são explorados.

Uma experiência de sucesso que tem sido demonstrada é o uso de recursos pesqueiros sustentáveis. Este foi um desafio que foi lançado ano passado em relação a Década do Oceano. Os grandes chefes de cozinha europeus foram desafiados para que fizessem pratos com espécies que não são comercialmente utilizadas. E foi o maior sucesso. Se aplicada essa ideia em maior escala, consegue-se diminuir a sobrepesca de alguns recursos já muito explorados e utiliza-se um pouco mais de outros que ainda não são explorados.

Existe aí, portanto, uma abertura para processos como esse que promovam a sustentabilidade. E também existe ciência que dá suporte para este processo, mas precisamos investir muito mais para que possamos garantir que esses passos serão mudados com clareza e evitando problemas futuros.

Pergunta: Afinal, quais são as boas iniciativas nas quais você está envolvido, e que dialoga diretamente com o ODS 14, principalmente na questão da valoração Econômica da biodiversidade como alternativa frente à macroeconomia mundial?

Ronaldo: Bom, começo com esse movimento que eu realmente tenho admirado que é o movimento global da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável. A década vai ser lançada em Janeiro/2021. Foram dois anos de preparação e acho que a década traz algumas dessas questões importantes sobre o papel do oceano no desenvolvimento sustentável.

Uma reflexão necessária é de que nós não vamos atingir as metas da Agenda 2030, em 2030, se continuarmos fazendo tudo como fizemos até hoje. Temos muita coisa certa, mas está claro que não está funcionando para resolver os problemas. Em algum momento você precisa parar e olhar este processo de um outro ângulo e refletir, e acho que a Década do Oceano traz esse convite.

O primeiro convite começa com o papel da ciência. Esta é a década da ciência oceânica e, para quem não conhece, a ONU tem várias décadas, inclusive concomitantes. Aliás vamos ter ao mesmo tempo a Década do Oceano e a Década da Restauração, ainda estamos na década do Afrodescendente em andamento. Mas essa é a primeira Década da Ciência Oceânica, que quer dizer a ciência como suporte para a tomada de decisão de indivíduos, de setores públicos e privados. Aqui é o ponto-chave. Esta é uma ciência que é co-construída entre todos os setores da sociedade, desde sua concepção. Essa mudança e engajamento, principalmente da sociedade civil, dos cidadãos, em todo o processo, que aqui no caso pensando no ODS 14, ele vem pela cultura oceânica que tem como conceito de como o oceano influencia nossa vida, e como as nossas ações influenciam no oceano. Ela permite com que as pessoas estejam sensíveis.

Na prática, toda mudança traz como um primeiro passo a conscientização. Para ter consciência de algo a pessoa tem que ter conhecimento, e ser sensibilizada para despertar a consciência. Mas apenas ter a consciência do fato, ou do que é necessário fazer, não resolve o problema. Após se conscientizar, é necessário ter uma atitude. Mas para ter uma atitude a pessoa precisa de uma oportunidade para agir. Ou seja, precisamos ter convites para uma reflexão que gere uma atitude, que tenha engajamento emocional, social que faça com que a pessoa diga: "Poxa, eu quero mudar o meu comportamento; eu vou ter uma alimentação mais saudável; eu vou consumir espécies sejam sustentáveis; eu vou usar menos plástico".

Para terem atitudes é preciso que as pessoas desenvolvam habilidades. Basta olhar para o uso de máscaras na pandemia: para as pessoas usarem a máscara elas precisam entender que precisam sair na rua protegidas e se habituarem a usar a máscara. É uma habilidade, um comportamento. Mudar nossas atitudes é um desafio enorme e você tem que ter oportunidade para isso. A Década do Oceano traz esse convite geral, ou seja, como é que sentamos todos juntos para discutir as oportunidades?

O Brasil tem sido reconhecido pela Unesco como um país pioneiro para a Década do Oceano. O Brasil foi o primeiro país do mundo a criar o comitê de governança para a Década. Além disso, conduzimos um processo inovador que encerramos no dia 2 de dezembro de 2020, e teve um webinar público do final do processo. Nós passamos 6 meses numa construção de múltiplos setores, liderada pelo Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação, Unesco Brasil, Unifesp, Fundação Grupo Boticário, Marinha do Brasil e rede ODS Brasil com oficinas subnacionais.

O Brasil promoveu cinco oficinas subnacionais, uma em cada uma das regiões do país, inclusive na região centro-oeste que não têm acesso ao mar, mas que é influenciada pelo, e influencia o oceano. Nestas oficinas participaram todos os setores da sociedade. Ao todo foram mais de 500 participantes e eles construíram juntos o mapeamento regional de lacunas para a Década do Oceano. O que é que queremos para a Década, quais são prioridades para o Brasil na Década? E essas pequenas diferenças de processo é onde eu acho pode estar a grande diferença. Ou seja, não foi um grupo de 10 pessoas que se sentou em uma mesa e decidiu: "então a década vai ser assim". Não. Nós fomos ouvir quem está na base. Do pescador tradicional, às empresas que atuam, aos pesquisadores. Colocamos todos juntos para dialogar. Tivemos conflitos sim, pois ter conflitos é parte da vida social. Porém, ao identificarmos um conflito, discutimos juntos a solução ou resolução do conflito.

É com base em processos como esse que eu vejo sim existe esperança de que a gente possa nos próximos 10 anos ter todo mundo implicado na mudança, participando juntos e não esperando do outro a solução. Porque não é só o outro setor, ou a outra pessoa que precisa mudar. A pergunta a ser respondida por cada um é: "o que eu posso fazer para mudar?". Pois só com todos juntos será possível.

Sobre a valoração, um dos pontos que nós temos que mudar é parar de conversar apenas com os convertidos. Sempre começamos a falar com aquelas pessoas que são mais próximas, fazem parte da minha bolha, que pensam igual a mim. No máximo, nós temos chegado um pouquinho perto daquele que está na transição. Se queremos uma mudança real precisamos falar com todos, inclusive os que pensam bem diferente. Eu quero falar com aquela pessoa que acha que existe uma cachoeira de oceano num canto da Terra porque ela acredita que a Terra é plana. Eu quero sentar-me com essa pessoa. Você tem que falar com quem com quem tem uma visão completamente oposta.



Se queremos uma mudança real precisamos falar com todos, inclusive os que pensam bem diferente.

Para isso primeiro você precisa ter junto profissionais especializados para isso. Setores de comunicação, de marketing, profissionais que sabem fazer isso. E segundo, usar a linguagem da valoração do ambiente, seja na valoração econômica, pois alguns setores vão falar essa linguagem; seja na valoração de tradições, de emoções e sentimentos, igualmente importantes porque conectam com aquela pessoa que não está nem pensando no assunto. Mas ela reconhece um algo da vida dela, financeiro ou não, que pode estar relacionado.

Pergunta: Além do “bom senso” preconizado pela ONU para o cumprimento das ODS, como a Agenda 2030 tem estimulado governos e outros diferentes atores a trabalhar para o alcance das metas? Quais os maiores obstáculos para a implementação do ODS 14?

Ronaldo: Eu vejo diferentes setores da sociedade e governamentais implicados. municípios, estados e alguns espaços do governo federal. Existia uma mobilização maior governo federal para a Agenda 2030, mas nós tivemos, infelizmente, a retirada da Agenda 2030 como uma prioridade brasileira no início desse ano. Fomos publicamente contrários a essa retirada. Porém, alguns espaços continuam existindo referentes ao ODS 14.

Existe também a mobilização de setores privados, liderados pelo Pacto Global, uma abertura das empresas, ou seja, essa lógica de como que eu posso mudar, existe. Há outro mecanismo para tentar fortalecer que nós estamos construindo que se trata de um projeto ainda em fase de avaliação, que é o Selo Azul. Para as empresas que têm iniciativas Ocean Friend, pensando que tem um impacto positivo na sustentabilidade, recebem um Selo Azul.

Em uma parceria da UNIFESP com a Prefeitura Municipal de Santos nós estamos criando o Observatório de Políticas Públicas cientificamente embasadas para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de unir o poder público municipal e a academia, para que a universidade traga informações que ajudem na tomada de decisão, e esse processo seja feito com a participação da sociedade civil, em parceria com o governo local.

Pergunta: Quanto a presença de micro plásticos nos oceanos, oriundos de poliéster e poliamidas, bem como o lançamento de esgoto in natura nos mares, há alguma iniciativa para minimizar seus impactos nos ecossistemas e garantir nossa segurança alimentar?

Ronaldo: Sobre os poluentes no mar, existem projetos tentando soluções, sobre os micros plásticos também. E principalmente, discussões sobre o início da cadeia produtiva, que é parte do problema, como os cosméticos que possuem alta incidência de micro plástico. Esta discussão teve um impacto muito maior quando chegou na cadeia alimentar, que chega na sensibilização das pessoas pois diz respeito a alimentação saudável.

Já quanto ao esgoto, é um problema gravíssimo a ser combatido. Não é só ter a captação e emissário submarino. Essa é a grande dificuldade do ODS 14. Temos a impressão de que o oceano é muito grande, fica muito longe. Mas nem tudo se dilui ou 'desaparece', esse descarte de esgoto traz enriquecimento das águas, muda biodiversidade da região, leva os fármacos para a água. Estudos mostraram o impacto de fármacos nos animais marinhos, por problemas endócrinos por conta dos anticoncepcionais, por exemplo, levados pelo esgoto. Existe um grande problema de saneamento básico no Brasil que precisa ser tratado de uma forma clara, porque é indissociável do ODS 14.

Pergunta: Como evitar o fim da pesca artesanal, já que ela é uma das culturas mais tradicionais de nosso país, já que ela vem perdendo espaço para a pesca industrial?

Ronaldo: Uma vez que os conflitos com a pesca artesanal aumentaram, é preciso um processo de sensibilização sobre o seu valor, que é também cultural. É preciso repensar a expansão urbana, e não é só a pesca em si, mas toda a cultura e a pressão pelos grandes centros urbanos sobre as comunidades tradicionais. Felizmente, temos já muitos movimentos de sociedade civil e da academia que estão tentando construir juntos formas de combater todos esses problemas.

Sugestões do autor para mais conteúdos

PNUD. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <<http://www.agenda2030.com.br/sobre/>>. Acesso em 23 fev 2021.

Christofoletti, RA; VG Lindoso & M Nunes. Sem oceanos, um futuro impossível. Ciência Hoje. 2019. Disponível em <<https://cienciahoje.org.br/artigo/sem-oceanos-um-futuro-impossivel/>>. Acesso em 23 fev 2021.

Alisson, E. Unesco lança versão em português de kit pedagógico sobre oceanos. Agência FAPESP. 2020. <<https://agencia.fapesp.br/unesco-lanca-versao-em-portugues-de-kit-pedagogico-sobre-oceanos/33251/>>. Acesso em 23 fev 2021.

Página oficial da Década da Ciência Oceânica no Brasil. MCTI. <<http://decada.ciencianomar.mctic.gov.br/>>. Acesso em 23 fev 2021.

I Webinar Nacional “Onde Estamos?” da série de eventos “O Brasil na Década do Oceano” com a apresentação dos resultados do Relatório do Workshop de Planejamento para o Atlântico Sul em português. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IUUng1lQhs&feature=emb_logo>. Acesso em 23 fev 2021.

Canal Youtube oficial da “Década da Ciência Oceânica no Brasil” com as apresentações dos resultados de cada Oficina subnacional. Disponível em <<https://www.youtube.com/c/D%C3%A9cadaCi%C3%A2nciaOce%C3%A2nicaBrasil/featured>>. Acesso em 23 fev 2021.



“

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.15

Marcelo Furtado



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: No caso específico do ODS 15, a redação, como foi escrita, atende os desafios relacionados ao Brasil na atualidade?

Marcelo: Eu não sei se as pessoas se lembram disso, mas o texto dos ODS foi fechado no Rio de Janeiro, em uma reunião complexa, porque trabalhar lá, com sol, calor, aquele mar maravilhoso, ficar fechado, naquelas alas, com ar-condicionado, divisórias improvisadas, não é fácil (risos...).

Mas, mais do que o desafio local, havia o desafio geopolítico que estávamos vivendo naquele momento, no qual o mundo estava tentando construir uma comunicação e uma linguagem que pudesse ser traduzida para todos os países. Na verdade, eu entendo os ODS como um grande instrumento de tradução: não importa se eu sou chinês, brasileiro, ou africano, pois quando falamos sobre os números dos ODS, as pessoas não entendem o que você está falando. E mais importante: elas já sabem qual é o acordo que combinamos e o que deve ser tratado prioritariamente.

É claro que dentro de cada ODS temos os indicadores, e cada um deles possui suas metas, de modo que se o texto é extenso. Mas acho que nós temos conseguidos avançar em cada uma dessas metas, e o fato de termos um ODS que trata especificamente da questão de biodiversidade, e dos ecossistemas florestais, manguezais e da desertificação é, por um lado ruim, pois são muitos temas para apenas um ODS, mas por outro lado, nos dá oportunidade de um tratamento mais holístico para algo que não é simples.

Pergunta: Nos chama atenção que, pensando o ser humano como foco, algumas palavras como “conservação”, “uso sustentável”, “recursos”, “recuperar” e “promover o uso sustentável”, demonstram um caráter muito utilitário dos recursos naturais, ou seja, o tempo todo estamos tratando de biodiversidade, mas na perspectiva antropocêntrica. Afinal, a conservação da biodiversidade é inimiga da economia, do bem-estar humano e do crescimento econômicos dos países? Como conseguimos equalizar esse uso sustentável dos recursos naturais no ambiente terrestre?

Marcelo: Como esse é um texto negociado entre países, cada um trouxe suas questões de soberania, seus interesses econômicos, geopolíticos, e tudo isso esteve presente nas negociações. Como tive a oportunidade de acompanhar de perto essas negociações, eu vi que as discussões não eram somente ambientais, mas também sob um paradigma de desenvolvimento da sociedade, dos países, do planeta. Os desafios das mudanças climáticas, por exemplo, são mesmo nessas esferas, não se tratando, portanto, de uma discussão meramente ambiental, pois há a questão social, ambiental, econômica, cultural, dentre outras que fazem parte desse debate.

Quanto à sua pergunta, não me incomoda o uso dessas palavras, apesar de elas realmente trazerem uma visão do ser humano como o centro do debate, e não ele se entendendo como parte dos ecossistemas, mas é assim mesmo que os países entendem. No entanto nós, como sociedade, podemos ter um grande aprendizado neste momento de pandemia que vivemos, que nos fez parar para refletir, já que todos se lembrarão onde estavam quando tudo isso aconteceu. As pessoas ainda vão dizer que foi naquele momento que todos se deram conta da importância de se cuidar da saúde, do ambiente, da cidade, dos ecossistemas e do planeta.

Quando pudermos voltar ao que estamos chamando de “fase pós pandemia”, ou “voltar ao normal”, as pessoas deverão rever os nossos processos de consumo e produção e, portanto, rever o tipo de economia que queremos. Essa nova economia descarbonizada, “economia verde”, socialmente justa, com governança de equidade, respeitando os limites, que deverá trazer para dentro do debate a importância da conservação e da biodiversidade. De maneira prática, para eliminar o uso de combustível fóssil, nós vamos ter que ter um conjunto de energias alternativas. Para isso, é preciso haver produção de materiais que são importantes para uso e consumo humano, mas que tenha uma outra base que não seja a do combustível fóssil.

O ODS 15 é extremamente importante como um vetor sobre qual é o esse desenvolvimento e a qual deve ser a “sociedade do futuro”, sobre qual é o limite da interação entre o ser humano e o ambiente natural. Eu acredito que esse desequilíbrio, que gerou a crise climática e tudo que estamos conversando hoje, também nos levou à necessidade de um elaborar novo pacto. Eu acho que é uma discussão orientada pela ciência, certamente, mas ela tem um viés político muito importante, porque a sociedade precisa dar um sinal muito claro para quem são os atores no poder de plantão. Afinal, os governos têm pessoas que foram “autorizadas” pelas suas sociedades para os representarem. Nesse processo político, as nações unidas representam um importante fórum de discussão.



Eu acho que é uma discussão orientada pela ciência, certamente, mas ela tem um viés político muito importante, porque a sociedade precisa dar um sinal muito claro para quem são os atores no poder de plantão.

Hoje eu pensaria que o “norte” dessa discussão deva ser voltado a realização de uma discussão, qualquer ela que seja, mas que estabeleça o paradigma da sustentabilidade. Ou seja, é preciso ficar claro que: 1) se você colocar qualquer ecossistema em choque, ou em crise, você está causando uma interferência inaceitável; 2) se você está fazendo algo que, além de não causar um problema, não está recuperando áreas degradadas, ou situações que foram danificadas, sua ação não é suficiente; e 3) se você estiver fazendo isso sem lidar com a dimensão da desigualdade e sem considerar suas ações olhando para as populações futuras, você também não está agindo em conformidade com a sustentabilidade.

Esta leitura política é muito diferente do que aquela que fazíamos no passado, pois um convite importante que os ODS fazem, que eu acho que é muito inovador, é convidar os processos políticos a olharem o sistema com maior integração, com visão de futuro, e com a ambição de que a hora de ser audacioso e mudar o paradigma, é agora! E eu acho que já existem muitas iniciativas da academia, da sociedade civil e do setor privado, que estão indo nessa direção.

E esse é um grande diálogo que precisamos aprender a fazer, ao invés nos vermos como atores distintos, como “cada macaco no seu galho”, como “academia”, “setor privado” e “ONG”. Isso precisa acabar, porque temos pouquíssimo tempo. A ciência indica que temos agora 10 anos críticos para enfrentar os desafios climático, e ainda há um enorme vazio econômico, com muita gente sofrendo sem água ou comida, e precisamos fazer a mudança juntos e agora.

Pergunta: Pensando então em inclusão, pensando em ciências, das mais diversas, os saberes de todos, e em uma parceria global para resolver em 10 anos os grandes desafios que nós temos, podemos pensar no uso dos recursos naturais uma larga escala de mundo globalizado? Em relação à maneira como conhecemos a macroeconomia mundial, será que só conseguimos admitir a atuação de grandes madeireiras tirando árvores da Amazônia, ou há espaço para as cadeias produtivas locais, como muitas que temos no Brasil, como as das comunidades ribeirinhas da Amazônia que se beneficiam de uso sustentável dos recursos locais?

Há como conseguir mudar a visão da macroeconomia para uma de microeconomia, permitindo-nos encontrar soluções que não vislumbramos no modelo atual? Como você enxerga a participação da sociedade civil local e os benefícios que essa nova visão de economia pode trazer a essas populações?

Marcelo: Eu gostaria de fazer um desafio aqui à sua pergunta... De uma certa maneira, da forma que você está perguntando, a minha resposta seria: sim precisamos fazer essa mudança. Mas a verdade é que o que significa “escala” em um país e o que significa em outro país é muito diferente... Se você apontar qual o tamanho de um módulo rural no Brasil, na África, isso é do tamanho de um latifúndio. Então eu acho que devemos abordar esse desafio contextualizando-o nas distintas realidades de cada país e dentro dos próprios países.

Uma área florestal na Amazônia, um módulo rural é muito maior de um daqui no Sudeste. O primeiro ponto que deveria nos nortear é: qual o impacto que desejamos? Qual é a orientação de onde queremos chegar? Eu quero chegar no lugar onde haja garantia de uso sustentável desta área, a incorporação da existência da sociedade e do ser humano naquele ecossistema, e que seja feito um balanço onde possamos garantir que, cientificamente, não haja perda de biodiversidade e dos recursos naturais.

Se essa é a nossa meta, há vários caminhos com os quais podemos chegar lá. Vou dar um exemplo de Amazônia: é óbvio que o desafio que temos hoje em qualquer floresta tropical, é mostrar para a sociedade que essa floresta em pé é mais valiosa do que ela derrubada. O segundo desafio é mostrar que não existe justificativa para a eliminação da floresta para fazer qualquer uso desse solo. Está comprovado que já derrubamos tanta floresta que, se olharmos para a cobertura florestal no planeta 10 milhões de anos atrás, contataremos que existe, hoje, no planeta, apenas 8% do que havia. E mesmo assim esses 8% garantem a possibilidade de mantermos uma regulação climática no planeta. Se não pararmos de destruir os oceanos, que são a grande bomba conversora de CO₂, e as florestas, chegaremos em um ponto crítico de "não retorno". Nessa hora, teremos a degradação ambiental completa e a falta de condições de vida para os seres humano..., mas as outras espécies irão se adaptar!

Enfim, respondendo à pergunta: essa discussão de escala pode ser equacionada. Onde há as populações ribeirinhas e indígenas, temos que encontrar soluções adequadas para aquela realidade; onde há grandes áreas antropizadas, usadas na produção de alimentos e de energia, temos que encontrar um novo modelo de uso mais sustentável. E olhando a questão de energia, eu diria que sou muito mais favorável a um complexo eólico no meio do mar, fora das rotas de migração de pássaros, do que uma usina nuclear em terra. Podemos trabalhar com escala mais ampla, não precisa ser tudo na escala micro, e é possível fazer isso com sustentabilidade.

Pergunta: Me inspira a ideia de que um dos princípios básicos da sustentabilidade é o de dar tempo para que os sistemas consigam repor o estoque utilizado. Se você consegue fazer um sistema de exploração econômica circular de recursos naturais, seja na terra ou no mar, isso implica em implementar uma economia de mercado mais ecológica. Esse é caminho a ser perseguido? Nós já temos dados acadêmicos e científicos suficientes para propor estes indicadores de uso? Temos experiências bem-sucedidas no mundo, relacionadas aos biomas terrestres, que nos indicam que esse é um caminho sustentável para ser perseguido em escala maior?

Marcelo: Em relação à biodiversidade temos um problema, pois o ODS 15 fala em “uso sustentável da floresta”, e um desses usos é a extração manejada de espécies, desde que sejam georreferenciadas. Ou seja, deve-se fazer a extração de uma maneira absolutamente correta. Mas como a sociedade usa apenas um número muito pequeno de espécies madeireiras, várias outras espécies com ciclo mais curto de crescimento, poderiam ser muito apropriadas para uso distintos, mas como ninguém conhece ou nunca ouviu falar, então não há interesse.

O problema é equacionar o papel da indústria em ampliar a oferta, e o papel do consumidor em fazer um consumo mais sustentável e responsável. Isso é importante porque com o conjunto de falta de oferta e alto consumo atrelado faz com que, na hora de se avaliar se é possível fazer uso sustentável, a resposta é sim. E eu nunca vi a ciência dizer que há fatores limitantes para isso; todos os exemplos nos quais a ciência é aplicada, ela sempre indica novos potenciais usos.

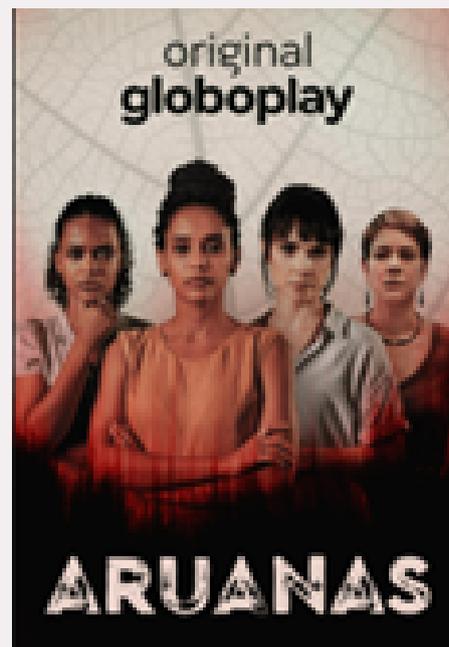
O “desencaixe” está em como se faz uso da biodiversidade, em como ela é processada pela indústria, ou como seria o modo adequado para seu consumo no Brasil. É preciso pensar no tipo de produto que se consome, pois ele deve ser produzido o mais próximo possível de onde está o consumidor, para não ser necessário seu transporte para outros lugares do mundo inteiro, senão a “pegada de carbono” desses produtos, mesmo que extraídos com sustentabilidade, será grande quando chega na China, por exemplo. Afinal, gastou-se muito de carbono para fazer o produto chegar lá.

Um dos desafios referentes à biodiversidade das florestas tropicais é que ela é muito pouco conhecida. Se queremos estimular os empreendedores mais jovens montando pequenos empreendimentos, ou os cientistas e criarem novas e boas ideias, precisamos mapear e entender melhor qual é a diversidade que temos em todas as florestas tropicais, não só na Amazônia. Uma vez conhecida melhor a biodiversidade, é preciso fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de usos e aplicações para ela. Em um terceiro momento, é preciso educar a sociedade sobre como melhor utilizá-la, e que todo esse conjunto de ações seja feito com sustentabilidade.

Faço parte de uma iniciativa, como membro de um Conselho que conta com a participação de Carlos Nobre, Thomas Lovejoy, Harrison Ford, e a líder dos indígenas nas Nações Unidas, que está promovendo um prêmio de 10 milhões de dólares, para a equipe que mapear, o mais rápido possível e da maneira mais barata, a biodiversidade do chão da floresta ao topo das árvores. Esse é o desafio, e merecerá um prêmio porque, na história da evolução da ciência no mundo, sempre houve esse tipo de estímulo. Foi assim com o voo que aconteceu de uma costa dos Estados Unidos até a outra, e o da Europa até os Estados Unidos, por exemplo. Foram prêmios desse tipo que fizeram com que os inventores inovadores se juntassem à cientistas para vencer os desafios, e ao fazê-lo, desatrelar toda uma cadeia de resultados. Outro exemplo mais recente foi esse da realização do voo em torno do Planeta Terra, onde vimos uma empresa privada acoplando um foguete na estação espacial internacional.

Assim, constatamos que esses feitos saíram do controle de exclusivo dos governos e passaram ser uma coisa que a sociedade pode fazer, e não há nada mais importante hoje com relação aos prêmios, do que um que seja dedicado a resolução da perda de biodiversidade do planeta, tanto marinha quanto terrestre. Nossa sobrevivência depende disso! O prêmio de 10 milhões de dólares em si já é muito significativo, mas o mais importante é que ele possibilitará que novos projetos possam vir a receber mais investidores poderão colocar recursos na sua execução. Vale lembrar que o fenômeno que ocorreu no Vale do Silício fez com que a internet e a comunicação dessem uma reviravolta. Imagina isso para a biodiversidade!?

Quem tiver interessado convido entrar no site chamado [Rainforest Xprize](#). Nele você registra as equipes, que não precisam ser de ilustres cientistas, mas preferencialmente misturem um pouco de tudo, desde empreendedores, engenheiros, cientistas, até indígenas e comunidade tradicional. Quanto mais diversos forem as equipes, maiores a chance de terem sucesso. Não basta ter a tecnologia, mas sim o uso dessa tecnologia, e a maneira como se aplica essa tecnologia que fazem a diferença.



Pergunta: Já que você tocou nisso, quais são as boas iniciativas nas quais você está envolvido, e que dialogam diretamente com o ODS 15, principalmente na questão da valoração econômica da biodiversidade como alternativa frente à macroeconomia mundial?

Marcelo: Adoro falar de soluções, e há muitas! O problema é que as pessoas não as conhecem, pois elas são mal comunicadas. No entanto, em 2019, eu tive o privilégio de ser um dos produtores executivos de uma série de TV chamada "Aruanas", que passou na Rede Globo. Lá, tivemos a oportunidade de falar sobre a importância da biodiversidade, a importância da floresta em pé e o problema do desmatamento, e a importância da cultura, dos povos indígenas e das comunidades ribeirinhas.

Quando a série estava terminada e em vias de ir ao ar, nós nos perguntamos qual seria um indicador de seu sucesso, e concluímos que o primeiro seria as pessoas gostarem da série, que ela não seria algo chato; segundo seria o que as pessoas aprenderiam; e o terceiro seria conseguir dialogar com quem normalmente não sabia ou não queria falar sobre isso.

Qual foi o resultado? Atingimos mais de 100 milhões de pessoas com índice de aprovação da série de 97% !! Não existe série nacional que tenha atingido esse nível de aprovação na história. As pessoas, quando entrevistadas, disseram que aprenderam 3 coisas: floresta em pé vale mais que derrubada, matar índio está errado, e que nós dependemos das florestas.

Esse é um elemento de solução, porque veio pela comunicação. Mas o mais legal é que quando se observa os projetos que foram mostrados na série, vê-se que os indígenas foram apresentados no seu lugar de potência, como formas de culturas quem têm conhecimento, que tem importância estratégica. Hoje os indígenas têm fundos de investimento deles; têm moeda própria. Eles têm, hoje, uma aliança inter-religiosa com mais de 25 denominações para a proteção das florestas tropicais. Onde você consegue juntar 25 religiões concordando com uma coisa, na questão de florestas e biodiversidade? No Brasil, com os povos indígenas, conseguimos!

Conseguimos, por meio do diálogo, aproximar interesses de conservadores, de membros da esquerda, de ambientalistas, militares, e todos concordando que a biodiversidade é importante, que as soluções existem e estão comprovadas, mas que precisam ser mais bem comunicadas. Eu acho que tem o elemento chave é: onde estão os mecanismos financeiros para investimento?

Eu acho que o ano de 2020 foi um divisor de águas, pois a pandemia da Covid-19 revelou ainda mais nossa crise. O mundo financeiro sinalizou que o “recado” foi entendido, e que é importante que os investimentos hoje, sejam feitos com escrutínio ambiental, social, e de boa governança, e que esses investimentos têm que servir para a busca de uma sociedade mais sustentável.

O que vai acontecer já sabemos: há um grupo que fará isso muito bem, que fará a boa jornada, mas haverá um monte de charlatões que farão o que chamamos de greenwashing (maquiagem) para tentar se livrar das cobranças sobre seu negócio.

Uma vez que a sociedade veja o que está acontecendo, como a iniciativa que mais de 100 empresas que se comprometeram com descarbonização, com a economia circular, e se posicionaram contrários com o desmatamento da Amazônia, isso será muito importante. Mas precisamos garantir que esses compromissos anunciados para a sociedade sejam cumpridos.

A sociedade terá que fazer o seu papel de “separar o trigo do joio”, premiar quem está fazendo direito, e punir quem está fazendo errado. O consumidor deve assumir o seu papel na hora de votar e de consumir, além de privilegiar quem está fazendo direito, porque essa é uma maneira de estimular quem o esforço para termos produtos sustentáveis e totalmente justos.

Estamos discutindo com Tabôa, uma organização sem fins lucrativos do sul da Bahia, sobre como referenciar o Cacau. Isso pode ser feito com uso da tecnologia atual, mas fundamentalmente é preciso haver investidores sérios, que, além de garantir o retorno financeiro, queiram investir em uma ação transformadora, audaciosa. Precisamos, como país e sociedade, não só cobrar, mas fazer boas ações usando nosso próprio dinheiro. Se cada brasileiro doar um Real para investir em boas ações, nós estamos falando de 200 milhões de Reais! Imagina se tivermos mais...

Aqui entra a importância da sociedade civil em ajuda no diálogo, mostrar o que queremos, quem está fazendo direito ou não, e a como a ciência pode ser nossa linha orientadora.

Pergunta: Além do “bom senso” preconizado pela ONU para o cumprimento das ODS, como a Agenda 2030 tem estimulado governos e outros diferentes atores a trabalhar para o alcance das metas? Quais os maiores obstáculos para a implementação do ODS 15?

Marcelo: É público e notório que o governo federal brasileiro está hoje, em 2020-2021 com uma agenda de retrocessos, sejam sociais ou ambientais. O Estado brasileiro tem obrigação constitucional de proteger a sociedade, o meio ambiente, e criar uma economia inclusiva e sustentável. A pergunta é: ele está fazendo isso? A resposta é não! E essa não é uma resposta política; é uma resposta científica. Se olharmos as taxas de desmatamento, número de queimadas, perda de biodiversidade etc., tudo isso vai mostrar que estamos em um retrocesso: as ações de comando e controle que precisariam estar ocorrendo, não o estão. Não há multas, não há fiscalização e, então, nesse sentido, a situação é muito ruim.

A novidade, no entanto, é que esses retrocessos não prejudicaram apenas a opinião pública sobre o governo aqui no Brasil, mas ela impactou a imagem dos produtos brasileiros no exterior, o que afastou os investidores internacionais. Quando a política afeta a economia, aí o cenário se complica. Quando começamos a ver a mobilização do setor privado, que normalmente não gosta de comprar briga com nenhum governo, dizendo que situação está ficando inviável, que estamos perdendo competitividade e acesso ao mercado internacional, percebemos que algo novo começa a acontecer. Está havendo uma redução do PIB e um redução da empregabilidade no país e nessa situação, independentemente de sermos mais ou menos sustentável, todos saímos no prejuízo. E isso se torna catastrófico, ainda mais, em meio a um cenário de pandemia que exige a geração de emprego e renda.



Quando começamos a ver a mobilização do setor privado, que normalmente não gosta de comprar briga com nenhum governo, dizendo que situação está ficando inviável, que estamos perdendo competitividade e acesso ao mercado internacional, percebemos que algo novo começa a acontecer.

Mas há boas notícias! O diálogo positivo do momento é que as soluções econômicas, ambientais e sociais caminham relacionadas para a mesma direção. Afinal, se temos que garantir a recuperação econômica e fazer um grande investimento de dinheiro público, que vai comprometer a poupança das futuras gerações, como justificar os trilhões de Reais gastos para combater a Covid-19?

Para a recuperação econômica serão necessários investimentos em negócios sustentáveis, e é preciso que as futuras gerações quando olharem para trás, saibam que essa foi uma dívida que elas não contraíram, mas que paguem com satisfação, porque ela foi feita do jeito certo, e direcionou a economia brasileira para onde temos maior competitividade e maior poder de comparativo, que é a economia verde.

Há muitas oportunidades no nível subnacional, que temos que aproveitar para fazer essa transformação!

O maior gargalo para o ODS 15, para a questão florestal, é que hoje vale mais a pena, do ponto vista econômico, derrubar floresta do que mantê-la em pé. Os incentivos para manter floresta em pé não estão dados da maneira correta, o combate ao desmatamento e aos incêndios não está ocorrendo, e as ações de prevenção não existem. Não existe um ambiente favorável para investimento e nem coordenação acadêmica para potencializar o uso da ciência para isso.

Precisamos trabalhar as dimensões ambiental, social e de governança de modo integrado. Qual é a boa notícia? Eu acho que a sociedade quer isso, o setor privado quer isso, as organizações da sociedade civil querem isso, e a academia quer isso! Então vamos ficar aqui agora reféns de um governo específico, para a sociedade deixar de querer fazer isso? Não precisa! Você que é consumidor, você é que é eleitor, você que é um indivíduo, pode fazer uma doação para a sociedade civil, pode agir com a sua voz cidadão, dizendo que quer mais investimento em ciência, que as bolsas sejam concedidas para a melhoria da qualidade da ciência no país, e que quer consumir produtos mais sustentáveis. Temos que fazer isso olhando esse grande desafio de endereçar sustentabilidade, desigualdade e ação política no sentido mais belo da palavra política, que não é política partidária, que não é política pequena, mas a política no sentido de fazer com que o Estado reconheça e obedeça a aquilo que a sociedade demanda dele.

Pergunta: Quais os impactos do plástico aos ecossistemas e como o movimento ambientalista pode melhorar sua comunicação com a população para que problemas como este sejam minimizados?

Marcelo: Nos ambientes terrestres o plástico é um grande problema, e temos que eliminar sua base fóssil, encontrando alternativas como a criação de materiais com base na celulose, por exemplo, que se degrada depois. Já existem alternativas inovadoras propostas pela ciência, até mesmo desenvolvidas por empresas.

É preciso lembrar de que referente aos impactos ambientais, alguém sempre paga a conta. Aquele saco plástico que pegamos no supermercado, que custa 8 centavos e vai parar no mar, não custa apenas esses 8 centavos... Se computarmos a externalidade negativa ele custaria muito mais, e então as pessoas perceberiam a importância daquela “coisa de ambientalista” de levar a sacola no supermercado. É essa mudança de comportamento, alinhado a novas tecnologias e novos materiais, que vai fazer mudar essa equação. Mas se não houver o conjunto da ação de diminuir o consumo com a produção sustentável, não conseguiremos resolver o problema.

Sobre os desafios, sabemos que o mundo está em constante transformação, ainda mais agora. Sabemos que existe um grande desafio para as organizações ambientalistas se atualizarem. Os modelos tradicionais de como fazer campanha e mobilizar a sociedade foi se desgastando. Mas os stakeholders também foram mudando.

Hoje vemos empresas maravilhosas, produtos ambientalmente corretos, temos uma transformação de processos no setor privado que não é mais a mesma de antes. Claro que continuamos tendo enormes desafios, mas não podemos falar que tudo é ruim.

Sobre os investimentos, existem fundos totalmente alinhados com sustentabilidade, que estão colocando recursos em projetos de baixo carbono, inclusivos, que endereçam a questão de mobilidade ativa. Ou seja, o cenário é muito mais plural, e, portanto, existe associações e parcerias que antes não eram feitas.

Por outro lado, é papel da sociedade o monitoramento e a fiscalização, de reconhecer, apontar e ajudar separar o que presta e o que não presta, o que é joio e o que é trigo, o que é sério e o que não é sério. Para isso precisamos ser sérios também, usar ciência na formulação das denúncias, para sejamos eficientes no convencimento.

O mais importante é que as organizações da sociedade civil vivem prioritariamente de doações, e as sociedades mais doadoras têm organizações mais potentes. Se reconhecemos o valor dessas organizações desejarmos que elas sempre melhorem, devemos escolher qual mais nos agrada e dar o nosso apoio financeiro. Façam isso, continuem doando!

É através dessa independência financeira, desse recurso, que as organizações irão se manter em pé, e poderemos cobrar que sejam eficientes e independentes.



“

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.16

Melina Risso



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: No caso do ODS 16, você acredita que a redação, como foi escrita, atende aos desafios relacionados à realidade brasileira na atualidade?

Melina: Antes de falar da redação do ODS 16 em si, é importante recuperar o histórico desse debate. Os ODSs sucederam os ODMs (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), compromisso global firmado nos anos 2000 no qual oito objetivos globais foram assumidos pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODMs priorizavam a eliminação da extrema pobreza. O êxito da experiência levou à criação de uma nova agenda global que foi inaugurada com uma discussão sobre qual o futuro que queríamos para a humanidade. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é fruto desse debate.

A inclusão do ODS 16 não foi tranquila. Havia, o que eu considero um falso debate sobre a necessidade de se incluir um objetivo específico que tratasse da dimensão de segurança na Agenda. Alguns achavam que bastava garantir outras dimensões, como se a violência em si fosse apenas consequência da ausência da garantia de outros direitos. Outros, que não era possível estabelecer metas claras para esse objetivo.

Talvez a discussão estivesse mais motivada por aspectos políticos, uma vez que o Brasil havia sido bem-sucedido nos ODMs e apresentava uma perspectiva relativamente promissora nos outros ODSs, mas a violência era, e continua sendo, um calcanhar de alquiles.

No entanto, não é possível admitir que uma sociedade desenvolvida e sustentável conviva com os índices de violência exorbitantes como os que temos no Brasil. Só para se ter uma ideia, nos últimos 10 anos, pelo menos 50 mil pessoas foram assassinadas a cada ano no país. Somos o campeão de mortes mundial quando consideramos os números absolutos. Como é que podemos falar em desenvolvimento com esses números? Isso sem considerar os diferentes impactos da violência na vida das pessoas.

O ODS 16 foi uma conquista muito importante para a humanidade. É fundamental compreendermos que a garantia da segurança é uma condição para o desenvolvimento. Se não pudermos garantir uma sociedade segura, onde as pessoas possam viver sem medo, onde a nossa vida – nosso bem mais precioso – estiver assegurado, não poderemos nos desenvolver plenamente como uma sociedade sustentável.

Pergunta: É bom trabalhar com diagnóstico, pois assim podemos contar um pouco da realidade atual. Você citou alguns números, mas como está a questão da violência e da cultura da paz no Brasil?

Melina: No campo da segurança, vivemos uma epidemia há muito tempo. E vale a pena mencionar que estou tratando apenas da violência direta, porque se ampliarmos o conceito e incluirmos também a violência estrutural, o debate se amplia de tal forma que passa a dialogar com muitos outros ODSs.

Considerando a violência direta, portanto, costumamos usar o indicador dos homicídios para medir violência porque é um indicador confiável. E, infelizmente vemos que os índices de violência são crescentes. Em 2017 observamos maior número da série histórica. Mais de 64 mil pessoas foram assassinadas no Brasil. Só para efeitos de comparação, é como se toda a população de uma cidade como Bertiooga, aqui no litoral de São Paulo, fosse assassinada todos os anos. Em 2018 tivemos uma pequena melhora, com a redução dos homicídios, que continuou ao longo de 2019. Mas essa tendência não se manteve e, a partir do último trimestre de 2019, vimos os assassinatos voltarem a crescer. O mais chocante é observar que nesse contexto de pandemia, no qual as pessoas estão em alguma medida fazendo isolamento social e convivendo menos, constatamos um aumento de homicídios em diferentes estados brasileiros. Portanto, de fato, não conseguimos sustentar a queda de homicídios.

Também não posso deixar de mencionar um fato muito, mas muito grave que é o aumento de pessoas mortas pela polícia. E isso diz respeito ao acesso à justiça. Em 2019, a polícia matou mais de 5.800 pessoas. É um absurdo que tenhamos esses números. Se compararmos com alguns outros contextos, a polícia brasileira mata mais que exércitos em guerra. Essas vítimas têm cor, idade e endereço – são milhares de jovens negros que moram nas periferias brasileiras. Como falar em acesso à justiça se é o policial na ponta da linha que julga e executa uma sentença que nem existe no código penal brasileiro, a sentença à morte? Talvez essa seja a face mais cruel da nossa insegurança.

Em todos os sentidos, temos um diagnóstico negativo e não estamos indo nada bem em relação ao ODS 16. Até parecia que estávamos reagindo, mudando a trajetória da violência, mas na verdade, estamos retrocedendo a passos largos.

Pergunta: Eu li recentemente o livro “21 lições para o século 21”, de Yuval Noah Harari, e lá ele, otimista, apresenta um dado interessante afirmando que em nenhum momento na história tivemos um tempo de tanta paz como o que vivemos atualmente. O nível de guerras e mortes por conflitos internacionais, grandes revoluções etc., é muito menor do que já foi um dia. Muito por conta de uma pactuação social diferente, um amadurecimento de que as coisas podem ser resolvidas no campo da diplomacia, ou com outras formas de colaboração que evitam a violência. Talvez os atuais índices de violência seja até “um tempo fora da curva”, mas aparentemente é o cenário de uma tendência Global. Será que, então, a tendência à formação de parcerias e colaboração de iniciativa privada, governos e sociedade civil pode ser uma solução para violência do Brasil? Esse é um fenômeno que veio para ficar? É realmente isso que está ocorrendo: a humanidade está amadurecendo, criando caminhos mais pacíficos? Será que o Brasil uma exceção à essa tendência?

Melina: Os estudos do Steven Pinker mostram a mesma coisa. O ponto é que ele usa outra escala temporal em suas análises. Ao calcular o percentual da população que morre em guerras ou são vítimas de assassinato nos últimos cinco mil anos, ele afirma que desde 1945 temos o menor percentual da história. Portanto, dependendo do nosso referencial podemos ter uma essa perspectiva mais otimista. Em termos históricos, se ampliada essa lente, podemos falar que, sim, estamos num mundo mais seguro. Ainda que essa trajetória não seja linear, mas ao menos aponta em que direção estamos seguindo.

“ Se não pudermos garantir uma sociedade segura, onde as pessoas possam viver sem medo, onde a nossa vida – nosso bem mais precioso – estiver assegurado, não poderemos nos desenvolver plenamente como uma sociedade sustentável.

Em sua pergunta, você traz dois aspectos importantes para abordarmos aqui - a dimensão global e as parcerias multisetoriais. Sabemos que a violência é um problema com múltiplas facetas e não há uma solução mágica para resolvê-lo. É fato que já sabemos o que fazer. Há evidências e experiências bem-sucedidas que nos apontam caminhos. Mas nessa dimensão da governança, no mundo globalizado, o crime não é mais necessariamente só local. Diferentes crimes são já são transnacionais, não reconhece fronteiras. Tomemos como exemplo o tráfico de drogas: onde a droga é produzida? Como ela é transportada? Quais tipos de violência acontecem no trajeto? Quais são outras violências associadas? Outro exemplo é o tráfico de armas. Como as armas de grosso calibre, cuja venda é proibida no Brasil, estão tão disseminadas no país, especialmente entre o crime organizado presente em algumas favelas do Rio de Janeiro? Quem as produz? Como chegam aqui?

Nesse sentido, pensar a governança, a cooperação, a articulação, o controle, os mecanismos de fiscalização e rastreamento é absolutamente fundamental para superarmos o problema da violência. Com todas essas múltiplas facetas, não é possível considerar que apenas um setor dará conta do problema. Será preciso articular e pactuar entre setor público, setor privado, terceiro setor e toda a sociedade qual o caminho trilharemos para resolver cada problema de violência

“ Nesse sentido, pensar a governança, a cooperação, a articulação, o controle, os mecanismos de fiscalização e rastreamento é absolutamente fundamental para superarmos o problema da violência.

Por exemplo, aqui no Brasil mais de 70% dos homicídios acontecem com arma de fogo. Portanto, a arma de fogo é um fator de risco para violência letal em nosso contexto. E o que estamos fazendo em relação ao rastreamento? Como são controlados os mecanismos de importação e exportação? Há no âmbito das Nações Unidas uma série de acordos e tratados para regular, controlar e mensurar a quantidade de armas que são transferidas entre países. Esses acordos são absolutamente fundamentais, pois propõem regras sobre quem pode vender, quem pode comprar, que como será feito o rastreamento para garantir para que as armas não sejam desviadas até chegar na localidade de quem comprou. Uma arma que é comercializada entre países pode ser desviada e gerar um enorme impacto em um determinado território.

Nós não superaremos o problema da violência sem olhar para essa perspectiva coordenada entre os diferentes atores, incluindo sociedade civil, as empresas e o governo e também a dimensão que envolve, nacional, regional e global. A violência não tem fronteiras. Fatos que acontecem do outro lado do mundo têm impacto em nosso país. A violência física se manifesta num determinado país, pelo comportamento de outros países. Esse entendimento de que são necessários uma governança e um pacto global robustos com regras bem estruturadas, controles, acordos, etc. é absolutamente fundamental para caminharmos em direção de sociedades mais pacíficas.

Pergunta: Quanto a essa presença necessária do Estado, o que complica a cobrança e o controle social é o desmonte dos conselhos nos quais a sociedade civil, de alguma forma, tinha voz e participação, para poder cobrar as ações necessárias. Na atualidade, temos visto uma tendência do desmonte do arcabouço que a Constituição prevê para participação social. nos Conselhos de Segurança, de Meio Ambiente e outros, no nível federal e alguns estaduais e municipais. Então, como conseguiremos, no momento histórico atual, reverter essa tendência? Não estou defendendo que a sociedade civil assuma as funções do Estado, mas sim de resgatar o espaço que lhe compete. A sociedade civil deve participar desses fóruns, onde ela tem voz, para poder exigir do Estado aquilo que deva ser cumprido. Como é que você enxerga esses desmontes e como está a realidade política no momento, nos níveis nacional, estadual e municipal?

Melina: Estamos vivendo um momento muito complicado e delicado no país, no qual diferentes instâncias de participação da sociedade estão sendo desmontadas. Estas instâncias formam parte de um sistema de governança mais amplo inscrito no próprio funcionamento da nossa democracia. É também nessas instâncias de participação que a sociedade civil tem a oportunidade de se fazer ouvir, de debater, de controlar, de fiscalizar e de cobrar transparência do Estado em relação às políticas públicas que afetam diretamente as nossas vidas. Quando se desmonta essa estrutura, se desmonta um aspecto fundamental que garante a democracia e a participação.

Eu observo com muita preocupação o desmonte e os obstáculos que estão sendo criados para a participação da sociedade civil nos conselhos, mas minha preocupação vai muito além disso. Desde o começo do governo Bolsonaro, houve uma tentativa de interferir na atuação da sociedade civil. Primeiro como uma espécie de tutela, através do estabelecimento de novas formas de controle e critérios para seu funcionamento, o que felizmente foi barrado no Congresso. E depois na forma de um desmonte das estruturas de participação social, nos conselhos. Nunca é demais lembrar que a sociedade civil precisa operar de forma livre e independente para fiscalizar, controlar, exigir transparência, mas também para dialogar e cooperar com o Estado. Não cabe tutela do Estado com relação à sociedade civil e nem subordinação desta em relação ao Estado.

Essa dimensão até certo ponto mais intervencionista ocorreu não só no âmbito do governo federal, mas também em diversos estados. Quando se vê a perspectiva simbólica da narrativa de vários candidatos que venceram as eleições para governadores aplicando a lógica da 'manu dura', ou seja, que é o Estado da força que vai colocar ordem e resolver todos os problemas de segurança, isso gera consequências práticas. Uma delas é o aumento da violência policial já mencionada que dialoga diretamente com essa discussão de autorizar o Estado a fazer a sua execução, sem passar pelo devido processo. E isso é muito preocupante.

Depois veio o desmonte dos conselhos e outras instâncias de participação da sociedade civil acompanhado de uma campanha pesada que tenta arruinar a reputação de organizações que fazem um trabalho fundamental de fiscalização das ações do Estado. O modus operandi desse governo é muito perigoso porque ele não aceita críticas e nem pensamento divergente. Quem o faz, se torna um inimigo. Típica forma de pensar de agir de governos autoritários.

Pensando sobre como reverter essa tendência, estamos em um momento chave para, em algumas áreas criar e em outras fortalecer, coalizões e cooperação entre o terceiro setor e o setor privado que possam fazer frente a essas investidas autoritárias do governo.

Dando um exemplo prático. O enfrentamento do crime ambiental especialmente na Amazônia pode se beneficiar dessa união. O agravamento da situação no território é decorrente tanto da dimensão retórica do governo que autoriza e muitas vezes incentiva toda forma de ilegalidade como das ações práticas de desregulamentação e fragilização dos órgãos de fiscalização e controle. E o desmatamento ilegal também pode ser reduzido por meio de outros incentivos, que não apenas as operações de comando e controle. Por exemplo, o setor financeiro pode aumentar as exigências e comprovação de legalidade para concessão de crédito. O setor privado pode se unir ao terceiro setor para exigir a publicidade e transparência do Cadastro Ambiental Rural (CAR), de forma que se aumente o custo para as pessoas e empresas que se beneficiam da opacidade do sistema. É responsabilidade de todos nós, inclusive do setor produtivo impedir que o governo "passe a boiada".

Pergunta: Qual a perspectiva de futuro, já que o atual governo passará mas as pressões internacionais, de mercado e os cenários de direitos humanos historicamente conquistado, devem, de alguma forma varrer essa onda de retrocesso. Qual é o caminho a ser trilhado na sua visão para os próximos 10 anos?

Melina: Eu sou otimista. Esse governo vai passar e voltaremos para o rumo do desenvolvimento sustentável e do fortalecimento da democracia. Precisamos ser resilientes. Falando do ponto de vista da segurança pública, a boa notícia é que sabemos o que fazer. Quando não se sabe por onde começar, o cenário se complica, mas na segurança não apenas sabemos o que fazer como já fizemos antes. O Brasil já teve inúmeras experiências bem-sucedidas que conseguiram reduzir a violência, seja no âmbito municipal como no estadual. No âmbito federal, a experiência mais bem sucedida foi a aprovação da lei de controle de armas e início de sua implementação. Em 2004 foi a primeira vez que houve reversão na curva de homicídios que até então só crescia no país.

Concretamente, o primeiro passo é colocar a redução da violência como uma prioridade na agenda pública. Isso exige elaborar um plano que esteja baseado em evidências, ou seja, focado naquilo que funciona. Como eu já afirmei, não há solução mágica, não há solução fácil. Esse desafio exigirá coordenação e envolvimento de todos os entes federativos e de diferentes áreas, como a educação, a saúde e o desenvolvimento social. Segurança não é uma questão só de polícia.

Outro desafio é a continuidade das políticas públicas. Infelizmente, as políticas de segurança pública e prevenção da violência sofrem com a descontinuidade. A cada novo governo, desmonta-se tudo que foi feito pela gestão anterior. Uma política de segurança pública bem-sucedida precisa persistir no tempo. Algumas mudanças são de longo prazo.

Em 2018, o Instituto Igarapé junto com o Instituto Sou da Paz e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública lançaram uma agenda chamada “Segurança Pública é solução”. Nela, definimos as prioridades nessa área para o país e delinearíamos as principais ações para termos um Brasil mais seguro. Os caminhos estão traçados. O que precisamos como sociedade é eleger governantes capazes e comprometidos com a implementação dessa agenda e cobrar para que ela seja efetivada.

Pergunta: Há uma ideia atual de que o Estado não consegue dar segurança a todos, inculcando a estratégia de liberação de armamento a população. Quais as consequências disso? Existe algum estudo que apresente se está ocorrendo aumento nos casos de homicídios por armas de fogo, por conta do incentivo do atual governo federal? A questão dos homicídios por policiais é reflexo do despreparo para a função, falta de capacitação, ou desvalorização da carreira?

Melina: Vou separar essa resposta em duas partes. Primeiro vou falar sobre controle de armas e depois sobre violência policial. Quanto mais armas de fogo em circulação, maior a violência. Isso é o que dizem as evidências feitas com rigor metodológico sobre esse tema, tanto as pesquisas brasileiras como as internacionais. O IPEA fez um estudo muito interessante que estima essa relação aqui no Brasil. O que eles identificaram é que o aumento de 1% na quantidade de armas em circulação aumenta em até 2% o número de homicídios. A arma de fogo é um grande fator de risco para a violência porque ela a torna mais letal.

E qual o cenário no Brasil nos dias de hoje? Há muito mais armas sendo compradas atualmente, o que aumenta o número de armas em circulação. Os dados mostram que o aumento da velocidade de registro de armas por dia aumentou oito vezes desde 2019 quando comparado com 2017 e 2018. Portanto, estamos criando todas as condições para aumentar a violência embora ainda não tenhamos estudos analisando especificamente a relação entre esse aumento excessivo de armas e o aumento dos homicídios a partir do último trimestre de 2019. No entanto, os estudos anteriores permitem fazer essa inferência. Para agravar o contexto, não são apenas as armas que estão circulando mais, as munições também.

No fundo, ao incentivar que as pessoas comprem armas com o discurso populista de “direito de defesa”, o governo está terceirizando sua função primária de garantir a nossa segurança. Ele está praticamente assinando um atestado de incompetência dizendo “é cada um por si”. O maior risco dessa mensagem é as pessoas começarem a agir com base em sua própria percepção da realidade, com base no que cada um acha certo. Mergulharemos na barbárie se o Estado não for o mediador das relações sociais.



No fundo, ao incentivar que as pessoas comprem armas com o discurso populista de “direito de defesa”, o governo está terceirizando sua função primária de garantir a nossa segurança. Ele está praticamente assinando um atestado de incompetência dizendo “é cada um por si”.

Outra questão muito importante de analisarmos que vai nesse mesmo sentido é a desregulamentação e fragilização dos mecanismos de controle e retirada de competências dos órgãos responsáveis pela fiscalização que o governo federal está promovendo em diferentes áreas e seus impactos.

Na segurança pública, esse governo tem um discurso “mano dura”, de ser implacável com o crime, de punir com rigor todos aqueles que não cumprirem a lei. Porém na prática, o que o governo está fazendo? Está desmontando o arcabouço normativo e as instituições que permitem que as pessoas sejam punidas.

Veja o caso de controle de armas. O Estado brasileiro pode conceder aos cidadãos a posse de armas e faz isso mediante um conjunto de critérios. Até 2018, uma pessoa que queria comprar uma arma precisava atender diversos critérios como apresentar atestados como psicológico, de tiro e de antecedentes criminais; ter mais do que 25 anos; apresentar justificativa de efetiva necessidade, entre outros.

Além disso, a cada 5 anos a pessoa precisava reapresentar os documentos para garantir que as condições permaneciam. A arma também tem um registro e fica vinculada a uma pessoa. Para efeitos de comparação é mais ou menos como acontecem com os carros, precisamos licenciar o veículo todos os anos, renovar a habilitação periodicamente e quando um veículo é multado, os pontos são atribuídos ao dono do veículo.

A Polícia Federal e o Exército, órgãos responsáveis pela autorização, controle e fiscalização dependem dessas informações para poderem fazer o seu trabalho. É com base nelas que avaliam esses critérios e as polícias podem fazer investigações sobre desvios. A periodicidade do registro, por exemplo, permite que saibam se arma continua na posse das pessoas e se os critérios que originaram a concessão continuam sendo cumpridos, e se uma arma ou munição é apreendida de uma situação de crime podem rastrear a sua origem.

Esse governo tem desmontado a estrutura que permite que o controle seja feito pelo Estado. Desde 2019 reduziu os critérios para a compra de armas, aumentou o tempo do registro, reduziu a quantidade de marcação que uma arma precisa ter, retirou competências do Exército e a Polícia Federal entre outros. Ao fazer isso, o governo manda uma mensagem clara: “não vou mais monitorar as armas. O caminho para desvio está aberto e desimpedido”.

Voltando à política “mano dura” na segurança: como é que você vai punir as pessoas e ter rigor na punição, se você está acabando com a possibilidade de controlar e saber se está havendo quebra da lei?

E isso não está acontecendo apenas no controle de armas, esse governo está seguindo esse roteiro em diversas áreas. No trânsito, aumentou a quantidade de pontos no qual profissionais perdem a habilitação, aumentou o tempo de renovação da habilitação e houve uma tentativa de acabar com a obrigatoriedade no uso de cadeirinha que as evidências mostram que salva vidas. A política ambiental também está sofrendo, seja com a redução do orçamento do IBAMA ou com mudanças normativas que criam dificuldades para se cobrar multas ambientais.

O discurso é: “vou punir”, “eu vou punir com rigor”, mas na prática o governo está dismantelando as normas e estruturas que podem punir e podem punir com rigor. Portanto, o governo está fortalecendo o Brasil da impunidade.

Entrando no tema da violência policial, essa não é uma questão simples. Primeiro é importante compreender que a possibilidade de usar a força, inclusive a força letal por um policial, é definidora de sua função. E começo por isso porque faço questão de diferenciar o uso da força legítima pela polícia da violência policial. O uso da força legítima vem da própria noção de Estado no qual deveria ser dele o monopólio do uso da força. E parte dessa força é exercida pela polícia, instituição responsável pela aplicação da lei. Porém, essa força não pode ser usada de forma arbitrária e nem de qualquer jeito. Para ser legítima, ela precisa ser responsável, proporcional e altamente controlada e fiscalizada pela sociedade. Conceitualmente é relativamente simples de entender, mas como operacionalizamos esse conceito? Aqui começam os desafios.

Quem é o policial que no final das contas vai traduzir esse conceito em ações práticas? Que formação ele tem? O que ele entende que seja a função policial quando ele entra na polícia? Portanto, a solução começa lá na seleção. Uma vez admitido na polícia, que formação e treinamento estamos provendo para esses profissionais? Que treinamento ele tem para utilizar uma arma de fogo? Que outras ferramentas e meios ele tem para a aplicar a lei? Que preparo e apoio psicológico damos a esse policial?

Acredito que a atividade policial seja uma das mais difíceis que exista. Ao longo da minha atuação compreendi que o policial vive permanentemente com a sombra da morte, mesmo que nem sempre se dê conta disso. É comum ouvir que ele sai para trabalhar, mas não sabe se voltará para casa, que ele pode encontrar qualquer situação na rua e precisará agir. Portanto, não se trata apenas de ter preparo técnico para utilizar a arma, mas também preparo psicológico para decidir quando utilizar a força, que nível de força é necessário, quando é preciso reduzir a força.

Além disso, precisamos analisar os equipamentos que estão à disposição para o policial fazer o seu trabalho. Se fornecemos apenas um armamento letal, ele não tem alternativas que possam ser mais apropriadas em determinadas situações de violência. Nesse sentido, os homicídios praticados por policiais passar por um conjunto de fatores – seleção; treinamento inicial e continuado, não apenas de tiro, mas também psicológico; equipamento disponível; meios de supervisão interna e externa, entre outros.

Em um estudo ([veja aqui](#)) muito interessante feito pelo Emanuel Nunes de Oliveira indica que os governos e as políticas públicas fazem diferença nas taxas de letalidade policial. Além do discurso que legitima ou não um tipo de ação, as medidas concretas implementadas interferem violência policial. Imagina um policial que durante o seu trabalho precisa tomar uma decisão sobre o uso da força. Se existe uma concepção amplamente disseminada tanto pela liderança política como pela sociedade de que qualquer grau de força é aceito ou uso excessivo é até desejado, funcionar como se déssemos uma “licença para matar”. A dimensão simbólica tem um poder enorme muitas vezes desconsiderado na análise das políticas públicas.

Portanto, a violência policial é fruto de muitos fatores que vão desde a estrutura institucional que incentiva ou desincentiva a forma de agir do policial na ponta, o sistema de seleção e treinamento dos policiais, pelo tipo de equipamento disponível, pelo discurso das lideranças políticas, pela legitimação da sociedade e pelas políticas públicas de segurança pública. O que não podemos admitir como sociedade é que os níveis de letalidade policial, seja via uso da força legítimo, ou violência policial, permaneçam nos níveis atuais.

17 PARCERIAS E MEIOS
DE IMPLEMENTAÇÃO



“

Fortalecer os meios de implementação
e revitalizar a parceria global para o
desenvolvimento sustentável

 doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3.17

Fabio Abdala



Assista a entrevista na íntegra:



Pergunta: Entendendo que só é possível uma sociedade sustentável a partir da parceria global em todos os sentidos, para você, a redação do ODS 17 é adequada à realidade brasileira, ou precisaria de algum ajuste, uma vez que ela foi escrita no âmbito de um pacto internacional?

Fábio Abdala: Vamos considerar que sim e que não. Sim, porque no sistema ONU, esse tipo de objetivo constitui uma ambição significativa e, em geral, é suficiente para abarcar um conjunto grande de países. Afinal, existem diferentes geografias, jurisprudências, então ter esse grau de generalidade é suficiente para o âmbito mais amplo, e o texto procurou ser inclusivo nessa diversidade dos países que constituem o sistema ONU.

No entanto, a própria ONU incentiva os países a fazerem uma adaptação nacional doméstica e, em 2018, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) fez um trabalho a serviço de nossa Comissão Nacional de ODS, para a territorialização no Brasil. No ODS 17, em particular, que tem 19 metas, o estudo do IPEA concluiu que todas elas são pertinentes para o país e 9, em particular, exigiam uma contextualização brasileira. Então, respondendo diretamente à pergunta: sim, essa formulação é pertinente para o país, porém requer alguns ajustes à condição brasileira.

De certa maneira, o ODS 17 está baseado no conceito clássico de desenvolvimento sustentável, que deve conectar dimensões ambientais, sociais e econômicas. Essas três dimensões não “pairam no ar”, pois sua base é a governança, a conexão entre as forças da sociedade, do governo, do meio empresarial, e da universidade, que precisam se conectar para viabilizar esses objetivos.

Então, para mim, o objetivo 17 – sobre as parcerias e os meios de implementação –, tem essa ambição de fazer as conexões para que a agenda ambiental, agenda social, agenda econômica, se desenvolvam de maneira consistente e viável.

Pergunta: É bom trabalhar com diagnóstico, pois assim podemos contar um pouco da realidade atual. Sustentabilidade é uma questão que depende de uma boa governança, com a participação de vários atores que, de alguma forma, contribuem para que o quadro atual seja preocupante. Quanto ao ODS 17, qual o papel das políticas públicas e do poder da própria sociedade civil? Como estão as conexões e as redes de colaboração para resolver os problemas do Brasil? Como é que você vê as conexões sociais, do tipo público-privadas, nas diferentes áreas? Quais são os principais desafios e onde estão os gargalos para que possamos implementar parcerias globais em prol da sustentabilidade?

Fábio Abdala: Eu diria que essas conexões sociais-público-privadas, nas diferentes áreas, imagino que até na área de segurança, mas muito mais evidente nas questões da Educação e nas do Meio Ambiente no Brasil, elas foram amadurecendo nos últimos anos, em particular a partir da Constituição de 1988, que deu muita ênfase para a participação e controle social nas políticas públicas.

Se olharmos para os ODS, percebemos que há muito de geração de bem público e de políticas públicas associadas. De maneira geral, eu vejo que as questões de governança foram no Brasil amadurecendo, e eu posso dar alguns exemplos:

Primeiro acho que essa questão dos ODS e seus desafios, tem dois níveis: o desafio global e desafio doméstico. O desafio global tem sido uma demanda histórica brasileira e está na ordem do dia, que é a questão da cooperação técnica e financeira entre os países para viabilizar as agendas. Obviamente, isso não pode ser uma muleta para o país deixar de fazer as coisas que deve fazer, mas a cooperação técnica e financeira tem se mostrado como uma alavanca para viabilizar, por exemplo, no Brasil, histórias muito bem-sucedidas de cooperação.

Para conservação de florestas, por exemplo, durante muitos anos, o principal meio para viabilizar políticas de demarcação de terras indígenas, criação de Unidades de Conservação, programas estaduais e municipais de fortalecimento institucional dos organismos públicos e de autoridade ambiental, foram os programas de cooperação internacional. Na Amazônia em particular, e na Mata Atlântica também, numa proporção menor. Se pensarmos hoje na história do Fundo Amazônia, há que lembrar do programa piloto de proteção das florestas tropicais do Brasil, viabilizado pela parceria do país com o grupo G7. Ele foi muito importante. Na verdade, foi estruturante para a proteção e viabilização de demarcação de terras indígenas, entre outros aspectos.



Para conservação de florestas, durante muitos anos, o principal meio para viabilizar políticas de demarcação de terras indígenas, criação de Unidades de Conservação, programas estaduais e municipais de fortalecimento institucional dos organismos públicos e de autoridade ambiental, foram os programas de cooperação internacional.

Isso tudo criou uma forma de operar que, durante muito tempo, esteve bem conectada com parcerias entre o governo e a sociedade. A Constituição, como eu falei, jogou muita ênfase nisso. Mais recentemente o setor privado também entrou, de uma maneira mais forte, nessa concertação. Hoje, se eu pegar o caso importante da restauração florestal, ela é um aspecto fundamental para lidar com a questão climática.

Na medida em que se restauram florestas, capturamos carbono da atmosfera, e melhoramos as condições da biodiversidade. Há uma meta brasileira de 12 milhões de hectares de restauração, e os estados, municípios, juntamente com a própria sociedade civil, em parceria com as empresas, foram estabelecendo formas de fazer essa restauração. Hoje eu acompanho, por exemplo, no município de Juruti, no Pará uma iniciativa de restauração liderada por uma grande organização civil.

É inspirada na meta brasileira e colocada lá no chão do território amazônico, envolvendo comunidades que querem recuperar suas áreas, empresas que estão aliadas com essa ambição (principalmente viabilizando ajuda financeira) e as organizações civis (viabilizando ajuda técnica), como também a participação da prefeitura e eventualmente algum órgão Estadual. Esse tipo de coisa eu vejo acontecer com muita frequência, cada vez mais nesse modelo, de uma concertação social-público-privada, que está se mostrando necessária para dar consistência para essas iniciativas acontecerem.

Pergunta: No seu livro “21 lições para o século 21”, Yuval Noah Harari apresenta um dado interessante afirmando que em nenhum momento na história tivemos um tempo de tanta paz como o que vivemos atualmente. O nível de guerras e mortes por conflitos internacionais, grandes revoluções etc., é muito menor do que já foi um dia. Muito por conta dessa pactuação social diferente que você comentou, um amadurecimento de que as coisas podem ser resolvidas no campo da diplomacia, ou com outras formas de colaboração que evitam a violência. Será que, então, a tendência à formação de parcerias e colaboração de iniciativa privada, governos e sociedade civil pode ser uma solução para a violência do Brasil? Esse é um fenômeno que veio para ficar? É realmente isso que está ocorrendo: a humanidade está amadurecendo, criando caminhos mais pacíficos? Será que o Brasil é uma exceção à essa tendência?

Fábio Abdala: No jargão da diplomacia, tem a ideia das responsabilidades comuns, mas diferenciadas que, na prática, também quer dizer que essas parcerias e concertações são necessárias, mas também não dá para um substituir o outro. O Estado, por exemplo, obviamente tem certa legitimidade na imposição da violência física, digamos que por “controle”. Se eu for pensar na questão do desmatamento, que tem uma violência embutida muito forte, eu não posso considerar que as comunidades ou as empresas substituiriam o Estado no provimento dessa força e da ordem. Isso porque as empresas não têm a legitimidade, nem tem os meios para substituir o Estado neste caso.

Então, acho que é muito importante destacar os papéis e responsabilidades de cada parte nas parcerias. A colaboração tem um certo escopo, num certo lugar, que as partes são insubstituíveis, e eu diria aqui no Brasil, em particular, pensando nos desafios que temos associados à governança, transparência e, de certa maneira, em muitos lugares certa ausência do Estado, o que gera desorganização da nossa capacidade de alcançar esses objetivos. É necessário até mais e melhor Estado, mas, nessa perspectiva de concertação, o que é necessário é haver a participação e controle social da sociedade e suas organizações civis.

Voltando ao tema desmatamento, por exemplo, onde é comum a existência de uma violência “embutida”, as soluções passam por encontramos alternativas que envolvam a sociedade. E aqui eu estou falando da associação de mulheres do município, do sindicato de produtores, ou da colônia de pescadores, da associação comercial etc., mas também estou falando da empresa, do hotel, ou da grande mineradora, ou do supermercado, que são potenciais aliados dessa agenda de sustentabilidade. E nenhum deles irá substituir o Estado no provimento das políticas públicas, na organização da infraestrutura que a ele compete.

Pergunta: Quanto a essa presença necessária do Estado, o que complica a cobrança e o controle social é o desmonte dos conselhos nos quais a sociedade civil, de alguma forma, tinha voz e participação para poder cobrar as ações necessárias. Na atualidade, temos assistido uma tendência do desmonte do arcabouço que a Constituição prevê para participação social, isso nos conselhos de segurança, de meio ambiente e outros, no nível federal e alguns estaduais e municipais. Então, como conseguiremos, no momento histórico atual, reverter essa tendência? Não se defende que a sociedade civil assuma as funções do Estado, mas sim de resgatar o espaço que lhe compete. A sociedade civil deve participar desses fóruns, onde ela tem voz, para poder exigir do Estado aquilo que deva ser cumprido. Como é que você está enxergando esses desmontes e como está a realidade política no momento, nos níveis nacional, estadual e municipal? Como é que fica, então, essa questão do enfraquecimento da participação social e sua desregulamentação e, principalmente, a atuação do setor empresarial frente a uma flexibilização das leis ambientais infralegais pelo Ministério do Meio Ambiente, principalmente para a Amazônia?

Fábio Abdala: Entendo que existem múltiplas dimensões: tem uma conjuntura política, tem uma dimensão institucional, e tem também, digamos, o “mercado”, no caso das empresas. A questão institucional, acho que é mais estruturante. Essa conjuntura política, às vezes, luta contra essa dimensão institucional, que está dizendo, por exemplo, que respeitar direitos humanos e conservar a biodiversidade é constitucional, é a regra do jogo, e é isso que tem que ser feito. A conjuntura política pode variar, mas esses pilares estão colocados!

Os negócios, principalmente os de cadeias globais, estão cada vez mais buscando uma certificação (no Brasil, esse é o caso das fortes cadeias de alimentos e minérios), porque os seus clientes estão querendo comprar um celular, por exemplo, que utiliza alumínio, mas que tenha origem em um lugar no qual se respeite os direitos humanos e a biodiversidade. Aquela empresa que quer produzir alumínio e vender para esse cliente, tem que garantir, de alguma maneira, que esta produção está alinhada a certos padrões de produção e performance, e isso está contemplado hoje na já famosa sigla ESG (Environmental, Social and Governance), além de garantir a plena legalidade das operações.

É incoerente essa conjuntura política atual que joga em desfavor das questões ambientais, sociais e de governança e, no limite, que joga em desfavor ao respeito aos direitos humanos, à conservação e à preservação dos sistemas ambientais.

“É incoerente essa conjuntura política atual que joga em desfavor das questões ambientais, sociais e de governança e, no limite, que joga em desfavor ao respeito aos direitos humanos, à conservação e à preservação dos sistemas ambientais.

Por exemplo, na questão da segurança, recentemente as empresas se engajaram numa iniciativa chamada de Princípios Voluntários de Segurança e Direitos Humanos, que coloca uma série de padrões de performance das empresas que seguem critérios e obrigações com os direitos humanos onde elas operam. Isso garante uma “certificação” que dá um sinal para os clientes de que a empresa está seguindo aquele padrão. Isso é quase uma “licença para vender”. O cliente e o sistema financeiro só vão comprar e financiar se a empresa garantir que respeita os direitos humanos e a biodiversidade, e possui uma governança íntegra, o que atesta que fazem negócios com ética e integridade. Nesse sentido, eu concordo que essa aliança, pró-estado de direito, pró-conservação, também é das empresas, além da sociedade.

Pergunta: Qual a perspectiva de futuro, já que o atual governo passará, e as pressões internacionais, de mercado e os cenários de direitos humanos historicamente conquistados, devem, de alguma forma, varrer essa onda de retrocesso? Qual é o caminho a ser trilhado na sua visão para os próximos 10 anos?

Fábio Abdala: Eu estou otimista, principalmente por conta de um projeto que estou envolvido, no município de Juruti, no Oeste do Pará, que está engajado muito fortemente na sua estratégia de longo prazo. Eu tenho participado dessa conversa, que é liderada lá pelo Instituto Juruti, com participação da prefeitura e de muitas organizações da sociedade civil, de empresas, e tem a cooperação internacional da Agência Americana de Cooperação que está, nesse momento, fazendo a sua teoria da mudança para agenda 2030, estabelecendo suas metas com base nos ODS, e olhando essas metas com base em indicadores, usando o Índice de Progresso Social Amazônia (IPS) ([clique aqui](#)). Estão acontecendo no Brasil inteiro, imagino, iniciativas assim... Talvez ainda tenhamos uma curva de aprendizado para entender do que se tratam as metas, como que aterrissamos de fato essas metas nas nossas questões.

Estou vendo o engajamento muito forte da sociedade, do poder público, de todas as partes, e eu acho que isso é muito animador! Talvez não alcancemos todas as metas nos próximos anos que estão colocados, mas acredito que estamos agora no momento de aprendizagem para entender melhor do que se tratam os ODS. Eu acho que, até de maneira, talvez, um pouco mais rica do que aconteceu com os Objetivos do Milênio no passado, agora ocorreu um maior “encaixe”, um fôlego novo. Estou vendo despontarem aqui coisas que eu acho darão frutos muito importantes.

Pergunta: Como o Brasil trabalha a fiscalização das empresas que exploram o trabalho em condições similares aos tempos da escravidão, o que caracteriza uma agressão às pessoas e à sociedade?

Fábio Abdala: O governo tem seus meios de controle e fiscalização do trabalho similar ao escravo e ao trabalho infantil. O Ministério da Justiça e o Ministério do Trabalho, na atual conjuntura, podem fazer essas situações reduzirem ou serem menos frequentes. Eu não tenho informação completa sobre como está, nesse momento, esses meios de controle. Esses meios de controle e fiscalização sobre esses problemas vêm amadurecendo nos últimos 10 ou 15 anos apenas.

Agora voltando para a questão do mercado, esse é um tema central. Hoje, os Direitos Humanos constituem um grande “guarda-chuva”, no qual se abrigam questões como: trabalho decente; trabalho infantil; condições de trabalho na operação; direitos das comunidades; direitos dos trabalhadores na cadeia de valor dos fornecedores e como eles, fornecedores, estão se comportando. As empresas que estão nas cadeias globais de produção e de serviços, têm sido cada vez mais diligentes quanto à questão dos direitos humanos, que passaram a ser tema obrigatório, como as análises de risco e impacto direto da empresa, ou se ela gera algum tipo de abuso, se ocorre inclusão de trabalho infantil, trabalho escravo, trabalho análogo ao de escravo, quais as condições de trabalho... Tudo isso dentro do escopo das diligências devidas.

Os processos de certificação vão nessa direção, como, por exemplo, do setor Florestal, o FSC ([clique aqui](#)); e a cadeia toda do Alumínio com o ASI ([clique aqui](#)), que também está certificando, em alguns países. A Austrália, por exemplo, criou uma “lei do trabalho escravo moderno”, justamente para incluir toda essa dimensão e banir esse tipo de prática.

Nesse momento a União Europeia fez outra iniciativa semelhante, uma chamada para estabelecer a obrigação de que as empresas façam diligências devidas sobre direitos humanos, para poderem operar dentro da Europa. Os Estados Unidos também já possuem uma lei que estimula a adequada relação entre as empresas e os direitos humanos. Do ponto de vista do mercado, essa é uma dimensão que é crescente na sigla ESG que citei e que discute a dimensão dos direitos humanos como tema central.

Sobre as organizadoras e o organizador

Andrea Rabinovici

Formada pela Unicamp em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia, mestra pela USP em Ciência Ambiental e doutora pela Unicamp em Ambiente e Sociedade. Professora, pesquisadora e membro da administração central da Universidade Federal de São Paulo, tendo sido pró-reitora, chefe de gabinete e vice-reitora. Na gestão da Unifesp teve atuação importante na construção de inúmeras políticas na área de direitos humanos. Mãe de uma futura bióloga e buscando viver de forma sustentável na enorme cidade de São Paulo.

Juliana Maria de Barros Freire

Advogada (UniFMU) e mestra em Ciências com ênfase em Análise Ambiental Integrada pela Universidade Federal de São Paulo. É sócia na Barros Freire Advogados e na empresa Cikla - Desenvolvimento e Conteúdo em Sustentabilidade Ltda., prestando consultoria sobre Sustentabilidade. É Empreendedora Cívica da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), e colabora com organizações e comunidades tradicionais na Amazônia e em outras regiões de entorno de Unidades de Conservação. É Diretora de Sustentabilidade do Instituto Physis e entusiasta das causas sociais, principalmente aquelas ligadas aos temas de Políticas Públicas, Sustentabilidade, Direito e Educação Ambiental.

Ruth Goldberg

Terapeuta ocupacional, com especialização em saúde pública e MBA em gestão e empreendedorismo social. É membro do Conselho do Instituto Elos, diretora voluntária da CONIB e do Instituto Brasil Israel e diretora presidente do Instituto Physis. É consultora adjunta do IDIS no campo da filantropia familiar e especialista em filantropia estratégica e sustentabilidade empresarial. Mãe, esposa, avó e ativista em várias causas solidárias.

Zysman Neiman

Biólogo, mestre e doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Ambientalista desde 1982 já trabalhou em diversas instituições, tendo destacada atuação como Educador Ambiental. Foi colaborador na elaboração de diversas políticas públicas no Brasil, é autor de livros e artigos acadêmicos na área de sustentabilidade, e membro ativo de vários movimentos sociais e coletivos ativistas. É professor e pesquisador da Universidade Federal de São Paulo, fotógrafo amador, pai, e dedicado militante na construção de um mundo mais justo, próspero e sustentável.

Sobre as autoras e os autores

Andressa Pellanda

Coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. É doutoranda em Relações Internacionais (IRI/USP) e pesquisa advocacy e grupos de interesse na educação, financiamento e privatização da educação, e processos e atores da educação no cenário internacional.

Arilson Favareto

Sociólogo, professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UFABC e também pesquisador e coordenador do Cebrap Sustentabilidade. Atua há mais de 25 anos em temas relacionados a agricultura, desenvolvimento rural e políticas públicas tendo realizado vários trabalhos para movimentos sociais, governos e agências do Sistema Nações Unidas. É autor dos livros "Entre chapadas e baixões do Matopiba - dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado", e "Paradigmas do desenvolvimento rural em questão" - premiado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (V Prêmio Política e Planejamento Regional)

Aron Belinky

Professor, pesquisador e consultor especialista em sustentabilidade, responsabilidade social corporativa e consumo sustentável. Está nesse campo desde os tempos em que ele era chamado de ecologia, lá nos anos 1970s. Profissional da área desde 2003, atuou em empresas, ONGs, escolas e como consultor independente, no Brasil e internacionalmente. Nessa trajetória, lembra com especial carinho nomes como Pró-Juréia, Protocolo de Montreal, 5 Elementos, Ecopress, PNBE, Rio 92, Akatu, ISO 26000, Vitae Civilis, Rio+20, GVCes, ISE B3... Desde 2019 atua com seus parceiros na consultoria ABC Associados.

Diego de Melo Conti

Pós-doutorado em Análise Ambiental Integrada pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com estágio de pesquisa na Leuphana Univerität Lüneburg (Alemanha). Fundador e diretor da Integra Consultoria. É professor do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Camp). Atualmente, conduz pesquisas sobre cidades sustentáveis e inteligentes, economia circular, meio ambiente urbano, governança colaborativa e outros estudos interdisciplinares. Além disso, atua em diversos projetos de organizações nacionais e internacionais na área de políticas públicas.

Fabio Abdala

Pai do Nicolas e do Vinicius, cientista social (PhD em relações internacionais). Gerente de Sustentabilidade da Alcoa, conselheiro em comitês de empresas e associações, como o Instituto Alcoa, Mineração Rio do Norte, ABAL, PPA, Ethos e CEBDS. Atuou em ONGs, governos e academia.

Blog: <http://fabioabdala.wordpress.com>

Guilherme Susteras

Engenheiro eletricitista e mestre em engenharia elétrica pela Escola Politécnica da USP, com pós-graduação em Economia pela London School of Economics e doutorando em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Possui mais de 17 anos de experiência no setor de energia, tendo atuado nas áreas de estratégia e regulação de empresas como Duke Energy Brasil, National Grid (no Reino Unido) e Renova Energia, além de sua passagem como Project manager na Roland Berger Strategy Consultants liderando projetos estratégicos nas principais empresas de energia públicas e privadas no Brasil e como Advisor da Bain & Company para projetos em energia. Desde 2016, é sócio-diretor da Sun Mobi, primeira startup de energia no Brasil a atuar no segmento de geração solar compartilhada, democratizando o acesso a energia limpa e sustentável através de um modelo de negócio inovador.

Karen Fernandez Costa

Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas, Professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Escola Paulista de Política, Economia e Negócios - UNIFESP - campus Osasco) e Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para o Estudo sobre os Estados Unidos (INCT-INEU). Integra também o Laboratório de Políticas Públicas Internacionais (LABOPPI) da UNIFESP. Tem experiência na área de Ciência Política e Relações Internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas de Desenvolvimento e Inovação, Inovação nos Estados Unidos, Economia Política Internacional, Estrutura e Transformação do Estado, Instituições Governamentais Específicas, Teoria das Relações Internacionais.

Mafoane Odara Poli Santos

É psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Colunista, consultora, pesquisadora, ativista e executiva em recursos humanos para América Latina. Mãe do Mudrik Diop, 7 anos e da Makini Niara, 3 anos, é uma das vozes brasileiras importantes nos debates de diversidade e inclusão no mundo corporativo e público e nos temas relacionados aos desafios das mulheres nos dias atuais nas áreas de enfrentamento às violências, maternidade e carreira e política institucional.

Marcelo Furtado

Diretor de Sustentabilidade e sócio fundador da ZCO2/BlockC, uma plataforma de rastreabilidade de ativos ambientais. Presidente do Conselho do WRI Brasil e membro do Conselho da Conectas Direitos Humanos. Co-fundador do Centro Soberania e Clima. Foi diretor executivo da Alana Foundation e Instituto Arapyauú. Membro fundador e atuou como facilitador da Coalizão Brasil Clima Floresta e Agricultura e atuou por 24 anos no Greenpeace.

Marta Marcondes

Doutoranda pelo Programa de Medicina Translacional da UNIFESP, Mestre em Políticas Públicas Ambientais. É Professora/Pesquisadora Titular da Universidade Municipal de São Caetano do Sul -USCS - Escola da Saúde. Coordenadora do Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos e do Laboratório de Análise Ambiental /USCS. Coordenadora da Liga Acadêmica Interdisciplinar de Saúde Coletiva - LAISC/USCS. Membro Titular do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e das Câmaras Técnicas de Monitoramento Hidrológico e de Gestão de Investimentos. Membro Titular do Conselho Gestor do Parque Estadual Águas da Billings.

Mauricio Lamano Ferreira

Pós doutorando na Universidade do Porto; Pós doutor pela Universidade de São Paulo; Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo; Mestre em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente pelo Instituto de Botânica de São Paulo; graduado em Geociências pelo Instituto de Geociências da USP e também em Ciências Biológicas pela Universidade Mackenzie (UPM). O pesquisador atua como vice coordenador do Programa de Mestrado em Análise Geoambiental da Universidade de Guarulhos e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em promoção de Saúde do UNASP.

Melina Rizzo

Doutora em Administração Pública e Governo pela Fundação Getulio Vargas (FGV), autora do livro “Segurança Pública para Virar o Jogo” e atualmente é diretora de programas do Instituto Igarapé. Também é co-fundadora do Movimento Agora! e conselheira de diversas organizações da sociedade civil. Trabalha com diferentes temas da agenda pública entre eles segurança, cidades, governança e participação, direitos digitais e terceiro setor. Melina também fez parte de vários conselhos nacionais de políticas públicas.

Mônica Andreis

Psicóloga e Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Co-fundadora e atual Diretora Executiva da ACT Promoção da Saúde, uma organização não-governamental que atua há 15 anos por políticas públicas de controle do tabaco e de prevenção e promoção da saúde. Acredita que o trabalho em rede, com união de esforços e a participação ativa da sociedade civil por meio do advocacy são fundamentais para avanços em temas de interesse público. Atualmente também integra o GT Agenda 2030, o Conselho Consultivo da Conferência Mundial Tabaco ou Saúde, Fórum DCNTs e a Mesa Diretora da Interamerican Heart Foundation (IAHF).

Ronaldo Adriano Christofolletti

Biólogo de formação. É docente e pesquisador da Unifesp desde 2012. É consultor do Conselho Britânico para workshops de Comunicação Científica, e participante da Rede de Especialistas em Conservação e Comunicação da Fundação Grupo Boticário. Atualmente, contribui em diferentes esferas da gestão e consolidação do Instituto do Mar da UNIFESP e no fortalecimento de sua proposta sobre a interdisciplinaridade nas Ciências do Mar. Colabora com uma extensiva rede de colaborações nacionais e internacionais, com destaque na consolidação de parcerias entre o Brasil e Reino Unido, com uma visão de internacionalização que vai além de parcerias pontuais e do próprio grupo de pesquisa, mas gerando oportunidades que culminaram em financiamento, projetos e publicações entre outros colaboradores.

Rubens Harry Born

Pesquisador e colaborador (voluntário) da área de Meio Ambiente, Sociedade e Políticas Públicas da Fundação Grupo ESQUEL Brasil, e em nome desta integra o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil sobre Agenda 2030 e a RAC - Rede de Advocacy Colaborativo. Foi membro da CPDS - Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira, representando o FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento. Foi coordenador do GT Clima desse Fórum e participante de Conferência das Partes e reuniões do regime multilateral de mudança do clima. Autor do livro "Mudanças Climáticas: direitos, legislação e políticas públicas", lançado em 2017. Engenheiro civil com especialização em engenharia ambiental, advogado, mestre e doutor em Saúde Pública e Ambiental.

Solange Ledi Gonçalves

Possui doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), com doutorado sanduíche na Universidade Sciences Po (Paris), e é professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), desde 2018. Foi pesquisadora do International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG) do PNUD e consultora do Climate Policy Initiative (CPI/PUC-Rio). É uma das coordenadoras do Grupo de Estudos em Economia da Família e do Gênero (GeFam).

Ficha técnica

Título	Leituras dos ODS para um Brasil Sustentável
Subtítulo	-
Org.	Andrea Rabinovici, Juliana Maria de Barros-Freire, Ruth Goldberg e Zysman Neiman
Coleção	-
Páginas	250
Edição	1
Volume	1
Ano	2021
Cidade	Diadema
Editora	V&V Editora
ISBN	978-65-88471-17-3
DOI	doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3

REFERÊNCIA

RABINOVICI, A.; BARROS-FREIRE, J. M. DE.; GOLDBERG, R.; NEIMAN, Z. **Leituras dos ODS para um Brasil Sustentável**. Diadema: V&V Editora, 2021. <https://doi.org/10.47247/VV/AR/88471.17.3>

Querida leitora e querido leitor,

Agradecemos por ter por ter feito o download gratuito do e-book.
Decerto que despertar seu interesse pela obra, para nós, editores e autoras,
é uma alegria imensa.

Por isso, agradecemos.

Caso tenha alguma dúvida ou sugestão,
entre em contato conosco pelo e-mail:
contato@vveditora.com

Publique conosco!

Biografias, poesias e textos literários.
Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses.
Artigos e textos de Grupos de Pesquisas e Coletâneas.

Acompanhe nossas redes e site e também nossos eventos.





Leituras dos **ODS** para um **Brasil Sustentável**

Este livro, produto do Curso de Extensão Um Brasil Sustentável: leituras dos ODS, busca contribuir para a disseminação do conteúdo da Agenda 2030 e para que seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável sejam alcançados, por meio da análise de especialistas em cada tema, especialmente convidados para debater o andamento desta pauta no Brasil.

Agenda 2030 foi aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015 e adotada por 193 países, incluindo o Brasil que teve liderança reconhecida internacionalmente na construção da Resolução A/70/2015, com forte participação e contribuição da sociedade civil do país, estando alinhada aos princípios da Constituição Federal de 1988.

Trata-se de um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade que busca fortalecer a paz universal. A Agenda 2030 indica 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, integradas e indivisíveis, para que todos os países adotem até 2030 de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro.

